



revista da

AAL

ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }

Nº 37 ¶ Edição comemorativa do CENTENÁRIO DA AAL

ISSN 2236-9643







revista da

AAAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }



— número 37 ANO 100

fundada em 1º de janeiro de 1918

• Edição Comemorativa ¶ 2018

¶ DIRETORIA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
Biênio 2018/2019

Presidente • ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente • MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral • EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretária-Adjunta • CARMEN NOVOA SILVA

Tesoureiro • ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto • FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio • MAZÉ MOURÃO

Diretor de Promoções e Eventos • MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições • JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

ARLINDO AUGUSTO DOS SANTOS PORTO

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Suplentes

LUIZ MAXIMINO DE MIRANDA CORRÊA NETO

ALMIR DINIZ DE CARVALHO

JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

SERGIO CARROLO



COPYRIGHT © ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, 2018

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José Braga

COMISSÃO EDITORIAL

*Antonio Paim · Newton Sabbá Guimarães · Max Carphentier · José Braga
· Rosa Brito · Cláudio Chaves · Zemaria Pinto · Marcus Barros · Aldisio
Filgueiras · Euler Ribeiro · Marilene Corrêa da Silva Freitas · Renan Freitas Pinto
· Márcia Perales*

DIREÇÃO DE ARTE

Rômulo Nascimento

· Capa: *O Encontro*, acrílica sobre papel, 2018. *Sergio Cardoso*.

REVISÃO

Marcos Sena

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Mazé Mourão {reg. profissional 16700/101/48}

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS.

Ano 100, nº 37. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2018.

ISSN 2236-9643

268 p.

1. Literatura – 1. Título: Revista da Academia Amazonense de Letras

A A L

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

Centro. CEP: 69010 120

TEL/FAX: (92) 3342 5381

academiadeletras.am@gmail.com

Manaus  Amazonas

 QUADRO DE PATRONOS E ACADÊMICOS EFETIVOS DA
Academia Amazonense de Letras

• 1	Péricles Moraes	José Bernardo Cabral
• 2	Euclides da Cunha	Sergio Vieira Cardoso
• 3	Gonçalves Dias	Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
• 4	Sílvio Romero	Newton Sabbá Guimarães
• 5	Araújo Filho	Almir Diniz de Carvalho
• 6	Adriano Jorge	Rosa Mendonça de Brito
• 7	Maranhão Sobrinho	Aldisio Gomes Filgueiras
• 8	Torquato Tapajós	Euler Esteves Ribeiro
• 9	Machado de Assis	José dos Santos Pereira Braga
• 10	Barão do Rio Branco	Mário Ypiranga Monteiro Neto
• 11	José Veríssimo	Marcus Luiz Barroso Barros
• 12	Olavo Bilac	Elson José Bentes Farias
• 13	Estelita Tapajós	Abrahim Sena Baze
• 14	Barão de Sant'Anna Nery	Cláudio do Carmo Chaves
• 15	Graça Aranha	Almino Monteiro Álvares Affonso
• 16	João Leda	Tenório Nunes Telles de Menezes
• 17	Francisco de Castro	José Geraldo Xavier dos Anjos
• 18	Jonas da Silva	–
• 19	Coelho Neto	Lafayette Carneiro Vieira
• 20	João Ribeiro	Francisco Gomes da Silva
• 21	Tenreiro Aranha	Márcia Perales Mendes Silva
• 22	Farias Brito	Robério dos Santos Pereira Braga
• 23	Cruz e Sousa	Júlio Antonio de Jorge Lopes
• 24	Joaquim Nabuco	Marilene Corrêa da Silva Freitas
• 25	Araújo Lima	Márcio Gonçalves Bentes de Souza
• 26	Rui Barbosa	José Roberto Tadros
• 27	Tavares Bastos	José Maria Pinto de Figueiredo
• 28	Aníbal Teófilo	Maria José Mazé Santiago Mourão

• 29	Castro Alves	Amadeu Thiago de Mello
• 30	Araripe Júnior	–
• 31	Raimundo Monteiro	Max Carphentier Luiz da Costa
• 32	Bernardo Ramos	Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto
• 33	Antônio Brandão de Amorim	Carmen Novoa Silva
• 34	Ermanno Stradelli	Antonio José Souto Loureiro
• 35	Dom Frederico Costa	Arlindo Augusto dos Santos Porto
• 36	Inglês de Souza	Dom Luiz Soares Vieira
• 37	Benjamin Lima	Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto
• 38	Barbosa Rodrigues	William Antônio Rodrigues
• 39	Alfredo da Matta	Aristóteles Comte de Alencar Filho
• 40	Paulino de Brito	Artemis de Araújo Soares

Sumário

— Nossa edição **11**

{*Academia de portas abertas*}

— O Inpa no contexto amazônico **15**
GERALDO MENDES DOS SANTOS

{*Fundadores*}

— Aurélio Pinheiro: médico e escritor **29**
ROBÉRIO BRAGA

{*Oratória*}

POSSE DO ACADÊMICA *Artemis Araújo Soares*

— Abertura **37**
— Discurso **40**
— Saudação **53**

TÍTULO DE BENEMERÊNCIA *Nelson Fraiji*

— Abertura **64**
— Outorga **66**
— Agradecimento **73**

PARANINHO DA TURMA DE MEDICINA DA UFAM DE 1978

— Discurso de Marcus Barros **76**

{*Alguma poesia*}

— Postal, ODILON LIMA **87**
— Alice, J. MENDONÇA LIMA **88**
— Da caridade, MAX CARPHENTIER **89**
— Minha mãe, ANTONIO LOUREIRO **93**
— Conceito de Saudade, LAFAYETTE VIEIRA **94**
— Três balas perdidas [bem no alvo], ALDISIO FILGUEIRAS **96**
— Um canto para Belém, MARÍLIA MENEZES **104**

{*Ensaio*}

— A arte da biografia na literatura do Amazonas **109**
NEWTON SABBÁ GUIMARÃES

- A poesia na paisagem **122**
ELSON FARIAS
- O advogado e a ordem constitucional **134**
BERNARDO CABRAL
- Machado de Assis, poeta **142**
ZEMARIA PINTO
- Educação, pobreza, desigualdade social e a formação
de professores na Ufam **160**
ROSA MENDONÇA DE BRITO · GISELE DE BRITO BRAGA

{*Medalha Péricles Moraes 2018*}

- Abertura **175**
- Agradecimento **179**
- Saudação **184**

{*Portfólio*}

- Sergio Cardoso, ZEMARIA PINTO **191**

{*Crônica*}

- Machado para todos **195**
JOSÉ BRAGA
- Os bondes **199**
ANTÔNIO LOUREIRO
- Andrômaca **201**
CARMEN NOVOA
- Jornalismo na Academia **213**
ALMIR DINIZ
- Médicos da Academia de Letras do Amazonas **216**
CLÁUDIO CHAVES
- Juristas literatos acadêmicos do Amazonas **222**
FRANCISCO GOMES DA SILVA
- História e Saber **238**
ABRAHIM BAZE

{*Resenha*}

- O homem que escreveu sobre o palhaço e a rosa **253**
ARTEMIS SOARES

— Palavra do presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

A edição especial da *Revista da Academia Amazonense de Letras* no ano do centenário de fundação acolhe diversidade de autores e temas, e ilustração com obras do dramaturgo, artista plástico e cineasta Sergio Vieira Cardoso, titular da cadeira de Euclides da Cunha. Está conforme o feitio dos últimos anos, e sob a direção do acadêmico José dos Santos Pereira Braga cuja missão que se dedica com esmero.

Trata-se de forma de representação da continuidade da palavra da Academia expressa pelo pensamento de seus membros, conforme vem sendo considerada desde 1918, a partir da circulação da *Revista do Norte*, inscrita como primeiro veículo de comunicação do Silogeu.

Nem sempre a Academia conseguiu mantê-la ativa. Muitas foram as dificuldades que interromperam sua impressão em várias oportunidades, mas, todas as vezes que foi possível aos de antanho dá-la a público, abarcou a mais expressiva produção literária no Amazonas, sob variados gêneros.

Repositório dos discursos acadêmicos e das homenagens que a instituição presta aos que reconhece com méritos para tanto; ambiente para o debate científico; campo para a manifestação poética em verso ou prosa; páginas enriquecidas por filósofos, historiadores, médicos, livre pensadores, jornalistas, magistrados e críticos literários, a *Revista* evidencia expressiva diversidade do campo de estudo dos que se apaixonam pela vida acadêmica.

Essa edição também espelha esse cenário multifacetado, o que resta confirmado por trabalhos de quantos nos deram a honra de filiar-se à edição centenária. É contributo que se espraia pela publicação de obras que, de igual forma, marcarão o transcurso dessa importante efeméride. É tempo apropriado para festejar o ideal projetado por uma ilustrada geração esmagada pela guerra e pelo empobrecimento provocado pela queda profunda da economia da hévea, mas cujo bastão

- 12 foi sendo transferido como em marcha *aux flambeaux*, até ser depositado sobre nossos ombros.

O longo caminho percorrido foi iluminado pelos archotes resplandcentes do vigor de muitas inteligências que se integraram à causa e à Casa de “Adriano Jorge” confiando na sua perenidade, reconhecendo a solidez com que se instalou esse edifício que exprime saberes e culturas.

A primorosa apresentação gráfica e organização editorial aliadas à qualidade dos trabalhos publicados e o renome dos seus autores, incluindo alguns dos fundadores da Sociedade Amazonense de Homens de Letras, fazem esse número da *Revista da Academia* conforme a tradição que nos orgulha representar no século XXI.



SERGIO CARRO 20



{ *Academia de* PORTAS ABERTAS }

— O Inpa no contexto amazônico

GERALDO MENDES DOS SANTOS, *pesquisador do Inpa*

A Amazônia brasileira tem sido historicamente marcada por enormes contrastes ambientais e socioeconômicos, os quais representam enormes desafios para os governantes, a sociedade e as ciências. Evidentemente, esse conjunto de situações precisa ser levado em conta quando se analisa o Inpa, pois esse instituto foi criado exatamente com a missão de desenvolver estudos científicos e contribuir para o desenvolvimento dessa região.

Um dos principais contrastes da Amazônia está em sua própria geografia, pois abrange uma enorme extensão, aproximadamente sete milhões de quilômetros quadrados; envolve áreas de nove países; ocupa mais da metade do território brasileiro e apresenta diferentes fisionomias e ecossistemas. Um dos maiores desafios é empreender estudos em toda essa área e encontrar soluções adequadas e consensuais para a vasta gama de problemas enfrentados na sua geopolítica. No presente artigo será tratada a Amazônia brasileira, pois é nela que o Inpa atua, prioritariamente.

A Amazônia brasileira compreende grandes altitudes no Planalto das Guianas e do Brasil Central e também terras baixas na planície, a qual se estende dos contrafortes dos Andes até o oceano Atlântico. De igual modo, a fisionomia da vegetação e seus componentes bióticos são muito variados, indo de floresta arbórea, mata de galeria à savana aberta e passando por estruturas intermediárias. Evidentemente, os métodos e maneiras de estudar e aproveitar os recursos em áreas tão distantes e distintas devem ser igualmente variados. A mesmice das ações não coaduna com a variedade dos elementos, fatos e fenômenos da Amazônia.

16 Esta região abriga a mais extensa área de floresta tropical do mundo e se constitui o sustentáculo da biodiversidade; além disso, é a grande responsável pela estabilidade mecânica, química e termodinâmica dos processos atmosféricos, em nível global. Em termos mais simples, isso significa que ela atua na regulação do clima e formação das chuvas que caem na região e em outras partes do Brasil e sem as quais toda a produção agrícola e os mecanismos de vida de plantas e animais poderiam ser comprometidos.

A floresta também atua como depósito natural do carbono, o qual, uma vez solto na atmosfera, poderia potencializar de maneira drástica o efeito estufa e toda a gama de consequências nocivas sobre a natureza e a humanidade. Desafortunadamente, essa floresta vem sendo dilapidada pelo desmatamento para a retirada de madeira, garimpo, produção de roças e pastagens, criação de gado e mais recentemente a produção de grãos, notadamente a soja.

Ao contrário do que se costuma dizer e parece à primeira vista, a população rural não é responsável pelo desmatamento. Em maior parte, esse vem sendo feito por grandes empresas detentoras de tecnologias e utilitárias de grandes extensões de terra para plantio. Por outro lado, também não é o processo de urbanização que tem reduzido as taxas de desmatamento, mas, sobretudo a baixa fertilidade dos solos, o excesso de pragas e a dificuldade de escoamento da produção. Apesar disso, a especulação fundiária tem provocado muitos atritos e violência no campo, especialmente na periferia sul da região e que corresponde ao famoso “arco-do-fogo” e onde tem havido fortes fluxos de imigração.

O desenvolvimento acentuado da pecuária e monocultura, geralmente conduzido pela aquisição de máquinas modernas, tem propiciado aumento da produtividade e da renda, mas essa acaba ficando nas mãos de poucos, enquanto a pobreza e o desemprego tendem a aumentar no campo. Além disso, este tipo de agricultura compete predatoriamente com a agricultura tradicional, desmotivando a produção local de alimentos e induzindo o deslocamento das pessoas para as cidades, o que acaba por acentuar ainda mais o processo de favelização e poluição nas áreas urbanas.

O esquema geral do ciclo hidrológico na Amazônia é relativamente bem conhecido: a umidade atmosférica vinda do oceano Atlântico des-

loca-se em direção à cordilheira dos Andes, em ciclos sucessivos de precipitação e evapotranspiração para depois dirigir ao sul, atingindo o Cerrado e a Mata Atlântica no Brasil, bem como países vizinhos como Bolívia, Paraguai e Argentina. Esses fluxos atmosféricos de umidade são metaforicamente denominados “rios voadores” e carregam tanto ou mais água que o próprio sistema aquático do grande rio Amazonas.

Os modelos estatísticos divergem quanto ao nível de desmatamento que podem levar a um irreversível nível de savana, mas estima-se que isso ocorra em torno de 30% de desmatamento da área florestada (Nepstad *et al*, 2008). Considerando que o desmatamento já tenha atingido cerca de 850 mil quilômetros quadrados (menos de 20% da região) e mantidas as tendências atuais, isso ocorreria por volta da metade do corrente século. Por certo, trata-se de uma situação preocupante e até certo ponto vexatória, uma vez que mesmo sabendo do perigo, os níveis de desmatamento e ocupação desordenada da Amazônia não são suspensos nem revertidos, como era de se esperar diante de uma situação como essa.

Vários estudos têm demonstrado que o desmatamento em grande escala e o mau uso dos solos vem provocando alterações dos ciclos hidrológicos, incluindo elevação da temperatura e abaixamento do lençol freático em certas áreas, num claro processo de savanização. Isso significa mais dificuldades nas lides do campo, maior necessidade de água e mais demanda por energia no futuro. As mudanças climáticas globais, combinadas com o desmatamento acentuado podem alterar drasticamente esse mecanismo, com fortes impactos negativos sobre a produção agrícola, inclusive nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, onde a agricultura desempenha um papel decisivo na socioeconomia.

Há uma ideia reinante no mundo acadêmico de que é possível manter a floresta em pé mediante um nível adequado de manejo florestal de baixo impacto, como a extração de produtos não madeireiros, a exemplo da borracha, castanha, açaí, copaíba e várias outras árvores medicinais e cosméticas. O principal desafio para efetivação desse processo é manter fluxos constantes de renda monetária em longo prazo, o que praticamente se inviabiliza diante dos parâmetros econômicos, sempre atrelados ao modelo de produzir sempre mais num tempo sempre menor e com o máximo rendimento possível.

18 A Amazônia tem sido o foco da grande investida para produção de hidroeletricidade, no entanto a energia produzida se destina prioritariamente ao atendimento de outras regiões e aos conglomerados de empresas que exploram os minerais da região. Além disso, as hidrelétricas não produzem energia “limpa”, como se apregoa por toda parte, uma vez que o represamento do rio para formação de reservatórios acarreta fortes impactos sobre as populações humanas, a pesca, os peixes e todos os demais organismos aquáticos e do entorno.

A Amazônia também se caracteriza pela diversidade étnica e cultural, incluindo elites cosmopolitas e locais, classe trabalhadora, comunidades tradicionais e povos indígenas. Evidentemente, essa sociodiversidade está associada à heterogeneidade ecológica e é fator importante para a sustentabilidade da região, no entanto persistem as desigualdades sociais e falta de emprego e renda para a grande massa de trabalhadores nas áreas rurais e urbanas.

Segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas, a densidade demográfica da região é baixa, em torno de 3,5 habitantes/km², mas já chegando a quase 26 milhões de pessoas, o que representa quase 14% da população brasileira. Mais de 18 milhões desse contingente humano (mais de 70% do total) estão concentrados em cidades de grande e médio porte. Esse processo de urbanização tem ocorrido de maneira falha e muito predatória, com acentuado processo de favelização e degradação ambiental. Praticamente todos os rios, igarapés e demais corpos d'água que passam por essas cidades e mesmo em seu entorno vem se transformando em esgotos a céu aberto, com terríveis consequências à saúde coletiva.

Por ser uma região imensa, de difícil acesso e agora ter enfrentado um grau de exploração muito acentuado, sobretudo na área de mineração e produção de energia, a Amazônia tem sofrido muito pela falta de infraestrutura, especialmente no setor de transportes e saneamento básico. As rodovias são raras e mal conservadas; as ferrovias são inexistentes, com exceção das poucas que transportam minérios nos estados do Pará e Amapá e aviação é deficiente, caríssima e mesmo inexistente na maioria das cidades interioranas.

A maior parte do transporte na região é efetuada pelos rios, mas não existe hidrovia, no sentido real do termo, pois não se dispõe de car-

tografias nem mesmo balizamento dos trajetos das embarcações. O saneamento básico é precário em toda a região, sendo os rios e igarapés que cortam as cidades as principais vias de escoamento do lixo e das águas servidas nos lares e nas indústrias. Em meio a tanta insalubridade e por ser uma região quente e úmida, a região é rica em vetores e continua sendo vítima de doenças como malária, leishmaniose, viroses e inúmeros problemas intestinais e da pele.

A falta de infraestrutura também atinge a agricultura, pois os elevados preços do transporte acabam inviabilizando o comércio; assim, praticamente todo o alimento consumido na Amazônia, com exceção do peixe, é oriundo de outras regiões do Brasil, principalmente do Sudeste. Mesmo alimentos de ciclo curto, como as hortaliças, são importados no período das cheias, pois as várzeas em que são produzidas se encontram alagadas.

A socioeconomia da Amazônia brasileira está assentada no extrativismo, na mineração, na indústria eletroeletrônica e de duas rodas, no entanto o extrativismo ainda padece da instabilidade ambiental, irregularidade na produção, falta de tecnologias apropriadas e desarticulação da cadeia produtiva. Por outro lado, o setor de tecnologia avançada repousa sobre incentivos da Zona Franca de Manaus, praticamente não utiliza matéria-prima regional e quase toda sua produção se destina ao mercado externo.

As ciências, notadamente as biológicas como Botânica, Ecologia e Zoologia já aportaram significativo avanço no conhecimento sobre o Bioma amazônico e existem milhares de textos sobre os principais constituintes dos ecossistemas; no entanto, a maior parte da flora e fauna ainda é desconhecida, até mesmo quanto à sua descrição científica. Mantidos os atuais níveis de conhecimento e exploração, é muito provável que muitas espécies e ambientes sejam exterminados antes que sejam adequadamente conhecidos. Isso implica numa terrível questão ética e que deve interessar a todos, não somente à ciência.

Ainda do ponto de vista científico, existem muitos acordos de cooperação, mas pouca cooperação efetiva. Também numerosos são os projetos de pesquisa, mas na sua grande maioria são fragmentados, esporádicos e de curtíssima duração, sendo raros os programas abrangentes e de longo prazo.

20 Apesar de muito esforço e estudos já empreendidos, continua havendo enormes lacunas de conhecimento em todas as áreas. Entretanto, o maior esforço que vem sendo empreendido pelos pesquisadores nas últimas décadas está concentrado na produção de artigos científicos, devido a pressão por parte dos órgãos de gestão e fomento, mas isso tem gerado pouco resultado prático à sociedade e às empresas que buscam informações científicas. Evidente que se faz necessário o conhecimento em si, mas também é necessário que ele esteja associado a reais interesses da classe produtora e dos interessados em desenvolver tecnologias adaptadas à região. Em ambos os casos – ou melhor, em todos os casos – o conhecimento científico é fundamental e precisa ser bem orientado para atingir a todos os públicos interessados. Vale dizer: cumprir sua função social.

A missão do Inpa se insere nesse contexto e para atendê-la bem, esse instituto deve empreender boa ciência e também ter boa ciência de si. Isso significa que seus objetivos devem estar bem sintonizados com as necessidades e anseios da sociedade na qual está inserido.

— O INPA

O Inpa é uma instituição científica e tecnológica (ICT), nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005. Atualmente é parte integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e tem por finalidade “gerar e disseminar conhecimentos e tecnologia, bem como capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia”.

Os gestores e a comunidade do Inpa como um todo tem noção clara da importância desse instituto para a região e vem tentando sempre o aprimoramento de sua atuação. Uma destas tentativas mais objetivas diz respeito ao planejamento estratégico institucional. O primeiro deles foi feito em 1975, quando o doutor Kerr reuniu um grupo de pesquisadores das principais organizações científicas da Amazônia para definir os temas que o Inpa deveria abordar prioritariamente em suas linhas de pesquisa. Naquele momento, foram elencadas as principais doenças da região. Depois desse, houve mais cinco planejamentos na gestão desse diretor e todos os seus sucessores fizeram o mesmo.

O resultado desse esforço na busca de uma boa interação entre a competência institucional e as demandas da sociedade também pode ser observado no relatório do planejamento estratégico de 1992, na gestão do doutor José Seixas Lourenço e intitulado “O Inpa no contexto do desenvolvimento da região amazônica”. O outro, no mesmo ano, foi elaborado pela Comissão de Alto Nível, designada pelo então secretário de c&t da Presidência da República, com a participação do Governo do Estado do Amazonas. O relatório elaborado por essa Comissão foi publicado em 1993, com o título de “O Inpa como centro de excelência em pesquisas na Amazônia”.

Posteriormente, este Relatório foi reanalisado e publicado na gestão do doutor Ozório Fonseca, em 1998, com o título “Contribuições do Inpa para o desenvolvimento sustentável da Amazônia: produtos, propostas, atividades, ações e projetos. Neste relatório há uma descrição pormenorizada das estruturas físicas, gerenciais e funcionais do Instituto e que vigoram até os dias atuais, com algumas modificações, sobretudo quanto à aglutinação de certos setores e troca de seus nomes e siglas.

Com base nas principais mudanças de sua estrutura física e administrativa e, também, em seus atos e inovações, costuma-se dizer que o Inpa passou por três fases distintas: a primeira, de implantação, de 1954 a início da década de 1960 quando o instituto contava com pouquíssimos servidores e nenhum pesquisador em seu quadro de servidores, já que estes vinham de outras instituições e acabavam retornando a elas; havia ainda muita descrença quanto à efetividade do instituto e era comum ele receber visitas de autoridades federais para acompanhar suas atividades.

A segunda fase, de 1961 a 1974, quando começou a ser montado um quadro próprio de servidores, por meio de contratação ou concessão de bolsas de estudos para estágios fora de Manaus para início das primeiras pesquisas. Nessa fase também começou a construção dos primeiros prédios em seu campus definitivo e a criação do primeiro curso de pós-graduação em Botânica, o que foi decisivo para a estabilidade institucional.

A terceira fase se deu a partir de 1975, quando o CNPq passou a programar uma radical reorganização de seu quadro a partir da reformulação das leis trabalhistas e que permitiu a contratação de pessoal

22 altamente qualificado para o Inpa. Essa fase coincide também com a criação de três outros cursos de pós-graduação, em cooperação com a Universidade Federal do Amazonas (Entomologia, Ecologia e Biologia de Água Doce e Pesca Interior). Os cursos de posgraduação passaram então a se constituir na principal fonte de formação dos novos pesquisadores que iriam tocar de maneira autônoma a pesquisa institucional.

Ao longo do tempo e particularmente nos últimos anos, o conjunto das atividades científicas desenvolvidas pelo Inpa está correlacionado à pesquisa, à extensão e à formação de recursos humanos, notadamente na pós-graduação. De maneira esquemática, esses três setores englobam os seguintes programas e linhas de pesquisa:

1. BIODIVERSIDADE: pesquisas nas áreas de Taxonomia, Sistemática, Biogeografia, Bioecologia, Palinologia, Etologia, Fenologia, Biologia molecular e Evolução das espécies. No conjunto, essas linhas de pesquisa procuram responder às questões sobre quais tipos de organismos vegetais e animais compõem os ecossistemas e como eles se distribuem pela Amazônia.

2. ECOLOGIA E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS: no conjunto, essas linhas de pesquisa procuram atender às questões sobre como os ecossistemas e as comunidades de organismos se relacionam entre si e com o meio ambiente, bem como seu comportamento frente aos impactos ambientais ocasionados pelos seres humanos.

3. SAÚDE E NUTRIÇÃO: as pesquisas e estudos nesse setor desenvolvem-se no âmbito da tecnologia e química de alimentos, segurança alimentar e da relação entre parasitas e seres humanos. No conjunto, essas linhas de pesquisa procuram atender às questões relativas à melhor maneira de promover a saúde e a qualidade de vida humana, em sintonia com a manutenção de um ambiente igualmente saudável e harmonioso.

4. CLIMA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS: os estudos desenvolvidos nessa área englobam a dinâmica biológica de fragmentos florestais, os recursos hídricos e as interações biosfera-atmosfera. No con-

junto, essas linhas de pesquisa procuram atender às questões surgidas nas interações biosfera-atmosfera e nas mudanças climáticas. 23

5. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: as pesquisas e estudos nessa área estão direcionados para o contexto ambiental e social da Amazônia, isto é, a transformação da biodiversidade em fatos sociais importantes e cuidados com a conservação da biodiversidade. No conjunto, essas linhas de pesquisa procuram atender às questões relativas à maneira mais adequada de conferir a sustentabilidade, isto é, harmonizar a relação entre custo e benefício na utilização dos recursos naturais da Amazônia.

6. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: o Inpa atua na formação e capacitação de recursos humanos, por meio de um bem-sucedido programa de pós-graduação iniciado em meados da década de 1970, com Botânica, Ecologia, Entomologia e Biologia de Água Doce e Pesca Interior e cerca de uma década atrás reforçados pelos cursos de Ciências Florestais Tropicais; Agricultura no Trópico Úmido; Genética, Conservação e Biologia Evolutiva e Clima e Ambiente, todos em nível de Mestrado e Doutorado estricto sensu. Além disso, desenvolve o Mestrado em Aquicultura em cooperação com a Universidade Nilton Lins o Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia, sendo este em parceria com Universidade da Costa Rica e Agência de Cooperação Técnica Alemã. Esse Programa procura atender às questões de como dar continuidade à pesquisa da região a partir de recursos humanos formados nela e por ela mesma.

7. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: este setor está mais envolvido em ações e práticas voltadas para o atendimento à sociedade do que propriamente a pesquisas científicas. Esse Programa procura atender às questões de como contribuir cientificamente com a comunidade, por meio de uma linguagem simples, acessível e convincente, visando o melhor aproveitamento e também a preservação da biodiversidade.

8. DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: este setor não atua diretamente na investigação científica, mas lhe dá suporte; ele está vinculado ao compartilhamento do conhecimento e os principais instrumentos para isso

- 24 são os Treinamentos Técnicos e a produção da Editora do Inpa, responsável pela publicação da revista *Acta Amazonica*, Série de Caderno de Debates do GEEA, livros avulsos, cartilhas, folders e outros. Esse programa visa atender às questões de como difundir o conhecimento científico, a fim de que ele possa ser assimilado e aproveitado pelo público em geral.

9. ACERVO: o Inpa dispõe de três campi de atuação, sendo o principal na Avenida André Araújo, ao lado da bola do Coroado e com um bosque com área de aproximadamente 13 hectares e que foi estruturado para preservar a biodiversidade do local e ao mesmo tempo desenvolver atividades de educação ambiental e difusão científica. O segundo campus está situado ao lado do primeiro, entre a Av. André Araújo e a Rua Bem-te-vi e onde estão instaladas as coleções zoológicas. O terceiro campus está situado na avenida Ephigênio Sales, antiga v-8, onde funcionam várias unidades de pesquisa. O Instituto também possui três reservas florestais, duas biológicas e quatro estações experimentais.

— CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de mais de meio século de existência esse Instituto desenvolveu um profícuo trabalho na área da pesquisa, da extensão, da formação de recursos humanos e diversos serviços prestados às instituições parceiras e à sociedade em geral, no entanto há muito que fazer, ainda são inúmeros e cada vez mais urgentes os problemas a resolver.

Talvez aqui se deva dizer o que disse Djalma Batista na introdução de *O Complexo da Amazônia*: “bato palmas à execução dos empreendimentos, sentindo-me, porém, no dever de alertar para ameaças que aparecem no horizonte e que poderão ser sintetizadas em três advertências”:

A – A natureza amazônica não está suficientemente conhecida e estudada. Considero, por isso, em primeira prioridade, a necessidade de incentivar pesquisas científicas e tecnológicas, que venham a servir de orientação indispensável.

B – É preciso de qualquer maneira defender a ecologia amazônica contra o alargamento de práticas destrutivas, como o desmatamento desordenado, a agricultura itinerante, o esgotamento dos recursos da

pesca, etc., que cedo acentuarão o desequilíbrio entre a água, a flora, a fauna, o ar e o próprio homem. 25

c – É urgente que se crie uma agrotécnica para os trópicos, até hoje desconhecida e que permita o aproveitamento racional das terras amazônicas e a produção de alimentos.

Com base nisso, talvez seja pertinente apontar alguns parâmetros que essa instituição deve se pautar para tentar cumprir com fidelidade a missão que lhe foi confiada e a qual, por ser tão grande, complexa e desafiadora, deve ser compartilhada com as demais instituições que lidam com a mesma problemática. De maneira sintética, tais parâmetros são os seguintes:

1 – O Inpa surgiu como uma instituição estratégica para o Brasil e continua sendo, na medida em que a Ciência e a Tecnologia são instrumentos indispensáveis ao processo de desenvolvimento socioeconômico e, por extensão, à segurança nacional de todo e qualquer país.

2 – A importância desse Instituto não pode ser aquilatada unicamente por aquilo que ele realizou até agora, em seus quase sessenta e cinco anos de instalação, mas também – e talvez, mais importante ainda – naquilo que pode e deve realizar no futuro, pois o mundo está em constante transformação socioeconômica.

3 – A missão do Inpa é gigantesca e complexa; é evidente que esse Instituto deve buscar parcerias entre seus potenciais parceiros em todos os níveis, visando acelerar e aprofundar a produção de conhecimento, bens e produtos.

4 – É enorme o leque de temas e atividades científicas que o Inpa pode e deve realizar, mas também – e por isso mesmo – deve estabelecer prioridades e para isso a participação da sociedade é fundamental.

5 – O Inpa tem como escopo principal de atuação a pesquisa básica, aquela que dá suporte teórico e inspiração para a pesquisa prática, no entanto é fundamental que ele também desenvolva a pesquisa prática, principalmente aquela voltada para tecnologias alternativas.

6 – Para garantir e dar sustentabilidade à pesquisa, o Inpa precisa continuar atuando e dando ênfase cada vez maior na formação e capacitação de recursos humanos, por meio de seus cursos de pós-graduação. Esses profissionais são indispensáveis não somente para a continuidade das pesquisas, mas também para reforçar os quadros dos

26 gestores e administradores nos setores da educação, da socioeconomia e do meio ambiente.

7 – Ao lado da formação de recursos humanos de alto nível, preparados para o desenvolvimento da pesquisa e de outros processos científicos, o Inpa precisa investir cada vez mais e com maior competência na formação do “espírito científico”; vale dizer, no incentivo à curiosidade e admiração pelos fenômenos naturais, bem como à importância da ciência para melhor entendê-los e também poder aplicá-los no desenvolvimento de tecnologias simples e bem adaptadas à região.

8 – Além da formação, há também necessidade de que o Inpa e demais instituições de pesquisa da região, possam absorver os profissionais formados em seus quadros de pesquisa, ensino e gestão. A Amazônia não pode se dar ao luxo de formar recursos humanos altamente qualificados e deixá-los sem emprego e ocupação.

9 – O interior amazônico precisa ser melhor colonizado e aproveitado. Abrir mão dessa potencialidade com o discurso ufanista de que a Amazônia precisa ser preservada e por isso mantida à distância das populações nativas é um engano básico e um erro histórico. A Amazônia só será preservada e só se converterá em benefício para o povo brasileiro à medida que for conquistada com sabedoria e prudência. Nesse contexto, a educação, a ciência e a tecnologia desempenham um papel fundamental e é nisso que se insere a missão do Inpa e as instituições parceiras.

— REFERÊNCIAS

- BATISTA, D. *Artigos & Crônicas*. Organização de Edith Limongi Batista; Marilena Limongi Batista e Renan Freitas Pinto. Manaus: Edua, 2016.
- MAIO, M. C. A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do Inpa (51-81). In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M. *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Goeldi, 2001.
- NEPSTAD, D.; STICKLER, C. M.; SOARES-FILHO, B.; MERRY, F. 2008. Interactions among Amazon land use, forests and climate: prospects for a near-term forests tipping point. *Philosophical Transactions of the Royal Philosophical Society B*, n. 363, p. 1737-1746.

RODRIGUES, W. A.; SILVA, M. F.; SILVA, A. F. S.; RIBEIRO, M. N. G. (1981). 27
Criação e evolução do Inpa (1954-1981). *Acta Amazonica* (Suplemento) 11(1); 7-23.

SANTOS, G. M. *Como ajustar os objetivos do Inpa à realidade socioeconômica e aos anseios da sociedade local*. Trabalho apresentado ao Programa de Treinamento em Administração de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (Protap). Faculdade de Economia e Administração da USP, 1993.

AGRADECIMENTOS: Aos colegas Dr. Efrem Ferreira e MSc Isis Rafânia pela leitura cuidadosa e crítica.



{ FUNDADORES }

— Aurélio Pinheiro: médico e escritor

ROBÉRIO BRAGA

Dentre os jovens que se voltaram para a capital da hévea no período áureo da economia amazonense, Aurélio Waldomiro Pinheiro conseguiu destaque como médico e intelectual atuou nas brenhas dos altos rios amazônicos, formou a primeira família na ilha de Parintins e se projetou nacionalmente após a sua transferência para o Rio de Janeiro, em cuja cidade foi escritor, jornalista e publicista consagrado.

Nascido em 22 de janeiro de 1882,¹ em São José do Mipibu, Rio Grande do Norte, sendo filho de Manoel Onofre Pinheiro e Maria Barbosa Pinheiro, era irmão de Gentil Pinheiro, advogado e escritor que faleceu no Rio de Janeiro e de José Emílio Pinheiro que foi juiz municipal em Manaus e desde 1907 já residia na capital amazonense.²

Estudou em sua cidade natal, na qual foi escriturário do Tesouro do Estado (1902), fazendo os preparatórios no Ateneu Norte-rio-grandense, seguindo depois para Salvador, em cuja cidade veio a formar-se médico pela Escola de Medicina da Bahia.

Depois de clinicar em sua terra, pelo menos até 1910, chegou a Manaus ainda jovem, em cuja cidade exerceu a medicina em vários hospitais e comissões de saúde pública, transferindo-se para o município de Parintins no interior amazonense como inspetor sanitário, em cuja cidade casou com Isabel G. Menezes Pinheiro, em 3 de setembro de 1930,³ e, dentre outras atividades sociais e médicas, participou da fundação da associação recreativa Clube dos “Simples”, da qual foi presidente, atuando na companhia de Samuel Faria, capitão Antônio Silva, Raimundo Nogueira, Anna Nina e Raimundo Nina.

¹. *Registros de jornal dão conta de ter sido a 28 de janeiro. A Ordem, Natal, 28 jan. 1937, p. 1. A Ordem, Natal, 27 jan. 1940. A Ordem, Natal, 28 jan. 1941.*

². *José Emílio Pinheiro foi juiz municipal em Itacoatiara (1909); juiz de direito de Itacoatiara (1910); juiz municipal de Manacapuru (1911). No cargo de juiz de Itacoatiara travou pendenga judicial, acabando por ser reconduzido por decisão do Supremo Tribunal Federal (1919). Foi juiz de Carauari (1922). Residiu em Manaus na Rua Lima Bacuri, nº 42/B.*

³. *A filha do casal, de nome Maria Myrthis, nasceu em agosto de 1913.*

Retornando a Manaus foi inspetor da Saúde dos Portos tendo como companheiros de trabalho os clínicos Augusto Linhares e Álvaro Madureira de Pinho; diretor e vice-presidente da Liga Amazonense de Futebol (1916), ao lado de Lauro Cavalcante; prestou serviços clínicos nas farmácias “Lemos”, “Oswaldo Cruz”, “Pasteur”, “Cesário”, “Braule Pinto” e “Barreira” como clínico e especialista em febres e moléstias das crianças tendo desenvolvido a fórmula “pílulas amazônicas”, para tratamento de sezões e febres, a qual era vendida na Farmácia “Cesário”.

Na condição de médico da Comissão de Saneamento do Rio Branco (1917) produziu importante relatório sobre o tema, o qual foi encaminhado ao governo do Estado, o qual, ao que se sabe, não levou a nenhuma mudança no comportamento do Poder Público no trato dos problemas de saneamento das cidades amazonenses, antes como agora, muito deficientes em tais questões. Teve papel importante no combate à gripe “influenza”, atuando no posto da região do Entroncamento, em Manaus, e como encarregado do serviço hospitalar fluvial no vapor “Rio Madeira”, no qual acolhia os doentes chegados de Belém e do interior do Amazonas, tendo obtido bons resultados nessa função (1918). Anos mais tarde foi médico legista da Polícia Civil (1926).

Manteve residência na capital amazonense na Avenida Joaquim Nabuco, nº 22, e propriedade de castanhais no rio Cunumam, e, tendo enviuvado, ainda em Manaus, casou-se em segundas núpcias com Dulceida Durand,⁴ filha do escritor Coriolano Durand, também um dos fundadores da Academia.

No Rio de Janeiro, para onde se transferiu em 1929, atuou na repartição de Saúde Pública da Ilha do Governador (RJ) e em clínica particular na cidade de Niterói, além de contribuir como um dos pioneiros da Rádio Nacional, ao lado de Luciano Perrone e Ismênia dos Santos, na Rádio Educadora do Brasil (1931). Não se afastou da prática da medicina, residindo em Botafogo, na Rua Maria Eugênia, nº 43, e mais tarde em Niterói, com sua terceira esposa, Zuleika Pinheiro, e os filhos do primeiro casamento.

Aurélio manteve ligações próximas de amizade com amazonenses residentes na capital da República, e com o próprio gover-

4. *Jovem que estudou na Escola Moderna, tendo sido colega de Eunice Serrano, Aurora Ramos e Amazonina Sidou (1911); integrou a sociedade “Paladinos da Galhofa”, em Manaus (1915); participou de grupo de teatro, inclusive no papel de “Magdalena”, no auto de Natal encenado no Teatro Amazonas (1917); integrou comissão social nas festas do Nacional Futebol Clube, especialmente em grupo de organização de concertos de piano com Tatá Level, com sua irmã Aldeida e com Zenóbia Araújo (1918).*

no estadual, sendo, por vezes, comissionado para representar o Estado em eventos sociais, culturais e políticos no Rio de Janeiro, como sucedeu na comissão de homenagens a Edna Frazão, a Miss Amazonas, oportunidade em que esteve ao lado de Aristides Rocha, Jorge de Moraes e Benjamin Lima, na festa do Instituto Nacional de Música.

Foi professor de Literatura e examinador de provas de Química, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1938), membro do Instituto Brasileiro de Cultura, do Rio de Janeiro, ao lado de Pedro Vergara, Jorge de Lima e Gilka Machado ocupando a cadeira do Visconde de Taunay e com tal interesse que, após sua morte, o Instituto pleiteou a outorga de seu nome a uma das vias da cidade fluminense. De sua passagem no magistério fluminense os registros são escassos, mas deve ter pretendido retomar a prática da sala de aula que não se configurou largamente em Manaus, possivelmente por questões políticas que o teriam afastado de concurso para a Escola Normal.

Assíduo colaborador de imprensa, seja em sua terra natal, nos primeiros anos de Manaus e no Rio de Janeiro, chegou a usar o pseudônimo de “Estanislau Pamplona”. São de destacar suas contribuições aos seguintes veículos: *O Paiz*, *Para Todos*, *Revista da Semana*, *Vamos Ler*, *Aspectos*, *Carioca*, *O Malho*, *Aspectos*, *Eu Sei tudo*, *Mundo Literário*, *A Ordem*, *Cruzeiro*, *Correio da Manhã*, *Mossoró* [RN], *A República* [RN], *Ordem* [RN], *Anuário Fluminense*, de Niterói [RJ], neste caso, ao lado de Agripino Grieco e Oliveira Viana (1938).

Na *Revista Aspectos*, do Rio de Janeiro, sob a direção de Raul de Azevedo, também fundador da Academia e um dos seus principais animadores, Aurélio publicou *Em torno de Machiavel*, ao lado de Celso Kelly, Pedro Calmon, Álvaro Moreira, Péricles Moraes, Rodrigo Octávio e Hannibal Porto. No *Jornal do Brasil*, fez editar a série *O Ouro do Sucundury* (1929), romance, em forma de folhetim e que depois se transformou no livro *Em busca do ouro*. Na *Revista O Malho*, escreveu: *O Morgado*, 1935; *Os amores de Chopin*; *Gleba de Maldição*; *O engenheiro*; *Tragédia de seringal*; *Natal no ermo*; *A singular felicidade*; *A última ilusão*; *Amazônia na literatura*; *Bastilhas*, 1936; *São João*, 1936; *Dor criadora*, *Ouro de Mato Grosso*, 1936; *A idade e a inteligência*, 1936; *A função social do bangalow*, 1936; *O fim da Parvoice*; *Janjão*; *Aqueles olhos*;

32 *Talisman*, 1937. Em uma série curiosa, na mesma revista, anunciava o lançamento de novo livro sob o título de *Diário de um Médico* para o qual teria escrito os artigos *Triste ironia*, 1930; *Um cliente singular*; e *Malhado*, 1936.

Na *Revista da Semana*, na qual colaborou por quase dez anos desde 1929, destacam-se: *Victoria régia*, 1929; *O Rio Branco*, 1929; *Manãos*, 1929; *O Inventor*, 1929; *Ana Maria*, 1929; e, *O corujão*, 1929. Na *Revista Eu sei Tudo*, escreveu: *Singularidades da flora amazônica*, 1930; *A castanheira*, 1930; *As mãos suaves*, 1933; *Coisas e aspectos do Brasil, garimpos do Araguaia, Parecis e Nambiquaras*, 1934; *Os heróis obscuros a vida humana*, 1937. Escreveu ainda: *As mãos Suaves*, *Diário de Um Médico*, *O Anel simbólico*, *Cenas e Cenários do Amazonas*.

Seus últimos artigos na imprensa no Rio de Janeiro foram uma sequência, no ano de 1938, sob o título de “Os gênios perante a medicina”, nos quais cuidou de examinar a personalidade de grandes vultos mundiais como Nietzsche, Balzac, Voltaire, Beethoven, Dostoiévski, Chopin e Napoleão. A leitura detida desses trabalhos sinaliza a presença não só do escritor habilidoso e conhecedor do idioma nacional, mas também do médico que, com conhecimento de causa, revisitou parte da obra desses grandes escritores e procurou identificar traços fortes da personalidade de cada um deles, expondo esses marcos humanos com certa leveza e bastante lucidez, ao grande público que era leitor assíduo dos jornais.

Versado em línguas estrangeiras, traduziu várias obras clássicas da literatura internacional como: *Verdade e realidade*, de Otto Rank, 1935; *A luta contra o demônio*, de Stefan Zweig, 1935; *Casanova*, de Stefan Zeig, 1935; *O caso de um coração*, de Stefan Zeig; *Uma noite fantástica*, de Stefan Zeig; *Mundos Imaginários*, de André Maurois; *Bernard Quesnay*, de André Maurois; *Voltaire*, André Maurois; *Caprichos de Layd*, de Anthony Dreyer; *Em Guarda*, de Máximo Gorki; e, reviu a tradução de *Crime e castigo*, de Dostoiévsky, feita por J. Jöninsky, 1936.

Escreveu a tese *Fatores Psicológicos da Educação: Personalidade Conveniente*, com a qual pretendia disputar a cátedra de Pedagogia Aplicada para o Instituto de Educação do Amazonas, mas não chegou a defendê-la, abandonando a possibilidade de se tornar profes-

33
sor catedrático como muitos outros escritores e intelectuais do seu tempo.

Publicou os livros: *O Desterro de Umberto Saraiva*, 1926; *Gleba Tumultuária*, 1927; *Macau*, 1934; *Segredo da Flor*, 1935; *À margem do Amazonas*, 1937, lançado pela coleção Brasileira; *Dicionário de sinônimos da língua nacional*, 1938; *Em Busca do Ouro*, 1938.

A respeito dessas publicações vale registrar que o livro *Macau* tinha o título original de *Bonecos de Sal* (1934); e, *Em busca do ouro*, era designado de *Ouro do Sucundury*.

Mereceu dois prêmios da Academia Brasileira de Letras: um com o romance *O Desterro de Humberto Saraiva*, reconhecido juntamente com *Vulcão*, de Martins Fontes, e os escritores Basílio de Magalhães e Renato Travassos, em outros gêneros; e outro prêmio com o romance inédito *Anel simbólico* (1931). Esses prêmios mais do que recomendarem as obras laureadas e o escritor em si, servem para demonstrar, também, que o nordestino chegado fazia pouco do Norte distante, vivenciado no interior amazônico, foi capaz de romper o anel dourado dos escritores e jornalistas fluminenses os quais quase sempre saíam vencedores de tais concursos literários.

Foram vários os críticos que teceram elogios à sua obra, dentre os quais Carlos Dias Fernandes em seu artigo *Autores e Livros* (1928) tratando dos livros *Gleba Tumultuária* e *O Desterro de Humberto Saraiva*. Anos mais tarde A. Azevedo, no jornal *O Paiz* (1934), especialmente sobre o livro *Macau*, que o classificou de “romanista completo, que conhece a sua arte, sabe escrever... e com os olhos clínicos que veem claro e profundo, trouxe para as suas páginas trechos dessa miserável e paradoxal existência humana...”; e, adiante, Américo de Oliveira Costa, no Rio Grande do Norte, sob o título de *Estudo crítico e biográfico*. Os estudos, entretanto, deixam a desejar, talvez porque feitos às pressas, não se detiveram adequadamente na apreciação das obras e, em certo ponto, parecem não haver alcançado a mensagem do autor e as entranhas do seu pensamento.

Participou ativamente da fundação da Sociedade Amazonense de Homens de Letras, desde os fins de 1917 e depois da alteração para Academia Amazonense de Letras (1920). A cadeira por ele inaugurada foi a de número 21, patrocinada por Raul Pompéia, que foi

34 transformada em nº 3, patrocinada por Gonçalves Dias, tal como se encontra (2018). Logo nas primeiras reuniões Aurélio foi escolhido para compor a diretoria do primeiro trimestre ao lado de Adriano Jorge, Carlos Chauvin, Benjamin Lima e Paulo Eleuthério, encarregados de redigir o Estatuto da entidade. Seu deslocamento para a capital da República, entretanto, o afastou da entidade, tal como sucedeu com vários outros, entre eles o dinâmico e polêmico Raul de Azevedo, e, mais que isso, o apartou da vida literária amazonense porque raramente publicou qualquer artigo nos jornais e revistas manauenses após seu deslocamento para o Rio de Janeiro.

Quando estava vivendo fase de intensa produção para jornais cariocas, e ainda produzindo outros livros, portanto, em plena atividade intelectual, veio a falecer em Niterói, no dia 17 de novembro de 1938,⁶ na sua residência, na Vila Pereira Carneiro, nº 20, com 55 anos de idade, e a missa de sétimo dia foi celebrada na Igreja de São Francisco de Paula, em 23 de novembro de 1938.

6. O Fluminense, Niterói, 18 nov. 1938, p. 1.



SCULPTURE 67-1-0035

{ ORATÓRIA }

— Abertura

posse da acadêmica ARTEMIS ARAÚJO SOARES¹

— O RITMO E CORPO NA EDUCAÇÃO

Porque no desenvolvimento humano e no fazer-se homem as únicas coisas que realmente importam ou deveriam importar são as feitas de verdade, o ser e o fazer que intervêm na realidade por meio do dinamismo das profissões, devem ou deveriam ser marcados pelo sentido da ajuda, da entrega, do benefício, da solidariedade como missão de quem professa a distribuição do bem que cabe a cada um de nós promover nesta terra e neste mundo. Muito do caráter de uma sociedade tem sua formação na maneira como agem, se aprimoram e se articulam as profissões de seus habitantes.

O magistério que tem por finalidade precípua educar, ou seja, aprimorar o ser humano é a profissão de Artemis Soares. Nela jamais descurou do seu valor por excelência, a pessoa humana, e foi dele que sempre partiu para alcançar o fundamento próprio e peculiar da Educação como processo de construção de conhecimentos que visa o desenvolvimento do indivíduo, da pessoa e do cidadão por meio do desencadeamento de todas as suas potencialidades.

Incontidas minha satisfação e minha alegria em presidir esta solenidade de posse da professora doutora Artemis de Araújo Soares na cadeira nº 40, de Paulino de Brito. Em primeiro lugar porque Artemis, a deusa grega da caça é professora, ou seja, tem sido formadora de gerações no mesmo espaço que eu, a Universidade Federal do Amazonas, e porque juntas no Conselho Universitário, apesar de atuarmos em campos distintos do saber, contribuímos significativamente para a realização de algumas ações importantes da Ufam, especialmente quando da criação e implantação das unidades acadêmicas do interior do Estado.

1. Cadeira nº 40, de Paulino de Brito, em 17 de novembro de 2017.

38 Satisfação porque Artemis é a sétima mulher a tornar-se Membro Efetivo da Casa de Adriano Jorge, justamente quando a mesma se prepara para festejar o seu centenário. Cem anos de existência! Apenas seis mulheres entre os 148 membros do Silogeu. Satisfação também porque será uma mulher, uma professora, a confeitira Marilene Corrêa da Silva Freitas, amiga de há muito que, assim como eu, vem das barrancas dos rios, das profundezas da floresta e das águas barrentas do Juruá, quem ocupará a tribuna para saudar a novel acadêmica.

Numa perspectiva filosófica, são duas as dimensões humanas: sensibilidade e entendimento, corpo e espírito ou, ainda, sentidos e razão, real e ideal. Artemis Soares, cabocla de Manicoré e das águas barrentas do Madeira que adentra os umbrais da Academia nesta noite, dedica-se ao magistério daqueles que irão cuidar da saúde do corpo como função precípua da educação física visando à saúde e a beleza da expressão corporal, que muitas vezes diz mais que palavras expressas em falas.

Como a maioria absoluta dos membros desta Casa, sejam eles médicos, advogados, filósofos, sociólogos, odontólogos, teólogos, teatrólogos, jornalistas, artistas, literatos, Artemis é profissional da educação. Seu magistério na área da Socioantropologia e na ginástica rítmica, desporto essencialmente feminino, não pode descurar da integração entre espaço, tempo, música, movimento, ritmo, dança e arte, assim como da criatividade, originalidade e integração psicomotora daquelas que a estudam e a praticam.

Artemis, a companheira de jornada no fazer educação e na busca da compreensão do homem e das coisas como elas são, ao integra-se ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Ufam, adentra também ao campo da antropologia cultural buscando apreender as expressões corporais em espaços culturais distintos e diferenciados para compreender o seu sentido e o seu valor como arte e como linguagem porque, além de ser formada em educação física, também tem formação em língua e literatura portuguesa e brasileira, por conta disso possui todas as condições para fazer tais conexões.

Sede bem-vinda professora Artemis Soares. Permaneça no Salão do
Pensamento Amazônico Álvaro Maia para tomar assento na cadeira 40,
de Paulino de Brito, que desta hora em diante será sua.

Está aberta a sessão!

¶ ROSA MENDONÇA DE BRITO



— Discurso

posse da acadêmica ARTEMIS ARAÚJO SOARES

Eu recebi o nome Artemis Araújo Soares. Nasci em Manicoré, a pequena cidade que carrego até hoje nas minhas lembranças, onde vivi minha infância. Daquele tempo, gosto de recordá-lo com um poema de Manoel de Barros, que assim inicia:

*Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino
que carregava água na peneira
A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e
sair correndo com ele para mostrar aos irmãos*

Sou de uma região de muita água, água barrenta, que esconde no seu ventre muitos mistérios. Olhando as águas do rio Madeira, que passam correndo a olhar de soslaio para Manicoré, sinto que eu era a menina que carregava água na peneira. E carregava-a com a finalidade de que ela não enchesse nenhum recipiente, porque o que eu queria mesmo é que nunca acabasse o tempo em que eu subia e descia a ribanceira do rio carregando água numa peneira. Mas aquele recipiente, inexplicavelmente, encheu-se, e eu fiquei adulta.

Manicoré está localizada nas margens do rio Madeira, o imenso rio de águas barrentas, que acendia, em mim, a curiosidade de saber o que viria após o alcance da minha visão; depois daquela curva que eu nada mais podia identificar, senão o desconhecido para os meus olhos, mas não para a minha imaginação. Acredito que, ao olhar em direção à curva do rio, foi a primeira vez que tive a sensação de ver ou de sentir o infinito.

Outra coisa que palpitava em mim, era o desejo de segui-lo, não sabia para onde, mas perguntava-me, muitas vezes, para onde ele ia, onde era a sua casa, ou onde ele deixava de ser ele mesmo para ser outro. O que me resta como herança desse tumulto de pensamentos e de vontades é o prazer pelas viagens. Viajar é como se eu seguisse o rio da minha infância.

*Rio que seguia, sem olhar para trás;
que não viu a menina,
vestida com um florido vestido de chita;
que lhe dava adeus, com a mão tão pequena,
que ele não viu ao passar.*

Ele não parou para olhar, porque ele tinha o seu destino para seguir, pois, se deixássemos que ele cumprisse a sua missão, seguiria sempre, imponente e indiferente a quantos o quissem chamar. Juntamente com o rio imenso, vem-me a imagem do céu estrelado, que, aqui, na capital, é impossível vê-lo com tanta luz e beleza. Em algum lugar ou por cima de nossas cabeças, é como se o Céu cobrisse a Terra, e iniciassem um enlace amoroso que, como consequência, gerou os mundos animal, vegetal e todas as coisas espalhadas por essa extensão que constitui nossa morada.

Da pequena e amorosa Manicoré, lembro-me, muito bem, das quatro ruas que a constituíam: a Rua da Frente, a Rua do Meio, a Terceira Rua e a Rua de Trás. Era assim que se falava e, tanto é verdade, que eu e meus irmãos não lembramos os nomes delas. Já nos fizemos a pergunta sobre os seus nomes, tentamos lembrar juntos, e o que conseguimos foram muitas gargalhadas, pois numerosas histórias foram chegando.

Minha família morava na Terceira Rua, e lá, todos os moradores se conheciam, sabiam da vida uns dos outros, compartilhavam as festas, também acompanhavam os “enterros” e choravam as tristezas dos vizinhos e dos amigos. No período em que moramos em Manicoré, a vida era comunitária: todos se ajudavam mutuamente, a convivência era pacífica, num clima de amizade, paz e generosidade. Como se se tratasse de uma representação mítica, a cidade fica no alto. Alcançá-la, somente é possível depois de subirmos os muitos degraus do seu por-

42 to. Do alto, era muito bonito ver os barcos chegando, mas era desalentador ver as pessoas, como se fossem submetidas a uma prova, numa agonia enorme, carregando as suas bagagens, compras, crianças, até chegarem à Primeira Rua e, depois, às suas casas.

Como todas as cidades de tradição católica, a Igreja de Nossa Senhora das Graças era o seu principal ponto de referência, e as missas, aos domingos, era o acontecimento mais importante, pelo qual esperávamos com ansiedade: crianças, jovens, adultos e idosos. Relembrando, vejo-a, e retorno à minha infância: uma igreja de médio porte, de arquitetura portuguesa. Linda, linda! Os rituais de domingo, quando púnhamos a nossa melhor roupa; quando os vizinhos e os outros moradores arrumavam-se, usavam perfume e botavam no rosto o melhor sorriso, constituem imagens que exigiam belas fotografias. Em todas as cidades de herança portuguesa, a Igreja fica no Centro, no meio da praça. É o umbigo da cidade, o seu centro de gravidade. Mas em Manicoré nossa igreja fica na Rua da Frente de onde se descortina uma linda visão do rio.

O rio tem enorme importância na vida dos interioranos. Tudo o que pudéssemos pensar de novidade ou de diferente chegava pelo rio. Na minha caixinha de lembranças existe uma noite estrelada, quando fiquei deslumbrada com o navio “Lobo d’Almada”, que surgia lentamente, deslizando na água prateada como uma serpente iluminada, como uma aparição, na escuridão do rio. Para completar o quadro de rara beleza, quanto mais ele se aproximava, mais alto se ouvia a música “Lencinho branco”, cantada na voz da famosíssima Dalva de Oliveira.

No ano de 1958, eu e minha família deixamos Manicoré. Viajamos no navio-motor Lobo d’Almada, a serpente iluminada, na terceira classe. Lembro-me muito bem das redes coloridas que cruzavam os seus corredores e dos banheiros, que mais do que tudo chamaram a minha atenção. A viagem durou dois dias e meio. É nítida a lembrança do rebojo que o navio provocava nas águas barrentas do rio Madeira. Quando alcançamos o rio Negro, fiquei maravilhada com a cor negra e a profundidade das suas águas, digo profundidade em decorrência do peso que eu imaginava naquelas águas que tinham dificuldade de se mexer, ou quando se mexiam pareciam bolos de alguma coisa escorregadia, escura e pesada.

A nossa chegada foi difícil, como costuma ser para todas as famílias que se deslocavam ou se deslocam do interior para a capital, em busca de cura para as doenças mais complicadas, de estudos para os filhos e de condições dignas de sobrevivência. É o interior que fica para trás, é a vida dura de homem da roça, da pesca e de trabalhos de subsistência que se transporta para a dureza da cidade. Chegamos. No porto movimentado, com pessoas indo e vindo, relembro o seu Mapará, o “carregador” que transportou as nossas bagagens no carrinho de mão até a Rua Jonathas Pedrosa, onde morava tia Paula, que ajudou imensamente aquela família provida, apenas, de coragem e de muita curiosidade. Passado pouco tempo, mudamos para a Rua Emílio Moreira, onde moramos na “orelha” da casa de uns conhecidos, oriundos de Manicoré, pagando aluguel. A “orelha” tinha dois cômodos. Tempos depois consolidamos a nossa permanência na Rua Duque de Caxias, na casa que papai comprou com o auxílio da produção de farinha, quando este produto faltou em Manaus e alcançou preços muito altos. Gostaria de lembrar que Manicoré é uma grande produtora de farinha e meu pai era um conhecedor de segredos da sua produção.

É o momento para dizer que eu venho de uma família de nove filhos, dos quais sou a segunda filha. Em Manicoré nasci eu e mais cinco irmãos. Os três últimos nasceram em Manaus. Meus pais chamam-se Clodomir Soares (já falecido) e Raimunda de Araújo Soares. A minha vida confunde-se com a de muitos interioranos que sonharam com um futuro melhor para os filhos e com crianças que acreditaram no sonho de ir para a capital. O sonho, para essas pessoas, somente realizar-se-ia na cidade grande. Como é comum na história da gente humilde do Brasil, principalmente dos interiores mais distantes dos centros de geração de oportunidades, de perspectivas diferentes, tudo é possível onde as luzes que brilham são artificiais e não existem, apenas, três ruas, mas um mundo pela frente, desafiador e desconhecido. Meus pais acreditaram que poderiam tornar seus filhos “alguém na vida”. Trabalharam muito, submeteram-se às leis da cidade, à indiferença e ao anonimato, para criar e educar os nove filhos.

Em 2000, meu pai faleceu, quando tinha, então, 83 anos. Foi uma longa vida dedicada, principalmente, à família. Minha mãe conta, hoje, 2017, com 90 anos. Para mim, é um prazer imenso recordar do meu pai,

44 porque o seu comportamento e a sua postura na vida chamavam-me muito a atenção. Ele somente fez a escola primária, todavia era um homem interessado pela política nacional, gostava muito de ler e procurava ser “uma pessoa informada”; lia, mensalmente, algumas revistas, inclusive uma que se chamava Seleções, e que era muito lida pela população local. Minha mãe está entre nós, com a calma da mulher interiorana, que, apesar de tanto tempo na capital, ainda traz consigo modos e olhares de quem veio do interior, e não sei se estou enganada, mas nos seus olhos, acredito que vejo imagens da sua infância, da sua juventude, dos filhos pequenos e do meu pai.

Iniciamos nossa escolaridade no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, eu e meus três irmãos. Lá estudei do 2º ao 5º ano, com a professora Maria Isis Falcone, uma bela e elegante senhora da sociedade manauara. Naquele tempo, ser professor era uma honra, e a sociedade curvava-se para aquele que “desemburrava” os seus filhos, dotando-os de conhecimentos e de boa educação. Da professora devo destacar a sua reconhecida competência pelos pais e pela comunidade local. A ela devo conhecimentos que formaram minha base, no que compete à Língua Portuguesa, e que me servem até os dias de hoje.

Desde o início da minha vida escolar, simpatizei muito com as aulas de Educação Física. Ela tornou-se a responsável pelos meus melhores dias na escola primária. Inclusive minha vida profissional seguiu o rumo de um prazer que eu senti um pouco na infância e na adolescência. Mas fui muito boa aluna, porque sabia que, para mim, só restava um caminho na vida: estudar e estudar muito mesmo.

Meu caminho foi norteadado pelos livros; foi neles que encontrei o meu norte, o sentido da minha vida e a minha realização profissional e, foram eles que me trouxeram até aqui, na Academia Amazonense de Letras. Agradeço a sua presidente, professora doutora Rosa Mendonça de Brito, pessoa de destaque na área da educação, da filosofia, nas letras e na gestão universitária. A convivência no Conselho Universitário fez nascer uma grande admiração. Conhecendo-me, quando da abertura do Edital convidou-me a participar do certame, convencendo-me que eu tinha currículo para tal. Resisti inicialmente, mas, tendo trabalhado a vida toda com competição, não me sentiria bem se não enfrentasse esse certame. E aqui estou eu. Obrigada, presidente!

Agradeço aos ilustríssimos acadêmicos que, por uma decisão livre, nomearam-me para ocupar a cadeira, cujo patrono é Paulino de Brito. Senti-me sempre muito bem recebida quando busquei o apoio para minha candidatura. Todos com quem falei foram de uma grande elegância e finesse. Muito obrigada para sempre.

O patrono da cadeira 40, Paulino de Brito nasceu no Amazonas, no ano de 1858, porém adotou como segunda terra natal o Estado do Pará, a sua capital Belém, onde faleceu no ano de 1919. Ele foi poeta e, também, filólogo. É a ele que devo honrar e continuar a sua busca do conhecimento e de compreender o homem, a sua contingência. E, principalmente, buscar a revelação da palavra.

É merecedor de reconhecimento pelo seu trabalho como filólogo, e também como poeta. É autor de poemas, romances, contos, ensaios e artigos de jornal, nos quais cultivava o zelo da escrita, o labor pela construção e magia das palavras. Ouçamos a sua voz, por meio de alguns dos seus versos. No poema que se segue, a sua homenagem se dirige para o majestoso rio Negro:

*Na terra em que eu nasci, desliza um rio
ingente, caudaloso, porém triste e sombrio;
como noite sem astros, tenebroso;
qual negra serpe, sonolento e frio.
Parece um mar de tinta, escuro e feio:
nunca um raio de sol, vitorioso
penetrou-lhe no seio;
no seio, em cuja profundeza enorme
coberta de negror,
habitam monstros legendários, dorme
toda a legião fantástica de horror!*

Paulino de Brito é filho de transição: viveu em finais do século XIX e inícios do XX. Viveu em si o revolvimento próprio dos tempos de dissolução e de fragmentação. O poema “Rio Negro” diz muito sobre isso. A homenagem ao rio que banha a sua terra natal apresenta-se como uma pintura de El Greco, por exemplo, que viveu, também, um período de transição. São dois planos que se apresentam. Entre eles, a transição, que

- 46 chega como se pretendesse camuflar a oposição. De um lado, um escuro, tortuoso e mítico. De outro, uma existência que se dobra sobre si mesma, na plenitude da sua agonia. Ouçamos, mais uma vez, o poeta:

*Ó meu rio natal!
Quanto, oh! quanto eu pareço-me contigo!
eu, que no fundo do meu ser abrigo
uma noite escuríssima e fatal!
Como tu, sob um céu puro e risonho,
Entre o riso, o prazer, o gozo e a calma,
passo entregue aos fantasmas do meu sonho,
E às trevas de minha alma!*

No primeiro plano, o imenso rio Negro, revelado pela escuridão revolta, povoada de monstros que se embolam no movimento escuro e terrífico, gerenciado pelos ventos, pela noite e pelas estrelas. A zona que pretende amenizar o terrífico é representada pela majestosa natureza, com o canto dos pássaros, o verdejante das matas, o brilho intenso do sol, que precipita o falecimento da noite e nos chama para o dia de trabalho, de viver. Nós, que somos filhos dos trópicos, que temos o Equador sobre as nossas cabeças, conhecemos o mais belo Sol, o representante da sabedoria, Deus da Luz, mas também da inquietação e do desassossego, pois sem isso não pode haver busca, movimento.

E no outro lado da figuração encontra-se um ser que se torce e contorce sob o frêmito da contingência, o nosso maior mal e engendran-te da nossa condição humana. Expressa, ainda, a solidão humana, a condenação por estar vivo e ser consciente disso. O rio Negro, com sua rejeição à luz e a surdez para os chamados dos pássaros, da vida e da luz, reflete o espírito do poeta e de todos nós, que é indiferente ou é da sua condição não regozijar-se, sempre ou para sempre, com a vida que se impõe a nós.

Além do escritor sério e constante, Paulino de Brito foi um escolhido pelas Musas para cantar a condição humana. Ele era formado em Direito; foi servidor público no Império e na República, mas acima de tudo estava a dedicação ao Magistério. Foi, sobretudo, como professor que ele influenciou várias gerações. Também foi um ativista in-

telectual, que liderou movimentos de renovação das letras no Estado do Pará, que esteve presente no movimento de libertação dos escravos. 47

Seu livro mais conhecido foi escrito quando ele tinha trinta anos, sob o título *Noites em claro*. No ano de 1899, a obra foi reeditada, acrescida de uma primeira parte, sob o título *Cantos Amazônicos*. No Amazonas, a sua publicação ficou sob o encargo da Editora Valer, no ano de 1998. São da sua produção ficcional: *Histórias e aventuras* (contos), *Dolores* e *O homem das serenatas* (romances); são da sua produção como filólogo: *Gramática primária*, *Gramática complementar da Língua Portuguesa*, *Gramática do professor*, *Brasilismo* e o polêmico *Colocação de pronomes*, cujas análises provocaram uma polêmica com Cândido de Figueiredo sobre a colocação pronominal. É em *Cantos Amazônicos* que nos concentramos, uma obra com poemas ultra-românticos, nos quais canta a mulher amada, o amor, a morte, a sua pertença ao seu lugar. Vejamos o poema “A viúva”:

“Nada o destrói?!”

– “Se é verdadeiro, oh! nada!”

– “Pois julgais que o amor...”

– “É eterno!” Ansiosa,

calou: tinha a pupila tenebrosa
d’uma nuvem de lágrimas toldada.

– “E a morte?” eu disse.

– “E o céu?” tornou magoada.

Compreendia-a e chorei: a desditosa,
naquele corpo de mulher formosa
tem apenas um’alma apunhalada!

Céticos! Ride, se quereis! Eu creio
na dor dessa mulher: funda amargura
nas suas faces decoradas leio.

Oh! Não vos tente a triste formosura:
o morto amor que guarda aquele seio
torna a própria beleza em sepultura!

- 48 A exaltação da mulher, o ufanismo que canta a terra como a mais bela, a pertinência a ela, a dor, o sofrimento e a morte são traços marcantes na obra desse poeta. O cuidado com a palavra, o compromisso com o sentimento e a vinculação aos sentimentos e possibilidades de o dizer estão nos versos de Paulino de Brito, o que o qualificam como um poeta que cantou a condição humana e que se ocupou em entender o que significa viver.

O acadêmico a ocupar a cadeira deixada por Paulino de Brito foi Waldemar Batista de Salles. Dele, tenho em mãos o seu discurso de posse na Academia Amazonense de Letras. É autor do livro *O Amazonas – o meio físico e suas riquezas naturais*, em que mostra a sua, conforme as suas palavras: “admiração e respeito aos homens, mulheres e crianças que, no interior do Estado, enfrentam as intempéries da natureza, as hostilidades do meio físico e as doenças, lutando, cada dia, pela conquista do pão, no trabalho árduo e fecundo do extrativismo e do amanho da terra”. Foi a sua escrita que o levou até a Academia Amazonense de Letras. Além disso, o autor diz que se sente comprometido com o conhecimento e as letras amazônicas. Waldemar Salles honrou a cadeira que lhe foi destinada, ao procurar conhecer e difundir o homem amazônico.

Depois dele, e anterior a mim, temos o acadêmico Francisco Vasconcelos, nascido em Coari, no Estado do Amazonas, mas que veio para Manaus, onde participou ativamente do movimento estudantil das décadas de 50 e 60, tendo sido presidente da União dos Estudantes e do Clube da Madrugada, o maior movimento cultural vivido no Estado do Amazonas. Foi dele que li uma das mais interessantes novelas, cujo tema é o ribeirinho. Trata-se de *O regime das águas*, publicada no ano de 1985. Ela foi publicada, na sua 4ª edição, pela Editora Valer. O seu primeiro livro data do ano de 1965, chamado *O palhaço e a rosa*, um livro de contos. Ainda tive o prazer de conhecer, enquanto me preparava para esta cerimônia, o livro *Casa ameaçada*, no qual o autor, de início, questiona o real e o ficcional. De algum modo, é um livro estritamente ligado às suas experiências como bancário no Banco do Brasil.

É uma questão, que pode gerar uma polêmica, de interesse de todos nós aqui presentes. Dado que as letras são o nosso instrumento de comunicação e a forma que encontramos para estarmos no mundo. O

livro em questão, conforme as palavras do autor, foi direcionado para o público interno ou para o pessoal da casa, como se referia ao Banco do Brasil. Mauro Santayana, que prefaciou a 2ª edição do livro *Casa ameaçada*, afirma que o escreveu em amizade e reconhecimento pelo seu autor. São suas as seguintes palavras: Seu livro, não obstante os episódios que narra, é mais um livro de memórias de suas ideias, de sua perplexidade, da resistência dos funcionários que trabalham no vasto interior do país, e que o conhecem, em sua miséria e em sua esperança, em seu povo, com sua rica diversidade e unido pelo mesmo patriotismo. As palavras do prefaciador mostram como o espírito juvenil permaneceu nas ações de Francisco Vasconcelos. É verdadeiro que o autor desse livro é um mestre na arte de dar significação às palavras. É também verdadeiro que o livro nos transporta para outras reflexões, principalmente, para a passagem do tempo e para a volatilidade humana.

Eu quero chamar a atenção dos presentes para a novela *Regime das águas*. Neste livro, que deixa marcada uma imagem do ribeirinho, sem exotismo ou compaixão, Francisco Vasconcelos dá a sua contribuição para o conhecimento e para o bom trato e permanência das letras amazônicas. A novela tem como personagens principais, homens que lidam nos beiradões da Amazônia e, ao mesmo tempo, um tema permanente na obra de Vasconcelos, a condição humana. Dessa feita, a sua escrita é válida para qualquer um de nós, em qualquer lugar.

Um dos traços que não passam despercebidas ao autor, quando tenta se apossar do ser do caboclo, é o da sua interiorização. Ele tanto se interioriza para os confins das matas e rios, como também para dentro de si mesmo. É isso que faz com que se diga que ele é ensimesmado, desconfiado, calado. Na verdade, mais do que nós, talvez, ele encontrou o seu refúgio em si mesmo.

O que deve ser destacado na obra de Vasconcelos é que ele não sente compaixão, não exalta a miséria e nem o sonho e, também, a ilusão de muitos ribeirinhos de saírem do seu chão e partirem para a cidade grande. Não há resignação em *Zé Pedro*, o personagem principal do livro, mas a compreensão de que o homem não foge do seu chão e muito menos da sua condição. Assim, nada melhor do que reconhecer o seu espaço, amar e cuidar dos seus e respeitar a mãe Natureza.

50 O movimento da escrita de Vasconcelos é precioso, ele acompanha o balançar dos rios da Amazônia, dos banheiros; faz com que a escrita que se faz cruze com os navios, barcos e canoas que lhes acenam e desejam que corra, que não se detenha, pois ela é amiga de cada pedaço de chão, de cada indígena ou de cada caboclo que nas suas margens se instalar. É, para mim, uma honra ocupar a cadeira que um dia pertenceu ao nobre Francisco Vasconcelos.

Tenho como condutora nesta casa, que agora me pertence também, juntamente com o ilustríssimo grupo de acadêmicos, a doutora Marilene Corrêa.

A professora Marilene Corrêa destaca-se como uma das mais brilhantes pesquisadoras da nossa terra. A sua contribuição extrapola as suas salas de aula, pelas quais já passaram inúmeros jovens, que hoje desempenham as suas funções em lugares de decisão deste Estado e vêm contribuindo significativamente para a formação de um corpus documental sobre a Amazônia. E, atualmente, é diretora do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Quero destacar um dos livros mais importantes para se compreender a nossa região. Eu creio que todos os interessados pelo tema já o conhecem. Trata-se do ensaio *O país do Amazonas*, no qual a autora nos traz a história política dos conflitos e usos do território desta vasta região que convencionamos chamar de Amazônia, com seus diversos adjetivos (legal, brasileira, bacia). A autora, dispondo de um conjunto documental, de dissertações e teses produzidas em todo território brasileiro, re-descobre de maneira sociológica a história dos diversos conflitos que conformam esta parcela de nosso território. E, como cabe a uma cientista social, vincula esta história política às discussões clássicas da formação econômica e social do Brasil, principalmente, à vertente de Fernando Novais e Octavio Ianni. Esta é a sua principal contribuição: tornar para nós compreensível e digna a terra em que nos instalamos e que convencionamos chamar Amazonas, ainda uma lembrança da chegada dos portugueses nesta região. Quanto ao tema das nossas origens, é bom lembrarmos da grande invenção que permitiu a eles aqui entrarem, desestruturarem e fazerem o que conheciam ou que inventavam, pois nada que fosse real ou aproximado do que aqui era vivente era possível sobreviver. Assim destruíram povos, línguas

e culturas e deixaram o que temos e que é nossa responsabilidade fazer sobreviver. Assim, foi resultado da grande astúcia portuguesa que nasceu a Amazônia exótica, terra de preguiçosos e de ninguém. Destruir o preconceito é uma das tarefas dos pensadores, pesquisadores, homens e mulheres das letras e das artes. Mas também convém lembrar que, ao mesmo tempo em que substituíram a cosmovisão dos nossos ancestrais, deram-nos em troca a língua que sabemos e que gostamos de falar, um povo miscigenado, o que contribui, de maneira graciosa para o hibridismo do que somos e que é a base da nossa expressão poética e da nossa criação artística.

É pelas mãos da pesquisadora, pensadora e professora Marilene Corrêa que passei por aquela porta e que subi neste púlpito para reafirmar o meu desejo de contribuir, de participar e, sobretudo, honrar os que me precederam: Paulino de Brito, Waldemar Salles e Francisco Vasconcelos.

É o momento para agradecer à professora Rosa Brito, senhora presidente desta Academia, que, com muita gentileza e entendimento de que eu reúno as qualidades necessárias para ocupar a cadeira dos acadêmicos referidos, convidou-me para concorrer e, assim, compartilhar com os aqui presentes o gosto pelo conhecimento, pela criação e pelo povo da nossa região. Estar aqui é tempo oportuno para lembrar os homens e as mulheres que ocupam lugares como esse por todo o nosso país: o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis, e nomes como Inglês de Souza, Araripe Júnior, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, dentre outros. Aqui na nossa Academia temos homens e mulheres que nos representam e que nos engrandecem, daí o meu senso de responsabilidade ao assumir a cadeira que foi de homens honrados e talentosos.

Por fim, devo dizer que eu sou uma professora a serviço da Universidade Federal do Amazonas, a qual doei a minha juventude, a qual dei o melhor de mim sem economia e pensando que tudo o que fiz, ofereci numa bandeja de ouro, incrustada de diamantes, porque ali estava o melhor de mim, o mais jovem e saudável de mim, coisa que faço até hoje. À Universidade agradeço a oportunidade que me deu para exercer a minha profissão como professora, de participar na sua construção e nas decisões para escolher o que era ou é melhor para os estudantes

52 que formamos. Neste ato destaco a professora doutora Daisy Barros, primeira ginasta brasileira a competir em provas individuais no campeonato do Mundo de Ginástica Rítmica, ex-técnica da seleção brasileira dessa modalidade e precursora da Ginasta nos jogos escolares brasileiros competição onde me destaquei dando ao Amazonas seus primeiros títulos de campeão. Além de dividir a autoria de dois livros comigo, ela é a responsável pelo meu destaque nacional, obrigada Daisy. Destaco ainda dois colegas que dividem comigo a autoria de alguns trabalhos: o professor doutor Almir Liberato, meu colega de sempre, e atual chefe de Gabinete da Reitoria. Também quero agradecer a Neiza Teixeira, com quem venho dialogando, e também companheira na escrita de estudos na área das Ciências Humanas, particularmente em estudos sobre o homem ocidental e o da nossa região – como são, como pensam, como vivem, em que ponto se aproximam e como se faz a aproximação e o diálogo.

Para concluir, quero agradecer a todos os que me escolheram para estar aqui, expressando, por meio da palavra, o que sinto; homenageando os que fazem parte desta Academia, os que ocuparam a cadeira de número 40, que me honra, agora, ocupá-la.

Muito obrigada a todos. Para mim, o momento é de celebração e de compromisso com o meu povo, meu Estado e meu país. E com todos vocês!

— Saudação

posse da acadêmica ARTEMIS ARAÚJO SOARES

— O *ETHOS* E O *HABITUS*, A BIOGRAFIA, A HISTÓRIA

O contexto de formação de um intelectual é um universo mais amplo do que um texto pode indicar. Inclui a composição de uma morfologia social, a apreensão de uma atmosfera cultural, uma arqueologia de experiências e vivências que se transformam em virtudes que a história social desafia. Nascer e ser socializada na Amazônia interiorana tem consequências profundas no *ethos* e no *habitus* social. O ritmo da natureza tem marcação própria na floresta, no rio, na vida comunitária. Acredito que é este ritmo um dos fatores primordiais para as formas pelas quais nossas percepções de mundo e nossos processos de institucionalização das regras sociais vão ser representados em nossas interações. Herdamos possibilidades de adaptabilidade ao meio que os espaços amazônicos nos propõem. O presente é um exercício constante no qual todos os esforços mobilizados para interagir com a condição ribeirinha nos tornam aptos para vivê-lo. Incorporamos a força mítica e mágica de nossas culturas no modo como projetamos o futuro. Estes constituintes de nosso modo de ser sofrem variações, é claro, mas como disposições permanentemente em ação estarão presentes em nossa experiência pessoal e coletiva. Na biografia, na história, ou no entrelaçamento de ambas. O ambiente amazônico produz em nós uma sociabilidade generosa. A ordem normativa interiorizada não é ainda competitiva e o universo de sentidos orientadores da ação social é impregnado da força simbólica das relações entre natureza e cultura.

Assim somos em corpo e mente Artemis e eu, que a recebo nesta noite na Academia Amazonense de Letras. Pelas noções de *ethos* e *habitus amazônico* busco nossas identidades para além de nossos registros próprios para por em relevo nossas proveniências. Por essas mes-

54 mas noções, recorro ao modo como a biografia de nossa homenageada ilustra sua força de mulher da floresta na organização urbana, como intelectual, educadora e cidadã. Assim explícito que saudá-la é um ato de **reflexividade** que me inclui e à milhares de mulheres da Amazônia interiorana. Por isso sublinho que:

Coube-me a honra de apresentar uma mulher, ser humano da melhor qualidade, bela em aparência e essência; sujeito histórico de uma trajetória pessoal e profissional que emociona a todos;

Coube-me a honra de apresentar uma intelectual, formadora e demarcadora do seu tempo e do campo disciplinar que representa e ajudou a constituir;

Coube-me apresentar uma cidadã brasileira que, a partir do Amazonas criou a consolidou seu nome no esporte, nos registros Olímpicos que integram povos e culturas no plano das relações entre singular e universal;

Coube-me o prazer de apresentar uma colega de nossa universidade que vive plenamente sua função de educadora, professora e pesquisadora, gestora, formadora de formadores nos planos local, regional nacional e internacional;

Uma amazonense da floresta, dos rios de culturas e saberes milenares; uma atleta em movimento de harmonia e beleza, exemplo de sua geração; uma manauara da agitação urbana e das demandas contemporâneas;

Estes são fragmentos de uma vivência plena que será ampliada por sua presença e intervenção nesta casa, a casa e Péricles Moraes e Adriano Jorge, nossa centenária Academia Amazonense de Letras .

Tenho certeza que Artemis ilustra com suas próprias palavras a condição humana de muitos amazônidas interioranos que, como eu, nasceram na exuberante paisagem da floresta, do rio; desenvolveram suas percepções originárias entre as tradições milenares dos mitos, das lendas, e dos vínculos da vida ribeirinha. Sublinho entre notas de meus registros sobre a condição humana, de quem provém desse ambiente cultural, algumas identidades com as quais penso em homenagear esse momento, nosso encontro pessoal e de horizontes nesta Academia. Artemis é de Manicoré, no rio Madeira, eu sou do Juruá, do seringal Concórdia, nossa sociabilidade típica pode ser evocada em nome

da mesma estrutura de pertencimento; e, portanto das reservas de experiência que nos definem, tal como agora declaro: 55

A Amazônia faz parte do meu ritmo de reconstituir a memória, codificar e decifrar os fatos, dominar conceitos, sistematizar categorias ao integrá-la no conjunto da imaginação científica com sua incompreensível alteridade. Reconhecê-la complexa em suas inúmeras identidades é um modo de apreendê-la como sujeito dinâmico, entidade dotada de importância peculiar, uma vez que é problema, esperança, inspiração, além de lugar concreto de contradição, onde a vida comanda a vida. Vejo-a como um laboratório do mundo do conhecimento mítico, artístico, científico e político, mesmo que se apresente como terreno fértil de experiências da ambição de muitos (Freitas, 2011; 2017).

Sublinho que esta identidade de socialização que condicionou o meu olhar não pertence só a mim, Artemis a vivenciou e em assim sendo introjetou uma estrutura comum de sentimentos e percepções da Amazônia tal como a defino:

Podem caracterizar esta forma de ver a Amazônia de muitas maneiras. Eu mesma a denomino de atitude reverencial diante da inesgotabilidade de estudos que suscita e da explosão de sentimentos que provoca. Disciplinei minha paixão por ela por meio do treinamento que a formação acadêmica permite; através de inúmeras narrativas ensaiei aspectos de sua reconstrução histórica, base da análise sociológica da vida material e não material sobre a qual me debrucei (Idem, 2011; 2017).

Sublinho que esse modo de olhar a Amazônia evolui da subjetividade para a intersubjetividade na medida em que o treinamento científico aperfeiçoa nosso modo de apreender a região. A formação socializadora de Artemis teve o mesmo *húmus*, a mesma fonte orientadora de magia e realismo que preside a lógica da criação dominante em nossas vidas privadas, e que depois se explicitam em nossas escolhas e carreiras acadêmicas.

A localidade do interior da Amazônia em que me criei e me socializei teve grande responsabilidade no modo como aprendi a ver as coisas e as pessoas.

Autoconfiança até em momentos limite, que também pode ser lida como despreocupação com o próprio futuro. Excesso de crença no semelhante, até mesmo quando o sabemos mentiroso e covarde, porque mesmo estes podem, um dia, melhorar a si próprios por circunstâncias da vida que ainda não conhecemos. O amor pelo ruído da floresta foi a pedagogia da concentração que treinou meu valor pela descoberta solitária. Pago o preço de muitas perdas emocionais por esses excessos que só aparecem naqueles que foram cercados de um ambiente especial, natural e social generoso. Sim. A Amazônia profunda generosa cultivava generosidade em seus filhos autênticos (Idem ibid, 2011; Freitas 2017).

Sublinho que só os que experimentaram crescer na Amazônia profunda sabem do que falo. Ao contrário da sociabilidade urbana que privilegia as individualidades e a privatização de escolhas, nós, mulheres da floresta, somos da aldeia, da alma coletiva da solidariedade, das festas tribais, dos banquetes comunitários. Essas marcas perseguem nossos projetos coletivos nossa crença na emancipação, nossas convicções de que todos tem direito ao conhecimento, e que a ciência pode ter matriz generosa se aqueles que a inspiram e dominam têm esses mesmos propósitos. Nossos ritos de iniciação são movidos por essas tradições de pluralidade e diversidade tal como as expresso neste registro:

Cultivei, para além da racionalidade, a alegria da infância feliz, segura, vivida na proteção da família e da natureza, guiada pela curiosidade a partir do olhar, horas a fio, a passagem das águas. Como todos os filhos da várzea que não se sentem ameaçados pelo isolamento, nem pela imensidão das distâncias, aprendi a compreender a Amazônia pelo seu ritmo próprio. A floresta de sons e sombras familiares não permite a rotina instalar-se como regra, por isso é protetora. Na segurança desse ambiente aprendi, simultaneamente, os códigos de reconhecimento do saber local e seus elos mais amplos com o conhecimento formal. Nunca os vi como níveis opostos; naturalizei essa convivência entre os hábitos domésticos. Cultivei o ensinamento praticado por meus pais, e por todos os nossos ancestrais presentes em símbolos coletivos; com eles aprendi que a Amazônia tudo pode nos dar, desde que nossa adaptabilidade não pratique excessos. Fortaleci-me na solidariedade de antigas convicções, de gerações de união contínua. Nem o

sofrimento, decepções, ou aquisições da maturidade, que mais tarde me foram apresentados na sociedade competitiva, urbana, despótica e desigual abalaram este princípio inegociável (Freitas, 2011; 2017). 57

Sublinho que esta é a dimensão mais estrita da fusão de identidades individuais e coletivas e muito concorrem para esse encontro de trajetórias que hoje tem momento especial nessa solenidade.

Creio no futuro alicerçado no conhecimento e na pluralidade de saberes. Cultivei o hábito de esclarecer-me a cada surpresa da natureza, da cultura, da história, e assim optei por defender a humanização da vida social cotidiana de indivíduos, grupos e coletividades amazônicas, de origem e de opção. Talvez por isso, exploro uma intuição científica de que a Amazônia é uma unidade natural, social e política autônoma, mesmo no âmbito da sociedade brasileira, mesmo sem jamais conseguir livrar-se dela (Idem, 2011; Freitas, 2017).

Sublinho que as relações entre crença e poder daquele que crê movimentam o que chamamos de forças sociais. É proveniente dela que nosso *ethos* acadêmico marca posições inequívocas na esfera da instituição universitária e na vida social.

Aplicado à Amazônia todo procedimento em busca do conhecimento torna-se plural. Nenhuma linguagem de expressão das ciências da natureza, da sociedade, e da cultura – esta como instância privilegiada de autonomia –, sente-se realizada nos modelos de pesquisa e nos resultados da experimentação... e eu completo que entre nós não se aplicam (Freitas 2011; 2017).

Sublinho, com ênfase, que só os que têm a Amazônia em sua agenda de pesquisa e se dispõem a conhecê-la cientificamente como um programa de vida sabem das insuficiências de modelos explicativos e compreensivos para descrevê-la e analisá-la.

Com esses fragmentos, Artemis, esclareço nossos *ethos* e *habitus*, celebro nossas identidades, minhas, tuas, de Rosa, de outras mulheres ribeirinhas em sua caboclitude, e que não têm medo de serem regionais pois têm convicções universais. Nossas conexões entre a aldeia e o mundo não nos diminuem, ao contrário, é delas que extraímos os

58 itinerários e as passagens entre o todo e a parte, entre o singular e o universal.

— IDENTIDADES, CORPO E CÉREBRO NO TEMPO

Aprendemos com Wilson do Carmo Junior (2008) dois registros importantes para ilustrar o estado da arte do campo de conhecimento que Artemis traz até nós.

A educação física com uma disciplina ou área do conhecimento tem alcançado status e abrangência em todas as esferas da cultura contemporânea. Não por acaso que as questões relativas ao corpo e ao movimento humano, nos últimos anos foram foco de estudos, sobretudo no campo da compreensão da necessidade de estudos que escapam do campo físico no sentido tradicional. Indicativos consistentes no campo científico deram vigor as questões teóricas associadas as questões da prática como resposta ao esforço físico. Nesse ínterim, estudo sobre o comportamento humano exigiu uma concepção inusitada no campo da educação física com uma prática cultural. Ainda assim, parece que um contexto científico, no sentido tradicional, enquanto método de análise sustenta a ideia de rigor conceitual. Entretanto, conteúdos associados ao uso do corpo e a motricidade humana como uma forma de expressão e de linguagem tem trazido motivações outras para estudos na área das práticas corporais. Permitir um debate entre outras formas de interpretar a educação física como atividade da cultura contemporânea. Com abordagens interdisciplinares e a reflexão sobre o corpo o movimento, como foco nos conceitos científicos e filosóficos percorrerá historicamente um caminho possível para repensar o projeto educação física. [...]

Assim como o universo mítico que antecedeu a cultura grega inspirava a investigação das deidades, e delas extraía as explicações coerentes com a vida, vemos hoje, certa lógica nas explicações que conduz a formação de uma cultura que se forma e que se transforma em muitas áreas da existência humana. Saibamos nós que toda inspiração que motivou o pensamento lógico-formal nasceu da evidência mítico-poética. Assim foi com a filosofia, a ciência e as artes, com a linguagem e com a religiosidade e não seria diferente com a concepção sobre corporeidade, símbolo da emancipação do conceito de corpo ou mesmo sobre a motricidade, símbolo que norteia a ques-

tão do movimento humano no contexto das práticas corporais e, sobretudo, no conceito de educação física” (In: Educação Física e Antropologia: necessidade de engajamento). 59

Se a socialização define o *ethos* que portaremos ao resto de nossas vidas, a formação continua define o *habitus* acadêmico e a orientação do processo de trabalho intelectual que orienta nossos procedimentos institucionais e respalda nossas escolhas. Assim podemos dizer, em outras palavras, que o encontro entre a biografia e a história estão desenhados no *ethos* e no *habitus* que indicam nosso perfil como sujeitos sociais e epistêmicos.

O ethos científico moderno indica os princípios éticos e morais que devem guiar a ação dos cientistas, a estrutura social da ciência e os princípios de organização da vida das instituições científicas. Postula-se uma ordem democrática para o exercício pleno da liberdade científica, ou seja, a crítica ao ambiente científico totalitário, em qualquer época, influencia na formulação do modelo ético, reforça o argumento de que as sociedades democráticas favorecem o desenvolvimento da ciência: os valores do ethos científico facilmente entram em acordo com os valores da democracia, apresentam-se, portanto como contrários ao obscurantismo, ao sectarismo, ao totalitarismo. Em entidades de formação científica tardiamente institucionalizada o modelo contrasta com o processo histórico real o que põem problemas de obstáculo epistemológico à aquisição desse ideal. Os determinantes sociais do conhecimento agem ontem e hoje como variáveis importantes nessas aquisições. Em sociedades antidemocráticas ou de evidente fragilidade democrática certamente o ethos científico moderno sofre impedimentos institucionais que impedem ou retardam a sua realização. Em ambas, ontem, e hoje em nome da ciência, a comunidade científica emerge como crítica externa e interna ao corpo social e institucional. O habitus é o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências (Freitas 2017).

É com esta perspectiva que compreendemos a contribuição intermitente que Artemis dá à sociedade e que a trouxe até aqui na Academia

- 60 Amazonense de Letras. Seu Curriculum Lattes de 53 páginas resume sua trajetória universitária plena de êxito:

Nossa Acadêmica é professora titular da Universidade Federal do Amazonas lotada na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia FEF, onde ministra disciplinas da área de Ginástica e da área Socioantropologia. Professora e pesquisadora Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, em nível de Mestrado e de Doutorado; membro eleito da coordenação deste programa para o biênio 2016/2018, tendo sido vice-coordenadora nos biênios 2012/1014 e 2014/2016. Desempenhou a função de diretora da FEF nos períodos 1999/2003, 2004/2008 e 2013/2017, esta última atividade de recente desempenho. Realizou a graduação em Educação Física e em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (1973), mestrado em Educação Física na Escola de Educação Física e Esporte na Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Ciências do Desporto na Universidade do Porto (1999). Fez Pós-Doutorado na Université Paris-Descartes sob orientação do professor doutor Pierre Parlebas e na Université Rennes 2 sob orientação dos professores Yvon Leziart e Monique Loquet. É coordenadora do grupo de pesquisa Educação Física, corporeidade, escolares, relações interculturais e povos da Amazônia – Ufam e vice-coordenadora do grupo de pesquisa do grupo de estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder – Ufam. Possui experiência na área de Educação Física e Esporte, com ênfase em Ginástica Rítmica, Gênero, Diversidade Cultural e Povos Indígenas, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos socioculturais-desportivos, jogos tradicionais, atividade física escolar e ginástica rítmica. Completam esses tópicos de apresentação de nossa *nouvelle* acadêmica os registros de suas responsabilidades coletivas na Gestão Pública, aquelas que dão mais sabores do que alegrias, mas que constituem responsabilidade permanente do funcionamento institucional.

Artemis de Araújo Soares foi eleita por três vezes para a Diretoria da FEF: 1999/2003; 2003/2007 e 2013/2017 ;assumiu a presidência da Federação Amazonense de Ginástica – FAG no período de 2010 a 2012 substituindo a então presidente. Em seguida, foi eleita para o ciclo 2012-2016, tendo ficado por seis anos à frente da Federação Amazonense de Ginástica. Presidente do Comitê Científico da Confederação Brasileira

de Ginástica desde 2010; observe-se que este Comitê é o responsável pela análise e aprovação de projetos de pesquisas que são realizados com as atletas federadas ou com as seleções brasileiras em todas as modalidades de ginástica. Presidente da Comissão Institucional de Avaliação para acesso à condição de Titular da Universidade Federal do Amazonas, aprovada pelo Conselho Universitário em 2015, esta Comissão Institucional de Avaliação (CoIAv) foi instalada no dia 19 de novembro e funciona na sala da vice-diretoria da Faculdade de Direito (FD), localizada no setor Norte do Campus Universitário Senador Artur Virgílio Filho. Composta por quatro professores titulares, a Comissão tem o objetivo de avaliar a promoção entre as classes de professor associado para a de titular da instituição. Membro da Comissão de Ginástica Rítmica no Evento teste dos Jogos Olímpicos Rio 2016; chefe da delegação brasileira no Campeonato do Mundo de Ginástica Rítmica 2015, em Stuttgart, Alemanha. Artemis bem expressa a força da mulher na organização e no desenvolvimento da institucionalidade de seu campo de conhecimento.

Estas informações, longe de serem estigmatizadas como burocráticas são âmagos do registro do processo de legitimação da intelectual no seu ofício diário, no fazer contínuo do dia a dia onde não há espaço para enganos em todas as esferas relacionais. É nesta dimensão da vida normal na academia em que se verifica o lugar de exercício da precisão, da paciência, da humildade, e sobretudo da delicadeza dos vínculos de urbanidade, solidariedade universitária e de compromisso coletivo. A vida colegiada imprime suas marcas nas expectativas e tarefas exigidas de todos nós. Assim somos desafiados ao exame de sua produção intelectual dos últimos cinco anos quando se sublinham 28 artigos científicos 18 livros e capítulos de livros, 40 trabalhos em interlocução de simpósios congressos e seminários, inúmeras orientações de mestrado e doutorado. Trabalhos de conclusão de curso (TCC), de Iniciação Científica, além de produção coletiva de coletâneas e eventos nacionais e internacionais.

Assim como somos desafiados a estabelecer conexão entre a história de vida pessoal e profissional, os nexos entre as rotinas do corpo e da mente, e os labirintos da alma e da ação marcam nossa intervenção individual e coletiva. E assim se exprime nossa acadêmica sobre

- 62 o corpo problematizado e reconstruído na historicidade do homem e na imaginação científica a ilustrar a complexidade de seu objeto de estudo em suas metamorfoses do tempo:

Nas sociedades chamadas “primitivas”, o homem participa por inteiro da realidade cósmica. Isso significa dizer que não existem barreiras ou limites de pertinência para um ou para outro, pois todos os elementos estão em interação e num regime de interdependência. Exemplos disso são os Canaque, povo melanesiano, para o qual o corpo participa do mundo vegetal de um modo substancial, os índios Trumaí (povo do norte do Brasil, que se dizem criaturas aquáticas, pertencentes ao reino animal dito inferior, os Bororo (tribo vizinha), que se identificam como araras vermelhas, e finalizando os exemplos, os índios Tikuna, povo investigado por nós, que, da mesma forma se utilizam do reino vegetal e animal na sua identificação clânica. Essas afirmações não podem ser entendidas como metáforas, mas sim como identidade essencial, visto que é assim que os índios identificados se concebem (Soares; Teixeira, 2015, p. 14-15).

Em outra passagem, nossa homenageada aborda debate teórico sobre noções de corporeidade e da relação entre corpo e sociedade. O corpo na história apresenta-se como entidade material e simbólica diversa. A era industrial o submete à sua imagem e semelhança até descaracterizá-lo.

O novo controle do corpo, sua domesticação, situa-se no momento de efervescência industrial, quando são necessários corpos disciplinados, obedientes e úteis. Esse é o corpo da modernidade. Hoje é urgente, como assinala Foucault, saber qual o corpo do qual a sociedade precisa (Idem, op. cit).

Aqui apresenta-se um problema de grande importância para sociedades em transição. O corpo como ideia coletiva não pode perder-se nas engrenagens do mundo industrial nem na fragmentação que se manifesta nos surtos de pós-modernidade. Como bem enfatiza nossa homenageada acompanhada por Lipovetski (1988, p. 55) na sociedade pós-moderna o corpo apresenta-se como um objeto-sujeito sem fronteiras, um misto de consciência e matéria, uma totalidade na qual não se de-

marcam funções superiores ou objetivos transcendentais. A metamorfose do corpo psicológico em corpo objetivo opera a tomada de consciência do corpo por si mesmo e esta tomada de consciência do corpo por si próprio tornou-se e uma finalidade característica do narcisismo.

Confluências que a inteligência da relação corpo e sociedade impõem como tarefa contínua do *ethos* na vida coletiva e do *habitus* acadêmico no campo de conhecimento e na biografia dos indivíduos que praticam a história social da Educação Física. Neste âmbito Artemis já escreveu sua trajetória de intelectual, registrou sua missão de educadora, e desenhou a graça de seus movimentos de ginasta.

Questões e problemas que este campo de conhecimento nos apresenta em Artemis, com a beleza, a alegria e a solenidade necessária de quem entra na Casa de Péricles Moraes, Adriano Jorge e Paulino de Brito com os deuses do Olimpo em celebração.

— Abertura

título de benemérito NELSON FRAIJI

A medicina fez morada nesta casa desde a sua criação. Adriano Jorge o médico “dos ricos e dos pobres” foi um de seus idealizadores e seu presidente por mais de 30 anos. Dos 148 membros que ocuparam as cadeiras azuis do Salão do Pensamento Amazônico Álvaro Maia, 17 deles dedicavam e dedicam suas vidas, suas inteligências a medicina.

Porque outorga ao médico, professor doutor Nelson Abrahim Fraiji o Título de Membro Honorário, esta Sessão Solene da Academia Amazonense de Letras se reveste de significação especial. Especial porque a honraria é reservada àqueles que produzem obras de alto valor científico, literário ou cultural e a abnegados que dedicam suas vidas ao bem comum, ao fazer profissional solidário e humanitário. A eleição por aclamação em Assembleia Geral do dia 30 de setembro de 2017 é um atestado de reconhecimento dos Membros desta Casa, do valor científico de seus estudos e da importância de suas ações na área da medicina, da educação e do bem-estar social.

Espírito idealista, visionário e inquieto, Nelson Fraiji é símbolo vivo de dedicação à saúde e a cura das doenças humanas, em especial àquelas ligadas ao sangue. Quanto a isto, empreende no momento, luta vigorosa e entusiástica pela construção do Hospital do Sangue do Amazonas na tentativa de possibilitar melhores condições de tratamento aos doentes. Nesta luta tem procurado envolver a sociedade e conscientizá-la da necessidade da participação de todos nós. Envolvida no Projeto, acompanho de perto seus sonhos, suas esperanças, suas angústias e muito me honra ser uma de suas parceiras nesta caminhada. Jamais o vi esmorecer! Esperança sempre renovada, jamais pensou em desistir! O seu amor pelo Hemoam, sua casa há mais de 35 anos é transparente, por isso é difícil não enxergar ali a sua imagem, mesmo que lá não esteja.

Minha admiração e reconhecimento do valor e importância do trabalho do professor Nelson Fraiji, vem de muito tempo e está ligada ao seu trabalho como reitor da Universidade Federal do Amazonas. No desempenho de suas funções sempre esteve disponível, aberto a todos que o procuravam para fazer seus reclamos, compartilhar ideias em busca de solução para os problemas levados ao seu conhecimento. As portas do seu gabinete, tanto na Ufam quanto no Hemoam, estão e sempre estiveram abertas para receber a todos que o procuravam ou o procuram.

Professor Nelson Fraiji, por tudo que tendes feito pela saúde do Amazonas será uma honra entregar-lhe o Título de Membro Honorário da Academia Amazonense de Letras. Para saudá-lo em nome da Casa de Adriano Jorge e dizer dos seus méritos, um dos mais novos Membros desta Casa, o confrade Aristóteles Comte de Alencar Filho, médico cardiologista que, como Vossa Senhoria, muito tem feito pela Medicina de nossa terra.

Está aberta a sessão!

✎ ROSA MENDONÇA DE BRITO

— Outorga

título de benemérito NELSON FRAIJI

Quando eu era adolescente, ajudando-me a cumprir uma obrigação escolar, meu saudoso pai alertou-me: quando você for prestar homenagem a alguém evite falar de você mesmo. Procure não ser cabotino! Por desconhecer essa estranha palavra imediatamente fui ao dicionário inteirar-me do seu significado e partir daí comecei a me policiar em diversas ocasiões, nas quais fui obrigado a me expressar publicamente. Mas falar de Nelson Fraiji e não falar das centenas de seus alunos, na qual eu me incluo, é uma missão quase impossível. Com absoluta certeza vários colegas médicos e médicas gostariam de estar aqui onde me encontro no presente momento para homenagear nosso querido mestre.

Girando a imaginária roda do tempo em sentido contrário, lembro-me que na segunda metade da década de 1970, avistei pela primeira vez professor Nelson Fraiji, nos corredores do antigo Hospital Getúlio Vargas. Indivíduo muito jovem, fez-me pensar que era algum colega prestes a se formar, que teria viajado para cursar o sexto ano da faculdade de Medicina fora de Manaus, como era comum acontecer naquela época. Naqueles anos, ao término do quinto ano da faculdade, a pergunta mais corriqueira era: onde irás fazer teu sexto ano?

Mas esse não era o caso! Para nossa surpresa aquele jovem de cabelos longos, sobrancelhas espessas que se encontravam, sorriso permanente no rosto e um jaleco sempre largo seria nosso professor no último ano da Faculdade de Medicina. Esse jovem esculápio era mensageiro de uma novidade, ainda pouco comentada no meio médico de Manaus daquela época; a especialidade chamada Hematologia, ou como os acadêmicos de Medicina logo passaram a denominar de maneira informal a “Hemato”. Uma pergunta surgiu no meio dos estudantes: E para que nós precisaríamos daquela especialidade? O hospital já possuía seu “Banco de Sangue”. Quando precisávamos transfundir o rubro e espesso lí-

quido vital, recorriamos ao banco de sangue. Era muito simples: só precisávamos saber se era do Tipo A, B, AB ou O, positivo ou negativo. Muito simples! E se o funcionário do setor não estivesse no hospital, isso não seria problema. Desculpem-me a expressão ingênua que irei utilizar: até eu sabia fazer!! Coletávamos o sangue do paciente e fazíamos os testes de compatibilidade. As bolsas de sangue com a devida identificação, guardadas no refrigerador eram então retiradas e administradas aos pacientes necessitados. Pronto estava resolvido o problema, ou quem sabe: nesse momento estariam começando muitos problemas!

Nossa ignorância em relação aos assuntos hemáticos, não nos permitia aquilatar os potenciais riscos, que poderiam existir ao se administrar sangue de uma pessoa para outra, naquelas condições de então.

A natureza é pródiga e ainda nos brinda com heróis contemporâneos! Assim como doutor Heitor Vieira Dourado, retirou do Hospital Getúlio Vargas a famosa Enfermaria de Doenças Tropicais e criou o que hoje é a Fundação de Medicina Tropical que leva seu nome. Doutor Nelson Fraiji tirou das entranhas desse mesmo hospital o já supracitado banco de sangue e deu existência ao que hoje conhecemos como Fundação Hemoam. Afortunada, nossa turma que começou em 1973 pôde presenciar no período de 1974 a 1978 a metamorfose do Hospital Tropical, em seus primórdios, quando era apenas um pavilhão de estrutura pré-fabricada. No entanto, não tivemos a mesma chance histórica em relação ao Hemoam, pois ao término de nosso curso em 1978, viajamos para as Residências Médicas, cursos de Pós-graduação de forma a complementar a nossa graduação. Ao retornarmos, no início da década de 1980, encontramos o conceito de Hemocentro já estabelecido. A transfusão de sangue não era mais vista como uma simples infusão de um líquido nas veias do paciente. Esse ato adquiriu a condição de um transplante de um órgão entre pessoas.

Um procedimento médico de alta complexidade, precedido de inúmeros cuidados, testes sorológicos e cercado de muita tecnologia. Aquele jovem e inquieto médico do jaleco largo, havia feito uma transformação sem precedentes na Medicina contemporânea de nosso Estado. Trouxe a segurança necessária e imprescindível para os pacientes que necessitavam de sangue para viver e sobreviver sem riscos futuros.

68 A outorga do Título de Membro Honorário da Academia Amazônica de Letras ao professor doutor Nelson Abrahim Fraiji é o reconhecimento de seu trabalho prodigioso em prol da saúde pública do Estado do Amazonas. É a forma emblemática de nossa Academia patentear vosso trabalho obstinado e profícuo destinado ao bem-estar do ser humano.

Detentor de um vistoso currículo, doutor Nelson Fraiji graduou-se em Medicina pela Universidade Federal do Amazonas em 1973. Obteve o título de Doutor em Hematologia pela Escola Paulista de Medicina em 1984. Pós-Doutorado pelo Centre du Transfusion Sanguine D'Angers, como bolsista do Governo Francês. Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Amazonas. Médico Hematologista da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam), sendo seu atual Presidente. Foi responsável pela formulação do Projeto de criação do Núcleo de Hematologia e Hemoterapia que veio a transforma-se no atual Hemoam. Para a obtenção de tal empreitada, conduziu todos os processos políticos e administrativos para a implementação desse centro que veio a consolidar-se como política pública no Estado do Amazonas, nas áreas de hematologia e hemoterapia. Atitudes típicas de indivíduos iluminados e portadores de ideias grandiosas voltadas para o bem.

O que poderia ter sido a tranquilidade e a segurança financeira de uma clínica particular pioneira foram trocadas sem desapego algum, por périplos intermináveis nos gabinetes das autoridades visando a criação de um serviço público de qualidade. Tentando e conseguindo convencê-los da necessidade de um hemocentro confiável em nosso Estado. Na Fundação de Medicina Tropical, doutor Nelson Fraiji projetou e montou o laboratório de diagnóstico e pesquisa em Hematologia e Imunologia relacionadas às doenças infecciosas e parasitárias. Na Universidade Federal do Amazonas atingiu o vértice da carreira universitária, quando foi eleito Magnífico Reitor dessa instituição de ensino, antes porém, além das atividades de ensino e pesquisa, elaborou inúmeros projetos de infraestrutura que culminaram com a implantação do Hospital Universitário Getúlio Vargas. Esse hospital foi transferido do Governo do Estado do Amazonas para a Universidade Federal do Amazonas em 1981. Autor e coautor de diversos trabalhos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Enfim, inúmeras atividades poderiam ainda ser citadas, para as quais necessitaríamos de um tempo mais elástico, assim como uma dose de paciência considerável dessa seleta plateia.

No entanto, descumprindo mais uma vez as orientações paternas recebidas, permitam-me voltar a falar do nosso relacionamento como professor e aluno, oportunidade na qual o professor Nelson Fraiji deixou e está deixando marcas indeléveis no processo de moldagem na formação profissional de várias gerações de médicos e médicas, que atuam aqui no Amazonas assim como em diversos Estados de nosso País. Passados 40 anos da minha formatura, recebo um régio presente de Natal da nossa presidente acadêmica Rosa Brito, designando-me para saudar o querido mestre.

Atualmente desempenhamos nossas atividades profissionais atuando em especialidades médicas correlatas, pelo menos do ponto de vista anatômico e funcional, nas quais atendemos vários pacientes em conjunto. Cardiologia e Hematologia.

Como é do conhecimento de todos os presentes, o coração bombeia o sangue ininterruptamente por meio de nossas artérias levando oxigênio e os nutrientes necessários para todas as células, ao mesmo tempo em que remove, por meio das veias, as substâncias indesejáveis que deverão ser eliminadas posteriormente.

Essa parceria somente se desfaz, quando o coração, por algum motivo, completamente alheio à sua vontade, é obrigado a parar.

Tendo em vista a importância e aspecto solene desta noite, peço o consentimento dos senhores e senhoras para uma rápida digressão histórica e filosófica sobre o sangue e o coração:

Para os antigos gregos o fígado e os pulmões eram muito mais espirituais do que o coração. No apogeu clássico da Antiguidade grega ocorreram mudanças profundas na percepção do homem, principalmente como resultado da escrita e da cultura escrita, quando as obras de Homero foram copiadas pela primeira vez. O coração não era capaz de animar o corpo em Homero, e sim o sangue. Na *Odisseia*, ele descreve como Ulisses descobre a partir de Circe como ele poderia buscar as almas que estavam com o deus do mundo dos mortos, Hades, para chamá-los de volta a vida na terra e obter novamente o sopro da vida. Isso era alcançado, fazendo com que as almas pálidas, bebessem o sangue

70 sacrificial de uma ovelha que Ulisses oferecia a elas. O sangue mágico espalhado, portanto é a base, na história da religião, do lugar ocupado pelo sangue de Cristo no cristianismo.

Aristóteles de Estagira foi o filósofo do coração. Ele defendeu o lugar de honra do coração na filosofia natural e na anatomia. O coração era a fonte da produção do sangue. Todos os órgãos cheios de sangue cresciam a partir do coração.

Na luta pelo predomínio entre o fígado, o coração e o cérebro, esse aprimoramento do coração feito por Aristóteles foi uma importante razão para a sua manutenção como lugar central até quase à época moderna. O fígado perdeu seu lugar de honra que possuía nas tradições sumério-mesopotâmica e pré-socrática grega.

Em épocas anteriores, ainda no século v a.C., o fígado e o coração começaram a ser desafiados a perder seu lugar de honra para o cérebro. O médico maior, Hipócrates, também propôs que a capacidade de pensar estava nessa estranha e imóvel massa de matéria cinzenta. Isso deu início a uma discussão médica e uma disputa filosófica, quanto se a razão e a consciência residiam no coração e no sangue ou na cabeça e no cérebro. Essa disputa perdurou em toda a Antiguidade, a Idade Média, o Renascimento, assim como na nossa própria época.

Entre 131-200 d.C., o médico grego Galeno que vivia em Roma, desenvolveu a teoria de Hipócrates dos quatro humores, que falava do equilíbrio entre sangue, bÍlis e muco, ou fleuma.

Foi Galeno, que depois de Hipócrates recomendava que se fizesse a sangria nos pacientes, que foi considerada um “tratamento” importante durante o período moderno.

Avançando no tempo, precisamente na Idade Média católica, o sangue torna-se o símbolo do sofrimento de Jesus e da salvação do homem.

Mais tarde, na arte do Renascimento e particularmente no Barroco, o coração assume o papel que era representando pelo sangue.

O sangue era a expressão visível e dramática do sofrimento de Jesus.

A teologia e a arte na Idade Média e no Renascimento descrevem um Jesus sangrando. Ele sangra quando carrega a cruz, quando açoiado, e especialmente quando é pregado na cruz. E finalmente, quando o soldado romano perfura o seu flanco direito com uma lança, deixando fluir sangue e água do ferimento. É este o sangue recolhido no

cálice que as pessoas passaram a beber na Sagrada Comunhão na forma de vinho consagrado. O sangue simboliza sua humanidade, a água sua divindade.

O simbolismo das flechas do deus do amor, Eros, na Antiguidade grega assim como as flechas no coração de Santo Agostinho e de Santa Teresa equivalem à lança atravessada no flanco de Jesus quando Ele estava na cruz.

Tal como descrito na Bíblia, Jesus não é perfurado no coração, mas no flanco direito. Essa lança é mencionada apenas uma vez no Evangelho de João (João 19:31-36). Não é citada em nenhum dos evangelhos sinópticos (Mateus, Marcos e Lucas). De fato, o coração de Jesus não é mencionado na Bíblia.

Essa concepção foi reinterpretada na Idade Média, no Renascimento e especialmente no Barroco, culminando com o simbolismo do coração. O sangue e o coração adquirem então significado equivalente.

Por trás da metaforização do coração, existe um culto mais antigo baseado no poder mágico do coração e do sangue. Entrar numa amizade de sangue, misturando o sangue, era uma variante da magia do coração que colocava as partes sob uma obrigação absoluta até a morte.

Antes de concluir, gostaria ainda de citar um dos postulados mais importante do pensamento científico: todo o fato científico deve ter uma explicação matemática.

A matemática que sempre me traz doces lembranças, não poderia ser esquecida nessa homenagem. Pois o elo que faltava entre a Medicina e a Matemática veio justamente por meio do coração e do sangue. O gênio alemão da fisiologia Adolf Fick, deduziu de forma não invasiva, no século XIX, a fórmula para medir o débito cardíaco no homem, ou seja, o volume de sangue bombeado pelo coração em um minuto.

A partir daí a Fisiologia Cardíaca e o estudo do coração, tornaram-se a parte da ciência médica mais ligada às expressões matemáticas.

Enfim prezado mestre Nelson Fraiji, se tivéssemos tempo disponível ainda teríamos muito o que falar sobre os objetos de trabalho de nossas especialidades. Sangue e coração. Poderíamos solicitar apoio inclusive aos sociólogos, escritores, professores, historiadores, médicos, filósofos, pintores, músicos e poetas desta Academia para aformosear e enriquecer nossos argumentos.

72 Dileto professor Nelson Fraiji, nós trabalhamos por um bem comum, a Saúde do ser humano. Sabemos por experiência que a fronteira entre a vida e a morte nunca poderá ser abolida, somente deslocada. Há décadas prezado mestre essa tem sido a sua nobre missão, deslocar essa fronteira para bem longe de nós.

Do fundo de nossos corações que estão vibrando de contentamento, desejamos-lhe boas-vindas à Academia Amazonense de Letras.

Muito obrigado!!

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA: *Uma história do Coração*. Ole Martin Høystad. Editora Vozes, 2015.

¶ ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

— Agradecimento

título de benemérito NELSON FRAIJI

Foi com surpresa que recebi a informação de que seria homenageado nesta casa. Soube pela presidente da Academia, professora doutora Rosa Brito que a propositura apresentada pelo acadêmico professor doutor José Braga, foi avalizada em unanimidade pelos acadêmicos presentes na ocasião da indicação.

Desejo expressar meu profundo agradecimento por tal generosidade.

Senhoras e senhores, tenho claro que este título é uma homenagem a todos aqueles que constroem, comigo, ações públicas que prestigiam a cidadania. Falo de todos que constroem a Universidade Federal do Amazonas e, particularmente aqueles que edificam o Hemoam.

Esta láurea homenageia, a meu pensar, todos os companheiros e companheiras que lutam por mitigar a vulnerabilidade do ser humano quando convivendo com a pobreza, a fome e a doença; particularmente, neste especial período de nossa história, onde oportunistas e corruptos comandam nosso país.

Entendo que este laurel presta homenagem a esperança de construção de um país melhor, quando batalhamos por construir e consolidar uma instituição pública em que o seu conceito seja o de absoluto respeito aos direitos de cidadania; nesse sentido, trabalhamos árdua e continuamente para a consolidação do Hemoam como instituição que universaliza suas funções, que faz o que deve ser feito e não apenas, o que pode ser feito. Por isso, minha certeza de que todos que atuam em torno deste projeto são a razão desta homenagem.

Reafirmo que sempre militei a favor da vida e da educação. Não suporto a exclusão que a ignorância produz e ainda me indigno com a injustiça e a desigualdade de oportunidades, assim como com os desvios éticos e morais. Não sei se meu esforço, ao lado de tantos que com-

74 põem esta academia, irão transformar nossa sociedade, mas creio que tenho que ser coerente e fiel aos valores pelos quais milito.

Convivi com muitos que acreditavam e lutaram pela utopia socialista e, com muito pesar, os vi sucumbindo e se conformando aos ditames de uma sociedade capitalista voraz e excludente, muitos deles se acomodando nos desvãos da corrupção ou nas benesses do poder.

Hoje, tanto quanto no passado, precisamos crer e lutar para retomar o caminho da construção de um país mais solidário, que ampare os mais desvalidos. Temos que romper definitivamente com o patrimonialismo que desgraça esta nação desde sua colonização. Não roubar, não deixar roubar e por na cadeia quem rouba é o primeiro mandamento de uma República, como dizia o saudoso deputado Ulisses Guimarães. Frente a chaga da corrupção tenho a esperança que estamos dando os primeiros passos de mudança coletiva em relação a um comportamento tão nosso de tirar vantagem e sempre dar um jeitinho. Estes comportamentos são os primeiros passos que levam aos grandes desvios morais.

Me perdoem, se nesta ocasião, faço um agradecimento com cunho político. As letras não são imparciais. Elas transformam, elas revolucionam, como o poema “Os Estatutos do Homem”, elas estimulam a fé e a preservação da natureza, como o “Sermão da Selva”, elas nos ajudam a compreender a vida como nas teses de grandes cientistas, sociólogos, poetas e escritores que compõem esta Academia. Por isso meu agradecimento de compromisso e comprometimento é minha forma de homenageá-los e dizer muito obrigado por nos ajudar a sermos melhores.

Senhoras e senhores, nós somos todos os outros e todos os outros estão presentes em nós. Pessoas com quem debati, com os quais divergi, ao lado dos quais lutei, com quem disputei, os que amei; todos, construíram o que sou. Assim, ao me encontrar entre várias amigas e amigos, generosos, críticos e zelosos nas nossas relações, digo do fundo do coração, obrigado a vocês.

Não seria o que sou sem o amor de minha mulher e sem o amor que dedico a ela e a minha família. Estes sentimentos dão-me a matriz para suportar as vicissitudes da vida.

Ao acadêmico doutor Aristóteles, muito obrigado pelas palavras 75
generosas e por sua brilhante saudação.

Por fim aos acadêmicos professora doutora Rosa Brito e professor
doutor José Braga, expresso meu respeito e admiração por tudo o que
juntos tem produzido em nosso Estado.

A todos os presentes, obrigado por terem me ouvido.

 NELSON FRAIJI



— Os pobres perante a medicina¹

Discurso do paraninfo da turma de Medicina Ufam 1978

1. *Minha primeira turma como professor na antiga Universidade do Amazonas (UA), para a qual lecionei a disciplina Medicina Tropical, me surpreendeu e honrou, ao final do curso, com o convite para que eu fosse seu paraninfo. O patrono, era ninguém mais ninguém menos que o professor Djalma Batista! O ano era 1978. Preparei o discurso de paraninfo e agora, quando aquela turma completa 40 anos de formada, reli a peça para compará-la aos dias atuais.*

A escolha democrática pelo voto direto de meu amigo e mestre Djalma Batista, para patrono da turma, muito significou para mim, haja vista minha formação, como médico e professor, ser nada mais nada menos que o reflexo da ideologia e práxis deste homem, que dedica sua vida a esperança de ver o amazônida mais próximo das condições mínimas basais de sobrevivência.

É por meio dele que tomo a cada dia, desde algum tempo, a consciência de que a nossa Amazônia deve estar mais perto de nós, seus filhos, que das garras ferinas do capital imperialista multinacional.

A propósito disto, os jornais de hoje estampam mais uma tentativa desses dragões da ganância de assenhorar-se de nossas matas, até que o último átomo de oxigênio seja transportado para as metrópoles acima do equador.

Retomo a importância deste homem na formação de vocês, porque, muita vez, eu, usando apenas a ciência dialética como transformadora também das palavras dele, fiz dessas mesmas palavras as minhas, e deixei fluir à vocês como ensinamentos, os mais verdadeiros que a minha crítica pode discernir.

A coincidente escolha do nome da turma, “Maria Isabel Barros Gomes”, colega de vocês que mal começara a trilhar o caminho que hoje concluem e desapareceu abruptamente, me calou muito fundo, porque eu também punha na sua vida, talvez pelos laços de parentesco que nos unia, muito da minha esperança.

A minha escolha em particular, também a partir do voto direto, me emocionou sobremaneira, por algumas razões óbvias: o momento era da vigência de leis de exceção. Sou o primeiro aluno saído desta mesma Universidade do Amazonas, que sentou no mesmo banco de vo-

cês, e que se defrontou com as grandes dificuldades que vocês enfrentaram, e que agora vem paranimfá-los. 77

Por outro lado, vocês são a minha primeira experiência profissional, como professor. Assim, ao disputar essa honra com meus antigos mestres, é fácil para mim inferir que quase 55 votos não me foram dados (como não deveriam ser), enquanto indivíduo, mas ao grupo de trabalho ao qual pertença, à sua ideologia, à visão social com que encara o fenômeno doença e acredita na sua solução concreta, definitiva, portanto irreversível.

Para escolher o assunto desta última fala como professor de vocês, experimentei uma dificuldade muito acima do que seria lógico esperar. Teria que abordar um assunto geral de interesse de vocês, com certo grau de atualidade, que tivesse também um sentido de repassar coisas ditas há dois anos nas aulas de doenças infecciosas e parasitárias.

Também eu, na contingência de preparar este discurso, confesso sinceramente, que me vi constrangido ou inibido ao querer fazer a distinção entre o que era científico e o que era socioeconômico, como se os assuntos não fossem todos eles interrelacionados. Na realidade estava sentindo os freios da censura. Quando esta, por vitória popular, foi atenuada nos meados deste ano, logo depois, minha criatividade continuava embotada. Olhei mais uma vez para dentro de mim e observei que a dificuldade estava numa sequela deixada na minha criatividade pelos anos de exceção, que regeram a nação como um todo e a universidade em particular. – Era a autocensura. Todos os assuntos que me ocorriam tinham evidentes as suas implicações socioeconômicas e políticas.

A mercantilização da medicina tem apresentado aspectos escabrosos e tem sido muito debatida nas associações médicas e sindicatos, mas as análises que fogem aos temas meramente morais, se perdem no tecnicismo denunciador da autocensura.

O controle da natalidade apresenta também múltiplos aspectos para serem analisados. Os principais deles, socioeconômicos e políticos. Mas poderia interessar diretamente, apenas a uma pequena parcela de vocês.

Há outros temas que também poderia estudar para relembrar a vocês, como por exemplo, a influência das multinacionais na mercan-

78 tilização dos medicamentos; o presente, o passado e o futuro da assistência médica previdenciária; a crise atual da universidade brasileira, etc.

Ao refletir sobre esses temas, preferi falar do mais abrangente deles – OS POBRES E A MEDICINA – se um pouco mais de tempo houver, ainda tentarei abordar outros temas de não menos importância: a residência médica, o mercado de trabalho e a ética médica no atual momento histórico.

Para abordagem do tema central encontrei as seguintes justificativas:

1. O problema alimentar traz consequências nosológicas. Essa relação entre fome e doença foi proclamada pelo presidente Juscelino Kubitschek, que sendo médico, bem a conhecia.

Esse político chegou a escrever “o grande problema do Brasil é a pobreza, a desnutrição, a ignorância, o subdesenvolvimento em grandes áreas”. Acrescentou ainda que “os médicos devem saber quem são os responsáveis pela maior parte das doenças neste grande país”. Aliás, foi do professor Samuel Pessoa que ouvi esta frase: “no Brasil, só há uma epidemia: a fome. Todas as demais são causas agravantes”.

Também o povo sabe perfeitamente disso, isto é, que a subalimentação, a fome crônica, constitui o elo mais significativo a determinar quadros nosológicos dos mais graves no nosso meio rural e periferia das grandes cidades. De tal maneira a fome domina a ecologia das epidemias, que um grande poeta brasileiro – Ferreira Gullar – chegou a afirmar que os médicos CRISMAM A FOME com o nome de várias doenças. Eis uma quadra da poesia de Gullar denominada “Quatro mortos por minuto”:

*conto os que morrem de malária
de tifo, de verminose
conto os que morrem de crupe
de câncer e xistossomose.
mas todos estes defuntos,
morrem de fato de fome
quer a chamemos febre ou de qualquer outro nome*

2. Outra razão: A EXISTÊNCIA DE UM GRANDE CONTIGENTE DE PACIENTES POBRES NA NOSSA POPULAÇÃO. A distância entre os 5% mais ricos e os 50% mais pobres da população brasileira está aumentando. (*Jornal do Brasil*, 3 de agosto de 1978 – entre 1970 e 1976 a renda média dos primeiros cresceu 133,7% mais que o dobro do crescimento da renda dos 50% mais pobres.) A afirmação é do economista do Instituto de Economia do Rio de Janeiro – o senhor Pedro Malan, em conferência que pronunciou na Escola Superior de Guerra, sobre distribuição de renda.

O aumento da desigualdade se deu basicamente entre 1970 e 1973, e o mesmo economista defendeu como uma das soluções nos grandes centros, a formação de sindicatos representativos e livres para negociar seus contratos de trabalho. No meio rural a solução está no óbvio: uma reforma agrária com bases estritamente democráticas.

A extensão da pobreza absoluta no Brasil, que de acordo com os dados de 1976 atinge 35% da população que não recebe sequer o salário mínimo – equivale dizer que pelo menos um em cada dez brasileiros vegeta, em condições de vida incompatíveis com a dignidade humana.

Devo lembrar que um semanário carioca fez um cálculo mostrando que uma família, marido, mulher e três filhos, poderia tomar apenas um cafezinho pela manhã ao meio-dia e a noite, consumindo assim o seu salário mínimo.

A questão da distribuição de renda ou da diferença, cada dia maior, entre ricos e pobres tem raízes profundas, mas as circunstâncias atuais tem agravado.

Analisando a economia brasileira desde o descobrimento até os primórdios da República, Basbaum, na sua *História Sincera da República*, fez esta magnífica síntese: “o modo de apropriação da terra, bem como o trabalho escravo e a seguir a miséria originada das relações sociais geradas pelo latifúndio, impediram a formação de um mercado interno. E assim, toda a produção se destina ao exterior. Como consequência, essa produção baseada no mercado externo, ficava sempre sujeita às necessidades e oscilações desse mercado e a concorrência com outros países”.

Quem poderá dizer que as nossas atuais vicissitudes com a balança de pagamentos, com a inflação (o custo de vida em Manaus chegou a 52% este ano), não decorreram desse atavismo histórico? De qualquer

80 modo, obviamente, são os pobres que vem a sofrer mais nos momentos de crise.

3. O terceiro motivo decorre do fato de **NOSSO ENSINO MÉDICO ESTAR TODO VOLTADO PARA UMA MEDICINA DE MERCADO**, o que dificulta ou impossibilita uma assistência médica adequada para as camadas mais pobres da população. No sistema capitalista a assistência médica é uma mercadoria que se compra. A sua qualidade, variando com o preço que se paga. Luiz Rey observou recentemente que “tanto a formação quanto a especialização dos médicos, orientam-se para servir os setores da população com maior capacidade de pagar. E pelas mesmas razões, concentram-se nas capitais e grandes centros onde vive sua clientela prioritária, enquanto as zonas rurais e pequenas povoações ficam quase, ou sem recursos”.

De modo geral, os hospitais e clínicas estão equipados e orientados no mesmo sentido. Por questões de rentabilidade, estão mais aptos ao diagnóstico de doenças raras e a fazer tratamentos cirúrgicos ou a praticar terapia intensiva, do que fazer diagnósticos precoces e prevenção.

Na realidade, nossas faculdades não discutem nem planejam, em escala geral, os seus métodos e diretrizes sobre o tipo de médico que pretendem formar. Ao invés do médico generalista, cuja formação tem menor custo e é mais adequada para atender uma população sem recursos, estimulamos, desde muito cedo a especialização e a subespecialização. Isso diminui a competição entre os médicos para melhor dividir entre si o pequeno número de pacientes que podem pagar. Um médico assim preparado ou despreparado pela faculdade, vai ter que fatalmente atender aos pacientes pobres, seja por meio da previdência e assistência social, seja ao praticar a assistência gratuita, ou a caridade, o que ainda ocorre nos dias de hoje, embora possa soar como muito fora de moda. Em tais circunstâncias, como deverá preparar-se o nosso médico para atender ao doente rico e ao doente pobre ou, em outras palavras, em que medida a medicina que se destina a doente rico poderá diferir daquela de que necessita o doente pobre?

Tomado no conjunto, posso assegurar à vocês que a patologia apresenta notáveis diferenças nos dois casos. A prevalência das doenças di-

fere e a maneira de reagir face às agressões mórbidas e ao tratamento, também diferem. E essas diferenças não encerram todo o problema, daí os motivos que me estimularam a analisar as peculiaridades do nosso grande contingente de pacientes pobres, na impressão de que abrindo esse caminho, talvez possamos encontrar meios de prestar uma assistência médica mais justa e mais eficiente a esses pacientes.

Mas, se o médico desejar se portar como um profissional eficiente, terá que recorrer a conhecimentos extra-médicos, para atender um problema médico, com implicações fundamentais extra-médicas.

O médico poderá desempenhar um papel importantíssimo numa comunidade pobre, ao praticar educação sanitária, ao esclarecer à população sobre a importância da água como veiculadora de doenças ou para higiene pessoal, ao sugerir cuidados com habitação, ao propor alteração de certos tabus alimentares, mas, mesmo assim, cedo descobrirá suas tremendas limitações.

Nenhuma dessas medidas trará vantagens duradouras se não vier acompanhada de melhoria da situação econômica que permita a integração do indivíduo na comunidade, dando-lhe deveres, mas também direitos inalienáveis.

Essa mudança a que me refiro, se baseia na inversão no modo de produção, na modificação da relação opressor-oprimido, no desaparecimento do binômio dominação-submissão, enfim, na liberdade do homem. Sem essa mudança não haverá vacina que previna doença, nem remédio que evite qualquer mal.

Meus caros amigos, ao lado de tudo isso, da discrepância na distribuição da renda gerando pobreza, fome, e por conseguinte doença, há ainda as dificuldades que vocês, enquanto cabeças emergentes na ação de saúde, encontram no tocante a sua própria sobrevivência.

A graduação deficiente em toda Universidade faz com que vocês procurem a residência médica, tentando tapar lacunas deixadas pelo curso da graduação. Propositamente, neste ano que agora finda, assistimos de perto a luta desses profissionais residentes, por melhores salários. Conseguiram alguma coisa neste nível, mas não alcançaram todas as reivindicações trabalhistas. A repressão deu como troco uma violenta restrição no número de vagas, o que vocês sentiram de perto, na própria pele, ao tentarem o acesso aqueles hospitais. Assim, mui-

82 tos de vocês não tiveram oportunidade de ingressar nesses cursos de pós-graduação *stricto sensu* e ficarão vagando em busca do mercado de trabalho.

Outro assunto, por fim, me preocupa muito de perto: – a ética médica no contexto em que vivemos. A declaração de Tóquio aprovada em outubro de 1975, durante assembleia da Associação Médica Mundial, contém as seguintes recomendações, que gostaria ficassem gravadas em suas mentes, porque como disse, além de ser uma das minhas maiores preocupações, seria um fato que a história cobraria mais de vocês do que, sem exagero, o próprio juramento de Hipócrates.

Artigo 1º – o médico não deve fornecer, ser conivente com, ou participar de prática de tortura ou outras formas de procedimento cruel, desumano ou degradante, em quaisquer situações, inclusive conflito armado e guerra civil, seja qual for a infração pela qual a vítima submetida a tais procedimentos seja suspeita, acusada ou culpada; e seja quais forem as crenças ou motivos da mesma.

Artigo 3º – o médico não deve fornecer quaisquer meios, instrumentos, substâncias ou conhecimentos, para facilitar a prática de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante, ou para diminuir a capacidade da vítima de resistir a tal tratamento.

Artigo 7º – a Associação Médica Mundial apoiará e deverá encorajar a comunidade internacional, as associações médicas nacionais e a comunidade médica a apoiar o médico e sua família, em face do risco de represálias resultante de recusa em ser conivente com o uso de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano e degradante.

Meus caros amigos, em síntese para finalizar, quero lembrar-lhes o papel que vocês exercerão enquanto categoria médica: a consciência de que doença no Brasil, país do 3º mundo, não se debela apenas com medicamentos ou mesmo vacinas, mas por meio de profundas e radicais transformações socioeconômicas e políticas.

De outro lado, quero relembrar-lhes que se nós, seus professores, não conseguimos transmitir-lhes a ideia de que curar tem um aspecto muito mais amplo do que não ter doença, queremos que pelo menos fique em vocês a ideia secular do aforismo de Hipócrates: “primeiro, não prejudicar”.

Como diz Buarque de Holanda em uma das suas mais profundas e recentes composições : “foi bonita a festa, pá”. Eu acrescento o verso do poeta maior, Carlos Drummond de Andrade: “e agora José, que a festa acabou?”

O futuro só a vocês pertence. Façam-no.

* * *

Hoje, essa mesma turma, ao comemorar 40 anos de formada, me honra mais uma vez, ao me escolher para escrever o prefácio do livro² que conta sua história.

2. Prefácio do livro 1978
– Minha turma – Nossa história

*...A história é um carro alegre
cheio de um povo contente
que atropela indiferente
todo aquele que a negue...*

Ouvi essa poesia em uma canção interpretada pelo Milton Nascimento, quando éramos todos jovens. Foi há mais de quarenta anos. E serve como norte para toda minha vida... E muito bem serve para definir este livro de memórias e ricas histórias de vida, de mais que uma turma de Medicina, mas uma turma de amigos do peito, de amigos da vida inteira que a Faculdade de Medicina da UA gerou.

Eles são os “FERAS 73”, protagonistas das belas crônicas que Gilson Corrêa nos presenteia nesta primeira edição de “1978-Minha Turma-Nossa História”. Uma divertida viagem por quatro décadas que começa com o ingresso de cerca de cem acadêmicos na Faculdade de Medicina e a criação das “repúblicas” que revolucionaram o cotidiano da população jovem de Manaus, desde meados da década de sessenta.

Os textos são de fácil e deliciosa leitura, que narram desde a profunda emoção da vida do estudante que recebe os primeiros ensinamentos da mãe, às brincadeiras e gozações entre pares, ainda na graduação, como é o caso da crônica sobre o “Primo Pinto” ou as histórias da caserna, como a dos médicos militares em Rondônia, o banho na caixa d’água do Hospício e muitas outras...

84 E eu, que me vejo agora prefaciando este livro, também fiz parte dessa história e testemunhei muitos desses momentos. Nosso encontro primeiro foi formal, em sala de aula no antigo Hospital de Moléstias Tropicais. Eu chegava da pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro e de uma passagem de dois anos pelo alto Solimões.

Os FERAS foram minha primeira experiência como professor de Medicina. Era o início de minha carreira docente, ministrando a disciplina de Doenças Infecciosas e Parasitárias. Fiquei logo muito impressionado pelo forte interesse que todos manifestavam. De pronto percebi que teria que estudar muito para responder às suas demandas. Considero portanto, que foi um bom começo. Nosso entendimento foi tanto que, para essa turma ministrei aulas às noites, aos sábados e domingos. E o aproveitamento foi pleno!

Veio também da turma de vocês, conforme narrado por Gilson, o primeiro grande prêmio que recebi, com imenso orgulho, na nossa Universidade do Amazonas. Foi ao final do curso, em 1978, quando fui escolhido – “Paraninfo da Turma”, ao lado de Ademar Aguirre (Aula da Saudade) e Djalma Batista (Patrono). Que honra! Lembro que foi com muito cuidado que redigi meu discurso – uma análise de conjuntura do período militar que vivíamos – a fim de prepará-los para a Democracia, a qual chegaríamos somente em meados da década seguinte. Lembro ainda que os avisei, nesse discurso, sobre o que enfrentariam, chamando atenção para sua futura clientela em: “Os pobres perante a Medicina”. Depois da Colação de Grau no Hotel Tropical, a festa de formatura no Ideal Clube, com tudo que esses FERAS tinham direito.

Vi, com muito orgulho, o início de suas conquistas profissionais. Dizia e digo ainda hoje para muitos de meus pacientes: “esse, eu ajudei a formar”. Se não no plano do conhecimento, pensava eu, pelo menos na formação Ética. Por isso deixo agora escrito, o que não perco a oportunidade de repetir em todos os encontros e confraternizações anuais em que sou convidado: Aos médicos dessa turma confio a recuperação da saúde de meus entes mais queridos.

Ao longo desses quarenta e cinco anos os acompanhei, na medida do possível, no plano profissional, em cada especialidade abraçada. Mesmo uns em Porto Velho, outros em Rio Branco, Santarém e até os que voltaram para casa, em outras regiões do país. Mais de perto acompanhei

a grande maioria, os que aqui em Manaus desenvolveram sua atividade médica. Os que vieram de outros Estados para estudar medicina e aqui ficaram, construíram família e juntaram-se aos amazonenses, formando um todo profissional e afetivo profundamente arraigado. 85

Penso que essa COESÃO que se antepunha à diáspora PÓS-FORMATURA foi que, a meu ver, os fez diferentes da maioria das turmas que ajudei a formar. A amizade, alegria e solidariedade que os une tem sido contagiante ao longo de todos esses anos. Isso é perceptível em cada encontro e fica claro aqui, em cada crônica, em cada momento de superação dos desafios que a vida nos coloca à frente, como na recente *love story* de Zé Miúdo e seu filho.

A agenda de encontros em Manaus e as viagens programadas que já os levaram pelo rio Solimões, Portugal, Ji-Paraná, Colômbia e outros destinos, são claramente ricas oportunidades que vocês encontraram para conviverem mais tempo e desfrutarem dos prazeres de novas descobertas e aprendizados, juntos. É a força de ligação que os mantém sempre em contato, trocando experiências, dando risadas, importando-se e solidarizando-se uns com os outros, desde que eram todos jovens até agora, na idade da delicadeza...

E tem mais... naquele início de contato, quarenta e cinco anos atrás, não fui capaz de perceber que entre vocês, além de excelentes médicos, havia também literatos de alta sensibilidade. É o que Gilson Corrêa nos mostra com este livro. Para ele nada passou indiferente, tudo foi captado, sentido, guardado...

As histórias de vida e convívio dos FERAS-73 estão eternizadas... e seguem em seu “carro alegre”...

{ *alguma* POESIA }

¶ Poemas de imortais

Odilon Valeriano de Lima e José Mendonça Lima foram fundadores da Academia Amazonense de Letras, em 1918, ainda ao tempo de Sociedade Amazonense de Homens de Letras. Odilon foi servidor público federal e líder dos trabalhadores dos Correios, poeta publicado nos jornais de Manaus e do Sul do País. J. Mendonça Lima foi médico, com larga experiência inclusive no interior do Estado, também foi poeta.

Raramente divulgadas nos dias correntes, porque escassas,¹ as criações poéticas desses dois fundadores da Academia ressurgem no ano do centenário da Casa de “Adriano Jorge” como homenagem ao contributo que prestaram ao silogeu.

1. Os poemas foram obtidos nos arquivos do escritor Robério Braga. O poema Postal, de Odilon Lima não tem referência do órgão em que foi publicado. O poema de autoria de J. Mendonça Lima foi publicado em Alpha, Manáos, 1903, ano I, nº 2. Ambos conforme a grafia da época.

— Postal

ODILON LIMA

Elle inda canta, sim com esse amor,
O mesmo amor intenso de outros dias,
No seu peito revive o antigo ardor,
O Orgulho antigo e a crença em que o sabias.

Do carcer onde vives, ao rigor,
Fora o embuste juntar-se: – não terias
Jamais, Querida o mínimo calor
D’estes versos humildes que pedias.

E em pensamentos tristes, pobre amigo,
A alma tua doente foi cobrindo
E recordando a doce vida antiga.

Era a mentira, o quixotismo infindo...
A vil bravata que a fraqueza abriga,
Apenas isto... e eis-me outra vez sorrindo.

— Alice

J. MENDONÇA LIMA

Alice foi para a cova,
Cheia de rosa e jasmim
Tão enfeitada, bem nova,
Vestida em fino cetim,
Alice foi para a cova.

Alice tão inocente
Tão ditosa e pequenina
Já descantou essa trova
Essa tão bela menina...
Alice foi para a cova.

Mas, que cova essa tão boa,
De boas tantas carícias!
Debaixo de um branco véu
Gosando ternas delícias,
- Alice foi para o céu.

— Da caridade¹

MAX CARPHENTIER

– Meu nome é Caridade, o coração de Deus;
vida de toda vida, desde a vida
inaugurada à luz das sílabas do *Fiat*.
Que foi a luz? Caridade à escuridão.
Que foi o Éden? Caridade ao corpo.
E Eva o que foi? Caridade a Adão.
E os Mandamentos? Caridade às almas.
E a eternidade? Caridade ao tempo.
E a ressurreição? Caridade à morte.
Semente oculta, claríssima raiz
dos fundamentos todos que o Senhor criou,
é por mim que viveis, é por mim que alcançais
asas de dor em vossos pés feridos;
em vossa alma ferida asas do amor.
E se em mim mais viveis, mais vos salvais.
Todos tendes vontade de ver Deus,
e eu vos digo: Tomai-me em vossos olhos
e o vereis com o amor que Ele vos vê,
e o reconheceréis tanto na terra
que ao próximo amareis como Ele quer que ameis,
e o mundo se abrirá ao vosso amor.
Vede como Ele me criou sorrindo
para primeiro cercar-vos de beleza.
Minhas primeiras vestes são a luz e a flor,
a lua e o sol contente de beijar-vos,

1. Do livro *A Palavra de Tudo*.

as corolas que nutrem passarinhos,
as águas no ofertório dos cardumes.
E mais íntima estou em vossa natureza,
quando me visto desses véus litúrgicos
bordados pela essência das virtudes.
E assim estou em vossa ação e prece,
concedendo o perdão que deveis a vós mesmos,
e ao vosso irmão deveis nesse encontro de culpas
em que vos demorais sem correção fraterna.
E mais contente sou em vossas mãos no amparo
que concedeis aos pobres, aos perdidos,
e então sou o anjo dos bálsamos nas dores.
Angústias beijo, ressuscito sonhos;
desertos frutificam sob a lágrima
da gratidão que dais e recebeis.
Ofertai-me no pão do níquel condoído
que atirais ao chapéu levinho dos mendigos.
Levai-me aos hospitais, de leito em leito,
com o remédio bom e a oração melhor.
Baixai-me sem cessar ao fundo das discórdias,
para que de minha paz vos chegue a paz.
Todos vós sois necessitados recíprocos;
cada um com a sua soma de suplícios,
graças ocultas, tesouros revelados.
Deus me criou para que o conheçais
por mim, pelos meus olhos, minhas mãos,
em cada gesto que socorre e salva,
semeia e distribui e ensina e acolhe,
e a solidão povoa de presença e sonho
e encaminha o mal ao arrependimento.
Sois o Senhor humano quando estou convosco,
pois tudo que criou e de mim necessita

exige que o imiteis em seu amor,
misterioso amor que rege a evolução.
Vós me vedes melhor nos grandes sacrifícios,
em vidas que se entregam à salvação do bem,
em cruces assumidas pelo amor à Cruz.
Mas vos digo que estou nas mais comuns ternuras,
como um beijo na fé de quem chega na dor,
como um beijo na dor de quem parte na fé.
Nas catedrais estou mais que feliz
na rosa dada à imagem solitária,
no círio que rezou até se consumir.
Exercitai-me, pois, pra conhecerdes
como é divina a minha perfeição
que vos faz e vos quer unos na Igreja
caminhante no afã da Palavra que eleva;
padecente na olhar que vê de longe a Luz;
triunfante no amor que tem o Cristo à frente,
a justiça elevando à plenitude em mim.
E se ao me viverdes sentirdes compaixão
de tudo que vos pode auxílio e redenção,
podeis então chamar-me de Misericórdia,
que é o nome com que o Pai me chama em seu trabalho,
e o espírito me invoca em sua inspiração,
e foi assim também que batizou-me o Filho
para sermos um só, Ele e eu atuando,
sendo tudo no amor entre a Trindade e vós.

Estrofe da Virgem

– Ó Caridade, nome do meu colo,
minha irmã, meu sentir, meu pensamento;
minha dor, porque abraço a dor do mundo;
minha alegria, porque foi por ti
que Jesus me fez Mãe e Intercessora.

Foste tu que inspiraste a Ave-Maria
e o dom que sustentou minha Assunção
para que o Céu do Céu se completasse.
Ó caridade, nome do amor de Deus!



— Minha mãe

ANTONIO LOUREIRO

Minha mãe foi indo devagarinho...
Talvez para não nos deixar todos tristes repentinamente...
Anos e anos de uma cruel e moderna doença chamada
[Alzheimer,
Que foi paralisando lentamente o seu pensamento, a sua
[voz, a sua vontade, Enfim foram anos e anos, para que
[não sentíssemos uma brusca partida
E fôssemos nos acostumando com a sua falta.
Assim esse sentimento de tristeza foi nos adaptando,
E só hoje, no quarto dia do seu falecimento
É que sentimos a sua definitiva ausência.
Mas os seus genes estão plantados em uma descendência
[numerosa.
E no fim de quinhentos anos seremos muitos.

— Conceito de Saudade

LAFAYETTE VIEIRA

Não é saudade a saudade que magoa
Não é saudade a saudade que entristece
Não é saudade a saudade que atordoa
Não é saudade a saudade que enlouquece

Saudade é memória; é aquela
Visão primaveril fulgindo n'alma;
É festa sacra, é missa na capela,
É mensagem de amor na tarde calma

A saudade, enfim, que se proclama
Não é saudade sem luz, sem esperança.
Saudade sem viver do amor a chama
É simples mágoa ou vulto de lembrança.

Saudade é estribilho de canção,
Luar flanando pelas noites quentes.
Saudade é fogueira de São João;
E é traço da presença dos ausentes

Saudade é cisma de jaçanã
Na beira d'água em tarde azul de estio;
É trino de sabiá pela manhã;
É braseiro de cheia pelo rio.

Saudade, olhar de minha mãe cismando,
Primeiro amor, primeira morada;
Meu pai de branco, barco se afastando,
Rio, barranco, infância desleixada.

Tal como o vir d'água do mar
O passado vai e vem a seu querer.
Saudade é tudo que se quer lembrar.
Saudade é tudo que se quer viver.

— Três balas perdidas [bem no alvo]

ALDISIO FILGUEIRAS

O silêncio dos ratos

A menina Anne Frank sabia,
sim, onde os portugueses e outros errantes
navegantes fizeram Manaus do nada
só para ver um sol nascer quadrado
e um índio morto, que mais morria
de susto do outro lado da bala.

Anne sabia o nome dos rios
que eram longos como um dia de fome
e era tanto nome de fome que doía
no buraco de rato em que fazia
de conta que vivia uma vida
normal de menina. Mas o que é uma vida
normal de menina? A tanta fome
daquele sol quadrado ardia
com tão ingratidão que a sede
não calava e era preciso uma lágrima
para cuidar de apagá-la,
pois é difícil engolir a seco.

Anne Frank queria conhecer Manaus,
a cidade das águas, dos pássaros
e das distâncias sem margem,
porque no seu mapa o mundo era redondo
e mais fácil de voltar para casa.

Anne Frank não conhecia o inferno
apenas sabia que ele existia
sem carta, sem bússola ou geografia.

Quando ouvia um trem, ela pensava
que era um trovão, abrindo as águas
para que ela passasse sem molhar o vestido,
aquele que escolhera para o domingo.
E quando vinha um trovão, o anúncio
era o de um trem que rompia as paredes
do buraco em que vivia longe de Manaus,
longe do inferno, longe de tudo.

Um dia, Anne Frank chegou à cidade
e era um livro sem rios e seus pássaros
morriam de uma sede ingrata. Isso foi quando,
onde e como as viagens ainda eram capazes
de dar vida e trato a meninas e rapazes,
mesmo dentro de um buraco de rato.
Depois, os roteiros ficaram cegos
e o mundo se tornou plano e sinistro.

Mas antes que o mundo ficasse também
surdo e mudo, Anne Frank escreveu o livro
de revelações que o futuro desdenha.
E por isso ainda existem Manaus
e os buracos de rato ao fundo. E por isso
ainda existe a infância e ela é mais
além do que supõem os adultos
e seus cultos de fim de mundo.

E Sarah, a que nasceu dessa história,
me olha bem dentro dos olhos –
como se eu fosse uma vitrine no shopping –

e um sorriso doce de quem perdoa,
mas não esquece: Alguma dúvida?,
antes de eu ser preso na primeira esquina
de Manaus com a dúvida de quem envelhece...

Ó Sarah, ia tudo tão bem!,
eu com o meu silêncio de rato.

**De Ana Lúcia, Anuska
Para Ana Lúcia Domingues**

Ana Lúcia tinha o lúcido
projeto de um raio,
súbito disparo que rasga
a nuvem seca, enxuta,
antes de a chuva, que segue
seu rastro, apagá-lo em doses
que logo entornam o dilúvio.

Ana Lúcia, assim, divide
o Céu e a Terra em dois
sem o menor melindre
como se não partisse
também o sentimento
em duplo Céu e Terra
com esse disparo súbito.

Pois é do que se trata:
uma partida seca,
quase despejo no porto,
como se um barco a jato
nem tocasse na água,
muito menos na espuma,

que finge seguir-lhe o rumo.
Ana tinha esses truques
de não deixar à vista
nem adeus nem lágrima
na face ou, mais oculto,
no fundo do poço de quem
fica e de quem parte,
sem tomar partido algum.

Foi melhor que assim
se desse essa diáspora
e que o Céu calasse,
crente que um satélite,
e não uma mulher,
lhe acertara em cheio
o peito sem armadura.

E que também a Terra
com a mesma e tal carta
de crédito vencido
passasse a ver estrelas
com detalhes que só
dente doente grita
com o nervo exposto ao vento.

Se não foi assim, Anuska,
a quem importa que seja
de outro conteúdo
tal rito de passagem
que entranha em tudo
o mito de viver
presença e ausência?

Uma lição de espanto Para Elton Pio de Souza

Foi um tiro na testa
– o que mais dói: na memória –
um tiro besta na testa,
não na boca, que calou
meu amigo Elton Pio
de Souza, que ousou
pisar além dos limites
de confiar na bondade
alheia com o seu gesto
manso de cavalheiro.

Nada o trará de volta
dessa viagem estúpida:
cultos nas encruzilhadas,
despachos ecumênicos,
missas de sétimo dia,
Deus!, por que mo tiraste
se era jovem e tão belo?
Nem o álbum de família
em que teima em sorrir
para o futuro apagado
nada vai trazê-lo de volta
(me poupem desse desespero).

Mais vazios e frios
nossos abraços serão.
O vício da amizade
que bem sabe o remédio
da distância e se basta
em ser apenas amizade,
sem loas e sem luaus,

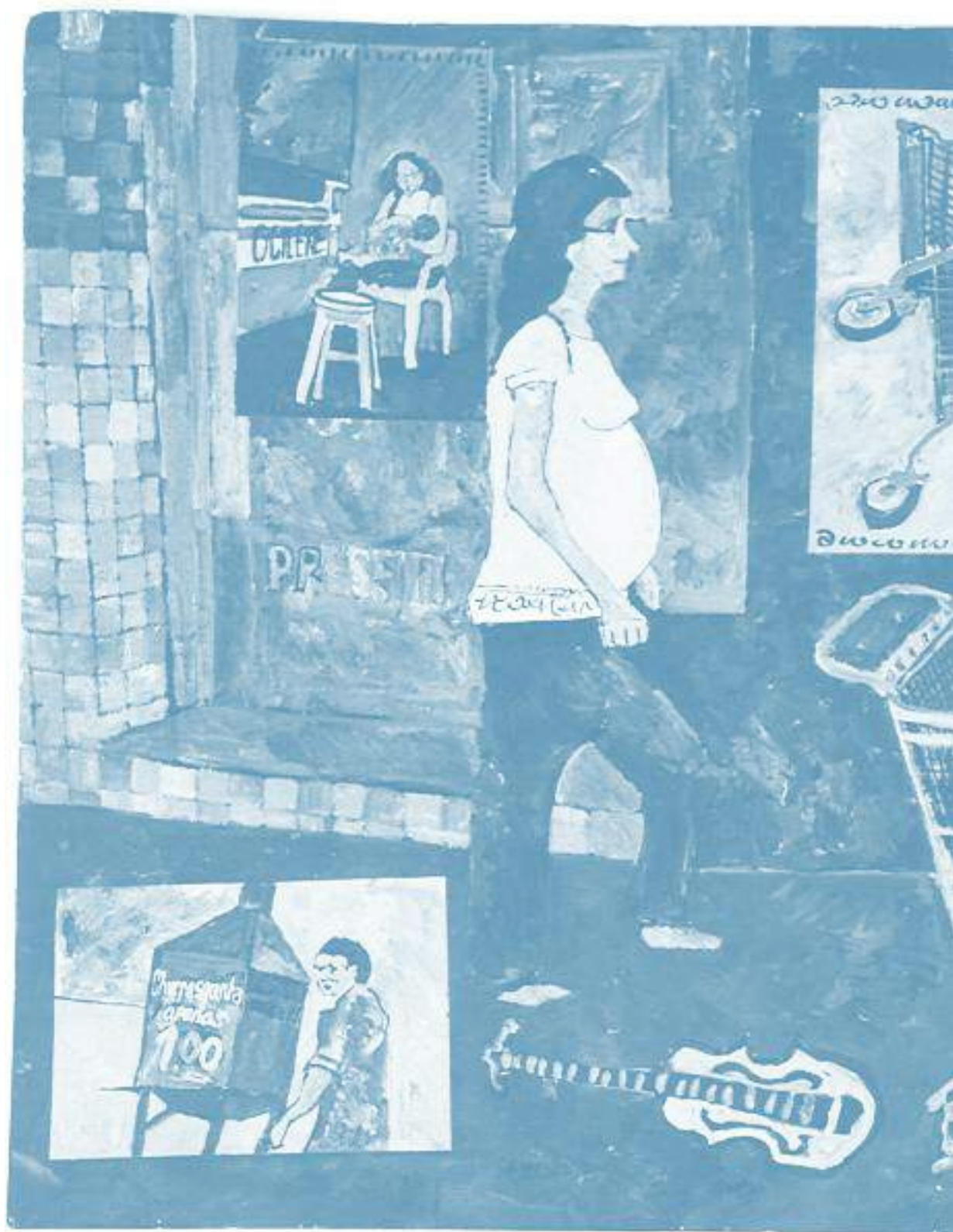
permanecerá então
(a amizade não é
a que faz e se desfaz
em sorrisos e miudezas,
mas a que lambe a ferida
e vigia na insônia).

Mas então e enfim
o que resta desse tiro
na testa que nos incomoda
e silencia para sempre
voz tão mansa quanto altiva?
Fica tudo como está?
Mais um rosto que se apaga
numa paisagem de tantos?

Não, não ficará em branco.

O assassino frio ainda
arde de ódio no espelho.

Mas, quem lembra de quem mata
a grama no próprio jardim?





— Um canto para Belém¹

MARÍLIA MENEZES²

1. Primeiro lugar no V Concurso “Cidade de Belém” 2018, da Academia Paraense de Letras
2. Membro correspondente da AAL.

Plantei uma semente.

Semente de uma fruta bela e succulenta – manga-rosa!

Eu me deliciara e a compartilhara.

E quando fui plantá-la, a semente escutou o que eu ia fazer,
[se ressentiu. Não queria sofrer, não queria morrer,
[mas aceitou, me ouviu:

“Tua transformação trará muito mais vida.

E além disso, será uma mensagem, uma homenagem
a Belém, esta cidade tão querida”!

Plantei-a em lugar muito pleno de História: Cidade Velha
[de Belém!

Meu anseio, porém, foi reunir
em uma só mensagem e homenagem
os bairros e arredores da cidade imensa
e o povo de Belém em sua lida intensa.

E ao irrigar a semente, certo dia, mas sem imaginar o que
[aconteceria,

– e como esqueceria?...

eu escutei, com espanto

Vozes, murmúrios e conversação que saíam da planta que
[brotara...

vi pessoas andando...

Fechei os olhos: é ilusão do meu inconsciente.
Eu vou deixar em paz esta semente.

105

Mas na tarde seguinte, nosso sol do Equador
Estava irreverente, resplendente, aumentando o calor.
Eu me compadecei da minha planta, e água lhe levei.
Estava tão crescida, toda cheia de vida,
e piscou pra mim, me agradecendo.
Seus olhos verdes tinham tons diversos,
nuances muito belas:

Seriam verde-água, verde-musgo
ou um verde-esmeralda, verde-folha ou um verde-criança,
verde-bandeira, verde-mar, verde-floresta,
verde-gaio, até um verde-oliva... ah, sim: verde-esperança!

Algum tempo depois, fui contemplar
minha planta ao luar.
A lua, cintilante, vigilante,
das nuvens emergia...
A minha planta, com o luar, vibrando,
Brincava, farfalhando
ao vento benfazejo da baía.

Alguém chegou-se a mim, nessa hora de encanto,
e me indagou: por que te cansas tanto?
Já há tanta mangueira! mais uma, menos uma... e sem
[necessidade!

Esse serviço é da autoridade.
Mas eu lhe respondi: Amigo meu, amiga, ama a tua cidade!
Dá um pouco de ação, da tua atividade
a toda a Criação. Vê as mangas caindo, alimentando os
[pobres!

Cuidando da cidade também cuidas de ti!
Desconheces o nome de Belém? – Cidade das mangueiras?
Vê que cresce a cidade em forma desmedida,
e precisa de nós, para ter maior vida.

Nesse momento,
para aumentar o meu encantamento,
as pessoas que eu vira e que ouvira falar
vieram perto de mim – eram tantos e tantas... E como
[enumerar?

Formavam uma ciranda e, em grande exultação,
me diziam, bem alto, a sua profissão,
seu dever, sua missão:

Cozinheiras, lavradores,
Cientistas, jornalistas,
Motoristas e doutores,
Religiosos e artistas...

Garis e industriários
Poetas e governantes,
Mendigos, comerciários,
Vigias e estudantes,

Arquitetas, enfermeiras,
Professores e parteiras...

E repetiam em coro alegremente:
Saímos da semente! Nós fizemos Belém
Nós fazemos Belém!
Nós faremos Belém
com trabalho e ardor
pois lhe temos amor!
E abraçavam a planta, e a planta os abraçava...

E enquanto escutava, com atenção, e com muita emoção,
eu ouvi um vagido.
Não, não era um gemido!
Era um pranto ou melhor: era um canto de criança
era a voz de um bebê recém-nascido
e um grito de mãe, de alegria, que parecia um brado,
e o júbilo de um pai emocionado!

A dança da ciranda crescera e se estendera,
e eu compreendi o que acontecera:
o Presente me veio, instantâneo, esperado.
Passado redivivo – Futuro entrelaçado.

Todos se deram as mãos, e felizes, dançamos,
e assim nós cantamos:
Foi Belém que nasceu,
Belém que reviveu!

{ ENSAIOS }

— A arte da biografia na literatura do Amazonas

NEWTON SABBÁ GUIMARÃES

Há uma época na nossa existência em que sentimos a necessidade urgente de fazer o balanço completo do nosso passado, de aliviar, simultaneamente, todas as gavetas da nossa secretária e as da nossa consciência...

António Ferro. In: *Homens e Multidões*

— A SEDUÇÃO BIOGRÁFICA

Tenho a impressão de que a biografia, um dos gêneros mais venerandos, nobres e elevados da arte literária, tem encontrado, ultimamente, ampla acolhida em todos os quadrantes da nossa Pátria, onde quer que exista manifestação literária, algumas vezes de modo primoroso; algumas vezes, passavelmente, e outras, enfim, um tanto canhestramente, como tudo na vida que esta não concebe apenas obras-primas. “A biografia é um ponto de vista”, escreveu Menotti del Picchia na belíssima introdução à *Vida e Poesia de Olavo Bilac*,¹ de Fernando Jorge, possivelmente uma das mais belas biografias de personalidades brasileiras escritas nas décadas de 60 e 70, e que sagraram o então jovem biógrafo como um dos maiores autores no gênero. E, mais adiante, o autor da epopeia mística *Moisés* e de *Juca Mulato*, continua o seu raciocínio a respeito da biografia, ao escrever, magnificamente, que “um biógrafo pode ser um indivíduo mágico”,² pois pode dar vida e alma a uma personagem morta e, por vezes, esquecida. Mas segue em frente, palpitante. *Suma y sigue*, como dizem, com mordente praticidade, os espanhóis. Há figuras que precisam de ser resgatadas do esquecimento e lançadas outra vez no cenário cultural que foi seu um dia. A biografia consegue realizar esse passe de magia, para valer-me da expressão felicíssima de Menotti del Picchia. No Amazonas, já é antigo esse comércio e nos começos do século xx, a pujante manifestação li-

110 terária daquela parte distante do nosso País, contava com alguns exemplares dignos de atenção do historiador e do arqueólogo dos gêneros literários. Sem serem muitos, o seu número, contudo, não é despiciendo. Era, quase sempre, narrativa impressionista de fatos e ocorrências de uma vida, com a direta participação do conhecimento pessoal, a intromissão do biógrafo em a narrativa da vida do biografado, na maioria das vezes com o abandono da prova documental, da bibliografia pertinente ou das entrevistas e inquéritos que solidificam os fatos expostos. Eram biografias “de amigos” muitas delas, em que a ação e as lembranças aconteciam entre pessoas que um dia conviveram ou conheceram estreitamente a personalidade estudada. Era o que ocorria naqueles dias mais ou menos em muitas outras biografias, brasileiras ou não. Modelo de biografias agradáveis de leitura, em páginas que se liam como se fossem páginas de confissão, ou pequenos romances de vidas mais ou menos ilustres e que devessem ser ali rememoradas. Mas estavam longe do modelo que a Teoria Literária geralmente aplica ao gênero. De permeio com a fantasia, que voava solta, os dados exagerados, a exaltação das qualidades do biografado, enfim, mil e um pequeninos fatos que não condiziam com a estatura real do biografado, nem com os meios em que ele se desenvolvera, medrara e vivera. Lembro, de raspão, dois pequeninos incidentes nesse tipo de biografia: Camilo Castelo Branco, biografando o seu querido amigo José Cardoso Vieira de Castro, escritor e político português que matou com requintes de frieza sua mulher Adelaide, brasileira. Camilo, escreveu que Vieira de Castro era capaz de conhecer todo o conteúdo de um livro folheando as primeiras e as últimas páginas... E Dom Joaquim Silvério de Sousa, na biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta, diz que este traduzia do aramaico ao francês e dominava um sem número de línguas, quase todas as da Europa... Exageros patentes e grosseiros que somente a admiração cega é capaz de perpetrar. Toda biografia, da mais modesta à mais elevada, contém mostras desta generosidade de apreciação, na maioria das vezes desmedida e, portanto, prejudicial ao intuito didático que costuma possuir uma biografia. Mas a biografia dentro dos rígidos parâmetros hoje adotados e seguidos, já se não permite tais exageros, porquanto quem diz a última palavra é o documento, aquilo que está escrito.

Quando me dispus a escrever este artigo, saí em busca das biografias e biógrafos amazonenses, nascidos no Amazonas ou que ali viveram e trabalharam. Confesso que me surpreendi ao deparar com número bem maior do que o imaginado. Passo, portanto, em revista, um tanto apressadamente, a bibliografia acerca da biografia e fico surpreso, repito, pelo número que se me oferece desde primórdios de 1900, até data recente, havendo entre elas algumas boas, outras medíocres, mas, seja como for, generosas tentativas de eternização de personalidades, locais ou não, pela pena prestimosa e devotada de conhecidos vultos das letras que, incansavelmente, enriqueceram-nas no passado e ainda o fazem nos dias correntes. Algumas bem agradáveis de leitura, fluentes, naturais, espontâneas. Tentarei nas poucas linhas que seguem enumerar algumas dessas tentativas, frustradas ou não, mas que, de qualquer maneira, avolumam as listas bibliográficas. Sem querer ferir melindres, nem magoar os que por ventura vivem ainda, diria que algumas delas nem sequer mereceriam o nome de biografia na plena acepção desta denominação dentro dos cânones da Teoria Literária: talvez pudessem ser incluídas mais entre páginas rememorativas, ou *flashes* da vida e obra de personalidades do que propriamente biografias. Prefiro omitir nomes das obras e seus autores. Contudo, valem como esforços generosos. Sim generosos, porquanto a biografia é, na maioria das vezes, uma demonstração de generosidade e até de grandeza. E o leitor, então, medite o porquê de falar-se em generosidade e grandeza... Lembro aqui as palavras certeiras sobre a veracidade na composição da biografia, palavras ditas por um sábio que exercitou brilhantemente a arte da biografia, escrevendo dezenas de perfis biográficos no seu conhecido *Volere è Potere*.³ Refiro-me a mestre Michele Lessona quem, tratando da vida de Rossini, o compositor, se indigna com aqueles que “hanno falsato la verità, e da questi errori e da questa falsità hanno trato corollari dannosi”.⁴ É louvável a sua irritação. Tirante todas as questões metodológicas, nada mais importante na escrita de um perfil biográfico do que a verdade. A verdade acima de tudo! Às vezes, o biógrafo, levado pela generosidade e pela amizade, escamoteia aspectos verídicos da vida do biografado, em prol de dados fan-

- 112 tasistas que certamente embelezariam um acontecimento simples. Mas não, isto não deve ser feito, rebela-se Lessona. Qualquer dado falso prejudica a biografia de alguém e torna a sua leitura improdutiva. Uma biografia pode vir a ser um exemplo a seguir para quem a ler e dados falsificados, só tendem a torná-la imprestável, assim como desmerecem o próprio biografado...

— A IMPORTÂNCIA DA BIOGRAFIA DESDE CEM ANOS

Não tem esta listagem quaisquer outros intuitos que o de mostrar o quanto a biografia tem sido praticada entre nós. Não sei se nos outros lugares do País, onde quer que exista uma associação cultural, uma agremiação literária ou uma academia, tem havido tanta produção biográfica quanto entre nós. Não se trata de crítica aos procedimentos teóricos seguidos pelos biógrafos, mas, sim, a mostra de admiração por mais de um século de biografia. E como ainda se continua a praticá-la, entusiástica e proficientemente. Não arrefeceu o interesse pela biografia. Logo de início, um nome por todos os modos ilustre entre os dos intelectuais do Amazonas: Péricles Moraes.

— PÉRICLES MORAES E A BIOGRAFIA-CONFISSÃO

Cita-se-lhe, cimeiramente, o nome por ser tido como excelente crítico literário, cronista de mão cheia e, sobretudo, estilista de inegável pujança. Eis o seu maior título de honra: o encanto da arte de escrever. A sua *scriptura* não é espontânea, e sim afetada: parece que, sem descanso, passa por crivo estilístico de quem buscava a perfeição artística, mas a sua exuberância no uso quase indiscriminado do adjetivo, torna, por vezes, a sua leitura cansativa, frágil. Era como se se mirasse ante um espelho para ver se estava bem apresentado antes de sair e dar-se a conhecer. Um afrancesado, hauriu dos seus escritores prediletos a beleza de um estilo que encanta ainda, como encantou os da sua geração sedenta de novas belezas. Era, por isso mesmo, um fascinado pela Literatura Francesa, sobretudo a do século XIX, e, seguindo a trajetória dos melhores escritores franceses, os mestres muito amados, enveredou, também, pela biografia, pelos artigos e perfis biográficos.

Dele conheço a comovedora obra dedicada à memória de Leopoldo Péres. É mais um palimpsesto: ele já havia escrito muito sobre o amigo e discípulo amado, mas, em um ato de palingenesia, escreve e publica, pouco depois da morte do biografado, o seu *Leopoldo Péres* (1952), grosso volume de 276 páginas, em que toda a amizade de anos tem a corda solta. É, acredito, das últimas publicações do crítico e, estilisticamente, das mais elevadas, também. Abusando por vezes de um sentimentalismo piegas, Moraes aproveita a lembrança do amigo para traçar um *pacto autobiográfico*, no dizer de Philippe Lejeune,⁵ clássico e teórico do assunto: mistura, com frequência, o EU e o ELE nas suas lembranças biográficas e termina por imiscuir-se, mais amiudadamente, nas páginas escritas, em detrimento do biografado. Há momentos em que este some por completo e só o memorialista que se pretendia biógrafo aparece. Aproveita cada incidente, cada anedota, cada detalhe de sua diuturna convivência com o falecido amigo, para falar de si próprio, dos seus livros, da sua trajetória literária e a tal ponto que o biografado se torna mero pano de fundo. Causa pena ao leitor saber que Leopoldo deixou de existir pela segunda vez nessa tentativa frustrada de revivescimento biográfico. Falha metodológica das mais gritantes que afasta o livro do antigo presidente da Academia da lista dos bons biógrafos. É uma biografia defeituosa e que falhou enquanto biografia. Na visão de Péricles, a arte biográfica deveria ser contada como narrador autodiegético, no dizer de Genette, e não como narrador de longe que assiste, impassível, ao desenrolar dos fatos que narra, observador, e não como vivenciador. Ele deveria observar o desenrolar dos fatos, não nos vivenciá-los e colocar-se na posição de destaque em nenhuma ocasião. Essa imparcialidade e distanciamento, não acontecem na biografia do tribuno estudado. É curioso que o estilista de *Figuras & Sensações* (1923), já escrevera sobre Coelho Neto e dera-nos *A Vida Luminosa de Araújo Filho* (1931). Esta última é o que os teóricos chamam de apologia, não no sentido grego *ad litteram*, ἀπολογία, mas na conotação que lhe emprestamos em português, um equivalente ao elogio de Nepote, mestre jamais superado no gênero. Dominado pela tirania do adjetivo, o biógrafo carrega nas tintas de onde que o exagero é por demais patente. O biógrafo deve abster-se, na medida do possível, da adjetivação enxundiosa. Evitar qualquer exageração naquilo que

- 114 narra. Em belo artigo Robério Braga estuda a personalidade literária de Péricles Moraes, com brilhantismo, alude aos seus estudos biográficos, mas pouco se detém sobre o biógrafo, isto é, sobre o escritor de biografias. E a biografia, lado a lado com a crítica literária, foi a parte mais importante da obra de Péricles.

— A BIOGRAFIA PSICOLÓGICA DE ARAÚJO LIMA

Enveredou Araújo Lima, também, pela biografia, esta com um viés de perquirição psicanalítica. Ele sagrara-se como o romancista vitorioso de *Coronel de Barranco*, mas, ao publicar a *Ascensão e Queda de Stefan Zweig* (1943), pouco depois da morte do famoso biógrafo austríaco, mostra-se como biógrafo competente. Sem os primores estilísticos do conterrâneo Péricles Moraes, descuidado da forma, por vezes com uma linguagem telegráfica, Cláudio de Araújo Lima foi, porém, mais biógrafo e mais objetivo na análise do biografado do que o mestre anterior, ainda que as teorias psicanalíticas, fielmente seguidas, tenham resultado, segundo críticos abalizados, em fracasso. A psicanálise adaptada ao estudo biográfico mostrou-se resvaladiça e perigosa. Cláudio daria à luz ainda duas outras biografias: *Plácido de Castro. Um Caudilho contra o Imperialismo*, de 1952, e *Mito e Realidade de Vargas*, de 1955. Envereda pela chamada “biografia psicológica”, da qual é o grande expoente nas letras amazonenses. Peca, repito, pelo apego excessivo às teorias psicanalíticas, derrubadas em data recente como falhas. O seu amparo bibliográfico e metodológico é nulo. O leitor deve desbastar os caminhos contextuais sozinho (pior ainda se pensamos que analisou figuras marcadas pela História, como Zweig e Vargas), sem uma diretriz em que se possa amparar, o que revela e depõe contra o método seguido, mas, ainda assim, diria que Cláudio de Araújo Lima é dos melhores biógrafos das letras nortistas, mesmo que se não possa emparelhar com o paraense Osvaldo Orico, se quiséssemos estender as investigações além-Amazonas. O gênero seduz e muitos escritores nossos deixam-se momentaneamente levar pelas suas seduções. Cito mais alguns biógrafos vivos ainda e bastante atuantes.

Poeta e investigador de polpa, Gaitano Antonaccio – o mais dinâmico e fértil autor nascido no Amazonas, com uma obra que ultrapassa os cento e cinquenta volumes, o nosso Coelho Neto pela fertilidade –, tem escrito inúmeras biografias, possivelmente o mais prolífico dentre os biógrafos já surgidos na região. Também ele não segue uma metodologia científica que o ampare e proteja de ciladas e armadilhas tão comuns na biografia. O casamento do EU e do ELE, mencionado na obra de Péricles, faz-se presente na de Antonaccio, ainda que menos acentuadamente e sem a marcação fortíssima daquele. Caracteriza-se a biografia deste escritor por uma visão extremamente generosa dos fatos, das coisas e personalidades estudados. Abstrai-se de uma análise crítica. Chega a ser dogmático na defesa de certos pontos de vista esposados pela sua narrativa biográfica. O seu biografado não tem falhas e é mostrado sempre de forma exuberante. Mas não no recriminemos por isto: é parte da sua índole bondosa e generosa, de onde que, levado por essa generosidade, tem biografado pessoas sobre as quais a história ainda se não manifestou plenamente. Ele como que inaugura a *biografia-amizade*, a biografia que brota da amizade apenas, da estima, da admiração, sempre hiperbolicamente expressada e defendida. Contudo o seu estudo sobre Gibran Khalil Gibran merece consideração e aplausos. Eis aí um belo estudo que merece as atenções da crítica imparcial e que não sinta inveja do trabalho alheio. Gaitano é só emoção, quanto Péricles era só sentimentalismo. Chamá-lo-ia a generosidade que caminha. Poucas vezes tenho encontrado escritor com o grau de sua generosidade para com o outro.

— JÚLIO ANTÔNIO LOPES E OUTROS

Júlio Antônio Lopes, da Academia Amazonense de Letras, uma figura boa e nobre, não vê falhas nos seus biografados, mas além-se mais do que os acima citados à bibliografia, ao documento e, assim preparado, escreveu uma boa biografia de Fábio Lucena, o infausto político amazonense, figura de muita coragem moral, dos maiores oradores nossos, cujo fim trágico a todos chocou.

116 O pranteado acadêmico Armando de Menezes era outro para quem a amizade e o sentimento fraternal se colocavam acima de quaisquer análises críticas. Cuidou da memória de seu ilustre irmão, Aderson de Menezes, dos bons mestres da Teoria Geral do Estado que já teve a nossa Universidade, jurista de peso, de modo verdadeiramente tocante. Jamais permitiu que o nome de mestre Aderson fosse esquecido. Armando é um entusiasta da apologia e do sentimentalismo nas suas recordações e, com ele, o pacto autobiográfico chega à plenitude nas letras amazônicas. Tinha veneração e adoração pelo irmão ilustre e muito fez pela sua glória. Não é um biógrafo, mas um memorialista que ingressa no universo do biografado e dele participa, um tanto ingenuamente, é bem verdade. Refoge à *des-memória*, ignora a cronologia e a documentação, mas procura construir um edifício ao biografado ou ao seu próprio passado relembado. Pura emoção e carinho, nenhuma crítica, nenhuma observação contextual, com o que rompe preceitos régios da biografia metodologicamente estruturada.

— ROBÉRIO BRAGA E A ARTE DA RENOVAÇÃO BIOGRÁFICA

Depois vem Robério Braga, uma cultura moderna e já apegada e seguidora da metodologia científica – atitude, aliás, própria do *universityaire* –, quem, curiosa e paradoxalmente, é um nostálgico das coisas passadas. Robério descreve com pura nostalgia a vida amazônica nos seus trabalhos. Sem exuberância, mas com a demonstração de profundo amor pelas coisas da região. Sinto a tentação de chamar a sua tentativa de reconstituição de *nostalgia biográfica*, com o quê estabelece novo padrão biográfico ali. Casou a modernidade e avanços da metodologia científica, hoje imprescindíveis para quem deseja escrever algo que se sustente e possa servir de bastião ao leitor, com a saudade de um mundo que morreu para sempre. Ou que está esquecido e abandonado. O pano de fundo não lhe prejudica, porém, a apreciação dos fatos contextuais que, penso, é outra de suas grandes vantagens, além do respeito à metodologia que rege o gênero. Robério recusa-se a assistir a morte do passado, de onde a beleza transcendente de suas evocações. A sua rememoração da vida e trajetória de Adriano Jorge, ou os artigos biográficos sobre Péricles Moraes, são exemplo patente dessa fe-

liz (e admirável!) união. Reevoca para escapar à *des-memória* a que antes aludi. Robério é um nostálgico da terra que faz revivescer sob a sua pena em momentos mágica. Ler *Adriano Jorge. Forte como a Morte*⁶ (2015), é forçar um *retour* aos dias de ouro das letras amazonenses, com figuras exponenciais como Péricles Moraes, Thaumaturgo Vaz, Virgílio Barbosa, Waldemar Pedrosa, Adriano Jorge *lui-même* e tantos outros que admiramos á distância de décadas e décadas. Eu confesso com tristeza a minha quase total ignorância desse período de esplendor cultural da nossa distante e bela terra. Admiro o trabalho de escafandrista dos nossos tesouros ocultos de Robério dos Santos Pereira Braga. Com rica bibliografia, notas e comentários, o seu livro é, sem favor, dos melhores espécimens biográficos já surgidos no Amazonas. Um passeio fascinante pela velha Manaus, sua gente, sua história. Meus pais conheceram Adriano Jorge e sempre ouvi falar das suas curas milagrosas, do seu talento oratório, dos seus amores (que o biógrafo, pudicamente, passa por cima!), e os relatos que dele tinha guardados comigo, fiado nas palavras de meu saudoso Pai, foram despertados pela leitura dessa biografia modelar. O autor recria a biografia documental, a memorialística, a evocação histórica e a pintura da paisagem humana de permeio com as nossas excentricidades regionais, como jamais antes se fizera entre nós, por meio de muita leitura e reflexão, mais sobre o contexto do que propriamente sobre a personalidade estudada. E escreve com simpatia pelo biografado, como sugere Maurois na sua arquicélebre obra teórica *Aspects de la Biographie*.⁷ Tanto quanto empatia, é preciso que o biógrafo seja dotado, também, de simpatia pela personalidade escolhida para lançá-la rediviva no meio cultural. Robério ama a terra natal, repito-o, e sentia profunda simpatia pelo mestre estudado e, com paciência de investigador nato, busca o que há de mais importante para situar e fazer vivo entre nós o magnífico orador que foi Adriano Jorge. Mas não cansa com o excesso de documentação, reprodução de documentos antigos extraídos de velhos arquivos. Comedido na investigação que, por isso mesmo, se torna romanesca e narrativa. Não foi em vão que ele mimoseou a biografia de Adriano Jorge com um título tão romântico e feliz! Se peca por falar de si e sua admiração por Adriano Jorge, também neste particular soube ser comedido e cauteloso. Agiu, é bom que se saliente, como investigador

- 118 preocupado não apenas com a hominização do biografado, como, igualmente, com o ambiente no qual este se desenvolveu, progrediu, viveu e morreu. E soube analisar o contexto, o que, na minha visão, foi o seu grande trunfo sobre outras biografias regionais como a de Péricles Moraes, Nonato Pinheiro, etc. Esta biografia, repito, honra o gênero, honra as letras amazonenses, e engrandece o seu autor.

— DA PERENIDADE DA BIOGRAFIA COMO ARTE

Faz muitos anos, deleitando-me com um grande livro esquecido, *Il Senso delle Cose e la Magia*, de Tommaso Campanella, li uma de suas admiráveis metáforas sobre as águas pútridas e o perigo de as bebermos. Escrevia ele: “Così pure bisogna fuggire l’acque putride e vini che presto si mutano in aceto, ma più quelli che in liquore untuoso e di grave odore si trasferiscono facilmente”.⁹ É uma metáfora e, como toda a metáfora, requer cuidado para o seu desvendamento, mas por baixo destas palavras, aparentemente enigmáticas, um montão de significados nos quais era muito bom o tratadista. Servem para advertir o leitor de biografias de sua escolha, que se não deixe iludir por aparências, nem se apegue às que não merecem uma leitura. Por extensão, uma advertência para quaisquer leituras, de modo a que saibamos escolher a boa e a má. A leitura de biografias é sempre proveitosa e enriquecedora, mas também elas podem ser “acque putride e vini che presto si mutano in aceto”, de onde o cuidado do leitor. Continuar a escrevê-las é, porém, uma necessidade. E neste aspecto as letras amazonenses têm sido bem aquinhoadas. Um cultivo necessário, diga-se de passagem.

— EXEMPLO DE “BIOGRAFIA CONVENTURAL” EM MANAUS

Mas não ao panegírico descabelado, à hagiografia, ridículos em os nossos dias, ou à biografia-relatório como a cometida pelo falecido padre Nonato Pinheiro ao biografar o bispo com o qual serviu como secretário privado. *A vida de Dom João da Mata*,¹⁰ escrita em bom português, é, contudo, quase ilegível pelo excesso de salameleques e citação de relatórios e ofícios desnecessários, que muito bem encaixados ficariam se feitos em apêndices, como, aliás, ensina a boa metodologia. O bió-

grafo possuía o domínio da língua, manjava-a com desembaraço, ainda que muito apegado a questiúnculas gramaticais que até soam como caturrices. É bom que assim seja: aliás, o autor de uma biografia não pode ser um escritor com pequeno e pobre manejo da língua com a qual descreve uma vida. Mas nem muito ao mar, nem muito à praia. *In medio virtus*. Não era assim que essa gente absurdamente prática dizia? Sigamo-la, pois. Não basta, porém, o manejo da linguagem, como se dizia outrora, mas é preciso que possua algum domínio da arte (ou missão!) de narrar a vida do outro. Conhecimento da alteridade pretendida rediviva, que, no final das contas, narrar uma vida é conhecer um pouco da alteridade que pretende, vaidosa ou boamente, fazer reviver. Se lhe faltam pequenos segredos como empatia-simpatia, amparo documental, imparcialidade (este, acredito, parece ser um item dos mais complexos. Que biógrafo é inteiramente imparcial? Quem se livra das paixões? Do açodamento nos julgamentos? Da intromissão do eu-narrador no texto biográfico?). Ser parcial na apreciação dos fatos trazidos à tona, é *des-viver* o humano. Não esqueçamos o sapientíssimo Terêncio e a mais alta marcação da qualificação humana... Nonato Pinheiro tinha a seu favor, o manejo da pena, bom vocabulário, e poderia ter apresentado maior fluência, mas o excesso de “excelências reverendíssimas”, “excelentíssimo senhor bispo”, etc., empana-lha um pouco. O autor tinha da biografia um conceito “conventual”, e a hierarquia sacerdotal faz-se presente em cada capítulo. Na verdade é algo quase rasteiro, de tamanha subserviência que impede mesmo uma avaliação psicológica do personagem biografado. Isto prejudicou uma obra que poderia ser algo assim como o padre Celso de Carvalho fez do seu mestre e admirado dom Joaquim Gomes de Sousa: o equilíbrio nas apreciações, a humanização da personagem, os problemas de política por que passou, os seus livros mal escritos, etc. E, por trás de tudo, um grande carinho e respeito pelo príncipe da Igreja. Diria, sem receio de parecer injusto, que a biografia que de dom João da Mata que nos deixou o padre Nonato Pinheiro, observadas algumas passagens muito bonitas e comovedoras, não passa de um grande e bem escrito relatório! Era o grande defeito da chamada “biografia conventual” ou “biografia eclesiástica”, defeito de que padeceu o grande biógrafo da *Vida de Dom Viçoso*, este dom Silvério Gomes Pimenta, sábio, terso, imenso,

120 prolixo, minucioso com *desnecessidades* e... cansativo. Aliás, bastante cansativo!

— ENVOI

Sinto-me feliz de ver que as letras amazonenses continuam a cultivar, com brilho e vigor, os gêneros ditos clássicos e que soube, sim, casar a extrema modernidade com a *classitude*, esta incompreendida e, por vezes, desamada *classitude* que, por vingança para com os seus mal-dizentes, é e será sempre marco na arte e na vida, como pensava o eruditíssimo Jacob Burckhardt, na sua *Die Kultur der Renaissance in Italien...*

— NOTAS

1. Jorge, Fernando. Vida e Poesia de Olavo Bilac. Edição do Centenário. Introdução de Menotti del Picchia. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1965, 387 p. O biógrafo pode ser considerado, sem favor, um dos melhores do País. Ficou conhecido como o autor de O Aleijadinho, sua Vida, sua Obra, seu Gênio, de 1961. Obra única sobre o Aleijadinho e abriu caminho para investigações e novos estudos sobre o escultor. Mas Jorge tem publicado um bom número de excelentes estudos biográficos e eu diria que a sua obra-prima é esta sobre Olavo Bilac, como método, investigação e estilo atraentíssimo que se lê como um romance de uma vida célebre. Era filho de Salomão Jorge, um escritor e político conhecido pelas suas posturas conservadoras e legalistas. Salomão Jorge era um estilista primoroso e um polemista de peso. O filho sair-lhe-ia o carbono!...
2. Op. cit., p. 9.
3. Lessona, Michele. Volere è Potere. Seconda edizione. Florença: Barbèra, Editore, 1869.
4. Op. cit., p. 140 e 141.
5. Cfr.: Lejeune, Philippe. Le Pacte autobiographique. Nouvelle édition augmentée. Paris: Éditions du Seuil, 1996.
6. Braga, Robério. Adriano Jorge. Forte como a morte. Manaus: Reggo / Nova Métrica, 2015. 216 p.
7. Maurois, André. Aspects de la Biographie. Paris: Au Sans Pareil, M. C.M. XXVIII (sic!). 180 p.

8. Campanella, Tommaso. *Il Senso delle Cose e la Magia*. Gênova: Fratelli Melita Editori, 1990. 121
9. *Op.cit.*, p. 246.
10. Pinheiro, R. Nonato. Dom João da Mata. Petrópolis: Editora Vozes, 1956. *Citei-o em bibliografia por tratar-se que exemplar que julgo raro: foi gentilmente dedicado a Luiz Bacellar, no mesmo ano da publicação. Trazia seguinte dedicatória: “Ao brilhante poeta Luiz Bacellar, com admiração e amizade. Manaus, 27.11.1956. Pe. R. Nonato Pinheiro”.* *Contém algumas falhas metodológicas que poderiam ser sanadas em uma futura reedição. Falta de referências, de apêndices, etc. Vale como um esforço generoso do bom polemista e articulista que foi Nonato Pinheiro.*
11. Vide: Carvalho, Celso de. Dom Joaquim. *Primeiro arcebispo de Diamantina*. Petrópolis: Vozes, 1936. *Possivelmente uma das mais genuínas biografias críticas da chamada conventual. Ressente-se da falta de notas e de bibliografia, mas o biógrafo, ao mesmo tempo em que engrandece a figura do arcebispo, não deixa de tecer-lhe críticas pertinentes e honestas às suas atividades um tanto quanto politiqueras e a algumas obras literárias falhas e mal escritas. Critica o estilo de dom Joaquim, perco e cansativo. Enaltece o que merecia ser enaltecido e critica, sem grosseria, o que deveria ser criticado. Agiu como um bom e íntegro biógrafo deve agir.*

— A poesia na paisagem¹

ELSON FARIAS

1. Primeiro capítulo do livro ainda inédito intitulado *Motivos da Amazônia na poesia*.

2. CASTRO, (José Maria) Ferreira de, (*Ossela, Oliveira de Azeméis*, 1898 – Porto, 1974), escritor português.

3. MAIA, Álvaro Botelho (*Humaitá, AM*, 1893 – Manaus, 1969), poeta, político, governador e interventor do Amazonas, deputado federal e senador da República, orador, jornalista e professor.

Muito da expressão literária, entre tantas outras conjunturas, é produto da experiência com o meio ambiente, as demandas sociais, a agitação política e os fatos econômicos. O ciclo da borracha na economia do Amazonas foi registrado pelos ficcionistas, ensaístas e poetas do período, a maior parte em obras realizadas numa visão retrospectiva aos fatos, em tom de memória, após o encerramento dessa sucessão econômica acentuada em 1910. *A selva*, de Ferreira de Castro,² o romance mais célebre sobre os conflitos provocados por esse momento da história da Amazônia, é de 1930, produto, portanto, da ressaca resultante da recessão. Verifica-se, também, intensa movimentação política. Enfrenta-se o repto para elevar os índices de valorização da coletividade amazonense. A economia do ciclo da borracha atraiu um contingente significativo, de personalidades de várias atividades e tendências profissionais, entre empresários e intelectuais. O poder político do Estado foi dominado por essas lideranças, fato que provocou em 1930 a reação dos comandos autóctones num movimento conhecido por glebarismo, palavra definidora de gleba, torrão, pátria. Dir-se-ia que esse foi o tempero regional com que se respondeu ao ideário proclamado pela Revolução de 30, divisor de águas entre a República Velha, alimentada pelos senhores rurais, e a Segunda República, ou Era Vargas, surgimento e radicalização das correntes ideológicas de esquerda e de direita, produto da agitação política propiciada pela vida nos grandes centros urbanos, e do alvorecer do processo de industrialização do país. Coincidentemente o glebarismo sucedeu com o dado particular observado no nativismo amazônida. eclodiu nas comemorações do fato histórico da adesão do Amazonas à Independência, com repercussão na política e nas atividades intelectuais como resposta a esse desafio. Álvaro Maia,³ conquanto não tenha aderido na primeira hora aos pro-

cedimentos políticos do glebarismo, assume a direção do posicionamento intelectual manifestado na conferência proferida em noite memorável no Teatro Amazonas, intitulada *Canção de fé e esperança*. Uma atitude que provocou efeito positivo na política e na poesia, poesia comprometida com os motivos da Amazônia, e assim consolidando o sentimento nativista. Constituía um esforço de valorização do homem sem xenofobismo porque, embora tenha sido um modo de afirmação dos valores regionais, aquele gesto não expressava atitude de repulsa à contribuição externa positiva, assimilada por tantos cidadãos que chegaram atraídos pela sedução da fortuna da hévea, ou para cumprir missão determinada por uma função pública administrativa ou militar, ou, ainda, por escolha pessoal de um bom lugar para viver, fatos sucedidos a cada um a seu modo, com Maranhão Sobrinho,⁴ Aníbal Teófilo⁵ e Jonas da Silva,⁶ citados aqui numa amostragem a título de referência e exemplo.

Maranhão Sobrinho veio de uma cidade maranhense do interior. Talento dispersivo era dominado pela vida boêmia que o arrebatava. Exerceu o jornalismo e o serviço público. Destacou-se de tal forma no ambiente intelectual de Manaus, que foi distinguido como um dos patronos fundadores da Academia Amazonense de Letras. A despeito disso morreu obscura e prematuramente num bairro distante de Manaus, no dia de seu aniversário e noite de Natal. Sua poética é revestida de misticismo e sensualidade. Contrai em seus versos vínculos temáticos e formais com o Simbolismo, como se pode observar do soneto intitulado “Soror Teresa”. O poeta refere-se, nesse poema, à pequena madre que, na cela de seu convento, parece ter ficado enamorada do Crucificado. Tanto que um dia as suas confeitarias foram dar com ela morta, guardando a sua imagem dentro dos olhos do Senhor da Penha.

Outro nome, assimilado pela sociedade amazonense da época foi Aníbal Teófilo. Era natural do Rio Grande do Sul e conhecido principalmente por seu belo soneto “A cegonha”. Homem de aventuras esteve em Manaus em missão de serviço militar, onde passou nove anos. Lembrava, em determinados momentos da vida, o campeador de imagem romântica, a pelejar nos pampas gaúchos, desenvolto e cativante. “Rimas”, seu único livro de poemas foi editado na Europa, cidade do Porto, Portugal. Em Paris envolveu-se com uma princesa de verdade

4. MARANHÃO SOBRINHO, José Américo Augusto Olímpio Cavalcanti dos Albuquerque (Barra do Corda, MA, 1879 - Manaus, 1915), poeta e jornalista.

5. TEÓFILO, Aníbal (Rio Grande do Sul, 1873 - Rio de Janeiro, 1915), poeta e jornalista.

6. SILVA, Jonas (Fontenelle) da - (Parnaíba/PI, 1880 - Manaus, 1947), poeta.

124 e sumiu por alguns dias, a deixar preocupado o seu companheiro de viagem, um rico seringalista do rio Madeira, em Humaitá. Por fim, a vida aventureira levou-o a um tumulto provocado por polêmica literária que o arrastou à morte, vítima de assassinato na cidade do Rio de Janeiro. Sua poética possui cadência parnasiano-simbolista. No soneto “A cegonha” ele faz uma reflexão sobre a postura dessa ave, a demonstrar a imagem de um ser dominado pelo sonho e o pensamento. Enfim assume a figura dessa ave como se fosse “[...] a Dúvida Humana debruçada/Sobre a angústia infinita de si mesma!”.

O terceiro desses poetas, ora lembrados aqui, é Jonas da Silva. Natural do Piauí viveu dias distintos dos anteriores. Não consta que tenha tido comportamento singular em sua vida, mesmo na juventude. Participou de movimentos literários em Salvador da Bahia e no Rio de Janeiro, no período de sua formação acadêmica, radicando-se definitivamente em Manaus, onde constituiu família e, paralelamente à condição de poeta, exerceu a profissão de dentista e manteve casas de cinema. Sua obra de maior destaque é o soneto dedicado ao próprio coração, lavrado na estética mais legítima do Simbolismo. Diz ele que o seu coração é um velho alpendre que não deve ser procurado por ninguém como abrigo, mesmo para livrar-se do frio das noites escuras. Ali só convivem imagens destruidoras da crença, do sonho e do amor.

Embora tenham praticado alta poesia, assinalada como amostragem nesses três sonetos, nenhum deles, contudo, em toda a sua obra, pôs em poética a marca dos motivos da Amazônia. Pelo contrário, revelam a inquietação por questões subjetivas da alma, do amor, da morte e do destino, abstraindo-se do sentimento do homem empenhado com a paisagem amazônica dos rios e da floresta.

Aníbal Teófilo escolheu a cegonha como símbolo da angústia existencial. Cegonhas não existem nem no Brasil. Na Amazônia vive um seu parente próximo chamado maguari. Mas Aníbal Teófilo jamais usaria em suas visões líricas a figura do maguari, sem embargo de ser também uma ave pernalta e de postura sonhadora quando pousada nos igarapés, igapós, ou às margens dos grandes rios da região, apta, portanto, a sugerir a imersão dos sentimentos “num sonhar ignoto e vago”. Os maguaris ficam tranquilamente pousados, postos a mariscar, mas

despossuídos, no apelido, da qualificação verbal sonora e solene de sua prima cegonha. 125

Outra coisa que se observa nos atos de fruição da vida, é a tendência que se tem de afastar para longe as possibilidades de cada um em alcançar a atmosfera e se beneficiar com os bens da poesia. Buscam-se paisagens idealizadas em regiões remotas na geografia ou na imaginação criadora, abandonando os motivos de sua terra na construção do poema, por não lhes parecerem poéticos. Para esses a fonte da poesia está noutras terras e noutras paisagens. Tal como sucede com o estado de felicidade, na visão de Vicente de Carvalho.⁷ Enfim, a felicidade para esse poeta santista, é um sentimento inalcançável, como comprovam os dois últimos versos, de seu famoso soneto intitulado “Vello tema”, onde ele diz que a felicidade “[...] está sempre apenas onde a pomos/E nunca a pomos onde nós estamos”.

7. CARVALHO, Vicente (Augusto) de, (Santos, 1866-1924), poeta e contista, político, fazendeiro.

Tudo diverso de Álvaro Maia que comprometeu sua vida espiritual com aquilo que lhe estava perto e que vivia intensamente. Movido pelo entusiasmo da vivência em sua terra, Álvaro Maia aderiu ao movimento de natureza política batizado de glebarismo que, enfim, ganhou as ruas e fez com que a intelectualidade voltasse a sua atenção, mais assiduamente, para a poesia expressa com motivos da Amazônia, praticada pelos poetas primitivos e acadêmicos, que é a matéria deste livro.

A partir daí o livro destaca a presença de poetas e de ilustres escritores que, lá pelo meio dos seus escritos nos gêneros privativos da prosa, conceberam páginas de autênticos poemas. Em seguida, é necessário informar, na elaboração do livro, ao contrário de adotar-se apenas a ordem cronológica do surgimento dos poetas, obedeceu-se o critério de natureza estética na organização dos capítulos. O trabalho cuida, enfim, só dos poetas amazônidas que, na concepção do autor, se dedicaram a esses motivos, na expressão dos neoclássicos, parnasiano-simbolistas e nos modernos, pós-modernos e novíssimos.

Ao assumir a liderança na obra de mobilização da inteligência regional, Álvaro Maia proporcionou a abertura de um novo ciclo de entendimento do homem e da expressão poética, na mesma esteira palmilhada por Violeta Branca⁸ e Américo Antony,⁹ três personalidades das mais significativas e influentes na consolidação dos motivos amazônicos na poesia. A importância dessa tríade também está na ex-

8. 48 BRANCA (Menescal de Vasconcelos), Violeta, (Manaus, 1915 – Rio de Janeiro, 2000).

9. 37 ANTONY, Américo de Amorim; (Manaus, 1895-1970), poeta.

126 tensão criadora, no panorama das letras amazonenses nos últimos cem anos.

Com experiência europeia, o amazonense Américo Antony dedicou à poesia o vigor de sua formação acadêmica e o seu fervor pelos motivos amazônicos. Atraiu os jovens do Clube da Madrugada, movimento de renovação das letras também tratado neste livro e que, em determinado momento, sob o olhar de alguns dos seus nomes mais expressivos, igualmente foi tomado pelo fascínio dos motivos amazônicos. Os jovens madrugadores admiravam a erudição e o conhecimento dos fatos da vida levantados por Américo Antony, nos encontros em que se dedicavam ainda ao debate dos motivos amazônicos, na poética há algum tempo estudada nos meios intelectuais amazonenses. Era tanto o fervor do poeta em interpretar esses motivos, que houve momentos em que escolheu viver numa canoa, para melhor usufruir dos sentimentos despertados pelo contato pessoal com os elementos da paisagem dos rios e da floresta, os pássaros, os peixes e as chuvas.

Mas a caracterização dos motivos amazônicos, na expressão poética, continua sendo um tema controverso, objeto de estudos às vezes polêmicos. Acredita-se até que se deveria ampliar a discussão à hipótese de uma poesia praticada em toda a Amazônia, com a força de sua presença na vida de cada um, com o conteúdo de conhecimento e miragem formulado pelo nativo e o colonizador, conforme afiança Márcio Souza¹⁰ ao concluir o texto introdutório ao seu *A expressão amazônica*: “A Amazônia é ainda uma das pátrias do mito, onde ainda existe uma unidade entre o pensamento e a vida numa constante interação de estímulos e afirmação”.

Delimita-se o livro, no entanto, à área de estudo dos poetas amazonenses ou radicados no Amazonas, por economia de espaço e pelo entendimento de que os motivos literários amazônicos se expressam a partir de fenômenos geográficos e culturais, observados em face das dimensões continentais da região, compartilhando desse debate e examinando a expressão dos poetas nascidos ou radicados no Amazonas, tocados por sua monumental paisagem de florestas e de rios, e por sua fabulosa mitologia, costumes e estilos de vida.

Por todos os sentidos a região detém, em sua formação sociocultural, predicados consideráveis e um notável potencial mítico gerado

10. SOUZA, Márcio Gonçalves Bentes de; (*Manaus, 1946*), dramaturgo, ensaísta, romancista.

por seus povos primitivos, capazes de torná-la um manancial de genuína expressão poética, como testemunha Socorro Santiago¹¹ ao afirmar: “No caso particular da literatura amazonense, os poetas buscam revelar, desenvolvendo a temática dos mitos, um tipo de crença fruto da introspecção do ser humano que vive em comunhão com a natureza, para o qual tudo o que existe ao seu redor pode ser impregnado de conteúdo fantástico, tudo pode ser objeto de abusões”.

Do ponto de vista político-administrativo a região está definida sob a concepção de vários espaços. A Amazônia Legal que compreende área de 59% do território brasileiro, representando 67% das florestas tropicais do planeta. Reúne um terço das árvores e 20% das águas doces da Terra. Ostenta, ainda, atributos particulares, caso da concepção geopolítica sobre as diferenças existentes em sua paisagem. Define-se como Amazônia Oriental a Amazônia Atlântica, na parte banhada pelo mar, e Amazônia Ocidental, a Amazônia interior das águas doces dos rios. Ao contrário de dividi-la, esse fato mais a enriquece em termos de identificação da diversidade cultural que a beneficia com a expressão de uma literatura legítima. É preciso que se leve em conta esse aspecto do tema, visto tais diferenças somarem na substância dos costumes e dos hábitos alimentares das populações radicadas no mar e nos rios, observados nos seus maiores e mais antigos centros urbanos, Manaus e Belém. A baía de Guajará, onde se planta Belém, ainda que se empolgue com o movimento das águas amazônicas de seis em seis meses, brinda a cidade com o fenômeno das marés, todos os dias, enquanto Manaus quebra a rotina das águas apenas com as enchentes e vazantes semestrais do rio Negro.

Parece impróprio, sem sentido examinar a literatura de ângulos tão prosaicos e localizados, visto significar a poesia, como fenômeno humano, um acontecimento universal, manifestado por meio de todas as línguas faladas no mundo, cultas ou rudes, escritas ou não. A poesia recebe, então, a hierarquia de um fato linguístico, portanto, alimentando-se da originalidade expressa nos falares de cada povo. Mas a poesia é também uma forma de conhecimento e interpretação da realidade social e política da coletividade. A poesia tem o condão de aproximar as pessoas e torná-las mais dignas de sua condição humana. A poesia como gênero literário, expressa a individualidade de cada poeta, en-

11. SANTIAGO, Socorro (Maria do) (de Farias), nasceu em Itacoatiara no Amazonas, mestra em Literatura pela Universidade Católica do Paraná e Doutora em Arte-Educação pela USP, citada no seu livro “Uma poética das águas”, 1986, p. 90.

128 fim, proclama a realidade cultural, geográfica e política da sociedade e o nível espiritual do ambiente onde se realiza.

O Amazonas configura uma unidade das regiões de que se compõem os vários brasis constituídos pelas nações do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul, com a rica diversidade cultural da civilização brasileira. Existe a nação gaúcha, paulista, carioca, a nação baiana, paraense e, também, a nação amazonense, firmada em valores só experimentados por seu povo, seus costumes, hábitos alimentares e a paisagem. As virtudes dessa formação cultural proporcionam a construção de uma expressão poética também enriquecida, embora apregoada em língua portuguesa, mas exercitada por tantos falares e tantas atitudes do homem em relação ao mundo em que vive.

A poesia como fato idiomático, expressa o domínio de suas várias nacionalidades. Do ponto de vista da língua portuguesa, abrange o espaço de uma das dez línguas mais faladas no mundo. É radicada com a realidade da expressão poética portuguesa, propriamente dita, e dos países onde se expandiu, funcionando, portanto, na terra onde nasceu e nas pátrias onde foi implantada, no Brasil e nas nações africanas e asiáticas, paragens do planeta por onde andaram “aqueles reis que foram dilatando/ a fé e o império”, celebrados por Camões em *Os Lusíadas*. As formas de expressão da língua portuguesa, assimiladas pelos povos atingidos pela ação da “fé e o império” da percepção camonianina, guardam uma nova realidade, na circunstância de proclamarem a cultura com raízes nacionais distintas.

Ao longo do tempo esses povos foram construindo os seus estilos de vida e conquistando identidade própria. A poesia de língua portuguesa, conhecida como expressão restrita à vida do povo português, ganhou novas dimensões após o estágio no Brasil e nos países da África e da Ásia onde é praticada. E assim foram esses povos desenvolvendo uma expressão poética legítima, como se percebe em Portugal, Brasil e Angola, para citar apenas três desses exemplos.

É a mesma a língua, mas a expressão da realidade é outra, como está em “Monangamba”, poema do angolano António Jacinto.¹² Monangamba, no português de Angola, quer dizer “assalariado, serviçal”. Diz o poeta: “Naquela roça que não tem chuva/é o suor do meu rosto que rega as plantações.” Fala então da roça onde se abre ao sol o café ma-

12. JACINTO, António (Luanda, 1924 - Lisboa, 1991), poeta angolano, arrolado em *Poetas e contistas africanos, antologia organizada por João Alves das Neves (Pisão de Coja, Portugal, 1927-2012), jornalista e ensaísta luso-brasileiro.*

duro, que, em verdade constitui as gotas de suor e de sangue a escorrer do seu rosto. É, também, um poema de protesto e revela a vida vivida pelas populações de trabalhadores das terras africanas em Angola.

O mesmo fenômeno sucedeu com a poesia inglesa, espanhola ou francesa. A identidade da língua não impediu que se entendesse de outro modo a poética norte-americana de expressão inglesa, nem a dos países de língua espanhola nas Américas, ou francesa na África, por exemplo, no Senegal, onde medrou a personalidade de Léopold Sédar Senghor.¹³ Nesses países essas línguas europeias sedimentaram falares e, em consequência, novas formas de expressão poética. Uma realidade cultural que, observada do ponto de vista da paisagem brasileira, marcou os estilos de vida, os costumes e os falares regionais.

Na visão geopolítica dos estadistas europeus do século XVIII,¹⁴ a Amazônia possui marcas de um mundo particular, formado pela maior e mais piscosa bacia de água doce, a maior floresta tropical e a mais rica em biodiversidade do planeta. Mas em primeiro lugar está o entendimento de uma realidade *sui generis*, determinada pelo instinto de nacionalidade indicado por Machado de Assis,¹⁵ em célebre comunicado: “não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região”. E prossegue: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”.

O universo amazônico gerou uma cultura própria, provocada pelos modos como se lida com os rios e a floresta, e o sistema espiritual fundado pela mitologia que ajustam fatos oriundos da invenção do próprio nativo, no esforço de conhecer e interpretar o seu mundo, e do colonizador que trouxe consigo entes da tradição de sua gente.

Há exemplos curiosos dessas semelhanças. O mito do vampiro, experimentado desde a pré-história do povo europeu, por exemplo, possui analogia com o do boto. Ambos têm origem, dentre tantos aspectos observados em sua natureza, no relacionamento entre o homem e a mulher, no sexo. São similares os instrumentos usados para lidar com eles. Uma estaca encravada no coração e a água corrente aniquilam o vampiro. Quando a canoa que transporta jovem menstruada é

13. SENGHOR, Léopold Sédar – (Joal-Fadiout / Senegal, 1906 – Verson / França, 2001), poeta e político, primeiro Presidente do Senegal.

14. Em 1772, o secretário de Estado no reinado de D. José, de Portugal, ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o todo poderoso Marquês de Pombal, criou a Província do Grão-Pará e Rio Negro, unidade administrativa da América Portuguesa.

15. ASSIS, (José Maria) Machado de – (Rio de Janeiro, 1839-1908), “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade”, obra completa em quatro volumes, Nova Aguilar, volume 3. Rio de Janeiro, 1994.

130 objeto de perseguição do boto, enfia-se uma faca no centro do casco da canoa e ele se afasta. Cabeça de alho macho repele os dois, o vampiro e o boto. Se se transforma em belo rapaz e vai para as festas da beira do rio seduzir as donzelas, também se assemelha o boto aos modos do vampiro. O vampiro aparece de negro e o boto de branco e chapéu na cabeça, mas ambos bem vestidos, elegantes, cavalheiros distintos. O chapéu é para esconder o buraco existente na cabeça do boto, que ele protege a todo custo. Flagrado pelos donos da festa sem chapéu, sai o rapaz correndo e se lança n'água. Aí a lenda se desfaz no boto que sai boiando e vai-se embora no rio, tal como acontece com o vampiro que se dissolve em contato com a água corrente.

Outros entes semelhantes são as sereias gregas e a Iara do rio Negro. As sereias encantam com seu canto os marinheiros desavisados que não tampam com cera os ouvidos ou não se amarram nos mastros dos veleiros como fez Ulisses na *Odisseia*, para se proteger do arrebatamento provocado pelo canto maravilhoso vindo da ilha onde moravam esses seres extraordinários, na viagem de volta à sua terra. A Iara, igualmente, encanta os pescadores, impede-os de voltarem para casa e os leva com o seu canto a morar no fundo do rio, no perau dos encantados. Em outro exemplo, o mapinguari se parece com os ciclopes gregos que só possuem um olho no meio da testa.

Como se compreenderiam tais semelhanças? Talvez constituam a comprovação de que, em essência, os homens são iguais, a despeito do meio ambiente onde vivam, ou do fato de que esses mitos se tenham implantado a partir do momento em que o europeu chegou à região e nela tentou adaptar-se, dominando-a. Indaga-se: esse fato não teria origem, também, no processo civilizatório acionado pelos jesuítas na Amazônia? Não teria sido uma forma de interpretar a realidade mítica ameríndia por meio da aplicação do conhecimento do humanismo clássico, de que eram mestres os padres da Companhia de Jesus? São perguntas dirigidas e já respondidas por possíveis estudiosos da matéria, que não cabem neste trabalho.

A língua também recebeu contribuição dessa nova realidade. Foi enriquecida no esforço de mover a emoção na descoberta de um mundo novo, com a criação de uma nova expressão poética.

Apesar de todas essas evidências do incremento de uma expressão própria, a poesia escrita no Amazonas ainda é uma realidade literária nascente. Há de se indagar se haveria uma expressão poética amazonense de língua portuguesa autônoma, ainda que se considere a grande área de ocupação da Amazônia no território brasileiro. É de se indagar se haveria também uma expressão poética amazônica de língua espanhola, praticada pelas populações dos outros países em que se estende a região, no espaço dominado pelo colonizador espanhol.

No futuro próximo, na medida em que os amazônidas forem tomando consciência de seu papel na história, se haverá de realizar uma poética integralmente marcada pela natureza dos rios e das florestas, e dos seus povos primitivos.

Neste livro examina-se o assunto a partir da leitura dos poetas conquistados pela paisagem, como expressão de uma nova experiência, entre tantos outros poetas que nasceram, viveram e vivem no Amazonas, mas, apesar da grandeza de cada um e da sua contribuição ao aprimoramento da literatura, viveram ou vivem isolados da realidade amazonense, dos motivos amazônicos, conforme se veem em Maranhão Sobrinho, Aníbal Teófilo e Jonas da Silva, citados no início deste capítulo.

Jonas da Silva é o exemplo mais forte por ter vivido a maior parte dos seus dias em Manaus e aqui deixado descendentes. Ele é considerado pela crítica um dos mais expressivos simbolistas brasileiros, mas sobre temas amazonenses ele só cuidou de forma episódica e circunstancial. Escreveu versos situados entre o faceto e o anedótico, ao tratar de pessoa de sua família em viagem a Paris. Refere-se às cartas que essa pessoa lhe escrevia. Em vez de relatar sobre as maravilhas da cidade, então considerada a capital do mundo, falava-lhe da saudade das comidas amazonenses, em especial da tartarugada... Fora isso, quanto à lírica em si, a natureza não tocava a sensibilidade de Jonas da Silva.

Seu contemporâneo Agnello Bittencourt¹⁶ descreve uma viagem de navio que os dois fizeram pelo Solimões. Enquanto os passageiros do gaiola¹⁷ em que iam, apreciavam a paisagem do rio, os movimentos das águas e suas criaturas, os pássaros, peixes e a floresta que lhe protege as margens, o poeta Jonas da Silva se mantinha recolhido ao camarote, entregue a uma boa leitura, ou, simplesmente, à meditação. Introspectivo, a paisagem não o comovia.¹⁸

16. BITTENCOURT, Agnello (*Manaus, 1876 – Rio de Janeiro, 1975*), geógrafo e historiador.

17. *Embarcações características de transporte fluvial na Amazônia, movidas primeiro a vapor e, hoje, a motor.*

18. *Os textos integrais dos poemas estudados encontram-se nas páginas finais do livro. Além dessa abertura, o trabalho conta com os capítulos intitulados A emoção na prosa, O verso e os poetas acadêmicos, A poesia moderna, Depois da madrugada e Palavras finais.*

SPINGOLA CANOSO





— O advogado e a ordem constitucional

BERNARDO CABRAL

Desde os primórdios da nacionalidade existe uma estreita relação entre bacharel e o estado de Direito. Da mesma forma, entre o profissional do Direito e o Poder Legislativo, a instituição que tem por objetivo precípua a elaboração do Direito positivo, uma vez que o Estado Constitucional nasceu dotado de uma visão específica sobre a formação da elite nacional. Tal perspectiva está perfeitamente consubstanciada na fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, aprovada pelo Poder Legislativo, Lei de 11 de agosto de 1827.

Por mais de trezentos anos, a Colônia havia pautado sua regulamentação legal pelo Direito português, por meio das codificações Alfonsinas, Manuelinas e Filipinas. Paralelamente, os advogados que cuidavam da administração da Lei no Brasil eram formados pela Universidade de Coimbra, onde muitos brasileiros frequentaram as classes universitárias. Entre 1772, quando o Marquês de Pombal realizou sua importante reforma no ensino português, e 1822, nada menos de 816 brasileiros formaram-se em Coimbra, sendo 560 em Direito. Entre eles muitas figuras de relevo em nossa História, começando pelo poeta Gregório de Matos Guerra, o satírico Gregório de Matos, o primeiro brasileiro a bacharelar-se em Coimbra, duzentos anos antes de nossa independência, após ser submetido exaustivamente ao Processo dos Bacharéis. A frequência maciça dos estudantes brasileiros à Universidade de Coimbra é indubitosa, como ficou provado no momento em que Sebastião José de Carvalho e Mello iniciou a reforma universitária, quando apelou para um brasileiro: Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, o qual, por sua vez, convidou um outro brasileiro, da minha região, nascido em Macapá, de nome Valente do Couto, a quem incumbiu da reforma no ensino das matemáticas.

Quem pesquisa esse ângulo da vida luso-brasileira, verifica com muita facilidade que naquela oportunidade os brasileiros constituíam a parcela mais atuante da vida intelectual em Portugal, de tal forma que muitos deles, terminando o respectivo curso, eram proibidos de regressar ao Brasil, sob a alegação de “que eram necessários na península pelo muito que sabiam e pelo muito que poderiam servir na metrópole”.

Muitos eram de ideias avançadas e alguns foram perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Quando pesquisei a vida dos ancestrais de Afonso Arinos de Mello Franco – para dirigir-lhe a saudação pela entrega da Medalha Teixeira de Freitas, no IAB – encontrei o irmão do seu tetravô paterno, um mineiro de Paracatu – Francisco de Mello Franco, introdutor da pediatria em Portugal e no Brasil – às voltas com um processo instaurado pelo Santo Ofício, mal tinha iniciado o seu curso médico, em 1777.

Vale colocar em relevo – pelas voltas que o destino dá – que já ao término dos seus estudos (conseguiu permissão real para tanto) tirou Francisco de Mello Franco violenta desforra da velha Universidade de Coimbra.

Foi quando, sob a imposição de D. Maria, tentou-se destruir a reforma nos meios universitários, apavorados que se encontravam os círculos profissionais e governamentais – como costuma ocorrer em situações que tais, em todas as épocas – Francisco de Mello Franco, em rara ousadia, lançou sobre o austero templo da sabedoria lusitana a sua lança candente: deu a lume o panfleto famoso, consubstanciado no poema satírico “O Reino da Estupidez”, e para o qual recebeu a colaboração, segundo uns, do então calouro e aluno do curso jurídico: José Bonifácio de Andrada e Silva, mais tarde o Patriarca da Independência.

— CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

A inteligência brasileira – e seria injusto negá-lo – só teve abertas as suas perspectivas com o desembarque de Dom João, príncipe regente, quando criou ele a vasta série de atos que iniciaram a derrubada do sistema colonialista e, com isso, a ampliação dos diplomados em Coimbra.

É que ao contrário da América Espanhola, nunca havia o governo português permitido a instalação no Brasil de instituições de ensino

136 superior. Da mesma forma, os que se batiam por nossa emancipação política defendiam arduamente a necessidade de aqui criar-se uma Universidade. Com o movimento pela independência, aumentaram essas pressões. José Feliciano Fernandes Pinheiro, o futuro Visconde de São Leopoldo, regressando ao Brasil para assumir sua cadeira na Constituinte de 1823, recebeu apelo dos estudantes brasileiros em Coimbra para que atuasse em prol da criação de um curso jurídico em nosso país, recém-independente.

Tal preocupação deu origem a projeto de lei apresentado por ele em julho de 1823, propondo a criação de um curso jurídico em nosso país, recém-independente, propondo a criação de uma Universidade em São Paulo. Argumentava Fernandes Pinheiro que muitos dos formados em Coimbra não se haviam decidido voltar para o Brasil, onde sua contribuição era altamente necessária para o país nascente, em virtude da inexistência de instituições de ensino superior em nossa terra.

Feita a Independência – para a qual tanto concorreram – os diplomados em Coimbra puseram à prova os seus conhecimentos, redigindo os textos legais necessários, notadamente a Constituição de 1824.

Atualizados com as novidades democráticas e liberais que surgiam mundo a fora, os juristas verificaram que as necessidades do país não se detinham apenas na elaboração de textos legais, uma vez que a formação de suas elites, tanto em qualidade e quantidade, fazia-se imperiosa para a continuidade da Pátria.

Assim é que em nossa primeira Assembleia Constituinte, a maioria dos parlamentares era familiarizada com a literatura clássica, mas eram poucos os que tinham conhecimento das instituições políticas dos países que estavam na vanguarda do movimento liberal do início do século XIX. Uma das razões para isto, além da censura régia, havia sido o pouco conhecimento de idiomas estrangeiros. Vale lembrar, neste contexto, a figura de Tiradentes, à procura de alguém que, em Ouro Preto, lhe pudesse ler a Constituição americana no original.

Apesar desta desvinculação cultural com as fontes do pensamento liberal, a ordem constitucional que se pretendia aqui estabelecer era liberal. Todavia, o era mais no sentido de opor-se ao absolutismo do que seguindo um programa específico de organização do Estado e da sociedade.

Entre as teses liberais que influenciaram decididamente nossos legisladores estavam a de que o homem realiza a sua felicidade terrena por meio do exercício político da liberdade. Trata-se do preceito, entronizado na Constituição americana, dos direitos fundamentais do homem à vida, à liberdade e à “procura da felicidade”.

A doutrina liberal havia sofrido a perseguição do poder político português, tanto dentro como fora da universidade.

A já mencionada reforma pombalina de 1772 havia posicionado a universidade no sentido da formação de novas elites modernizantes, mas sua ênfase era técnica e instrumental e não política e filosófica. As obras de John Locke, por exemplo, foram proibidas em Coimbra, embora conste que o próprio Pombal tinha escritos do pensador inglês entre os livros de sua biblioteca.

Outro cânone liberal, a noção da igualdade natural, embora estabelecido em textos legais, estava todavia em conflitos com nossa realidade de país escravocrata. Esta situação criava igualmente obstáculos à aceitação da ideia, tão cara aos liberais clássicos, da necessária interrelação, entre a liberdade e a propriedade.

No Brasil da época da independência, um terço da população era composta de escravos, ou seja, pessoas que eram consideradas propriedades de outrem e para quem havia uma contradição evidente entre a liberdade e a propriedade.

A relação entre o Estado constitucional e a sociedade na qual se pretendia implantá-lo, entre o País legal e o País real, foi uma das principais tônicas do debate que se travou na Constituinte de 1823 sobre a criação dos cursos jurídicos. Para o Visconde de São Leopoldo, a universidade era necessária devido ao fato da instrução ser a “sólida base de um governo constitucional”. O Visconde de Cairu, igualmente deputado constituinte, argumentava que, sendo a defesa da nova Nação sua primeira prioridade, imediatamente depois teria de vir “a instrução superior do Império”. O argumento da maior parte dos liberais da época era ser impossível a instauração do Estado constitucional sem uma população culta. Ao mesmo tempo, outra corrente, conservadora, via no fortalecimento do Estado o pressuposto para o progresso material e social.

Neste contexto, a fundação dos cursos jurídicos é um primeiro passo para a formação da própria nacionalidade. Serviram eles uma dupla e importantíssima função para a construção da Nação brasileira. Eram ao mesmo tempo os guardiães do pensamento liberal e instituições formadoras da burocracia estatal, operacionalizando assim o projeto de Estado nacional de nossa elite política.

A Assembleia Constituinte de 1823 não pode efetivar a criação da Universidade, atropelada pela reação autocrática do Imperador. A tentativa liberal, todavia, como foi acontecer entre nós, deixou uma semente que germinaria mais tarde, com nossa primeira Legislatura ordinária, que tomou posse em 1826.

No novo Parlamento era predominante a presença de bacharéis em Direito: 44 entre os 106 deputados e 25 entre os 50 senadores eram advogados, o que permitiu, de imediato, fossem apresentados projetos no sentido de serem criados cursos jurídicos em nosso País.

Embora a ideia da necessidade de implantação do ensino superior fosse incontroversa, travaram-se acesos debates acerca de uma série de pontos, entre os quais a localização da escola e o curriculum a ser adotado. Quanto à localização, Francisco Gê de Acaiaba Montezuma defendia arduamente a Bahia como sede da futura Universidade.

Outros, como Campos Vergueiro, argumentavam da importância de mantê-la longe da Corte, já que a presença de estudantes poderia significar pressões sobre o “bom andamento dos negócios de Estado”. Encontramos aqui ecos de que ocorreria mais tarde nos debates sobre a criação da Universidade de Brasília. A decisão final previa dois centros de estudos universitários, uma Faculdade em São Paulo e outra em Olinda.

Na importante questão do conteúdo a ser ensinado, o Visconde de Cairu defendia a posição de que a Assembleia deveria manter sob seu controle o curriculum, já que, segundo ele, ideias como as de Rousseau não deveriam corromper a juventude acadêmica. De qualquer forma, a lei de 11 de agosto de 1827 previa que os professores teriam autonomia para escolher o material didático, desde que esse não opusesse a filosofia política aceita pelo Império.

A mesma ingerência do poder de Estado sobre a atividade acadêmica se pode identificar no cuidado como são definidos, na lei, tanto

os cursos a serem ministrados nas duas faculdades, quanto à forma de sua organização administrativa. Descia a lei ao pormenor da distribuição das cadeiras por semestre, e dos títulos das disciplinas. Tínhamos no Brasil, então como agora, a busca do controle do governo sobre os pormenores da vida em sociedade.

Dentro desse quadro, inauguram-se os cursos jurídicos no Brasil. Em São Paulo a 1^o de março de 1828, com uma aula intitulada “O Direito Divino do Povo” e proferida pelo doutor José Maria de Avelar Brotero. Instalava-se a Faculdade no prédio da Província Franciscana da Imaculada Conceição.

Em Olinda, noutro convento, o Mosteiro de São Bento, abre-se a atividade acadêmica a 15 de maio do mesmo ano, com aula do doutor Lourenço José Ribeiro.

Terminava assim a etapa da criação dos cursos jurídicos, mas a vinculação da profissão das leis às causas democráticas havia de permanecer. Não se tratará aqui, por falta de espaço, da longa história das lutas desta escola em prol das mais importantes bandeiras da Oposição ao arbítrio dos governantes. Esta narrativa se encontra cheia de momentos heroicos, da luta pela abolição da escravatura, pela República, pela democracia durante o Estado Novo, contra o autoritarismo após 1964.

Faculdades e a Ordem dos Advogados do Brasil lideraram a defesa do Estado de Direito, apoiando a feitura de leis que não ferissem a dignidade humana. Estiveram sempre os bacharéis nas barricadas de defesa da democracia e essa tem sido uma luta permanente, profissional e política, dando prova de que a Ordem dos Advogados do Brasil vem sendo altaneira na sua missão de vincular os anseios da classe aos reclamos democráticos da sociedade civil, porque não se tem batido apenas nas pugnas que são possíveis – mas, e principalmente – por não ter nunca cedido no sustentar os princípios que lhe garantem a posição de estuário de todos os que lutam em favor do fortalecimento das instituições democráticas e a de vanguardeira na devolução do poder político à Nação.

É evidente que a OAB vem indicando que o país ainda mostra as marcas de grave deformação jurídica, em que não há regras estáveis, com a figura do Executivo cada vez mais forte, destruindo a harmonia e independência dos poderes, impondo a quebra da autenticidade da re-

140 apresentação popular e dificultando a alternância do poder, características basilares do regime democrático.

Impõe-se o respeito à volta da dignidade do Parlamento, não para o uso abusivo por parte de quem o desvirtue, mas para sua real independência, uma vez que, sem a sua existência, ficará submetido à volúpia do Executivo.

A OAB tem defendido um Judiciário livre, não só para julgar o comportamento humano, os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, mas, também, sua completa autonomia, compreendida esta na valorização dos seus quadros e na sua vida financeira, sem a intromissão que é feita pelo Executivo.

— CONCLUSÃO

Claro que tais ânsias são entendidas sem manifestações de força – ou sem revanchismo – uma vez que constituem produto do pensamento obscurantista que outra coisa não visa senão o cerceamento da ação soberana do povo, única fonte de poder e que, sem o seu consentimento, jamais será legítimo.

É preciso lembrar, e aqui invoco a lição de Maurice Duverger (*Ciência Política – Teoria e Método*, p. 15, Editora Zahar, 1962): “O poder legítimo não tem necessidade da força para se fazer obedecer... Se a legitimidade é sólida, o poder pode ser suave e moderado”.

Se não há necessidade de força, como atingir a legitimidade do poder e, decorrência, o indispensável reencontro conciliatório de governantes e governados?

Com uma simples reforma política?

Não pode a Nação ficar de joelhos... É imperioso que se levante... ponha-se de pé, uma vez que de pé terá mais condições de receber o abraço de legitimidade do povo brasileiro.

Por essa razão, quando o Brasil foi mobilizado para a tarefa de elaborar uma nova Carta Magna e reordenar o país após a ruptura da ordem constitucional, não se pôde ofuscar de que a independência política da Nação Brasileira complementou-se com a instalação dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, porque neles os filhos dos grandes proprietários rurais, ainda os senhores do “baraço e cutelo” das decisões

políticas, iriam fazer a sua formação e, conseqüentemente, preparando-se para o comando da nação. 141

Decorridos, pois, 191 anos de sua existência os bacharéis em Direito continuam defendendo a Ordem Constitucional, através do seu órgão de classe – a OAB – já que a análise dos atos dos governantes pelo povo, seja para aplaudi-los ou repudiá-los, representa verdadeiro estado democrático. E deste, sempre fiel às suas tradições, o verdadeiro advogado não se afasta.

Prova maior dessa assertiva é a consagração que registra o artigo 133 da Constituição de 1988: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.



— Machado de Assis, poeta

ZEMARIA PINTO

I

Machado de Assis fez poesia numa época ingrata. O Romantismo, no Brasil, esgotara aquela fase individualista, ultrarromântica, e começava a entrar na fase social, engajada nas lutas do tempo. Na Europa, entretanto, seus principais líderes, procuravam, há muito, outros rumos. A poesia de Machado reflete esse dilema: renega o individualismo e a poesia engajada, ao mesmo tempo em que busca, pelo aprendizado da tradução, novos caminhos. Em 1901, 26 anos depois de *Americanas*, seu terceiro livro “romântico” de poemas, ele daria a público a síntese dessa procura: *Ocidentais*.

Machado de Assis publicou apenas quatro livros de poesia: *Crisálidas* (1864), *Falenas* (1870), *Americanas* (1875) e *Poesias Completas* (1901) – este, reunindo os livros anteriores mais *Ocidentais*. Edições recentes trazem uma seção com *Outros Poemas*, não publicados em livros, mais *O Almada*, “poema herói-cômico em oito cantos (fragmentos)”. Enfatize-se que, em 1901, nas *Poesias Completas*, Machado cortou parte substancial dos livros anteriores – *Crisálidas*, *Falenas* e *Americanas*. As edições que circulam hoje dividem-se, por um lado, entre respeitar a vontade do escritor, mantendo o corte, e considerando sua obra apenas o que foi publicado na edição de 1901; e, por outro lado, dando vezo à curiosidade, reproduzir não somente as partes cortadas, mas também os poemas que ele não publicara em livro. É bem verdade que entre estes últimos está o mais conhecido poema de Machado, “A Carolina”, que, salvo investigação em contrário, foi o único poema escrito depois das *Poesias Completas*, tendo sido publicado, como uma espécie de epígrafe, na miscelânea *Relíquias de Casa Velha* (1906). Na análise dos poemas, vamos nos ater à edição de 1901, considerando que ela cristaliza a vontade do autor.

Em *Crisálidas*, de 1864, como o próprio título sugere, o poeta, então com 25 anos, sente-se ainda em plena metamorfose.¹ Na edição de 1901, Machado diz que o prefaciador, Caetano Filgueiras, o chamara e aos seus contemporâneos de “meninos”, e lamenta-se: “Todos se foram para a morte ainda na flor da idade, e, exceto o nome de Casimiro de Abreu, nenhum se salvou”. (A, p. VII).²

Não fosse ele o romancista e contista consagrado, talvez nem seu nome se salvasse, nem houvesse aquela nova edição...

Dado importante: dos 28 poemas iniciais, restaram apenas 12. Com a exclusão de mais da metade dos poemas, têm-se ideia do rigor que Machado tinha consigo mesmo. Mais um detalhe: dos 12 poemas que ficaram, 11 sofreram alterações entre uma edição e outra. Apenas “Última folha” restou intacto (Curvello, p. 477). O livro abre com o poema “Musa Consolatrix” e fecha com “Última Folha”. Ambos têm como tema a Musa, ícone supremo do Romantismo, ideal que musa humana alguma jamais alcançaria.

*Musa consoladora,
Quando da minha frente de mancebo
A última ilusão cair, bem como
Folha amarela e seca
Que ao chão atira a viração do outono,
Ah! no teu seio amigo
Acolhe-me, - e haverá minha alma aflita,
Em vez de algumas ilusões que teve,
A paz, o último bem, último e puro!*
(“Musa Consolatrix”, A, p. 3)

*Musa, desce do alto da montanha
Onde aspiraste o aroma da poesia,
E deixa ao eco dos sagrados ermos
A última harmonia.*
(“Última folha”, A, p. 31)

1. Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss, *crisálida* é o “estado intermediário, da metamorfose dos lepidópteros, entre a fase de larva ou lagarta e imago ou adulto”. Em outras palavras, é o casulo, intermediário entre a lagarta e a borboleta. Uma metáfora, portanto, do poeta em formação.

2. Todas as referências a textos de Machado de Assis serão identificadas pela letra correspondente ao título do volume que compõe as Obras Completas usadas para este estudo, conforme bibliografia básica, relacionada ao final deste.

Os poemas de *Crisálidas* batem nas velhas teclas românticas da mulher inatingível e intangível (“Visio”); do sofrimento pela inocência perdida (“Quinze anos”); do momento mágico em que a “virgem da manhã” expulsa os “íntimos sonhadores que a noite protegera” (“Stella”). Mas uma surpreendente dupla de poemas parece antecipar aquela poesia da fase romântica que ainda estaria por vir, a terceira, de temática política e social: “Epitáfio do México” e “Polônia”. São poemas que deixam clara a preocupação de Machado de Assis com os acontecimentos que transtornam aqueles países, sem que se configurem, entretanto, em engajamento. A metáfora utilizada para ambas as nações é da morte, com a redenção pela ressurreição-liberdade, embora não se saiba ao certo o que representa a “santa liberdade”, referida nos dois poemas – um eufemismo para a revolução libertadora? Machado nunca mais tocou no assunto.

*E quando a voz fatídica
Da santa liberdade
Vier em dias prósperos
Clamar à humanidade,
Então revivo o México
Da campa surgirá.*

(“Epitáfio do México”, A, p. 9)

*E a desvelada mãe, a irmã cuidosa,
A santa liberdade,
Como junto de um berço precioso,
À porta de teus lares vigiava.
[...]
Não ama a liberdade*

Quem não chora contigo as dores tuas.

(“Polônia”, A, p. 10-12)

Um outro bloco de poemas traz de volta os temas triviais do repertório romântico: a paixão que se desfaz na convivência (“Erro”); o amor interrompido pela morte (“Elegia”); a doçura do nome da amada (“Sinhá”); e o casimiriano “Horas Vivas”, um elogio ao sono:

*Dorme: se os pesares
 Repousares,
 Vês? – por estes ares
 Vamos rir;
 Mortas, não; festivas,
 E lascivas,
 Somos – horas vivas
 De dormir.*

(A, p. 17)

O poema mais surpreendente de *Crisálidas* é “Versos a Corina”, onde o jovem poeta exibe-se senhor de seu ofício, desafiando uma variedade de ritmos, de metros, de estrofes e de rimas, como uma espécie de síntese de si mesmo. Com 381 versos, divididos em seis partes, com estrofação diversa, foi a primeira vez que Machado usou o metro alexandrino, que convive, no poema, em plácida harmonia com outros metros, inclusive as populares redondilhas.

*Tu nasceste de um beijo e de um olhar. O beijo
 Numa hora de amor, de ternura e desejo,
 Uniu a terra e o céu. O olhar foi do Senhor,
 Olhar de vida, olhar de graça, olhar de amor;
 Depois, depois vestindo a forma peregrina,
 aos meus olhos mortais, surgiste-me, Corina!*

[...] *Em que incendiado horizonte
 Podiam meus olhos ver
 Tão meiga, tão viva estrela,
 Abrir-se e resplandecer?*

[...] *Guarda estes versos que escrevi chorando
 Como um alívio à minha soledade,
 Como um dever do meu amor; e quando
 Houver em ti um eco de saudade,
 Beija estes versos que escrevi chorando.*

[...] *Em vão! Contrário a amor é nada o esforço humano,
É nada o vasto espaço, é nada o vasto oceano!*

[...] *Vou, sequioso espírito,
Cobrando novo alento,
N'asa veloz do vento
Correr de mar em mar;
Posso, fugindo ao cárcere,
Que à terra me tem preso,
Em novo ardor aceso,
Voar, voar, voar!*

(A, p. 18-29)

Apesar da proximidade sonora do nome, Corina não tem nada a ver com Carolina, que ele só viria a conhecer em 1868 e com quem se casaria no ano seguinte. A despeito das fofocas (Curvello, p. 479) que a identificam com uma senhora bem mais velha que Machado, o distanciamento histórico e crítico nos aconselha a não dar créditos a tais, vendo em Corina uma “musa” idealizada, nos padrões clássicos: Corina está para o jovem Machado como Marília para Gonzaga ou Nísia para Bocage. Com o desenvolvimento posterior do autor, pode-se dizer que “Versos a Corina” inaugura o repertório “experimental” de Machado de Assis.

3. Eram 28, na edição original, tendo sido cortados, na edição das *Poesias Completas*, nove poemas.

4. Machado passa-nos a ideia de planejamento e continuidade na sua poesia: *falena*, quem nos ensina agora é Aurélio Buarque, é um “gênero de insetos lepidópteros, noctuídeos”; um tipo de mariposa noturna. A metáfora é clara: em relação ao livro anterior, o poeta evoluíra para um outro estágio da sua criação.

III

Os 19 poemas de *Falenas*,³ de 1870, trazem um poeta mais maduro, mais contido, ainda a explorar temas românticos, mas sem se furtar a novas experiências. O título⁴ revela a continuidade do trabalho iniciado em *Crisálidas*, porém aqui a musa já não é invocada como ente mítico: é uma musa de contornos humanizados, de reflexos místicos, como em “Quando ela fala”, “Sombras” e “Musa dos olhos verdes”. O poema “Noivado” certamente foi composto em intenção da esposa recente, e um poema entre todos, “O verme”, dá bem a dimensão humana daquela musa:

*Existe uma flor que encerra
Celeste orvalho e perfume.*

*Plantou-a em fecunda terra
Mão benéfica de um nume.*

*Um verme asqueroso e feio,
Gerado em lodo mortal,
Busca esta flor virginal
E vai dormir-lhe no seio.*

*Morde, sangra, rasga e mina,
Suga-lhe a vida e o alento;
A flor o cálix inclina;
As folhas, leva-as o vento.*

*Depois, nem resta o perfume
Nos ares da solidão...
Esta flor é o coração,
Aquele verme o ciúme.*

(A, p. 79)

Se Corina, existindo ou não, era uma idealização em *Crisálidas*, Carolina é a musa viva de *Falenas*. Jean-Michel Massa chega a contabilizar: “cinco poemas, pelo menos – talvez oito –, são consagrados ou dedicados a Carolina” (apud Curvello, p. 480).

Não passa despercebido o poema “Un vieux pays”, escrito em francês. E não é por acaso, é certo, que logo na sequência, Machado coloca “Luz entre sombras”, seu primeiro soneto conhecido. Ambos os poemas tem feição claramente simbolista, antecipando em mais de 20 anos a obra maior de Cruz e Sousa. Não nos esqueçamos que simbolistas e parnasianos têm, na França, uma origem comum: a revista *Le Parnasse Contemporain*. Machado sabia, claro, das novidades de Paris.

*Noite que assombra a memória,
Noite que os medos convida
Erma, triste, merencória.*

No entanto... minh'alma olvida

*Dor que se transforma em glória,
Morte que se rompe em vida.*

(“Luz entre sombras”, A, p. 80)

Bem a propósito, ele ainda não assumira, pelo menos na poesia, o “instinto de nacionalidade” que idealizara mal saído da adolescência.⁵ O livro traz também traduções de vários poetas chineses, chamadas, no conjunto, de “Lira chinesa”, adaptadas a partir de uma tradução francesa em prosa. Os poemas da “Lira chinesa”, bem como o belo “Manhã de inverno”, poderiam entrar em qualquer antologia parnasiana. Aliás, Machado foi um precursor daquela escola, que só viria a conhecer a glória mais de uma década depois, já nos anos 1880, com as publicações de Raimundo Correia, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac.

“Uma ode de Anacreonte” é um longo poema de estrutura dramática, todo em alexandrinos, onde a feição classicista da poesia de Machado de Assis emerge cristalina. Fechando o volume, o mais longo ainda – 776 versos, dividido em 97 oitavas – “Pálida Elvira”, poema narrativo. O narrador de “Pálida Elvira” antecipa o que viria a ser o típico narrador machadiano, a conversar com sua leitora e a interferir na triste história que conta: o poeta libertino Heitor abandona Elvira grávida e vai para a Europa; ao retornar e procurá-la, o tio da moça informa-o da morte de Elvira e nega-lhe a guarda do filho; Heitor, então, há muito arrependido de haver abandonado a moça em troca de prazeres efêmeros, suicidase. Este poema dialoga com “A Elvira”, tradução que Machado faz de Lamartine, também incluído em *Falenas*, funcionando como um contraponto ao primeiro. Observemos a linguagem do narrador:

*Fosse eu moça e bonita... Neste lance
Se o meu leitor é já homem sisudo,
Fecha tranquilamente o meu romance,
Que não serve a recreio nem a estudo;
Não entendendo a força nem o alcance
De semelhante amor, condena tudo;
Abre um volume sério, farto e enorme,
Algumas folhas lê, bocejando... E dorme.*

(“Pálida Elvira”, A, p. 103)

5. *Um dos conceitos fundamentais para entender a obra de Machado de Assis é o “instinto de nacionalidade”. A ideia aparece no artigo “O passado, o presente e o futuro da Literatura” (B, p. 3-10), de 1858, e vai encontrar sua melhor definição técnica e teórica 15 anos depois, em “Notícia da atual Literatura Brasileira – instinto de nacionalidade” (B, p. 17-28). Machado vai à raiz da formação de um pensamento autenticamente nacional, porque entende que a nação só poderá ser pensada a partir de modelos autóctones, absorvendo (antropofagicamente?) a experiência estrangeira, mas sem se submeter a ela.*

Trata-se de um procedimento inovador para a época: a tragédia narrada, ultrarromântica, não é mais importante que a narrativa, totalmente fora do convencional. Um texto em que “a intenção formal quebra o equilíbrio da composição estética e propõe a leitura do processo de composição” (Curvello, p. 483). “Pálida Elvira” é outra marca decisiva no repertório experimental de Machado de Assis.

IV

Americanas, de 1875, vem conjugar, no espírito experimentalista de Machado, a teoria e a prática, juntando o seu lirismo – que busca, desde *Crisálidas*, novos rumos – à ideia do “instinto de nacionalidade”, tentando revigorar a vertente indianista do Romantismo brasileiro, inaugurada por Gonçalves Dias havia quase 30 anos, e cujo último estertor fora *Ubirajara*, de Alencar, publicado apenas um ano antes de *Americanas*. Embora temporão, *Americanas* não pode ser ignorado no *corpus* da poesia brasileira. Tivesse sido escrito pelo menos 20 anos antes, alguns de seus poemas teriam hoje o peso dos melhores trabalhos de Gonçalves Dias, mas, como isso seria impossível, creditemos o título à última fase do aprendizado do autor. Aos 36 anos, o poeta Machado de Assis mergulha em si mesmo, mais que no Brasil, e prepara-se para o grande voo que, como poeta, fará nos 25 anos seguintes, até completar aquele repertório que o consagraria em *Ocidentais*. Tal como *Crisálidas*, a edição definitiva de *Americanas* tem apenas 12 poemas; mas, ao contrário daquele, da edição original foi cortado apenas um.

Americanas é composto de oito longos poemas narrativos e mais quatro de curto fôlego, sem espaço para manifestações sentimentais: um lirismo comedido, a serviço da ideia que expressa. Em outras palavras, o tom de *Americanas* é assumidamente épico. Mesmo o interlúdio lírico a que vamos aludir restringe-se à paisagem, indispensável para compor o quadro dos feitos heróicos que o épico exige. O título é ambíguo: pode se referir aos poemas (“poesias”, como se dizia então, daí o feminino) e seu caráter étnico – sem negar a nacionalidade brasileira, mas inserindo o nativo no continente – ou pode ser homenagem às fortes figuras femininas retratadas em seis dos “romances”: Potira, Niâni, Ângela, Sabina, a índia inominada de “Última jornada” e as donzelas sacrificadas de “Os Orizes”. Façamos uma breve leitura dos poemas.

“Potira” – seduzida pelo cristianismo e pela civilização branca, Potira é sacrificada pelo chefe tamoio Anajê, a quem fora prometida. Instaura-se aqui a tensão entre a fé cristã e a violência nativa, revelando o mal causado pela intromissão branca.

“Niâni” – índia da nobreza guaicuru abandonada pelo marido, que a trocara por outra de “sangue vulgar”, enlouquece, “viúva sem bem o ser”, até a morte. Chama a atenção neste poema, além da linguagem – organizada em quadras e vazada em redondilhas e rimas alternadas agudas (B/D) – muito usada por Gonçalves Dias, a posição do narrador:

*Contam-se histórias antigas
Pelas terras de além-mar,
De moças e de princesas,
Que amor fazia matar.*

(A, p. 173)

“A Cristã-Nova” – passada na época da Inquisição, conta a história de Ângela, que troca o judaísmo pelo cristianismo, para casar-se com Nuno, herói do combate aos invasores franceses. Mas a Inquisição manda prender o pai de Ângela, acusando-o de judeu. Ângela se solidariza com o pai e faz um discurso de conteúdo judaico, indo presa junto com ele, sendo ambos deportados. Aqui o choque cultural é mais antigo, mas não menos oportuna a sua lembrança e a lembrança de sua persistente intolerância.

“Sabina” – neste poema instaura-se a tensão racial: Sabina, “cativa, não entrava na senzala, / nem tinha mãos para trabalho rude” (A, p. 212), 20 anos, a despertar paixões, acaba, como em dezenas de outros contos da época, apaixonada e seduzida pelo “senhor moço”, filho de seu dono. Sabina engravida, enquanto Otávio prepara-se para casar-se com outra. Desesperada, ela está prestes a suicidar-se, quando “vence o instinto de mãe”, e ela opta pela vida – a sua e a do filho que se engendra em seu ventre.

“Última jornada” – construído em terça rima, e com paralelos claros entre o episódio dantesco de Paolo e Francesca, neste poema harmonizam-se, com perfeição, forma e conteúdo. Trata-se da narrativa da jornada de dois amantes – ela aos céus, ele aos infernos. Pela boca

do próprio personagem masculino, a história dos dois nos é contada: 151
filhos de tribos inimigas, eles se conhecem num raro momento de tré-
gua; apaixonam-se, fogem e a guerra toma novo fôlego. A moça, en-
tretanto, passado o entusiasmo inicial, cai em profunda tristeza. Ela
tenta fugir, mas é alcançada a meio do caminho pelo guerreiro, que a
mata. “Talvez, talvez Tupã... de cólera tomado” castiga “a pena maior
que o delito”, matando o guerreiro.

*E nada mais se viu flutuar nos ares;
Que ele, bebendo as lágrimas que chora,
Na noite entrou dos imortais pesares,*

E ela de todo mergulhou na aurora.
(A, p. 223)

“Os Orizes” (fragmentos) – projeto não concluído, faz parte deste blo-
co que trata das mulheres sacrificadas, pois, ao falar dos costumes des-
ses índios que habitavam o sertão da Bahia, Machado descreve-lhe ri-
tuais, e entre eles:

*[...] As donzelas,
Mal saídas da infância, inda embebidas
Nos ledos jogos de primeira idade,
Ao brutal sacrifício... Oh! Cala, esconde,
Lábio cristão, mais bárbaro costume.*
(A, p. 225)

Interlúdio lírico – formado por dois poemas, “A flor do embiruçu” e “Lua
nova”, este interlúdio não é de amorosidade inter-humana, mas uma con-
sagração à natureza. Se os poemas anteriores exploram os conflitos re-
ligiosos, raciais, étnicos e humanos, estes celebram a integração do ho-
mem – independente de credo, raça ou nacionalidade – com a natureza.

Núcleo intelectual – formado pelos poemas “José Bonifácio”, “A vi-
são de Jaciúca”, “A Gonçalves Dias” e “Os semeadores”, este núcleo in-
telectual de *Americanas* tem a chave das ideias marteladas por Machado
de Assis no todo do livro. Essas ideias consistem na fundação de uma

152 nação mestiça, onde conviveriam em paz brancos, negros e índios, sob as bênçãos da Igreja. Devia ser isso o que o Andrada (1763-1838) tinha em mente quando escreveu:

Quando dentre os nossos reis se alçará um grande legislador, que dê nova forma ao índio, e ao negro? Que lhes dê o pleno gozo dos frutos do seu trabalho, e a liberdade civil, que depende da educação moral e intelectual do povo? (Andrada e Silva, p. 64)

Claro que ele pressupunha, em troca, a destruição das culturas, a começar pela língua, e o banimento dos “costumes bárbaros”.

“José Bonifácio” não louva o Patriarca da Independência, mas o pensador que propunha uma reforma na sociedade nacional, com o fim da escravidão e a integração de negros e índios à sociedade. Objetivamente, a mestiçagem era o caminho para uma raça brasileira, dotada de homogeneidade cultural. “A visão de Jaciúca” complementa, de maneira cruel, o pensamento do Andrada: às vésperas de uma batalha (com brancos?), o guerreiro Jaciúca, “o duro chefe da indomável tribo”, tem uma visão em que “era o termo da vida que chegara / ao povo de Tupã [...] Luas e luas volverão no espaço / antes da morte, mas a morte é certa, / e terrível será”. Outra nação se erguerá sobre as ruínas da nação de Jaciúca, “e brilhará na terra, / gloriosa e rica”, por isso ele implora aos seus irmãos: “penduremos/as armas nossas, que sobeja há sido/a glória, e a doce paz que nos chama” (A, p. 200-205). “A Gonçalves Dias” é uma elegia ao mentor intelectual de *Americanas*, o “cantor da América”, morto em um naufrágio, 11 anos antes. “Os semeadores”, por fim, homenageia os jesuítas que, “Paulos do sertão”, semearam o cristianismo entre os “bárbaros”.

É importante citar a disposição gráfica utilizada por Machado, que vem sustentar nossa leitura: os três primeiros poemas são as tragédias “Potira”, “Niâni” e “A Cristã-Nova”. Em seguida, vêm os quatro poemas que denominamos de “núcleo intelectual” do livro, seguidos pelos poemas do “interlúdio lírico”. O livro continua com mais três “romances”: o drama de Sabina, seguido pela fábula dantesca de “Última jornada”, para encerrar-se com a alusão ao sacrifício das donzelas orizes. Há, portanto, uma intenção prévia nesse modo de organizar os textos. Pare-

ce-me, entretanto, que Machado comete um pecado nessa organização ao optar, burocraticamente, em deixar os fragmentos por último, como se fossem dispensáveis e apenas uma peça a mais no enredo do livro. Essa opção quebra a organização final pensada em *Crisálidas* (o inovador “Versos a Corina” seguido pelo sugestivo “Última folha”) e em *Falenas* (onde a última parte traz as inovações simbolistas e parnasianas, concluindo com a experimentação narrativa de “Pálida Elvira”). A intervenção divina e moralista no castigo ao infrator, a confessa alusão ao filósofo Montaigne, que dividia as almas dos índios entre boas e más, e o intertexto dantesco do sublime casamento entre forma e conteúdo alcançado em “Última jornada”, talvez a mais bela criação poética de Machado de Assis, seria o fecho ideal para este livro singular que é *Americanas*.

Machado confirma, nos textos que têm o índio como protagonista, o que Antônio Paulo Graça sistematizaria 120 anos depois: os heróis índios – épicos ou trágicos – não sobrevivem nunca porque estão fadados ao extermínio: “Todo romance indianista é, já podemos dizer, uma metáfora do genocídio” (Graça, p. 149).

Em síntese, a ideia em Machado de Assis, servindo-se do caminho aberto por Gonçalves Dias, é que a destruição da cultura nativa é inevitável, sendo o mais sensato seguir o caminho proposto pelo Andrada, e fundar, sobre as cinzas do genocídio, uma grande nação mestiça, onde, certamente, prevalecerão o cristianismo e a cultura europeia, suportes da única ideia de civilização aceitável.

V

Ocidentais foi publicado no volume das *Poesias Completas*, em 1901, mas boa parte dos poemas que o integram já havia sido publicada antes, em revistas e jornais. Assim como os dois primeiros, é uma coleção de poemas, sem um projeto autônomo de unidade, como o que orienta *Americanas*. O título é uma referência a *Orientais*, de Victor Hugo, de 1829 – ao mesmo tempo em que homenageia o mestre, Machado faz-lhe um contraponto: se *Orientais* era uma suma romântica, *Ocidentais* era seu antípoda, ainda que de difícil classificação.

Muito já se escreveu sobre *Ocidentais*: já se disse, por exemplo, que era o melhor da poesia de Machado de Assis, e havia de sê-lo, afinal,

154 de autor que amadureceu nos outros gêneros – isto é, não nasceu “genial”, como tantos que morreriam em tenra idade – não era de se esperar diferente com relação à poesia. Já se traçaram paralelos entre o poeta e os narradores da segunda fase ficcional de Machado, procurando, para além do fingimento, descobrir-lhe os estados de alma (Bosi, p. 178-180). O amargor schopenhaueriano, o ceticismo e o pessimismo que marcam a segunda fase do ficcionista se fazem presentes também na “segunda fase” do poeta – considerando-se que os três primeiros livros eram românticos. Ora, o autor era um só, os gêneros, diversos. Pontos de contato seriam não apenas esperados como desejados, resultando em evidências da honestidade intelectual do autor.

Foi dessa coleção que saíram alguns dos poemas mais antologiadados de Machado de Assis: “Círculo vicioso”, “A mosca azul” e “Soneto de natal”. Os três, construídos numa linguagem de rara simplicidade filosófica, caíram no gosto popular. Mas é nesse livro também, a despeito de toda a rigidez na seleção definitiva dos outros livros, que ele encaixa uns poemas de circunstância – ou de mera celebração (seja a grandes vultos da literatura seja a amigos; no caso de “Alencar”, uma combinação de ambas). Aqui estão também suas mais significativas traduções de poemas: “O Corvo”, de Poe; o monólogo “To be or not to be” (assim mesmo intitulado), do terceiro ato do *Hamlet*, de Shakespeare; o Canto xxv do “Inferno”, da *Divina Comédia*, de Dante; e “Os animais iscados da peste”, de La Fontaine. Há ainda dois poemas longos, narrativos, na mesma gasta estrutura utilizada nos livros anteriores, datados, aliás, daquela época: “Velho Fragmento”, que algumas edições trazem separado do todo, com o título “O Almada”, e “Clódia”, sobre a fogaosa musa do veronês Catulo, lírico do século I a.C., que a cantara sob o disfarce de Lésbia.

Sem nos apropriarmos da fúria cortadora do autor para com seus livros anteriores, vamos à essência de *Ocidentais*: descontados os desgastados antológicos, os de circunstância e/ou celebração, as traduções e mesmo os velhos narrativos – posto já não trazerem nenhuma novidade – sobram sete poemas, apenas: “O desfecho”, “Uma criatura”, “Mundo interior”, “Perguntas sem resposta”, “Lindoia”, “Suave mari magno” e “No alto”. Vejamos brevemente cada um deles.

“O desfecho” – abrindo o livro, dá o seu tom: contrariando o mito, Prometeu, pela primeira vez, não tem o fígado regenerado. A vida é comparada ao suplício eterno do Titã: o sofrimento só tem termo com a morte.

“Uma criatura” – o poeta brinca com a ambiguidade do monstro que descreve, concluindo: “Tu dirás que é a Morte; eu direi que é a Vida” (C, p. 126).

“Mundo interior” – na comparação entre o mundo exterior, a natureza, que tem a preferência da maioria, e o mundo interior, o âmago do indivíduo, o poeta opta por este, totalmente diverso daquele, mas que guarda em si “um segredo que atrai, que desafia – e dorme” (C, p. 129).

“Perguntas sem resposta” e “Lindoia” – formam o “interlúdio lírico” de *Ocidentais*. O primeiro, do ponto de vista mítico; o segundo, do ponto de vista literário. Em “Perguntas sem resposta”, uma noiva, “pálida Maria”, divide com a estrela Vênus a alegria do casamento a realizar-se em três dias. A morte súbita do noivo, entretanto, muda o seu estado de espírito e ela, na mesma hora do cair da tarde, divide com a estrela a sua imensurável tristeza, mas a estrela fica-lhe indiferente. “Lindoia” é uma pérola de delicadeza, incrustada na áspera estrutura de *Ocidentais*. Como uma última homenagem ao Basílio da Gama que ele amara desde adolescente, Machado compõe um soneto promovendo um inusitado encontro entre as musas Lindoia, Moema, Coema, Iguaçú e Iracema, sem que elas percam seu aspecto literário,⁶ sem que pareçam osso e carne, mas espíritos imaginados, habitantes do mundo interior, para apropriar-se, no desfecho, do verso genial de seu velho mestre:

*Além do amável, gracioso porte,
Vede o mimo, a ternura que lhe resta.
Tanto inda é bela no seu rosto a morte!*
(C, p. 138)

A simples troca do tempo do verbo, trazendo-o ao presente, acrescentando do advérbio para completar a métrica, metamorfoseia o verso do Gama (“Tanto era bela no seu rosto a morte!”) em autêntico verso de Machado.

6. *Lindoia*, a heroína de *O Uruguai* (Basílio da Gama), recepciona as demais damas do indianismo: Moema, de *Caramuru* (Santa Rita Durão), Coema, de *Os Timbiras* (Gonçalves Dias), Iguaçú, de *A Confederação dos Tamoios* (Gonçalves de Magalhães) e Iracema, a própria, de *Alencar*.

“Suave mari magno” – referência a um dístico de Lucrecio⁷ sobre a banalidade do mal quando se está a salvo dele, o poema é uma sequência de imagens mostrando a morte de um cão, possivelmente envenenado, em plena rua, e a multidão de curiosos a assisti-la, passivamente. Sonetinho combinando redondilhas maiores e tetrassílabos, alguns exegetas da obra de Machado já tentaram extrair desse poema uma relação com sua condição de epilético (Teixeira, p. 186). Se assim o fosse, seria humor negro e de péssimo gosto. “Suave mari magno” se integra no eixo dos demais poemas: a morte é banalizada, não por se tratar de um cão – na verdade, uma metáfora da condição humana – mas por não comover além da mera curiosidade.

“No alto” – o ponto máximo de *Ocidentais*. Machado fecha o livro com esse soneto que combina alexandrinos e hexassílabos, usando os mitos de Ariel e Caliban para alegorizar a trajetória do poeta:

*O poeta chegara ao alto da montanha,
E, quando ia a descer a vertente do oeste,
Viu uma cousa estranha,
Uma figura má.*

*Então, volvendo o olhar ao subtil, ao celeste,
Ao gracioso Ariel, que de baixo o acompanha,
Num tom medroso e agreste
Pergunta o que será.*

*Como se perde no ar um som festivo e doce,
Ou bem como se fosse
Um pensamento vão,*

*Ariel se desfez sem lhe dar mais resposta.
Para descer a encosta
O outro estendeu-lhe a mão.*

(C, p. 160)

Ariel, o espírito jovial, abandona o caminhante quando este se prepara para a jornada de descida, no outro lado da montanha – o lado desco-

7. *Suave mari magno*. Primeiras palavras de um dístico de Lucrecio (A Natureza, Livro II, p. 1-2): *Suave, mari magno, turbantibus aequora ventis/E terra magnum alterius spectare laborem*. “É agradável, enquanto no mar revoltoso os ventos levantam as águas, observar da terra os grandes esforços de um outro” (Rónai, p. 167).

nhecido. O “outro”, inominado, mas, por oposição ao primeiro, Caliban, assume o comando da jornada, como uma metáfora das dificuldades do poeta, na lide cotidiana.

Os temas da morte e da interioridade dominam os três poemas que antecedem o interlúdio lírico. A distensão obtida por este, entretanto, é apenas parcial, porque ambos os poemas também tratam da morte. O sexto poema retoma a maneira sombria do tema dominante. Por fim, o último poema promove um recuo e apenas sugere o caminho por onde Caliban guiará o poeta. Ao final desse caminho, por certo, ele encontrará a “indesejada das gentes”.

Ocidentais tem como fulcro o tema da morte, que Machado sabia próxima. Mas não é só: o mistério da morte só pode ser desvendado pelo conhecimento da vida – daí a alusão a Prometeu, um “símbolo da vontade humana de intelectualidade” (Bachelard, p. 104), que só se realiza no exercício da rebeldia, com a quebra de paradigmas e a ruptura dos modelos consagrados. Machado de Assis sabia-se um Prometeu da literatura de língua portuguesa, tinha plena consciência disso, e deixou essa ideia gravada a fogo naqueles sete poemas de *Ocidentais*. Como poeta, ele vai voltar ao tema ainda uma vez, ao registrar a morte de Carolina, num poema que harmoniza a dor particular a uma dor mítica, que o poeta, nunca antes tão verdadeiro, não se constrange de expor:

*Querida, ao pé do leito derradeiro
Em que descansas dessa longa vida,
Aqui venho e virei, pobre querida,
Trazer-te o coração do companheiro.*

*Pulsa-lhe aquele afeto verdadeiro
Que, a despeito de toda a humana lida,
Fez a nossa existência apetecida
E num recanto pôs um mundo inteiro.*

*Trago-te flores, – restos arrancados
Da terra que nos viu passar unidos
E ora mortos nos deixa e separados.*

Que eu, se tenho nos olhos malferidos
 Pensamentos de vida formulados,
 São pensamentos idos e vividos.
 (“A Carolina”, D, p. VI)

Neste poema, mais que em qualquer outro que tenha escrito, Machado de Assis mostrou-se organicamente intelectual – aqui, não mais na concepção gramsciana.⁸ Desnudou-se perante seu leitor e assumiu seu lirismo sem fingimentos, entregando-lhe mais que seu pensamento, entregando-lhe a própria alma: essencialmente intelectual, no duplo sentido que essa expressão pode assumir. Se “nenhuma arte é mais visceralmente nacional do que a poesia” (Eliot, p. 30), podemos afirmar que a permanência de um poema está diretamente relacionada com a identificação entre o poeta e seu povo.

8. Machado é um intelectual orgânico, tanto no sentido empregado por Gramsci, com relação a sua classe – a dos escritores – quanto numa acepção biológica: ele vivia de e para escrever. Escrever era a sua vida.

VI

Este é o Machado de Assis poeta. A originalidade era sua obsessão. Descontado o gênero dramático, onde não conseguiu alto voo, Machado foi superlativo enquanto cronista, tradutor, crítico, ensaísta e poeta. E em todos esses gêneros pautou-se pela experimentação, na busca da pegada original, surpreendente. Não fosse o contista e romancista sem par, o seu lado poeta – este que tentamos mostrar – seria suficiente para tê-lo como um dos maiores nomes da literatura de língua portuguesa.

Ao longo de 40 anos de produção, o poeta Machado de Assis jamais se acomodou a formas ou fórmulas. O romântico de *Crisálidas* dá lugar ao experimentador em *Falenas* – ousando novas linguagens, entre parnasiano e simbolista, e inventando um narrador que depois lhe seria muito útil na sua prosa de ficção. *Americanas* é o laboratório onde ele procura demonstrar o “instinto de nacionalidade”, sobre o qual refletia desde muito cedo, quase adolescente. A síntese de sua procura, já o disse antes, ele enfeixa em *Ocidentais*, livro em que se aproxima, naqueles sete poemas apontados, somados aos três antológicos, de uma poesia de cunho metafísico, de serena investigação ontológica, onde a morte não é o fim, mas, metaforizada na beleza do rosto de Moema, o início de uma nova etapa. Para Machado de Assis, o início da imortalidade.

Bibliografia básica:

MACHADO DE ASSIS. *Obras Completas*. São Paulo: Globo, 1997.

A. *Crisálidas, Falenas & Americanas*

B. *Crítica & Variedades*

C. *O Almada & Outros poemas*

D. *Relíquias de casa velha*

Bibliografia de apoio:

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil*. Organização: Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

BACHELARD, Gaston. *Fragments de uma poética do fogo*. Trad. Norma Telles. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 37ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

CURVELLO, Mario. Falsete à poesia de Machado de Assis. In: BOSI, Alfredo et alii. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

ELIOT, T. S. A função social da poesia. In: *De poesia e poetas*. Tradução: Ivan Junqueira. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma poética do genocídio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Colaboração: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TEIXEIRA, Ivan. *Apresentação de Machado de Assis*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

— Educação, pobreza, desigualdade social e a formação de professores na Ufam¹

ROSA MENDONÇA DE BRITO

GISELE DE BRITO BRAGA

— FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROJETO EDUCAÇÃO, POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL NA UFAM: INTRODUÇÃO

1. Estudo apresentado no xxv Colóquio da Afiise Portugal – A investigação, a Formação, as Políticas e as Práticas em Educação, realizado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

O presente estudo se refere ao desenvolvimento de um programa nacional do Ministério da Educação Brasileira (MEC), que foi materializado com o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Educação, Pobreza e Desigualdade Social, desenvolvido com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), por meio da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e da Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar, com colaboração do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

O trabalho tem por objetivos apresentar o Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social desenvolvido na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), desenvolvido na modalidade a distância, com momentos presenciais intensificados nas orientações do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma das 15 Ifes responsável pela implementação do Programa e do referido curso.

Está embasado teoricamente, entre outros, nas ideias de Marshall, Demo e Libâneo. Foi desenvolvido através pesquisas teórica, documental e empírica (campo), esta realizada por meio de entrevistas, pelos pesquisadores, cursistas, formadores e orientadores. Com suporte na análise de conteúdo, os dados foram analisados qualitativamente.

A organização da iniciativa decorreu da constatação da persistente pobreza e extrema pobreza no Brasil que tem afetado, ao longo da sua história, crianças, adolescentes, jovens e adultos, e na crença de que a educação pode contribuir para a conscientização do problema e empreender ações que contribuam ou apontem caminhos para, ao menos, minimizá-las. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2012), apesar de avanços importantes, em 1992 a população pobre ou extremamente pobre atingia 45,12%. Em 2012, o percentual caiu para 12,09%, o que representava aproximadamente 22.230.000 de pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema. Mesmo assim o número continuava muito elevado.

O Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social nasceu da necessidade de atuação do processo educativo sobre uma realidade social que não atende aos princípios mínimos dos direitos humanos porque, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de crianças e jovens entre (seis a 17 anos) monitorados pelo Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar de famílias participantes do Programa Bolsa Família (Sistema Presença), atingiu, no mesmo ano, um total de 16.085.160 alunos. Isto equivale a 38,3% de estudantes de escolas públicas brasileiras filhos e filhas de famílias cuja renda mensal per capita é menor que R\$ 140,00.

É importante ressaltar que o PBF, criado pelo governo federal para realizar transferência monetária condicionada (PTMC) às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, com um ou mais filhos em idade escolar não é uma dádiva, mas uma tentativa de cumprimento de um dever do Estado, portanto, um direito da população garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), e tem por base, também, os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos assim como da Declaração do Milênio (2000). Contudo, apesar dos esforços empreendidos até o momento, no Brasil, ainda não foi possível a solução para esse problema tão crucial para o ser humano. Dian-

162 te da realidade brasileira essas questões precisam ser consideradas mais fortemente pela escola a fim de incluí-la no Projeto Político Pedagógico e nos currículos como elementos da dinâmica escolar.

1.1 – SUJEITOS DA FORMAÇÃO

O curso foi direcionado aos profissionais da educação básica e outros profissionais envolvidos com políticas públicas envolvendo a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem na pobreza ou extrema pobreza, especialmente aqueles que, de algum modo, estão envolvidos com o Programa Bolsa Família: professores(as); gestores(as) escolares, coordenadores(as) pedagógicos(as), secretários(as); servidores(as) técnico-administrativos(as) das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o que engloba coordenadores(as) estaduais e municipais de programas sociais que atuam direta ou indiretamente na educação básica.

1.2 – CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

Na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Programa envolveu 22 meses de atividades e o Curso foi desenvolvido em 18 meses com uma carga de 410 horas, distribuídas em torno de seis módulos temáticos que contemplaram atividades de ensino e reflexão, e um módulo de atividade de estudo e pesquisa (TCC) desenvolvido por meio de cinco ateliês: Pobreza, Desigualdade Social, Educação e Programa Bolsa Família; Pobreza, Cidadania e Programa Bolsa Família; Pobreza, Direitos Humanos, Justiça, Educação e Programa Bolsa Família; Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza; Pobreza e Currículo: Uma Complexa Articulação, desenvolvido por 25 professores.

1.3 – A PESQUISA ACADÊMICA NO ÂMBITO DA INICIATIVA

O apoio à pesquisa acadêmica teve por finalidade a indução da articulação entre ensino, pesquisa e divulgação de conhecimentos no contexto universitário visando à constituição de núcleos de estudo e pesquisa sobre a temática, levando-se em consideração os desafios postos pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional

de Educação (PNE). Visou, também, à aproximação dos estudos teóricos com as instituições formadoras de profissionais que trabalham com crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza ou pobreza extrema.

Na Ufam, os projetos de Pesquisa estavam localizados nas linhas 1 e 3 do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Na linha 1 foi desenvolvida a pesquisa sobre Educação, pobreza, desigualdade social e Bolsa Família e, na Linha 3, a pesquisa sobre Educação, pobreza, desigualdade social e formação de professores. No primeiro estiveram envolvidos todos os participantes do Curso: coordenadores, pesquisadores, supervisores, formadores, tutores e cursistas; no segundo, coordenação, pesquisadores, supervisores e alguns formadores.

— 2. MARCO TEÓRICO

2.1 – FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O professor é formador de profissionais de todas as áreas: humanas, sociais, econômicas, exatas, tecnológicas, etc. Seu trabalho é fundamental para o desenvolvimento humano e social, tanto em dimensão quanto em profundidade. “A importância da formação docente já fora preconizada por Comenius no século XVII, e o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores foi instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres” (Duarte, 1986, p. 65-66). No entendimento de (Nóvoa, 1991), a gênese da profissão docente é anterior à estatização da escola pois, desde o século XVI, já existiam vários grupos de leigos e religiosos que se dedicavam à atividade docente.

Apesar disso, a questão da formação de professores só conseguirá uma resposta institucional no século XIX quando, após a Revolução Francesa, emerge o problema da instrução popular que desencadeia o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores. Na continuidade da institucionalização da formação foram criadas, a partir de 1794, as Escolas Normais para formar professores em distintos níveis na: França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e, posteriormente, em quase todo o mundo.

No Brasil a história da formação do professor tem início com a chegada dos padres jesuítas em 1549 e, durante dois séculos (xvi e xviii) foram eles praticamente os nossos únicos educadores. A emergência de forma explícita da formação de professor no Brasil, ocorrerá “após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular” (Saviani, 2008, p. 56). A partir desse momento é possível distinguir determinados períodos, cujo marco inicial encontra-se na promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, em 5 de outubro de 1827. A promulgação do Ato Adicional de 1834 que coloca a instrução primária sob a responsabilidade das províncias faz surgir as Escolas Normais destinadas à formação de professores. A primeira delas foi criada em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1835. Entre 1836 e 1890, muitas outras entraram em funcionamento nas diversas províncias. Entre 1932 e 1939 a continuidade e o aperfeiçoamento da formação de professores foram entregues aos Institutos de Educação. Neles, embasados na Escola Nova, não apenas o ensino, mas, também, a pesquisa passou a ser elemento primordial da formação. Os primeiros institutos criados foram: no Distrito Federal, implantado por Anísio Teixeira; em São Paulo, organizado por Fernando de Azevedo.

No período entre 1939-1971 o modelo de Escolas Normais foi consolidado e foram organizados e implantados cursos de Pedagogia e de Licenciatura, estruturados mais tarde a partir da consolidação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil por meio do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Com a Ditadura Militar de 1964, especialmente entre 1971-1996, a área da educação passou por marcantes mudanças. Nesse período foram editadas as Leis 5.540/1968 e 5.692/1971 e o Parecer nº 349/1972, do Conselho Federal de Educação e, em 1996, a Lei nº 9.394 – Diretrizes e Bases para a Educação.

É consenso entre os educadores, desde o final do século xx, que em decorrência das evoluções ocorridas e que continuam a ocorrer, a formação inicial do professor não é suficiente para a eficiência de seu trabalho. Por conta disso, conforme Libâneo (2004, p. 227), tornou-se necessário ofertar ao professor a possibilidade de formação continuada como “prolongamento da formação inicial, visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao de-

envolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional”.

2.2 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A questão dos Direitos Humanos perpassa toda a história da humanidade, mas foi na Grécia Antiga quando do estabelecimento de princípios éticos fundamentais para a convivência humana que a questão se tornou mais visível. A partir de então esses direitos foram tratados de diversos pontos de vista e de diversas maneiras. Com a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (Revolução Francesa de 1789) e a Constituição Americana de 1791, o problema passou a ser visto e discutido como questão mundial.

Organização das Nações Unidas (ONU), criada para promover a paz e a conciliação dos interesses e conflitos entre países e povos teve como primeira tarefa a elaboração de um documento voltado para a ordenação dos direitos humanos, flagrantemente violados até então. Após dois anos de trabalho foi promulgada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo propósito foi e ainda continua a ser, senão um pacto universal, pelo menos uma referência moral para todos os países signatários no que se refere ao fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Apesar de nem todos os Estados (não signatários) serem obrigados juridicamente a respeitá-la, ela tem importância crucial para a Humanidade. Independente de seus objetivos não terem sido alcançados plenamente até o momento, eles continuam sendo fundamentais para orientar o combate às violações dos direitos das pessoas na maioria dos lugares do planeta, inclusive no Brasil. A pesquisa constatou que apesar de se tratar de patrimônio histórico da humanidade, não apenas a parte da população amazonense consultada, mas também professores e gestores de escolas, nunca a manusearam, nunca a leram, por isso mesmo, nunca possibilitaram a sua inserção nos currículos ou em estudo e reflexões envolvendo o conhecimento de seus princípios fundamentais, indispensáveis a qualquer convivência social humana.

É nosso entendimento que a construção de relações sociais mais justas, solidárias e democráticas, que respeitem as diferenças físicas,

166 psíquicas, ideológicas, culturais e socioeconômicas de seus membros passa necessariamente pela incorporação, nas práticas cotidianas e, especialmente, nas pedagógicas, de princípios e valores já consagrados, mas constantemente desrespeitados. Será que a utilização dos princípios contidos na Declaração não seria um caminho frutífero para que as pessoas e as instituições revertam o quadro de prevalência de valores relativistas que promovem o individualismo e a anomia social e promovam uma educação para ética, a cidadania, a confluência democrática entre os direitos e liberdades individuais e os deveres para com a comunidade da qual é parte?

Em relação à cidadania, outra importante categoria de análise do estudo, buscou-se desenvolvê-la tendo por base o entendimento de que a palavra cidadania diz respeito a vida em sociedade. Refere-se, segundo Abbagnano (2007, p. 156), ao pertencimento a uma comunidade política e está ligada à liberdade e à justiça em função de três gerações de direitos humanos: os civis (à vida, à propriedade, etc.); os políticos (função eleitoral, associação em partidos, sindicatos, etc.); os sociais (trabalho, estudo, saúde, etc.). Decorrente disso o conceito de cidadania se liga ao de democracia e é caracterizado pela necessidade de combinar a exigência de participação com a de governabilidade por um lado, e a de justiça com o mercado, por outro. O conceito de cidadania implica, assim, o exercício efetivo dos direitos civis como oportunidade para que os cidadãos tomem parte ativa nos processos deliberativos sobre os direitos políticos e sociais.

A cidadania fundamenta-se na correlação do indivíduo em pertencer a uma comunidade politicamente organizada, tendo direitos e obrigações, convivendo democraticamente numa sociedade pluralista que garanta o desenvolvimento integral da pessoa humana, possibilitando o atendimento das necessidades vitais básicas do cidadão e da sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social (Marshall, 1967, p. 45).

A sociedade brasileira, segundo Demo (1997, p. 120), conviveu com formas específicas de cidadania, desenvolvidas em diferenciados momentos de sua história, ora retrocedendo, ora avançando: a cidadania tutela-

da (reconhecida como dádiva ou concessão, com características baseadas no clientelismo e assistencialismo); cidadania assistida (que expressa uma política que permite elaborar um embrião de direitos passivos e obedientes); e a cidadania emancipada (o sujeito tem competência para construir uma história própria e coletivamente organizada).

A Constituição Brasileira de 1988 situou, no seu Artigo 6º, a cidadania dentre os princípios fundamentais da República, redefinindo seu conceito com intuito de garantir a real participação política de todos os cidadãos como forma de construir uma sociedade livre, justa e solidária. No entanto, a formalização dos direitos/deveres dos cidadãos não implicou, em virtude das imensas desigualdades sociais vividas pela sociedade brasileira, na sua real efetivação. Daí a relevância do tema no curso.

2.3 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR

As últimas décadas foram marcadas por crises financeiras e, também, por pactos internacionais voltados para amenizar as condições de vida de milhões de habitantes do planeta em situação de pobreza e miséria. Por meio da aprovação pelas Nações Unidas da Declaração do Milênio em 2000, estruturada a partir de valores fundamentais: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza, responsabilidade comum, os dirigentes de 189 países se comprometeram a “não medir esforços para libertar nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições ignóbeis e desumanizadoras da pobreza” (Nações Unidas, 2000, p. 4).

O documento apontava e aponta para algumas decisões a serem tomadas para o alcance do propósito, entre elas a de reduzir pela metade, em 2015, o percentual de habitantes do planeta que padeçam fome; erradicar a extrema pobreza; universalizar o ensino primário; promover a igualdade de gênero e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Sida, o paludismo e outras enfermidades; garantir a sustentabilidade do meio ambiente; fomentar associação mundial para o desenvolvimento. Uma das estratégias para o atingimento dos objetivos estava no desenvolvimento de

168 Programas de Transferência Monetária Condicionada (PTMC), destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, com um ou mais filhos em idade escolar, condicionada a corresponsabilidades.

Antes da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, os Programas que visavam oferecer algum tipo de benefício à população pobre do país eram caracterizados como mera assistência social e não tinham força de lei. A partir da Carta Magna todas as ações consideradas como “benefícios” passaram a ser concebidas como políticas públicas e direitos sociais. Essa nova concepção foi ratificada pela Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que modificou a Constituição para estabelecer no “Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Apesar disso, o número de pessoas que viviam em situação de pobreza no país até 2003 era de 87.123.294, fato inaceitável considerando-se o Brasil um país que possui significativa diversidade de riquezas naturais e figura como a oitava economia mundial. A adoção de programas e ações políticas de transferência de renda para a população marginalizada de seus direitos sociais, no período de 2003 a 2008, fez com que o número de brasileiros pobres ou extremamente pobres passasse para 64.035.622, significando uma queda de 26,5%. Infelizmente a situação persiste e os dados são extremamente preocupantes pois, conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2010, 52,7 milhões de pessoas no Brasil se encontravam na linha da pobreza e sobreviviam com uma renda per capita inferior a R\$ 70,00 mensais.

Visando uma resposta emergencial de pronto atendimento ao combate à fome por meio de transferência de renda e para que os beneficiários pudessem vivenciar minimamente seus direitos sociais básicos, entre os quais o acesso e permanência a escola e melhoria nas condições de saúde, foi criado por meio da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentada por meio do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família, cujo nascedouro se encontra, a nosso entendimento, no Projeto de Lei nº 80 de 1991, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy que previa a instituição do Programa de Ga-

rantia de Renda Mínima para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade e, mais tarde, com a implantação do Fome Zero (governo Lula, 2003-2006), principal estratégia de enfrentamento da fome, da pobreza e da exclusão social no país, tendo como principal programa o Bolsa Família, estruturado em três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A partir da sua implementação é possível verificar alterações significativas nesse quadro. Os objetivos básicos a serem atingidos pelo programa, eram e ainda são os seguintes:

Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e promover a inter-setorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (Lei 10.836/2004).

Entre as funções do PBF, por ser um benefício temporário e não se constituir em direito adquirido, está a orientação para emancipação sustentada das famílias que o recebem. Apesar disso, o governo não conseguiu, ainda, possibilitar as condições para que muitas dessas famílias adquiram meios próprios de sobrevivência e, com isso, deixar de depender desta transferência de renda.

Para o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, conforme estabelece a Lei 10.836, de 2004, os participantes se comprometem a cumprir algumas condições, cujo objetivo é responsabilizar as famílias pelo compromisso assumido e o poder público pela oferta dos serviços. Na área da saúde, as crianças menores de sete anos precisam estar em dia com o calendário de vacinação e o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento; mulheres grávidas entre 14 e 44 anos devem fazer acompanhamento pré-natal. Na área da educação, crianças e adolescentes entre seis e 15 anos devem ter 85% de frequência escolar mensal, e jovens entre 16 e 17 anos, frequência de 75%. Na área da assistência social, crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retirados do trabalho infantil devem participar de serviços socioeducativos com frequência mensal de 85%.

170 Embora a Constituição Federal promulgada em 1988 proclame como direitos sociais o acesso à educação, saúde, segurança pública, moradia, lazer etc., a realidade ainda se coloca muito distante desse preceito constitucional. No Relatório da ONU divulgado em julho de 2010, o Brasil aparece com o terceiro pior índice de desigualdade no mundo e, em se tratando de diferença e distanciamento entre ricos e pobres fica, no ranking mundial atrás, apenas do Haiti, Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul.

Apesar das dificuldades no desenvolvimento do programa e atingimento das metas propostas, as estatísticas comprovam resultados bastantes satisfatórios, principalmente nos recantos mais distantes das florestas e dos rios amazônicos, ele tem sido questionado por grupos do setor político, pela mídia e parte das classes mais abastardas sob a alegação de que programas de transferência de renda para a classe pobre, em vez de diminuir, aumentam os problemas sociais e incentivam a dependência, a acomodação, tornando seus beneficiários “parasitas sociais”, com aversão ao trabalho.

O estudo verificou que houve contribuição significativa do Programa Bolsa Família para o acesso e permanência nas escolas do Amazonas, assim como ao acesso à saúde para uma parte significativa de crianças e adolescentes, cujas famílias viviam ou vivem em estado de pobreza e, em muitos casos, de extrema pobreza, fator determinante para a desigualdade social e, conseqüentemente, para a difícil conquista da verdadeira cidadania, a nossos olhos, tão distante ainda em nosso país.

— 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nas pesquisas realizadas durante o Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social na Ufam nos foi possível verificar por meio do Cadastro Único para Programas Sociais que:

3.1. – Nos 62 municípios do Estado, o PBF tinha em dezembro de 2016, 583.440 famílias cadastradas: a) 335.334 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; b) 95.467 com renda familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; c) 92.015 com renda familiar entre R\$170,01 e meio salário mínimo; d) 60.624 com renda familiar de meio salário mínimo. No mês de feve-

reio de 2017 foram beneficiados pelo programa 381.979 famílias que receberam em média R\$ 224,06, exigindo do governo federal transferência de recursos na ordem de R\$ 85.584.643,00. 171

3.2. – No município de Manaus, capital do Estado, o total de famílias inscritas em dezembro de 2016, somava 224.604: a) 86.996 com renda familiar de até R\$ 85,00; b) 64.044 com renda familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; c) 61.067 com renda familiar entre R\$170,01 e meio salário mínimo; d) 32.527 com renda familiar de meio salário mínimo. Em fevereiro de 2017 foram beneficiadas 128.772 famílias que receberam em média R\$ 158,22, o que exigiu do governo federal a transferência de R\$ 20.237.846,00.

3.3. – Que no 4º bimestre de 2016, a frequência de crianças e adolescentes entre seis e 15 anos em Manaus, atingiu 94,9%, o que equivale a 142.485 alunos de um total de 150.215 do público do perfil; no interior a frequência alcançada foi de 90,3%, equivalente a 420.548 acompanhados, de um total de 465.729 do público do perfil. Quanto aos jovens de 16 e 17 anos, o percentual alcançado em Manaus foi de 86,7%, equivalente a 30.349 alunos acompanhados, do total de 35.017 do perfil; no interior o percentual atingido foi de 83,4%, o que equivale a 91.576 alunos acompanhados, do total de 109.853 do perfil.

3.4. – Na questão do acompanhamento da saúde das famílias, em junho de 2016, em Manaus o índice de atendimento alcançou 51,6%, equivalente a 60.021 famílias atendidas, de um total de 116.361 do público do perfil. No interior (62 municípios) o atendimento foi de 71,4%, equivalendo a 232.171 famílias atendidas, de um total de 325.211 do público no perfil.

3.5. – As falas a seguir apresentadas indicam, inequivocamente, a importância do curso e das pesquisas para a formação continuada do professor que atua nas séries iniciais, no ensino fundamental e médio, especialmente para aqueles que trabalham em contextos empobrecidos; demonstram, também, a falta de conhecimento e entendimento de que a pobreza e os direitos humanos fundamentais são questões que não

172 podem ficar à margem do processo educativo visto que o principal papel da escola deve ser a formação do cidadão, tendo em vista o respeito aos princípios fundamentais dos Direitos Humanos. Vejamos o que dizem alguns dos sujeitos:

Observei que muitas pessoas não são sabedoras de seus direitos, desconhecem as leis, os textos que contextualizam a pobreza e a luta pelos direitos. É triste observar o quanto esses direitos são violados, por meio da violência, por meio da exclusão e da discriminação, crimes que são recorrentes e continuam sendo praticados. Como as pessoas entrevistadas tiveram dificuldades em responder as questões referentes à Declaração dos Direitos Humanos.

A cada conclusão de módulo, através do conhecimento obtido, podemos perceber melhor as mudanças que ocorrem ao nosso redor e em nosso cotidiano, pois há uma quebra de paradigmas sobre pensamentos, atitudes e ações que não tínhamos conhecimento antes do aprendizado realizado... Existem dificuldades para o alcance da coleta de dados, mas o que vale apenas são os resultados obtidos a cada final da pesquisa.

O conteúdo que mais chamou minha atenção foi o que se refere aos direitos humanos e Justiça. Durante a entrevista realizada na Escola Ana Neri, pais e professores criticaram os direitos humanos dizendo que os direitos humanos foram criados para dar direitos para bandidos e não para o cidadão de bem. Aprendi mais a respeito dos direitos humanos e também da Declaração Universal do Direitos Humanos, pois pouco sabia sobre ela.

Este curso nos levou a compreender o papel estratégico da educação em Direitos Humanos no enfrentamento e superação da pobreza e na construção de uma sociedade igualitária, fraterna e justa para todos. Pude compreender os Direitos Humanos como conquista da organização social e da luta política de sujeitos coletivos.

Durante o curso meus olhos se abriram para uma realidade que estava alheia, a dos direitos humanos. Percebi a superficialidade dos conhecimentos que tinha e consegui aprofundar meu aprendizado através das leituras dos textos e da aula presencial. As atividades propostas foram proveitosas e edificantes para o meu conhecimento. Os materiais riquíssimos e de fácil compreensão.

Infelizmente no Brasil o acesso à educação para grande parte da população que vive na pobreza e na extrema pobreza, continua um ideal

distante a ser alcançado. Concordamos com Demo (1998, p. 54), quando afirma que “assim como o cerne da pobreza não está na carência, mas na ignorância produzida, também não está na falta de conhecimento, mas especialmente na reprodução da pobreza política, a não realização da educação para todos e com qualidade”.

A ausência dos Direitos Humanos e a lacuna da Cidadania em nosso país, contribuem significativamente para privilegiar atitudes submissas do povo diante de autoridades públicas, o que favorece a manutenção de grande parte da população relativamente analfabeta, o cultivo e a manutenção da ignorância em proveito dos privilégios da elite. A educação não se esgota na transmissão ou doação de conhecimento porque este é apenas meio e a educação tem a ver com finalidades substanciais da vida, como ética, cidadania, direitos humanos, autoestima, desenvolvimento, mas necessita deles para a formação de sujeitos críticos e criativos.

— REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). [Coleção Saraiva de Legislação]. (21 ed.). São Paulo: Saraiva.
- DECLARAÇÃO do Milênio, Resolução A/RES/55/2, de 8 de setembro de 2000. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- DEMO, P. (1997). *A Nova LDB: Ranços e Avanços*. Campinas: Papirus.
- LIBÂNEO, J. C. (2004). *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: Portal dos Livros.
- LEI nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (2004). Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar.

{ *Medalha* PÉRICLES MORAES 2018 }

— Abertura¹

ROBÉRIO BRAGA

Digo-vos, foram três os armeiros deste sonho: Benjamin Lima, Péricles Moraes e José Chevalier. É o que se comprova ao reconstituir a palavra de Péricles² ao registrar que a eles devemos “a concepção da ideia, que depois tomou forma e, como árvore frondosa em campos de semeadura, criou raízes, floresceu e frutificou”. É sabido, entretanto, que Adriano Jorge o consolidou.

E porque assim sucedeu, eis que nos encontramos no centenário de uma semente nascida da compreensão de que “a formação das mentalidades e dos valores culturais não se processava isoladamente”³ especialmente naquela época de grande pessimismo e profundo desânimo, quando os grêmios intelectuais se apresentavam como “... elementos de vitalidade e instrumentos de acesso para as experiências cerebrais...”⁴

Vencidos os anos vemos que, ao modo do que advertia Leopoldo Peres, o antigo, no seu *Jardim das Fontes Silenciosas*, temos hoje “a suave majestade, o prestígio religioso das sombras”,⁵ e tal como todos desejamos, a postura serena, condescendente, devotada às letras, olhos postos no passado e atentos aos jovens, pelo destino que foi traçado desde as primeiras conversas na casa de Benjamin Lima e dona Cacilda, ao som de um piano encantador e em prosa animadora.

Renovados, reunimo-nos cômicos dessas tradições, em ocasião singular da centúria acadêmica.

E o que nos regozijamos em fazer nessa hora soleníssima, senão o louvor, o reconhecimento e a gratidão? Estas que são a razão de ser dessas homenagens que a Academia presta à palavra, à arte e ao bem fazer. É como se estivéssemos a ouvir Antonio Vieira na indagação que fez sobre o *Te Deum Laudamus* ao perguntar e responder em alongado sermão pregado na manhã do dia de reis, do ano de 1669: quem louva? a quem louva? e porque louva?.

1. Cerimônia realizada na AAL, em 25 de abril de 2017.

2. MORAES, Péricles. Benjamin Lima e a Academia. Revista da Academia Amazonense de Letras, nº 3, set. 1955, p. 7-20.

3. *Idem, idem*, p. 8.

4. *Idem, idem*, p. 8.

5. *Idem, idem*, p. 9.

Não havendo coros de louvores divinos em alternadas vozes e concordes em harmonia que ele acreditava ouvir naquele augusto dia do nascimento da princesa primogênita, proclamamos haver, entre nós, as mais justas razões para esse ato gratulatório que realizamos. É que a Academia Amazonense de Letras como o sol, irradia luz e calor nessa terra de esperanças, tal qual a beleza de que nos conta Vieira ao cuidar do sol, do valor da luz e do calor que ele oferece, dadivosamente. Vieira dá ao calor maior valor que à luz, visto que “a luz pára na superfície da terra, onde alumia os homens; [...] o calor penetra nas entranhas e centro da mesma terra, onde gera, purifica e enriquece os metais”.⁶

O que sabemos é que a luz do sol a tudo descobre; e ao seu calor nada se deixa esconder, nem deixa de se tornar nobre. Essa a sua força soberana. Assim a Academia, como a luz e o calor do sol, realiza o sonho que nos foi transferido, de antanho, pelos que a instituíram.

Há cem anos o silogeu louva o saber sempre que acolhe em seu seio aquele que reconhece merecedor de assentar-se em uma de suas poltronas azuis e doiradas, com os louros da imortalidade acadêmica, e segue como o sol, espargindo luz e calor. Por sua história, carregada da obra eterna de quase cento e cinquenta vultos eminentes que a integram na permanência do tempo que em nossa Casa é um só, faz justiça a quem louva, também com o reconhecimento que se traduz na outorga da Medalha do Mérito Cultural que ostenta o nome de Péricles Moraes, crítico e polemista, um dos fundadores e antigo presidente.

E por não haver concedido cadeira patronímica e assento acadêmico a todos os escritores de muitos méritos, tem conferido honrarias com esta condecoração. Assim foi com Carlos Faria Ouro de Carvalho, Alcides Werk, Astrid Cabral, Almino Affonso, Carlos Gomes, Aluísio Sampaio, e é agora com Arthur Engrácio da Silva, poeta, jornalista, contista e crítico literário. Brilho de escritor e simplicidade de ser humano. Com a Medalha a Academia alumia novamente a obra imortal do notável escritor para erigi-lo ao Salão do Pensamento Amazônico “Álvaro Maia”, no qual poderia ter adentrado com as vestes titulares.

Aos artistas, aos quais anunciou em 1918 que serviria de espelho para a propagação de suas obras, a Academia acolheu raros, afora os dramaturgos, mas tem ofertado honrarias, como sucedeu com Óscar Ramos, Jair Jacqmont, Rui Machado, Sérgio Cardoso e Aurélio Michiles,

6. VIEIRA, Antonio (padre). *Sermão Decimo Oitavo*. Sermões, vol. XV, Porto: Lello & Irmão Editores, 1951, p. 37

e, agora, outorga a Rômulo do Nascimento Pereira – senhor da arte do design, da linguagem mais atual e da comunicação moderna, o artífice da beleza gráfica. 177

Olhares atentos postos no cotidiano da terra que é nossa, não tem passado ao largo o mecenato e a benemerência cultural e social de quantos se entregam a esse mister como missão, sejam pessoas ou instituições. Ildefonso Pinheiro, Philippe Daou, Moisés Israel, Colégio Dom Bosco, como tantos outros do mesmo significado, antecederam a Federação Espírita Amazonense nesse reconhecimento. A Federação é mais do que centenária instituição que propaga e ensina o amor e a caridade, concede o pão ao corpo físico dos que mais precisam, engrandece suas ações com a arte, ensina a reconhecer a eternidade da vida e o valor de cada passagem terrena, tal como creio.

Eis que se dá um entrelaçamento encantador: a Academia e a Federação Espírita, por meio de Jonas da Silva, um dos fundadores da Academia, festejado poeta simbolista das rodas de Bilac e B. Lopes, autor de *Amphoras*, *Uhlanos* e *Czardas* e seu pai, João Antônio da Silva, fundador, primeiro presidente da Federação e grande difusor espiritismo no Amazonas.

Tendo proclamado quem louva, destacado aos que se louva pela gratidão que se impõe por justiça, está aberta a sessão solene que também inaugura o ano centenário de fundação da Academia Amazonense de Letras.



— Agradecimento

RÔMULO DO NASCIMENTO PEREIRA

PRESENTE, além do tempo precioso que temos e que escolhemos nesta noite compartilhar este foi o sentimento que tive ao receber a notícia, eu havia sido escolhido para receber uma honraria. Por isso já inicio dizendo: muito obrigado a todos que aqui gentilmente se encontram, agradeço especialmente aos acadêmicos que neste ano comemorativo escolheram três personalidades para receber a Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes nas modalidades Letras, Artes e Benemerência. Estou especialmente tocado e honrado por estar aqui na condição de agraciado em Artes e por representar os outros dois homenageados deste ano: o escritor Artur Engrácio [*In memoriam*], em Letras e a Federação Espírita Amazonense, na categoria Benemerência. Em nome dos quais manifesto profunda alegria e gratidão a esta casa e a seus habitantes pelo generoso e inesperado reconhecimento de nossos méritos e contribuições. Peço licença a tomo a ousadia de questionar a esta jovem senhora de cem anos se, apenas no meu caso, sua vista não teria exagerado ao eleger um designer amazonense para aqui estar?

Antes que repense a escolha, vou tentar, em uma breve narrativa, descrever minha contribuição e atividade. Começo por tornar mais legível o território do qual falo e no qual ainda se pratica uma invisível arte apreciada por aquela estranha e reduzida seita: os leitores. Esse espaço social aqui representado por mim é o do design gráfico, mais precisamente daqueles que projetam esse precioso e familiar objeto chamado livro. Há algumas décadas seríamos chamados de artistas gráficos ou tipógrafos em vez de designers. E desse lugar que falo a vocês, da cozinha e também coração de uma editora, lugar em que tantos profissionais conferem a forma material e editorial a uma obra. São livreiros, impressores, revisores, fotógrafos, ilustradores, diagramadores, designers, editores e outros que partilham da escrita do artefato grá-

180 fico. Somos autores menores que tornam possível o acesso e o brilho do trabalho de outros ao prepararmos o palco impresso para os movimentos que o autor pensou para o seu leitor e público.

Na falta de maiores realizações pessoais acredito estar aqui por representar esse bastidor que torna imortal essa perecível ponte que é a edição, sempre renovada ao se virar ou rolar as páginas de um texto, e que por sua vez nos revira. Vou lembrar alguns personagens e momentos para com eles dividir essa alegria e assim me sentir mais merecedor e digno dela. Começo falando do curso de Design da Universidade Federal do Amazonas no qual obtive minha formação, onde encontrei mestres e grandes amigos, além de muitas histórias e conhecimento. Curso que neste ano completa 30 anos de digna atividade. Outra lembrança que me é cara vem de uma entrevista de emprego em 2001, na qual o eu, recém-formado designer timidamente apresentei os poucos trabalhos realizados e, na falta de uma maior qualificação, tomei coragem e como cartada final me apresentei como um leitor. Informação que julguei importante por ser uma editora a empresa na qual eu me candidatava. E assim se deu o fortuito encontro entre o designer-leitor e o editor-poeta Tenório Telles, nessa casa de pensamentos impressos que tem por nome o imperativo: vá ler.

E fui, passei a ler mais atentamente e a valorizar a produção local: literária, acadêmica e artística editada pela editora e seu corpo de colaboradores, incluindo obras e autores esgotados ou mesmo esquecidos. Também fui em busca de mais conhecimento para honrar os trabalhos que eu precisava planejar e projetar, e aos poucos fui formando uma pequena biblioteca de livros sobre livros, de edições de arte e artista, e depois de autores amazonenses.

A experiência de trabalhar em uma editora muda de várias formas a todos o que passam ultrapassam seu limiar para nela exercer um ofício. Ao designer-leitor ficou impossível não identificar os espaços duplos entre palavras lidas e os muitos e variados erros que sempre, e misteriosamente, fazem sua casa no livro. A despeito de todos os cuidados e revisões. Passei a ler criticamente o projeto das edições que antes folheava calmamente. Tipos, composição, margens, entrelinhas, proporções, papel, acabamentos retiraram do texto o lugar de primazia na leitura de um livro. Um deslocamento e um reconhecimento da im-

portância do projeto, do discurso gráfico e editorial que sustenta o texto para tornar o ato de ler uma atividade prazerosa, particular e ativa.

Aprendi muito sobre esse ofício e pude realizar muitos projetos na editora a quem homenageio nesta fala e também na lembrança de um amigo, o poeta-revisor Sergio Luiz Pereira [*in memoriam*]. Tomo a liberdade de registrar alguns títulos de edições que tive a alegria de planejar e aqui também as celebro: *Filhos da Várzea* [2. ed.], *A Derrota do Mito*, *Viagem das ideias*, *A Expressão Amazonense*, *Amazônia: mito e literatura*, *As Artes Plásticas no Amazonas: o Clube da Madrugada*, *História da Amazônia, mínimas orações* e *Lira da Madrugada*. As edições citadas foram editadas, projetadas, ilustradas, revisadas, impressas e comercializadas por diversos profissionais. Alguns destes são identificados nas páginas de crédito, mas que na maioria das vezes ficam anônimos para o leitor.

E foi na antiga sede da editora, na Rua Ramos Ferreira, que tive os primeiros contatos com a Academia na forma de esparsos projetos. Depois a relação profissional se tornou afetiva, contínua e próxima, esse estreitamento e mudança aconteceram pela presença do acadêmico-amigo José Braga. Nosso diálogo se aprofundou e propiciou o desenvolvimento da nova identidade visual para a *Revista da AAL* em 2010, desde então organizamos e editamos com esmero a publicação. Nesta conquistamos um padrão gráfico e editorial de reconhecida qualidade, no qual os textos acadêmicos recebem a companhia de um portfólio de imagens de trabalhos de um artista local. Além da seção Academia de portas abertas que dialoga com a comunidade.

Dezoito anos decorridos deste estranho século 21, o companheiro livro se fez digital e mais, continuo no esforço por estudá-lo, assim como a outros impressos. Primeiro no mestrado em Letras e Artes concluído na UEA [2014], e agora na forma de uma pesquisa de doutorado em Design que realizo na Esdi/UERJ. Meu objeto de estudo é o artefato impresso produzido no Amazonas de 1851 a 1930, um circuito de saberes que contribuiu para moldar e traduzir esta terra. Assim, ao olhar para trás apoiado nas páginas impressas guardadas em diversos acervos busco ler melhor os discursos, representações e disputas que ainda hoje ecoam e se fazem sentir em nosso cotidiano. Espero em breve poder compartilhar a investigação na forma de tese ou talvez desse amigo, o livro. E assim alimentar outras investigações e auxiliar aqueles que

182 se interessam pelas histórias, letras, tipos, humanos e gráficos, artefatos impressos que até hoje são produzidos aqui.

A edição é um trabalho coletivo, tal como esta fala também pretende ser ao destacar os outros dois protagonistas desta noite. O primeiro deles publicou seu livro de estreia em 1960, uma edição tendo por capa uma forma abstrata, pontiaguda e bruta impressa em azul. O título composto em negativo em tipos rudes, arrancados a punhaladas do que parece ser um canto, um trecho anônimo de afiadas camadas abaixo da superfície do chão que nos sustenta. Sua composição assimétrica mostra incomodamente o submundo amazônico que parece ameaçar a ordem estabelecida ao se fazer visível e representado neste livro. O nome do autor foi composto em tipos sem serifa, minúsculas letras pintadas de rubro adentram esse espaço antes proibido e dizem: arthur engrácio. Os doze contos impressos em seu miolo falam mais, continuam lidos e estudados até hoje. A edição teve a capa projetada por Óscar Ramos que, assim como Engrácio, pertenceu ao Clube da Madrugada. Movimento literário e cultural que ajudou a alumiar a produção artística local com diversos matizes e reflexos nas artes plásticas, cinema, música, artes gráficas e mesmo na arte viver.

Os contos são como golpes rápidos de uma luta e vão, a cada diferente movimento de ataque, defesa, blefe, dor, criando uma estranha dança ou espaço no qual autor duela com seus temas, questões e mesmo com o leitor. Neste, criado pelo autor de *Histórias de submundo* o papel principal é dado aos derrotados, aos habitantes das margens, seja dos rios ou das cidades dessa Amazônia que ele ajudou a tornar visível nos quinze livros que publicou. O contista Arthur Engrácio nasceu na cidade de Manicoré e cedo teve de aprender a lutar ao ler-se literalmente só, pois era órfão. Amparou-se no estudo e no trabalho para crescer, casou-se com a professora Ana de Souza e Silva e teve quatro filhos. Atuou ainda como jornalista, ensaísta e também como revisor e diagramador de várias edições amazonenses.

A outro homenageado é também o mais antigo, refiro-me à Federação Espírita Amazonense, instituição fundada em 1904 por espíritos amigos e de luz. Dona de uma rica história escrita com ações e os diversos trabalhos cotidianos dos vários grupos que a formam e que ainda hoje atuam em nossa comunidade. Por isso o reconhecimento

aqui feito pela Academia e por nós, pelo encargo de levar conhecimento, conforto e ajuda a todos aos que precisam e nela encontram abrigo para crescer e se ramificar.

Na pesquisa que fiz em periódicos do Amazonas me deparei com alguns exemplares de dois jornais, *O Semeador* e *O Guia*, ambos de orientação espírita e de distribuição gratuita. O primeiro publicado em Parintins e o segundo em Manaus no início do século 20. O que demonstra uma grande preocupação com o estudo e divulgação da doutrina e dos saberes codificados por Alan Kardec na segunda metade do século 19. Nas páginas destes também observei o registro do auxílio prestado aos necessitados pelos diversos grupos atuantes na época, uma forma de agir no mundo pautada pela responsabilidade e cuidado com o próximo que felizmente se mantém vivo. Devo fazer referência também à produção editorial e as diversas ações culturais realizadas pela Federação e meus membros, parablenizo a atual diretoria e ao presidente Thiago Souza de Aguiar pela manutenção e expansão de sua nobre e necessária missão.

Nesta noite iluminada pelo encontro dos que aqui se fazem presentes e representados quero agradecer à minha família, meus pais Pedro e Marlene, meus irmãos, amigos e colegas nas lides gráficas a quem dedico à medalha recebida. Estendo o sentimento de afeto à família de Arthur Engrácio, seus leitores e amigos, ao corpo de colaboradores e dirigentes da Federação Espírita Amazonense. E digo a esta acadêmica senhora mais um agradecimento especial pelo cultivo dessa forma rara de afeto, a gentileza, feito medalha e que agora levamos nos corações. Muito obrigado.

— Saudação

ALDISIO FILGUEIRAS

— COM TODA A PAVULAGEM...

Senhoras e senhores, a Academia Amazonense de Letras agradece a sua generosa presença, nesta 14ª sessão de outorga da Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes, que ocorre na agenda especial elaborada para a comemoração do centenário de fundação deste Silogeu.

O que temos aqui, entre os homenageados, nesta noite de 25 de abril de 2018?

Dois exemplares de duas gerações da expressão amazonense, dedicadas a estabelecer as diferenças que nos enriquecem como povo de um território que jamais permitiu que essas diferenças fossem tratadas com desigualdade, apesar do esforço que o país dedica em excluir a Amazônia do seu projeto de nacionalidade e, mais ainda, de uma política local, já institucionalizada de aceitação dessa exclusão, apesar de o ciclo de riqueza gerada pela extração da borracha tenha criado a ilusão de que, enfim, fôramos aceitos no concerto nacional da brasilidade.

Eu refiro, nesses dois exemplos, o escritor Arthur Engrácio da Silva, nascido em Manicoré, em 1927, autor de 14 livros de ficção e crítica literária, e morto em Manaus por um câncer, em 1997; e o designer Rômulo do Nascimento Pereira, um inquieto pesquisador do desenvolvimento das artes gráficas no Amazonas e renovador do perfil com que os produtos da nossa inteligência são apresentados no mercado da cultura: livros, revistas, filmes, conectando essa produção à atualidade visual, hoje exigida pela globalização da estética.

A terceira presença, mas não por ordem de importância, nesta homenagem, na categoria Benemerência, é a da Federação Espírita Amazonense, criada há mais de um século, para lembrar que nunca estamos sozinhos, por mais abandonados que nos sintamos e que os ciclos da

vida, apesar da sua descontinuidade, sempre são capazes de se regenerar e se projetar em direção ao sonho de liberdade, igualdade e fraternidade, por mais ignorantes e brutos com que atuemos no desconhecimento do outro, como a nossa igualdade. Jamais seremos nós mesmos, enquanto considerarmos que os outros é que são o inferno. Nós costumamos ser o inferno do outro e a nossa defesa é não reconhecer essa nossa estupidez cotidiana.

Então, estamos confrontados com agentes que não nos permitem esquecer que a nossa realidade é presencial e espiritual, ou virtual, ao mesmo tempo.

Neste momento, os canais de televisão estão veiculando um comercial do Boticário, em que mulheres, representantes da mais contemporânea e exuberante beleza de outdoor, repetem, cada uma por sua vez, “Eu não preciso, mas quero”, enquanto batons com as cores do arco-íris e vidrinhos elegantes que prometem conter o despertar de todas as possibilidades da atração sexual, ponteiavam essa rendição ao supérfluo: “Eu não preciso, mas quero”. Ao final, todas essas caras, bocas e corpos de outdoor, repetem em uníssono: “Não precisamos, mas queremos”. Nenhum estudo de sociologia, antropologia ou psicologia seria capaz de definir em 500 páginas o que esse comercial de tintas e fragrâncias traz em 30 segundos.

Não preciso, mas quero.

Talvez não tenhamos, ainda, absorvido a lição de que Porto de Lenha nunca será Liverpool, que Manaus jamais seria ou será a Paris do Trópicos, muito menos agora que nossos objetos de desejo são orientados para os arraiais de Miami. Pelo esforço que dedicamos ao desmatamento das nossas florestas, à poluição e ao desperdício das nossas águas, à favelização das nossas cidades, acabemos por nos transformar em um grande deserto pós-apocalíptico, transformação de que não precisamos, mas queremos, no inconsciente contaminado pelo ideal do consumismo, um vício letal, que é o sinal dos nossos tempos.

Essa é a luta entre a nossa materialidade e a nossa virtualidade ou espiritualidade, uma consumindo a outra, sem trégua.

Essa luta, nós vamos encontrar em Arthur Engrácio que sempre teve um pé n’água e outro na estrada. Como estamos em Manaus, e não temos estradas para os nossos carros que buzizam desesperados para sal-

186 var-se dos engarrafamentos, melhor será dizer que Engrácio sempre teve um pé no rio e outro na rua. O seu primeiro livro, *Histórias de submundo*, de 1960, tido como uma nova abordagem da realidade do homem do interior, mantém, ainda, essa visão mecanicista, que os escritores catalogados nesse gênero, nenhum pouco arbitrário de “regionalismo, usam para tratar da exploração do homem pelo homem, no caso regional”, do seringueiro pelo seringalista.

Mas o filho de Manicoré, município que já deu pelo menos dois governadores ao Estado, não se satisfaz com essa dicotomia simplista e seus personagens já trazem um viés crítico dessa relação, uma interioridade que “humaniza” o sofrimento, além do usual tratamento de que a injustiça se encontra apenas e exclusivamente nas contas erradas que o barracão realiza para manter o seringueiro naquela condição que escandalizou Euclides: a de que se paga para trabalhar, uma proposta que Michel Temer está fazendo hoje, para todos os trabalhadores de todo o país, ao destruir as conquistas trabalhistas e ameaçar de extermínio a Justiça do Trabalho.

Ao se mudar para Manaus, Arthur Engrácio conviveu, mesmo sem militância política, com ideias novas que mediavam as reuniões do Clube da Madrugada, um elenco de jovens que pensavam a realidade à luz da virtualidade das ideias que agitavam o planeta. Logo teríamos o golpe militar, apoiado por uma grande parcela sociedade civil, contaminada pelo ideal “não preciso, mas quero” das multinacionais que traziam o “progresso” para o Brasil, pela Igreja Católica e muitas seitas cristãs mandadas para o país para cooptar os trabalhadores urbanos e do campo contra a ameaça de um comunismo que só existia na imaginação paranoica de um mundo envolvido em uma Guerra Fria, que assassinava opositores e destituía governos democráticos a ferro e fogo. Engrácio estava dentro de uma cidade, Manaus, cuja juventude tinha profundo interesse na Guerra do Vietnã, nas lutas nacionalistas de libertação dos países asiáticos e africanos; nas revoltas de maio de 1968. Uma cidade que mais uma vez, despertando da letargia do fracasso da borracha, mostrava para o mundo ver, que nunca, jamais, em tempo algum, esteve isolada do mundo, como propalavam e ainda defendem os derrotistas de todos matizes, que preferem ficar atrás do balcão, esperando a mudança de estação.

Mas era também – e continua sendo – uma cidade de perfil comercial, onde se troca, vende, compra, aluga-se tudo, menos ideias. Manaus ainda hoje se recente da falta de um comércio de ideias. Talvez isso explique a opção por Miami e o distanciamento de Paris. É provável que esse momento de “agitprop” tenha enriquecido a percepção de Engrácio, como se observa na “urbanização” do tratamento psicológico de alguns personagens desse submundo de Engrácio, que escolheu o conto para se exprimir, enquanto mantinha o pé no rio e na rua.

Rômulo Nascimento, é fruto de um novo momento. Ele se insere no palco de um mundo que se definiu, não sem razão, como globalizado. Nos anos 1960/1970, um pensador canadense, Marshall McLuhan, fez muito sucesso nas academias, por sua concepção de “aldeia global”, fundada no desenvolvimento da tecnologia da comunicação – “o meio é a mensagem”, “a tecnologia como extensão do homem” –, quem imaginaria que um homem, falando da Terra, teria uma resposta de um homem que acabara de pousar na Lua?

McLuhan sugeria ao governo dos Estados Unidos que a melhor maneira de ganhar a guerra contra o comunismo era a rádio Voz da América dirigir à Rússia uma hora (só uma hora!) diária de programação de jazz. Seria o bastante para dismantelar toda a estrutura de poder das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que naquele momento já nem eram soviéticas. Ele não tinha dúvidas de que a cultura se impunha como uma poderosa força da economia. Para ele o futuro da economia estava na comunicação e na alimentação. Tinha razão, ao menos nisso.

Antes dele, o nazismo investiu na estética e na comunicação, para se vender como a raça superior. O judeu alemão Walter Benjamin, que se matou na fronteira da Espanha, fugindo da França ocupada para não ser assassinado pelo fascismo do general Franco, teorizava a resistência: “Os nazistas estetizaram a política, vamos politizar a estética”. À derrota do chamado “socialismo real”, sucedeu a estetização do planeta e a criação da sociedade do espetáculo. Comemos, bebemos, respiramos e sonhamos estética. Não precisamos, mas queremos. O jovem Rômulo está dentro desse imbróglio. Não ingênua ou inconscientemente. O currículo que ele apresenta demonstra que, à sua maneira, mas sem afastá-lo do enfrentamento de Arthur Engrácio na literatura, seu compro-

188 misso tem sido o do descobrimento do que tem sido e poderá ser o design, a mais clara e visível manifestação da estética.

Designer formado pela Universidade Federal do Amazonas (2001), especialista em Artes Visuais: cultura e criação (2010), mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas (2014); doutorando em Design pela Escola Superior de Desenho Industrial Esdi/UERJ, tendo como título da pesquisa “Impresso no Amazonas: subsídios para a história do design gráfico no Amazonas”; tem realizado pesquisa com os seguintes temas: memória cultural do Amazonas, artes gráficas, artes visuais, livro de arte, história do livro, dentre outras.

Produziu dois curtas-metragens premiados no Amazonas Film Festival: *Eu trocado* (2005), prêmio especial do júri; e *Passarão* (2006), prêmio de melhor curta Amazonas; recebeu um prêmio especial do júri no Prêmio Samsung de Design (SP/2001), e teve trabalhos selecionados e publicados em livro pelo site *Design and Design*; participou das exposições coletivas: Circuito de Artes Visuais, Projecto Múltiplo (SP), pré-bienal e bienal de artes: do lápis de Di ao Festim das Barrancas (2012); até o Tucupi: festival de artes integradas. Durante cerca de dez anos, produziu as edições da valorosa e resistente Editora Valer, de Manaus, e renovou a apresentação gráfica da *Revista da Academia Amazonense de Letras*.

Com esse quadro de trabalhos e de inquietação de pesquisador Rômulo do Nascimento, muito justamente, merece a Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes.

Na mesma linhagem de preocupações com a tradução da nossa humanidade, articuladas pela literatura de Arthur Engrácio e pelo designer de Rômulo do Nascimento, respeitadas as diferenças metodológicas, os estudos espíritas se fazem no Amazonas, desde o século XIX. O primeiro Livro de Atas da Federação Espírita Amazonense, data de 21 de fevereiro de 1905. Mas bem antes, os fenômenos físicos observados no Amazonas, eram registrados na Freguesia do Moura, interior amazonense, e publicado no *Diário de Belém*, transcrito, em seguida, pela revista *Reformador*, órgão de divulgação da Federação Espírita Brasileira, em seu número de 15 de junho de 1884, relatando a ocorrência em casa do tenente Antônio José Barbosa, transferido de Manaus para Moura em 1882.

Não foram poucas as comunidades, na capital e no interior do Estado, que se dedicaram à doutrina de Alan Kardec. Muito menos as di-

ficuldades em conquistarem o respeito da sociedade, profundamente influenciada pelos preconceitos de um catolicismo retrógado, afastado, por absoluta ignorância ou má-fé, da solidariedade que jamais faltou a nenhum dos pensamentos, palavras e ações de Jesus. O enfrentamento pacífico e paciente com essas resistências fortaleceu a presença da doutrina espírita no Amazonas, onde facilmente se esquece que não é a toga que faz o juiz; pelo contrário, a toga, com uma frequência desumanitária, apaga o juízo. E desde sempre, nos defrontamos com tempos de juízes sem juízo, que se prevalecem da toga para se outorgarem o direito de atirar a primeira pedra, outra lição esquecida, por ignorância ou má-fé. A comunidade espírita tem sido incansável em restaurar o sentido da solidariedade, da igualdade e da fraternidade.

Nós humanos, somos tão fortes quanto frágeis. Viver em comunidade sempre foi, é e será uma opção. A opção nos faz perder a inocência. A perda da inocência cria a responsabilidade por si e pelo outro. Essa responsabilidade exige a tolerância. Não se erra por opção. A gente erra, porque existe novidade na vida. A opção pelo erro é crime, é pecado, cria um curto-circuito entre o corpo e o espírito e uma cultura de mal-estar, que só os homens de boa vontade podem restaurar.

Arthur Engrácio, que se foi, mas deixou sua contribuição humanitária; Rômulo do Nascimento, que permanece na luta desigual pela humanização dos desejos, e a Federação Espírita Amazonense, talvez seja, hoje, o único agrupamento político em que se pode um voto de confiança (eu ousou dizer isso, porque considero político todo pensamento, palavra e gesto que se desenvolve em sociedade).

As diferenças não podem e não devem ser transformadas em desigualdade. Essa deve ser a nossa opção que nos levará à re-humanização da inumanidade que nos acomete. Chegará esse tempo, porque tudo tem o seu tempo. E chegará o tempo em que devemos voltar a querer só o que precisamos. Não tenho dúvida.

Desculpem pelo excesso. As senhoras e os senhores sabem que, ao conceder a palavra a um acadêmico, ele não perde tempo... em ser acadêmico e exibir a sua pavulagem.

Obrigado.

{ PORTFÓLIO }

— Sergio Cardoso, um perfil ligeiro

ZEMARIA PINTO, *escritor*

Nascido Sérgio Vieira Cardoso, no dia 10 de março de 1954, elege a cidade que foi seu berço como a principal referência de sua obra – plástica, fotográfica, cinematográfica e dramática. Sergio Cardoso e Manaus; Manaus e Sergio Cardoso – uma obra em simbiose.

Bacharel em Direito, torna-se procurador de justiça e faz pós-graduação em Administração de Projetos Culturais, no Rio de Janeiro e em Caracas, formação consolidada pela vivência em vários cargos públicos, entre os quais o de Superintendente da Televisão Educativa do Amazonas, o de titular da Superintendência Cultural do Estado, diretor do Centro Cultural Cláudio Santoro, do Centro Cultural Palácio Rio Negro e do Departamento de Difusão Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

Sua pintura, ilustrando este número da *Revista da AAL*, transita do abstrato ao figurativo, com uma tendência intensa e consciente para o Expressionismo, sem que este se constitua numa camisa de onze varas. Suas cores são vivas, mas severas – tanto para a denúncia social, como para o devaneio *noir*. Observe a capa: o casal, recortado sobre um fundo de pinceladas enérgicas e assimétricas, se veste de negro e violeta, cores sóbrias-sombrias-simbólicas, enquanto a pele de seus rostos se funde num melancólico amarelo-pálido, com suaves nuances de azul e/ou verde – despedida ou reencontro? A relação espaço-tempo: onde, quando? Cena de um filme? Cabe ao leitor/espectador estruturar a narrativa que melhor lhe cale à alma.

Se o conjunto da obra multifacetada de Sergio Cardoso traduz-se no embate dialético entre imagem e movimento – opostos harmonizados na imagem em movimento do cinema e do teatro; ou no movimento cristalizado em imagem do quadro e da fotografia –, sua pin-

192 tura define-se por uma visão trágica do mundo, onde a compaixão é o único sentimento possível.

Ocupante da cadeira nº 2 da Academia Amazonense de Letras, tendo por patrono Euclides da Cunha e por último ocupante o múltiplo e nunca assaz louvado Moacir Andrade, Sergio Cardoso carrega daquele a polifonia, deste o poliédrico perfil – e de ambos, o desassossego. Em síntese: um artista em permanente ebulição.



{ CRÔNICAS }

— Machado para todos

JOSÉ BRAGA

Tenho por Machado de Assis, sua obra, uma paixão crônica, incondicional, vitalícia, como a dos flamenguistas e corintianos pelo clube do coração...

Vem de muito cedo esse gosto, desde quando, lá pelos idos de 1950, o professor humanista Martins Santana – presença eterna, amável lembrança – sorteou em sala de aula do vetusto Colégio Amazonense Pedro II um livro de crônicas do escritor, que me caiu nas mãos pelo bafo da sorte.

Afortunado com a primazia da leitura, não poderia imaginar, no-viço ainda, fosse-me atribuído selecionar, resumir e ler em sala uma das crônicas, e que, para desalento, o livro sairia das minhas mãos para cair noutras, uma vez que a tertúlia prosseguiu com sucessivos sorteios, resumos e apresentações... “Golpe de mestre” a inventiva para despertar nos jovens irrequietos e barulhentos o gosto pela boa leitura.

Fiquei fascinado com as crônicas leves e bem humoradas e não larguei mais os livros desse gênio da literatura, o maior escritor de língua portuguesa. Suas *Obras Completas*, no entanto, somente li mais tarde, adquiridas no sebo com o pequeno salário de meu incipiente magistério e alguns trocados dos bicos na imprensa e no rádio.

Desnecessário dizer que, como professor de português e literatura, adotei a mesma prática pedagógica, o mesmo remédio, “prescrevendo” Machado para todas as idades, que o “Brucho” não tem contraindicações, cuidando, apenas, de dar a dose certa...

Ao postular o ingresso na Academia Amazonense de Letras, sonho acalentado do menino, escolhi a cadeira 9, de Machado de Assis, inclinando-me em reverência na unção da imortalidade acadêmica.

Tendes aqui, caros leitores, nesta síntese sentimental de minha incursão nas letras, as razões pelas quais dedico a meu Patrono esta pá-

1. Publicado originalmente como prefácio do livro Adriano Jorge – forte como a morte, de Robério Braga. Manaus: Reggo Editora, 2015.

196 gina da *Revista da Academia* na edição comemorativa do centenário. E, mais uma vez, revisito suas crônicas e recolho esta joia preciosa, celebrando a beleza e a imortalidade!

Como podeis ver, o texto parece escrito para os dias de hoje, tal a similaridade do inusitado acontecimento com as idiosincrasias na atualidade da política brasileira, publicado em 22 de agosto de 1889, no jornal *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro. Um primor!

Bons dias!

Quem nunca invejou, não sabe o que é padecer. Eu sou uma lástima. Não posso ver uma roupinha melhor em outra pessoa, que não sinta o dente da inveja morder-me as entranhas. É uma comoção tão ruim, tão triste, tão profunda, que dá vontade de matar. Não há remédio para esta doença. Eu procuro distrair-me nas ocasiões; como não posso falar, entro a contar os pingos de chuva, se chove, ou os basbaques que andam pela rua, se faz sol; mas não passo de algumas dezenas. O pensamento não me deixa ir avante. A roupinha melhor faz-me foscas, a cara do dono faz-me caretas...

Foi o que me aconteceu, depois da última vez que estive aqui. Há dias, pegando numa folha da manhã, li uma lista de candidaturas para deputados por Minas, com seus comentários e prognósticos. Chego a um dos distritos, não me lembra qual, nem o nome da pessoa, e que hei de ler? Que o candidato era apresentado pelos três partidos, liberal, conservador e republicano. A primeira coisa que senti, foi uma vertigem. Depois, vi amarelo. Depois, não vi mais nada. As entranhas doíam-me, como se um facão as rasgasse, a boca tinha um sabor de fel, e nunca mais pude encarar as linhas da notícia. Rasguei afinal a folha, e perdi os dois vinténs; mas eu estava pronto a perder dois milhões, contando que aquilo fosse comigo.

Upá! que caso único. Todos os partidos armados uns contra os outros no resto do Império, naquele ponto uniam-se e depositavam sobre a cabeça de um homem os seus princípios. Não faltará quem ache tremenda a responsabilidade do eleito, – porque a eleição, em tais circunstâncias, é certa; cá para mim é exatamente o contrário. Deem-me dessas responsabilidades, e verão se me saio delas sem demora, logo na discussão do voto de graças.

– Trazido a esta Câmara (diria eu) nos pavese de gregos e troianos, e não só dos gregos que amam o colérico Aquiles, filho de Peleu, como dos que estão com Agamenon, chefe dos chefes, posso exultar mais que nenhum ou-

tro, porque nenhum outro é, como eu, a unidade nacional. Vós representais os vários membros do corpo; eu sou o corpo inteiro, completo. Disforme, não; não monstro de Horácio, por quê? Vou dizê-lo.

E diria então que ser conservador era ser essencialmente liberal, e que no uso da liberdade, no seu desenvolvimento, nas suas mais amplas reformas, estava a melhor conservação. Vede uma floresta! (exclamaria, levantando os braços). *Que potente liberdade! e que ordem segura! A natureza, liberal e pródiga na produção, é conservadora por excelência na harmonia em que aquela vertigem de troncos, folhas e cipós, em que aquela passarada estrídula, se unem para formar a floresta. Que exemplo às sociedades! Que lição aos partidos!*

O mais difícil parece que era a união dos princípios monárquicos e dos princípios republicanos; puro engano. Eu diria: 1º, que jamais consentiria que nenhuma das duas formas de governo se sacrificasse por mim; eu é que era por ambas; 2º, que considerava tão necessária uma como outra, não dependendo tudo senão dos termos; assim podíamos ter na monarquia a república coroada, enquanto que a república podia ser a liberdade no trono, etc., etc.

Nem todos concordariam comigo; creio até que ninguém, ou concordariam todos, mas cada um com uma parte. Sim, o acordo pleno das opiniões só uma vez se deu abaixo do sol, há muitos anos, e foi na assembleia provincial do Rio de Janeiro. Orava um deputado, cujo nome absolutamente me esqueceu, como o de dois, um liberal, outro conservador, que virgulavam o discurso com apartes, – os mesmos apartes. Questão era simples. O orador, que era novo, expunha as suas ideias políticas. Dizia que opinava por isso ou por aquilo. Um dos apartistas acudia: *é liberal*. Redarguia o outro: *é conservador*. Tinha o orador mais este e aquele propósito. *É conservador*, dizia o segundo; *é liberal*, teimava o primeiro. Em tais condições, prosseguia o novato, *é meu intuito seguir este caminho*. Redarguia o liberal: *é liberal*; e o conservador: *é conservador*. Durou este divertimento três quartos de colunas do Jornal do Comércio. Eu guardei um exemplar da folha para acudir às minhas melancolias, mas perdi-o numa das mudanças de casa.

Oh! não mudeis de casa! Mudai de roupa, mudai de fortuna, de amigos, de opinião, de criados, mudai de tudo, mas não mudeis de casa!

— Os bondes

ANTONIO LOUREIRO

O serviço de luz elétrica de Manaus começou, em 1894, e o de bondes, em 1897, este pertencente ao engenheiro americano Frank Hirst Hebblewhite, participante das obras de Eduardo Ribeiro. Durante as cinco décadas iniciais do século passado esses serviços passaram por diversas mãos até o controle pela empresa inglesa Manaus Tramways and Electric Light Co, que manteve ambos em funcionamento regular até os seus equipamentos se tornarem insuficientes e obsoletos, produzindo eletricidade de corrente contínua, mundialmente já em desuso, acabando por vender este acervo obsoleto ao governo, por volta de 1948/50, que em poucos anos deixou de funcionar, completamente sucateado, resultando no maior apagão da nossa História, que durou uns doze anos.

Enquanto funcionou, o serviço de bondes da Manaus Tramways foi perfeito, pela modernidade dos veículos, que chegavam, na linha do Flores, a atingir as alucinantes velocidades de 40 e até 60 quilômetros por hora, pela sua limpeza e pelo rígido cumprimento dos horários, controlados por fiscais e relógios localizados em pontos estratégicos dos percursos.

Os seus trilhos estendiam-se por mais de 30 quilômetros, distribuídos por uma trama de linhas espalhadas pela cidade, da qual constituía o único transporte público até o surgimento dos primeiros ônibus adaptados, em carrocerias de caminhões.

As duas linhas de maior extensão urbana foram a Circular-Cachoeirinha e a Circular-Avenida, com o mesmo trajeto, apenas com os bondes trafegando de maneira inversa, uma da outra, percorrendo basicamente a partir da Estação, as ruas Sete de Setembro, Waupés (Castelo Branco), Ipixuna, Praça Floriano (Hospital Militar), Borba, Manicoré, Carvalho Leal, Praça General Carneiro (UEA), Belém, São Luís, Entron-

camento, Tapajós, Silva Ramos, Afonso Pena, Dez de Julho, Avenida Eduardo Ribeiro e Estação e vice-versa. 199

As linhas Flores e Vila Municipal ultrapassavam este arco das ruas Belém e São Luís, com a primeira chegando à região do atual Aeroclube, passando pelos banhos da Chapada e pelo Hospício, e a segunda, levando a um platô de cem metros de altitude de temperatura mais amena, que a do centro, onde moravam os ingleses, um maravilhoso passeio nas noites de calor.

As linhas restantes trançavam o interior daquele círculo, como uma teia, das quais ainda me recordo de algumas das suas denominações: Remédios, Alto de Nazaré, Praça da Saudade, Fábrica de Cerveja, Entroncamento, além de outras de que já se apagaram da minha memória. Naquele tempo até as paradas tinham nomes e algumas linhas mais extensas estavam divididas em seções, como a de Flores, com as seções Bilhares e Chapada.



Aqui publico a foto de um bonde atravessando a Sete de Setembro canto¹ com a Eduardo Ribeiro, e subindo na direção da última, pela posição da lança transmissora de energia. Talvez se trate do bonde Circular-Avenida, em horário de almoço, apinhado de passageiros no estribo, a maior parte em fatos² de linho branco, e dependurados na plataforma, segurando nos estribos, pois os bancos destinavam-se às senhoras, idosos e crianças, em uma época de costumes diferentes dos de hoje.

1. Canto - Hoje esquina.

2. Fato - Hoje terno.

3. *Catraia* – Canoas a remo que interligavam o Centro aos bairros dos Educandos e São Raimundo e às Torres, no Rodway – o porto de Manaus – hoje popularmente rodo.

O transporte coletivo era para os ricos e a classe média, pois eram pouquíssimos os que podiam comprar automóveis ou pagar \$400 de passagem. Na cidade, ainda pequena, os pobres andavam a pé ou de catraia,³ e, no máximo, em pé, no bagageiro dos bondes a \$200.



— Andrômaca [do meu livro de memórias] Péricles Moraes

CARMEN NOVOA

Ao fechar a última página deste memorial, – coletânea de trechos culminantes da minha vida literária, que eu hoje revivo com emoção, desvendando-lhe os lances dramáticos, onde de permeio transverberam alguns perfis de homens cuja nobreza eu jamais esquecerei e algumas caricaturas de escorpiões de cujo veneno ainda sinto o ressaibo letal – quero inscrever um nome que, no decorrer de toda a minha existência moral e espiritual, valeu por uma bênção divina. A essa criatura imensamente amada, luminosa animadora da obra humilde que criou raízes, floresceu e frutificou sob a inspiração dos seus olhos, o prestígio de sua inteligência e a beleza incomparável do seu temperamento de mulher, eu devo esta homenagem. Teria remorsos se nas meias-tintas desta página bruxuleante, já no fim da jornada, eu não cumprisse esse dever. Há seis lustros que a encontrei nas encruzilhadas dos meus caminhos, justamente quando, numa época inconsequente de anarquia intelectual, com itinerários incertos e aspirações absurdas, mas eu precisava do amparo de sua figura tutelar. Isolado do mundo, tendo perdido a minha desventurada e fidelíssima Penélope, já prestes a soço-brar, sem um freio que me contivesse os ímpetos desabalados, foi nesta hora irresoluta e inquieta de desorientação que o destino resolveu interferir, enviando-me a peregrina mensageira. Andrômaca chegou para mim como um milagre de renascimento. No contato com o fascínio do seu espírito criador, em contraste com a tirania do meu idealismo esterilizante, senti a ambição de viver outra vez, tanto vale dizer, senti o desejo de abluir-me nas piscinas lustrais das velhas e das novas literaturas, estudando, pesquisando e aprendendo a pensar, com a ilusão de fixar uma personalidade de consistência definitiva. Tudo o que

202 até então eu escrevera representava um esforço inane, desconexo e transitório, que se extraviara pelos jornais. Eu procurava recuperar o tempo dissipado inutilmente, recompondo a minha vida para imperiosa reabilitação. A sua presença era uma força incoercível e imponderável no tumulto e nos anseios de minha inquietação. Ao influxo de sua ternura foram esquecidos os fracassos do passado e a sua firmeza de ânimo me encorajava para as conquistas do futuro. Foi por esse tempo, depois de enfronhar-me no espírito e na obra dos escritores franceses das idades clássicas e do mundo contemporâneo, que deliberei escrever, para reunir em volume, vários ensaios com veleidades eruditas. Tal a gênese de *Figuras & Sensações*. O esboço construtivo desse livro foi trabalho da tenacidade admirável de Andrômaca. Nós dois, ela e eu, vinculados harmoniosamente pelo mesmo ideal estético, ao jeito de dois embevecidos estatuários que, com extremo apuro, planejam as bases e descortinam as proporções da natureza inerte à espera da flama vivificadora, ficávamos horas e horas a examinar os elementos psicológicos, os contornos decorativos e as condições sociais daquelas figuras literárias por mim interpretadas e prestes a afrontar corajosamente as intempéries da publicidade. Vezes muitas as nossas preferências divergiam. A arte de Maupassant lhe era o maior enlevo. Eu discordava, para ouvi-la discorrer. La Sizeranne, a meu juízo, era um esteta de maior envergadura e de visão mais atilada. Quantas vezes ouvi-lhe censurar as agrestias inumanas de Mirbeau, que eu tentava suavizar por meio dos períodos filigranados. Com que saudades lembro agora essas deliciosas controvérsias de antanho. Sem suspeitar da ascendência que suas opiniões exerciam no meu espírito, então nas ardentias dionisíacas da juventude, e supondo que o seu critério de julgamento, exteriorizado a medo, fosse suscetível de acender melindres, era com timidez que ela arriscava os seus conceitos. Editado o livro, nutria ingenuamente a convicção, “aveuglée de tendresse”, que o acolhimento rumoroso e entusiástico que lhe dispensara a crítica fora o imperativo do talento e da cultura. A sua irrefugível adoração pelo marido não admitia que se lhe fizessem quaisquer restrições. A sua intuição psicológica e o planejamento estético da obra eram de molde a imprimir-lhe vigor e vibração capazes de resistir aos embates da crítica. Assinalo ainda a delicadeza dos seus sentimentos de gratidão sugerindo-me a

ideia de realizar uma espécie de breviário bibliográfico, onde por meio de suas arestas cintilantes se corporificasse a obra de Coelho Neto. A munificência do meu inolvidável Mestre patrocinara espontaneamente a publicação do meu primeiro livro, numa casa editora de Portugal. Era urgente a retribuição desse gesto do tocante galantaria por outro gesto de alta significação espiritual. Mas a tarefa transcendia sobretudo às forças apoucadas do escritor provinciano. Não só pela sua desvalia mental, como também pelo seu desconhecimento, naquela época, da obra integral do maior dos prosadores brasileiros. Confesso, penitenciando-me, que desde a adolescência, o meu fervor pela literatura francesa me desviara das letras e da produção intelectual do meu país. De Coelho Neto, a meu grande pesar, eu lera apenas dois ou três romances e algumas novelas esparsas, subsídios precaríssimos para reviver-lhe e analisar-lhe detidamente a obra de grandeza desmesurada e proteiforme. Afigurava-se-me de absoluta impossibilidade exaltar-lhe florilégio da cultura e da imaginação sem revolver-lhe os cento e muitos exemplares que lhe formam o monumento bibliográfico. Os estorvos pareciam insuperáveis. Mas protestamos vencê-los a todo o transe. Essa colaboradora infatigável, com o assumir a responsabilidade desse compromisso ingente, fez prodígios. Em dois meses, quando muito, fizemos nós ambos a introspecção da obra do Coelho Neto. Até altas horas da noite, sem intermitências, dominando o cansaço, nos silêncios do meu gabinete, apenas interrompidos, de quando em quando, pela advertência sonora do carrilhão doméstico, a sua voz cristalina, de uma dicção harmoniosa e impecável, me transmitia, de volume para volume, o espírito, a beleza, a fulguração, as suntuosidades do estilo e os surtos fantasmagóricos da imaginação desse homem de gênio, cujo nome marca um estádio notável na evolução das nossas letras. De lápis em punho, estenografando-lhe as ideias, anotando-lhe as configurações, introduzindo-me sutilmente nos meandros profundos daquelas regiões que me eram até então desconhecidas, eu organizava os capítulos ainda manuscritos e crivados de rasuras, à maneira torturante dos métodos flaubertianos. Depois, pacientemente, amorosamente, Andrômaca datilografava as páginas hieroglíficas, esquadrinhando com seus olhos de lince os invisíveis defeitos que me tinham escapado. Relia o trabalho em seguida, e a minha doentia insatisfação

204 extirpava-lhe novamente as exuberâncias e corrigia-lhe as deficiências, de jeito a deixar transparecer no estilo as gradações plásticas e sonoras, que tanto acariciavam os seus olhos e magnetizavam meus ouvidos. Devolvia-lhe outra vez o aranhol ilegível, para nova composição datilográfica, submetendo-a, quase sadicamente, sem nenhuma recusa de sua parte, a ciliciantes e inconcebíveis martírios, contanto que a obra não se ressentisse de inexactidões e impropriedades linguísticas, suscetíveis de deturpar-lhe a essência interior. Lelo & Irmão receberam com alvoroço o invólucro volumoso, que lhes vinha dos confins do Amazonas. Qual a sorte desse livro, todos sabem. A imprensa de Portugal e do Brasil, unanimemente, receberam-no com louvores imoderados. Tratava-se, por assim dizer, do início de um processo reivindicador da glória de Coelho Neto, tripudiada pela horda modernista em pleno desabafo. Andrômaca exultou com essa vitória, conquistada exclusivamente – e com que prazer o digo! – pela energia de sua emulação e pela supervisão de sua inteligência. No meu livro *Confidências Literárias*, quando descrevo a nossa visita ao túmulo de Coelho Neto, sobrepondo-me aos escrúpulos de uma alusão àquela que justifica o meu apego à vida, ousei escrever: No mesmo dia, ao cair da tarde, dirigi-me ao cemitério São João Batista. Nessa jornada tristonha (relequem-me o carinho desta referência) fui acompanhado por minha mulher, que assídua e devotadamente, com o auxílio de sua inteligência, o concurso de sua sensibilidade e o prestígio de sua memória, percorreu comigo as cordilheiras, as florestas, os rios e as planícies ensolaradas dessa região de prodígios e encantamentos que é sua obra.

Não apenas nesta última página de memórias resplandecem as insígnias de sua dignidade de mulher. Já em outro livro – *Legendas & Águas-Fortes* –, quando evoquei o retrato de Petrônio, em oração votiva, de relance, fiz um paralelo revelador: a Andrômaca vergiliana, focalizada pelo senhor Fernando de Azevedo, protótipo de fidelidade e de dedicação conjugais, levadas ao sacrifício, e que só em Creusa encontra similar, não será, evidentemente, a irmã gêmea da Andrômaca homérica, que Saint-Victor, no “*Deux Masques*”, considera exemplar, irrepreensível e acabada, “sem o furioso desespero de Hécuba, sem o desregramento de Cassandra e sem o ódio de Electra”. Mas é uma pintura que não deixa margem a contestações. E se outro colorido mais impressionante não

tivesse, ainda assim nada perderia do seu fascínio evocador, relembrando-lhe o nome dessa outra Andrômaca, devotada e puríssima como a sua excelsa homônima, e que, por um dom de Deus, me tem sido na vida a alegria criadora, o enlevo espiritualizante, a força luminosa que dirige e domina os meus destinos.

A Folha do Norte, o grande matutino paraense, de Paulo Maranhão, em 5 de agosto de 1945, iniciando sensacional inquérito entre os homens de letras da Amazônia, insere destacadamente a entrevista que concedi a Ossian Brito, um jovem de inteligência faiscante e perspicácia à Rouletabille, e que era então redator daquele conceituado órgão de publicidade. De começo, tentando desvelar alguns ângulos do escritor na intimidade, o “enquêteur” alude carinhosamente à poesia de sua vida conjugal: “Péricles Moraes é casado, em segunda núpcias, com dona Andrômaca, há 25 anos. Nesse segundo consórcio, teve a ventura de escolher para esposa a mulher ideal para ele, homem de espírito. Dona Andrômaca representa, talvez, na sua vida, o que representou dona Gaby na vida agitada de Coelho Neto. Péricles dedica-lhe profunda amizade. É colaboradora desvelada de suas obras. Dotada igualmente de amor às letras, é sua companheira de estudo. Péricles Moraes passa, então, a mostrar ao repórter o trabalho de dona Andrômaca. Que admirável bom gosto! Possui, colecionado, tudo o que até hoje foi publicado sobre o marido. Volumosa miscelânea de recortes de jornais e revistas, tudo organizado, com data da publicação, órgão que inseriu, em diversos volumes. É, também, sua datilógrafa. A propósito citarei que, indo à casa de Péricles para me despedir, encontrei aquele tão harmonioso casal num verdadeiro idílio literário. O marido ditava. A mulher batia à máquina. De vez em quando, ele pedia que apagasse um trecho ou uma frase. Precisava de melhorá-los. Andrômaca, pacientemente, voltava atrás. E por várias vezes repetia a operação. Às vezes, afetando aborrecimento, ameaçava-o brandamente: deixaria o serviço. Mas Péricles, meigo, sussurrava-lhe as palavras que talvez lhe tivesse sussurrado anos atrás, quando pela primeira vez ela fez muchocho de enfado. E dona Andrômaca, o olhar complacente, acabava cedendo. Assim vivem, felizes, orgulhosos um do outro”.

Em 1924, na época de *Figuras & Sensações*, à maneira de Mme. Romaine Brooks em homenagem à fascinante condessa de Noailles, o lau-

206 reado pintor Balthazar da Camara, atual diretor da Escola de Belas-Artes do Recife, fez-me um presente régio: o retrato a óleo de Andrômaca, “d’après-nature”, – uma visão de artista requintado, que se transmuda em resplendente “capolavoro”. Analisando-lhe a segurança de execução e a técnica que lhe é própria, compreende-se desde logo o segredo da magia desse grande mestre do pincel. Somos arrebatados pela verdade do efeito e pelo natural da expressão. É uma realização empolgante. A probidade e a consciência do artista envolvem o retrato em uma atmosfera de calor na qual toda a obra se funde e se idealiza. Sentada, defronte do espelho que lhe reflete o busto senhoril, os olhos doces e cismadores num soslaio furtivo, o recorte perfeito da boca – “aupli Du coin um peu moqueur” –, a trunfa dos cabelos negros contornando-lhe a cabeça, a curva grácil do mento, a finura do sorriso quase imperceptível, as mãos aristocráticas e veludas, tudo isso dava-lhe à fisionomia aquela ternura seráfica das madonas de Verrochio. O que os críticos de arte mais admiravam e destacavam nesse retrato, nomeadamente Eugenio Noel, o insigne escritor ibérico, que o considerava, na sua aprimorada modelagem, uma síntese do talento, do labor e da perfeição de acabamento, – era a impecável precisão do desenho anatômico, a nitidez dos traços e a delicadeza das tonalidades, que lhe realçavam a nobreza do porte. Fixando um momento da minha vida de escritor, a tela de Balthazar da Camara é um enlevo permanente dos meus olhos, refletindo a lembrança viva das emoções do passado.

No armorial das relíquias de minha vida literária existem três brasões de valor inestimável. São três sonetos consagrados à Andrômaca, celebrando a nossa festa esponsalícia. O primeiro é um alexandrino heráldico, da autoria de Odon Rhossard, meu irmão diletíssimo pelo espírito e pelo coração, da raça gloriosa de Frederico Rhossard, considerado o maior dos poetas paraenses:

“De Andrômaca gentil e todo soberano, entre promessas mil de eterna primavera, o eleito de seu sonho a transformar espera de filósofo grego a príncipe troiano.

Eia, teucra vestal! Na luta persevera, que, em breve, alcançarás de Heitor, sem grande dano, vencer a indecisão, pois ele todo ufano, de se deixar domar por ti já desespera.

Dar-lhe-ás, depois, por prêmio em troca dos seus beijos, um Scamandro gazil, que da voz nos harpejos, vos encha de alegria o encantado ninho.

E, assim, da vida em meio às flores e aos perfumes, erguer-vos-á do filho o inédito carinho dos páramos azuis aos altaneiros cumes!”

O outro é da autoria do meu saudoso o inesquecível Remigio Fernandez, o escritor deslumbrante e de cultura ciclópea, que é uma das maiores glórias da mentalidade paraense:

“Não te deu a volúvel, imprevista sorte o tesouro de Atale opulento; Nem te fez das idades monumento, príncipe heleno ou célebre estadista.

Glória, porém, das letras; colorista da palavra imortal; áureo talento; do teu berço amorável ornamento, eis tua rara e singular conquista.

Traçou-te o egrégio Fídias a estrutura e no teu verbo, assombro de opulência, a régia estirpe do Platão fulgura.

E, em vez do Aspásia, excelso dom divino, pôs-te a fortuna amiga, na existência, Andrômaca ideal, para destino”.

O último é da inspiração febril do nosso grande Raimundo Monteiro, que Martins Fontes immortalizou quando, em Santos, lhe escandiu os versos luminosos, daclamando-os de cor, em atitude genuflecta, no momento em que lhe apresentei minha mulher:

“Ilion... Azulor de rapsódias... ruína... Muralhas de Netuno e Apolo... O resplendor do prélio... O Egeu descarta a Ilíada, em surdina... Homérica, eterniza a agonia de Heitor...

Príamo, o velho rei... Cassandra, que alucina o oráculo, gritando a derrota, em pavor.

O hóplita... A catapulta... O pânico... A chacina. Aquiles – como um deus... E Simon – o traidor...

Ajax... Idomeneu... Diomedes... Menelau... Nestor... Agamenon... Ulisses... Filoctetes... A Grécia – o ouro armorial do seu campo de blau.

Andrômaca... Só tu, porém, que – pura jóia! A beleza da tua homônima refletas, ainda ilustras de amor os escombros de Troia!...”

Sempre que revolvo o meu arquivo de homem de letras, extasio-me diante dessas três joias literárias, como se as tivesse admirando pela primeira vez.

Com a data de 9 de janeiro de 1954, como um raio de sol que penetrasse na escuridão de minha velhice melancólica, recebi do Rio de Janeiro uma luminosa mensagem, que tanto me falou ao coração, subscrita por um dos meus amigos queridos, o padre Raimundo Nonato Pinheiro, escritor dos mais jovens e dos mais ilustres de nossa Academia. Transcrevo-a, na íntegra, emocionadamente, neste meu livro de memórias, em homenagem à beleza de sua inteligência e ao valor de sua cultura:

“Meu excelente mestre e amigo:

Com imenso prazer recebi hoje sua prezadíssima carta de 5 deste. De início, quero penitenciar-me da falta irremissível que cometi, não enviando minhas congratulações pelo aniversário de dona Andrômaca. Asseguro-lhe que a data me passou completamente despercebida, o que constitui fato inédito na minha vida, pois sabe como costume ser exato e pontual nessas relações de cortesia. Mas, como sacerdote, lembro-me de que na Igreja as grandes festas têm oitava! Por isso, pelo critério eclesiástico, os festejos do aniversário de dona Andrômaca poderão prolongar-se até dia 11. Embora tardios, envio os meus efusivos parabéns a sua extraordinária consorte, senhora nobre de muitas nobrezas, que Deus preparou e aprimorou com todos os dotes de espírito, de inteligência e de coração para ser sua diletta esposa. Que sorte grande o prezado professor tirou, obtendo da munificência divina tão excelente esposa! Lembro-me de um trecho do ritual do casamento religioso. Trata-se de um pedido que o sacerdote oficiante faz a Deus, exarado nestes termos: “sit amabilis viro suo, ut Rachel; sapiens, ut Rebecca; longaeva et Fidelis, ut Sara!” Como vê, o latim é quase vernáculo: “que ela seja amável para com seu marido, como Raquel; sábia, como Rebeca; longeva e fiel, como Sara! Vejo em dona Andrômaca a amabilidade de Raquel e a sabedoria de Rebeca. Peço a Deus que lhe conceda a longevidade de Sara – a longevidade! – porque o outro predicado, enaltecido pelo ritual – a fidelidade, ela possui como raras!!! E com isso, julgo que não lhe sei nem lhe devo fazer maior elogio. Em compensação, Deus pagou centuplicadamente, com exorbitantes juros, o preço de tão excepcional senhora, dando-lhe um esposo que, em carinho e dedicação, nada fica a dever a Rui Barbosa e a Coelho Neto. Não peço a Deus que aumente a felicidade de dona Andrômaca, pois

não concebo a possibilidade de maior ventura. Para mim, essa felicidade tem a sua plenitude. O que peço, e auguro, é o prolongamento dessa inefável dita, que há de constituir a sua maior glória: ser esposa de Péricles Moraes!

Creia na amizade do Padre Nonato”.

Encerro com esta última nota meu livro de memórias: 9 de agosto de 1914, eu estava em Paris e a grande cidade espiritual era uma sombra vacilante ameaçada de sucumbir. A alude invasora destroçava muralhas e transpunha vertiginosamente as fronteiras sagradas. Envolvida nos silêncios do sobressalto, da inquietação e da dúvida, a alma francesa mal respirava. Não se podia prever a sorte do exército invencível, já quase desbaratado nos recontros do Marne. Sobrepairava uma única esperança: a estratégia dos generais. Todas as bocas pronunciavam religiosamente os nomes de Joffre, de Foch e de Manoury. Deles dependeria a vitória. Galieni preparava-se para jogar a cartada decisiva. Já se ouvia ao longe o troar armistrondo dos canhões. Eu perambulava sozinho, cambaleante, tomado de espanto, por entre as ruas desertas da cidade tentacular. De repente, naquela hora melancólica do *Ângelus*, encontrei-me defronte dos portais góticos de Notre-Dame de Paris. A catedral regurgitava. Toda a França ali estava cheia de emoção. A alma convulsionada da Cidade-Luz, de joelhos, contrita e fervorosa, exorava o milagre. No púlpito, traumatizado pela acerba angústia, um sacerdote de cabelos grisalhos, o rosto macerado pelas vigílias desesperadas, com a voz profunda e grave falava à numerosa assistência estarrecida. Era o padre Sanson, de exemplar dignidade, o maior pregador católico francês naqueles dias apavorantes. As tonalidades refulgentes do seu verbo oracular, ungido de fé, reboava através das colunas, dos baixos-relevos, dos vitrais, das abóbadas e dos altares da célebre catedral: “Notre-Dame de Paris, acordeznous La Grace süprême: sauvez la France! Notre pays court um danger de mort”. A sua voz eloquente, que despertava e persuadia, tinha a plangência dolorosa da lamentação: “Notre-Dame de l’Amour, de la Compassion et de La Piété, sauvez la France, qui ne doit pás périr, car elle est au premir rang de La Civilisation, sauvez La France à laquelle Dieu avait promis l’éternité. Lês barbares veulent détruire cette source de vie spirituelle...”. Os

210 bárbaros querem destruir essa fonte eterna de vida espiritual. Assim pregava o padre Sanson, se bem me recordo de suas palavras como-vedoras, precisamente no dia em que a Igreja celebrava os seus cinco lustros de desposérios sacerdotais. E operou-se o milagre. Eu também, minha Nossa Senhora de Paris, se tivesse o gênio e a fé iluminada pelo abade de Sanson, estaria hoje aos teus pés, ajoelhado, ó doce e compassiva Nossa Senhora da Bondade, da Piedade e da Perfeição, a suplicar-te uma graça, neste momento augusto em que do alto abençoa o meu Casal. Eu também, recolhido em Deus, apelaria para a tua divina munificência. Estou na hora culminante de minha porfiosa peregrinação. Bem sei que os meus pecados são irremissíveis. Mas a tua misericórdia, ó Virgem Imaculada, absolverá o humilde pecador, não consentindo que ele sobreviva àquela que exerceu sobre a sua alma um primado absoluto, àquela que lhe fez da vida um maravilhoso poema resplandecente de claridade, poema fremente e desvelado como seu próprio coração.

— PÉRICLES MORAES – BIOGRAFIA

Extraído do livro *Dicionário Amazonense de Biografias*, de autoria do também acadêmico Agnello Bittencourt, apresenta-se a biografia do ilustre Péricles Moraes, para melhor conhecimento de suas obras, seu estilo, seu talento, sua erudição e sua vida. Péricles Moraes O professor Péricles Moraes foi uma das figuras mais proeminentes dentre os intelectuais de sua época. Nasceu em Manaus a 28 de abril de 1882 e faleceu a 26 de setembro de 1956. Foram seus pais o deputado estadual Severo José de Moraes e dona Evarista Mello Moraes, sendo neto do capitão Ricardo Ferreira de Mello. Fez seus estudos primários em Manaus e o secundário, em Belém do Pará.

A pouco e pouco, dispondo de rara inteligência e incomum dedicação às letras, adquiriu uma cultura polifórmica de que deu sobejas provas nas lides de imprensa que abraçara, como atividade vocacional. Dedicou-se ao estudo da língua francesa de sua literatura, que logo passou a lecionar a várias gerações de Manaus, onde fixara residência. Péricles Moraes entrou na vida pública sem abandonar seus afazeres literários, nem o lecionamento do idioma francês. Foi prefeito de Coa-

ri e de Parintins, em 1926. Ocupou o lugar de membro do Conselho Consultivo, do governo estadual, em 1932. Foi também: diretor-geral da Instituição Pública, em 1934; secretário geral do Estado, no governo do desembargador Estanislau Afonso, em 1945, e no doutor Leopoldo Neves, de 1947 a 1950. Fez duas viagens à Europa e várias ao sul do País. Péricles Moraes casou-se, em primeiras núpcias, com Zulmira Moraes; em segundas, com Andrômaca de Miranda Moraes, que, atualmente, exerce as funções de oficial do Registro de Imóveis e Protesto de Títulos do 2º Ofício da Capital. De ambos os consórcios não deixou descendência. Péricles foi um incentivador das ciências e das letras. Com outros companheiros, fundou, em Belém, o Apostolado Cruz e Souza, e, em Manaus, a Sociedade de Homens de Letras, que teve uma vida efêmera, predecessora da Academia Amazonense de Letras, esta fundada a 1º de janeiro de 1918. Dentre os jornais e revistas em que colaborou, notam-se *O Amazonas*, *O Jornal*, *O Jornal do Commercio*, *O Libertador*, *A Gazeta da Tarde*, *A Tarde*, *O Diário da Tarde*, todos de Manaus; *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, de Belém.

Deu a lume vários livros e opúsculos, alguns hoje esgotados: *Figuras e Sensações*, em 1923; *Coelho Neto e sua obra*, em 1926; *A Vida Luminosa de Araújo Filho*, em 1931; *Legendas e Águas Fortes*, em 1935; *Retrato de Augusto Linhares*, em 1943; *Confidências Literárias*, em 1944; *O Exemplo de Leopoldo Peres*, de 1952. Uma inteligência sempre fagulhante, é o que se pode afirmar, em mais de meio século de atividades mentais desse homem que foi também chamado Príncipe dos Prosadores da Amazônia. Não havendo espaço para apreciação literária de suas obras como fiz de algumas, quando de seus aparecimentos –, destaco a tendência do escritor para o espírito da França, cuja admiração e influência foram aumentando, à medida de sua penetração na cultura e beleza literária daquele país. Jamais essa tendência poderá ser acoimada de desvio de cultura ou anti-amazonismo, e sim de predileção e alta especialização. Diferente dos imitadores, tão numerosos no albor do século, que sofriam a influência francesa até no vestir; os nossos escritores não se cansavam de ler, citar e recitar Victor Hugo, Maupassant, Musset, Paul Valéry. Péricles Moraes, em matéria de literatura, possuía mentalidade francesa. A quantidade, aliás bem selecionada, de autores franceses encontrada em sua vultosa biblioteca (mais tarde adquirida pelo Estado)

212 prova a inclinação do seu espírito para a fulgurante literatura. Tem-se dito que a vida de um intelectual, que deixou gravados e conhecidos seus pensamentos, é contemporânea de todas as gerações. abundância de provas, é simbolicamente um imortal, tanto mais que sua vida e sua obra já estavam perenizadas um mês antes de fechar os olhos para o mundo físico, com a publicação do número especial da Revista da Academia Amazonense de Letras – de que foi presidente por alguns anos – impressa em agosto de 1956, e que é uma brilhante e volumosa Polianteia de 282 páginas substanciosas. Esse livro, bem imaginado e oportuno, vale por uma coluna de bronze em que se perpetua a memória de um de nossos maiores e mais queridos vultos. Péricles Moraes será contemporâneo dos nossos pósteros (Fontes subsidiárias: “Revista da Academia Amazonense de Letras”, nº 6, de agosto de 1956 – edição comemorativa do jubileu literário do escritor Péricles Moraes e informações de sua viúva, por intermédio do professor Venâncio Igrejas Lopes).

— Jornalismo na Academia

ALMIR DINIZ

A Academia Amazonense de Letras registra, em seu universo social, expressivo número de acadêmicos que, em algum tempo foram e, ou ainda são considerados jornalistas profissionais mas que, na verdade, exerceram ou exercem a meritória função de colaboradores da imprensa, sem vínculo empregatício com qualquer jornal, mas com formação e habilidade mais que necessárias para o exercício regular da atividade.

Foi assim. É assim. Sempre foi, desde os primórdios, quando estrelas do jornalismo planiciário uniram-se para compor a constelação de astros fulgurantes em torno do ideário denominado “Sociedade Amazonense de Homens de Letras”, embrião da atual Academia Amazonense de Letras, a partir da aprovação por unanimidade, da proposta de Raul de Azevedo, na sessão de 29.3.1920.

Então, militavam na imprensa, com ou sem vínculo, figuras do mais elevado conceito social da estripe de Benjamin Lima, Adriano Jorge, Heliodoro Balbi, Raul de Azevedo, Thaumaturgo Vaz, Benjamin Malcher de Souza, Alcides Bahia, Huascar de Figueiredo, Álvaro Maia, Araújo Filho, Carlos Chauvin, Aurélio Pinheiro, Odilon Lima, Paulo Eleuthério, João Leda e tantos outros.

Em sequência foram pouco e pouco integrando o firmamento jornalístico e literário do Amazonas os nomes aureolados de Achilles Bevilacqua, Epaminondas Barahuna, Josué Claudio de Souza, Aristophano Antony, Almeida Barroso, Alencar e Silva, Antísthenes Pinto, Arlindo Porto, Áureo Nonato, Armando de Menezes, Bernardo Cabral, Genesino Braga, Carlos de Araújo Lima, Jorge Tufic, Carmen Novoa, Nogueira da Mata, José Lindoso, Mário Ypiranga Monteiro, Nonato Pinheiro, Mendonça de Souza, Gebes Medeiros, Claudio de Araújo Lima, Plínio Coelho, Robério Braga, Ramayana de Chevalier, Anibal Beça, Narciso Lobo, Anísio Mello, Thiago de Mello, Aldisio Filgueiras, Mazé Mou-

214 rão, Júlio Antonio Lopes (não nesta ordem) e tantos outros, inclusive o rabiscador destas linhas.

Quando o professor doutor José Braga transmitido-me o recado do presidente Robério solicitando ligeiro trabalho sobre jornalistas da Academia, respondi-lhe que não me agradaria fazê-lo em face da minha condição de jornalista profissional e, ao mesmo tempo integrante do Cenáculo Amazonense. Falar de mim mesmo, repugna-me.

O professor foi enfático: a matéria estava definida. E, quanto ao fato de minha objeção, não havia como deixar de falar de mim mesmo. E rematou: não se pode mudar a história. Você é expoente do jornalismo na Academia e em seu nome não poderia estar ausente de matéria sobre o assunto. E lembro que, dentre os acadêmicos, de todos os tempos, sou eu, na verdade o único jornalista profissional premiado nacionalmente, com assento na Academia Amazonense de Letras. Verdade!

Que fazer? Eis a razão pela qual tive que incluir o meu nome entre os jornalistas acadêmicos, mesmo a contragosto. Perdão pela imodéstia.

Voltando aos “Homens de Letras”, diz o Estatuto do Sodalício, em seu art. 1º: “A Sociedade Amazonense de Homens de Letras”, fundada nesta capital a 1º de janeiro de 1918, passa a denominar-se Academia de Letras” (conforme proposta de Raul de Azevedo – já o disse, anteriormente.

Mas... Por que Sociedade Amazonense de Homens de Letras? Porque os integrantes da nascente confraria mexiam com as letras, ao tempo tipos, objetivando formar vocábulos e estes os parágrafos geradores dos textos vernaculares apresentados ao público leitor transformados em reportagens, antigas, crônicas, contos, romances, novelas, poemas...

Quantas vezes vi, cronistas e outros trabalhadores da imprensa ao lado dos tipógrafos, na oficina do *Jornal e Diário da Tarde*, ajudando os operários a corrigir textos com as mãos o tabuleiro da composição tipográfica.

Lembro até de certa noite em que um colega, por pura brincadeira, após os colaboradores Plínio Coelho e Áureo Mello, dos Grandes do PTB, saírem de cena foi à caixa de composição e simplesmente trocou os nomes dos articulistas passando o nome do Áureo na matéria do Plínio; Plínio no texto do Áureo. Pode-se imaginar a confusão que estourou na manhã do outro dia, quando os dois se defrontaram, cada um falando como “Língua” do outro?

O Jornalismo, como atividade erigida em profissão independente e autônoma, regulamentada e unida com as bênçãos da Universidade, é recente. Diria recentíssima. Tanto que, ainda hoje seu exercício sugere e ensaja discussões acaloradas, de alto nível até... Porque, embora sua importância seja indiscutível e, talvez por isso mesmo, muitos de arvoram a jornalista sem nunca haverem, de fato, posto os pés numa redação.

Apesar de sua importância, entretanto, poucos foram os que, realmente, viveram (ou vivem) de ganhos auferidos com o exercício da atividade jornalística.

Dizia-se que a simples publicação de um artigo assinado em jornal, deva ao seu autor o status de jornalista. Nesse sentido, alguns de nossos “homens de letras”, fundadores e, ou sucessores da primeira época da Academia, passando um século, os jornalistas de hoje...

Impossível, porém, nesta oportunidade averiguar quem e quais articulistas, cronistas, principalmente, obtiveram registro regular de jornalistas junto ao Ministério do Trabalho.

Quem conhece bem essa história é o acadêmico Jorge Tufic que, durante algum tempo chefiou a carteira responsável por tais registros na Delegacia do Ministério do Trabalho, ali na rua de Marechal Deodoro.

Aliás, agora, o assunto é absolutamente irrelevante.

Para a Academia, jornalista e quem trabalha em jornal, comprovadamente, com ou sem remuneração por trabalho regular na folha. O que interessa para a Academia é a publicação de livros de valor, não como a obra foi publicada. Louva-se, portanto, para decidir, nas informações e em publicações por acaso anexadas ao processo pelo candidato à imortalidade acadêmica, e no acervo bibliográfico forrando o petítório.

Quanto ao mais, a Academia pode e deve orgulhar-se de haver preenchido algumas de suas madeiras centenárias madeiras poltronas em azul e ouro do nobilíssimo salão do pensamento amazônico com a seleção de estetas notáveis da arte de informar com exatidão, aprumo e elegância, haurindo do fulgor de inteligências privilegiadas a essência mais pura do Jornalismo Acadêmico.

— Médicos da Academia de Letras do Amazonas

CLÁUDIO CHAVES

Na celebração do primeiro centenário de fundação da Academia Amazonense de Letras do Amazonas, entidade da qual me orgulho em sê-lo um dos seus membros titulares e o mais antigo, de vida acadêmica, dentre os cinco médicos que compõem o seu quadro associativo atual, recebi, com muita lisonja, a missão para dissertar em breves linhas sobre a presença de protagonistas da Medicina que fazem parte da sua história.

Como as academias em geral são ecléticas – compostas por integrantes de todos os segmentos da imortalização do pensamento –, a instituída no Estado do Amazonas, do mesmo modo que as congêneres, possui personalidades das diversas áreas do saber, tais como médicos, advogados, engenheiros, professores, filósofos, jornalistas, historiadores e religiosos, dentre outros, cujos nomes, que fazem parte dos anais de sua história, passarei a descrever, estabelecendo um paradigma com duas semelhantes – as academias Francesa e Brasileira de Letras –, sendo a primeira a mais propecta no cenário mundial e a segunda a mais antiga do território nacional brasileiro.

A Academia Francesa, o Sodalício pioneiro da história moderna, fundada por Armand Jean du Plessis, o Cardeal Richelieu, em 1635 – ele que foi político e primeiro ministro da França no reinado de Luís XIII (1628-1642) –, e mais 39 intelectuais, foi a instituição pioneira das academias.

Dentre os seus 40 instituidores, está registrada a presença do doutor em Medicina e filósofo Marin Cureau de la Chambre como primeiro ocupante da poltrona nº 36.

Das 40 cadeiras da *Académie Française*, pelas quais passaram até os dias atuais 730 ocupantes, ao longo de quase quatro séculos, em nove

delas registra-se a presença de nove médicos, dentre os quais o imortal cientista Claude Bernard (1868-1878).

Do quadro atual da Academia pioneira que tem 34 das suas 40 cadeiras ocupadas, em duas delas têm assento, respectivamente, os consagrados médicos Yves Pouliquen (Oftalmologia, cadeira nº 35) e Jean-Christophe Rufin (Medicina Social, cadeira nº 28).

Na Academia Brasileira de Letras, instalada em 1897, a história também registra a presença do médico José Alexandre Teixeira de Melo como um dentre os 39 pares de Joaquim Maria Machado de Assis.

Nos seus 121 anos de existência, a ABL, dos 252 ocupantes das suas poltronas, registra a presença de dezenove médicos – João Guimarães Rosa, Oswaldo Gonçalves Cruz, Aloysio de Castro, José Alexandre Teixeira de Melo, Júlio Afrânio Peixoto, Deolindo Augusto de Nunes Couto, Francisco de Castro, Edgard Roquette-Pinto, Antônio da Silva Melo, Miguel Osório de Almeida, Antônio Constâncio Alves, Cláudio Justiniano de Sousa, Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima, Moacyr Jaime Scliar, Benjamim Franklin Ramiz Galvão, Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães, Clementino da Rocha Fraga, Maurício Campos de Medeiros, Miguel de Oliveira Couto e Ivo Hércio Jardim de Campos Pitanguy.

Na nossa centenária Academia Amazonense de Letras, a história também é semelhante à de outros sodalícios congêneres e, desde a sua fundação em 1º de janeiro de 1918, então denominada de Sociedade Amazonense de Homens de Letras, dentre os seus 30 instituidores constam cinco médicos: Adriano Augusto de Araújo Jorge; José Francisco de Araújo Lima; Aurélio Waldomiro Pinheiro; José de Mendonça Lima e Jorge de Moraes.

Ao longo desses cem anos, dentre os 143 ocupantes de suas atuais 40 poltronas (número esse ampliado no momento do jubileu de ouro em 25/5/1968 pelo então presidente médico Djalma da Cunha Batista), 16 são da Medicina, conforme descrição que se segue: Adriano Augusto de Araújo Jorge, Walmiki Ramayana Paula e Souza de Chevalier e Cláudio de Araújo Lima (cadeira 2 ex-1); Aurélio Waldomiro Pinheiro (cadeira 3 ex-21); Alfredo Augusto da Matta (cadeira 4 ex-22); José de Mendonça Lima (cadeira 6 ex-18); Euler Esteves Ribeiro (cadeira 8); Djalma da Cunha Batista e Marcus Luiz Barroso Barros (cadeira 11 ex-24); Cláu-

218 dio do Carmo Chaves (cadeira 14 ex-20); José Francisco de Araújo Lima (cadeira 17 ex-10); Manuel José Ribeiro da Cunha e Vivaldo Palma Lima (cad.29 ex-30); Antonio José Souto Loureiro (cadeira 34); Mário Augusto Pinto de Moraes e Aristóteles Comte de Alencar Filho (cadeira 39).

Se acrescido ao número de médicos forem incluídos outros profissionais da saúde de áreas associadas à Medicina, podem ser anotados os nomes dos odontólogos Jonas Fontenele da Silva (cadeira 18 ex-23) e Moacyr Gonçalves Rosas (cadeira 14 ex-20) e do bioquímico Manoel Bastos Lira (cadeira 34).

Também é digno de nota, dentre os 19 acadêmicos que presidiram a entidade, a inclusão de dois médicos – Adriano Jorge (o primeiro presidente e o de mais longo tempo de mandato, de 1918 a 1948) e Djalma Batista (o presidente do jubileu de ouro em 1968, cujo mandato expirou-se em 1973).

Se for levado em conta também a formação superior dos patronos com relação à Medicina, a AAL tem nas suas anotações os asclepiádes Estelita Tapajós, Oswaldo Cruz e Francisco Castro, e titulares que passaram para patrono como Adriano Jorge, Araújo Lima e Alfredo da Matta. Também se escriturados os patronos que cursaram, sem concluir, Medicina, se incluem os imortais Olavo Bilac, José do Patrocínio e Brandão de Amorim. De igual maneira, entre os acadêmicos titulares, nessa mesma situação com vocação para a Medicina, sem ter concluído o curso, figura o decano e consagrado poeta Amadeu Thiago de Melo.

Isso mostra a pujança das Ciências Médicas nas Casas das Letras nas três academias antes referidas: Na francesa – um dentre os quarenta fundadores, nove ao longo da sua história de mais de quatro séculos com 730 ocupantes de suas poltronas e dois dentre os seus 34 membros atuais. Na brasileira – também um dentre os quarenta fundadores, dezenove ao longo da sua história de mais de um século com 252 ocupantes de suas poltronas. Na amazonense, o feito é ainda mais relevante, com cinco dentre os trinta fundadores, 16 ao longo da sua história de um século com 143 ocupantes das suas atuais quarenta poltronas e cinco dentre os seus 38 titulares atuais.

A Medicina, que é um conjunto de preceitos de todos os conhecimentos humanos voltados para a promoção do bem-estar e o prolongar da vida com qualidade, faz com que os seus protagonistas na con-

dição de cientistas, humanistas, sociólogos e macroeconomistas, continuamente, busquem a imortalização do pensamento e, concomitantemente, a sua transformação em ações benéficas para servir a obra maior do Criador, que é a vida humana. 219

Com isso, aqueles que se prestam a serem coadjuvantes na busca da homeostase plena das pessoas, diante dos agravos à saúde, são também os arautos do curar quando possível, melhorar às vezes e consolar sempre, e ao mesmo tempo os cuidadores da matéria, do espírito e da alma, adotando nas suas condutas a aplicação de ações benéficas e imortalizadas no pensamento, vendo cada ser humano como uma célula atuante na sociedade, o que se coaduna, perfeitamente, com a filosofia acadêmica que é a de se dedicar ao estudo e à aplicabilidade dos assuntos maiores do conhecimento, da mesma forma como fazia Platão com os seus pares, na Grécia Antiga, no sítio onde teria vivido a figura mitológica do gigante Academus.

Por isso e em consequência disso, houve, há e haverá sempre tanto acadêmicos médicos quanto médicos acadêmicos.





— Juristas literatos acadêmicos do Amazonas

FRANCISCO GOMES DA SILVA

A aproximação entre direito e literatura é recorrente na tradição cultural do Ocidente. Foram os poetas os nossos primeiros juristas. Na raiz da civilização os primeiros *legisladores* eram artistas. Na história do Brasil, podemos perceber que também muitos dos nossos maiores escritores eram homens do direito. Rui Barbosa (1849-1923), Sílvio Romero (1851-1914), Aluísio Azevedo (1857-1913) e Graça Aranha (1868-1931), fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), são exemplos de uma longa lista de juristas-literatos. O primeiro sucedeu a Machado de Assis (1839-1908) na presidência da Academia nacional e o último serviu à magistratura e teve papel preponderante na Semana de Arte Moderna (1922).

Na ocasião da fundação da Academia Amazonense de Letras (AAL), repetiu-se o que ocorreu na da ABL, isto é, o bacharelado em direito era uma das opções de formação humanística, ao lado da medicina e das letras. Profissionais liberais e servidores públicos, em maior número, vinham dos ensinos superiores instituídos em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Manaus cuja Escola Universitária Livre fora criada em 1909. Assim, entre os fundadores da Casa vários deles eram bacharéis em direito, atuantes na política e no magistério, homens de letras que veiculavam sua produção, a maior parte na imprensa diária.

O feito histórico de 1918 representou o conagraamento de 30 personagens unidos pelo ideal literário, que desde logo escolheram seus patronos – dentre ilustres literatos brasileiros falecidos – sob a égide dos quais ficaram as cadeiras n^{os} 1 a 30. Em maio de 1968, para amoldar a AAL ao modelo da ABL, foi elevado o número de lugares ocupados por membros da Casa ensejando a investidura de outros dez acadêmicos, que fundaram as cadeiras n^{os} 31 a 40. Estes, como aqueles outros,

também nomearam seus patronos. Alterações estatutárias posteriores dariam causa à substituição dos nomes de 19 patronos originais e à renumeração de várias cadeiras – totalizando de 59 patronos.

Sobre o efeito simbólico da escolha do patrono, a romancista Rachel de Queiroz (1910-2003),¹ ao tomar posse da cadeira nº 5 da ABL, reportou-se do seguinte modo: Fundador e Patrono. Um escolhido pelo outro, o Patrono pelo Fundador [...] alguns buscam o significado dessa escolha na analogia do ofício de ambos. Ela própria revelando-se: tão chegada a juízes, filha, neta e irmã de juiz –, naquela oportunidade festejava o fato de estar substituindo o jurista Cândido Motta Filho (1897-1977), na cadeira que teve por fundador o poeta Raimundo Correia (1859-1911), que escolheu como patrono o romancista Bernardo Guimarães (1825-1884). E então Rachel pergunta: Juízes os dois, seria por isso que Raimundo escolheu como patrono Bernardo Guimarães?

A expressão de Rachel de Queiroz é uma pequena mostra do que sucedeu em todas as academias de letras do País. Na do Amazonas também há pontos de semelhança entre fundadores e patronos. Vários deles têm o mesmo ofício. Em ambas categorias os juristas sobressaem. No período de um século, completado em janeiro deste ano, este Soledad teve a presidi-lo 19 acadêmicos, dos quais 12 são juristas.

Dos 148 acadêmicos e acadêmicas já investidos na AAL, algo da ordem de 54% são cultores do direito. Esta longa tradição legitima a presença entre nós de 79 expoentes das letras jurídicas (18 fundadores e 61 sucessores), os quais, ao incursionarem pelos gêneros literários das belas-letas, revelaram-se respeitáveis ensaístas, poetas, romancistas e contistas. Muitos dos listados igualmente se destacaram no magistério, na política, no jornalismo, na historiografia, na sociologia, no folclore e nas artes em geral. Tratam-se de ex-ministros de Estado e do Tribunal Superior do Trabalho; ex-governadores estaduais; desembargador do Tribunal Federal do Trabalho da 11ª Região; desembargadores e juízes do Tribunal de Justiça do Estado; membros do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado; ex-prefeitos municipais; ex-parlamentares federais e estaduais, advogados militantes e demais operadores do direito.

Trataremos, resumidamente, sobre a trajetória de sete membros fundadores, escolhidos dentre 18 listados, e 14 sucessores, dentre 61 da mes-

1. Cf. Rachel de Queiroz – Discurso de posse na ABL, 4/11/1977, in site www.academia.org.br/acervo/terminal/index.html.

224 ma categoria. Evitaremos, assim, o alongamento do assunto; fazê-lo sem discrição seria tedioso e agravaria o desenvolvimento do tema por falta de espaço.

— MEMBROS FUNDADORES

A) Entre os 13 juristas fundadores das cadeiras nºs 01 a 30, destacamos os seguintes:

Álvaro Botelho Maia (1893-1969). Fundador da cadeira nº 7, antiga nº 29, sob o patronato de Maranhão Sobrinho (1879-1915). Natural de Humaitá/AM, jurista, professor e jornalista. Bacharelou-se em Direito no Rio de Janeiro e, ali, exerceu a advocacia. Sua atividade jornalística ocorreu em Manaus, Fortaleza/CE e na antiga capital do País. Foi professor de nível médio em Manaus e no Rio de Janeiro. Presidiu a Casa de Adriano Jorge em 1966-1967.

Como servidor público, Álvaro Maia exerceu os cargos, dentre outros, de secretário estadual de Educação e Cultura; de diretor da Imprensa Oficial; e de superintendente regional da Caixa Econômica Federal. A política e a literatura foram os setores em que mais se destacou. Interventor federal do Estado (1930 a 1933 e 1937 a 1945); deputado federal (1933 a 1935); governador (1935 a 1937 e 1951 a 1954); e senador (1946 a 1951 e 1967 a 1969). Orador, conferencista, ensaísta, romancista e poeta, deixou entre outras as seguintes obras: *Canção de fé e esperança* (1923); *Novos horizontes* (1924); *Noite de redenção* (1944); *Gente dos Seringais* (1956); *Beiradão* (1958); *Buzina dos paranás* (1958); *Banco de Canoas* (1963); *Defunidores e porongas* (1966); e *Na tenda dos Emaús* (1967).

De acordo com Rogel Samuel,² Álvaro Maia é o mais amazônico dos poetas de sua terra. Seu tema é a floresta, o meio ambiente. Para Robério Braga,³ era a pena que construía na prosa imagens que só aos poetas é possível compor. [...] uma linguagem e uma relação próprias com o leitor pela clareza, perfeição e estilo.

Benjamin Franklin de Araújo Lima (1885-1948). Fundador da cadeira nº 9, antiga nº 4, de Machado de Assis. Nasceu em Óbidos/PA, estudou em Manaus, Salvador/BA e Rio de Janeiro, onde graduou-se em Direito. Além de exercer a advocacia, foi teatrólogo, crítico literário, professor e jornalista. Na antiga capital federal criou e dirigiu o Cur-

2. Cf. Rogel Samuel – A poesia de Álvaro Maia, in <http://historiadosamantes.blogspot.com/2009/01/av-lvaro-maia.html> – Portal Entretexos – Dilson Lages Monteiro.

3. Cf. Robério Braga – Presidentes da Academia Amazonense de Letras (1918-2006), p. 55, edição Academia Amazonense de Letras, Governo do Estado do Amazonas e Livraria Valer, Manaus, 2007.

so Prático de Teatro, do Ministério da Educação, onde dava apoio a talentos jovens da época, a exemplo da (mais tarde) grande ensaísta e diretora teatral fluminense Maria Jachinta Trovão (1906-1994).

Benjamin Lima colaborou em vários jornais, inicialmente em Manaus, depois no Rio de Janeiro. Deixou as seguintes peças de teatro: *O homem que marcha*; *O homem que ri*; *O martírio de Don Juan*; *A revolta do ídolo*; *Venenos*; *Boa noite*; *O carrasco*; *Babilônia*; *O amor e a morte*. Ainda são de sua autoria os seguintes ensaios de crítica literária: *Esse Jorge de Lima!*... (1933) e *O heroísmo da ironia em Machado de Assis* (1939). Em 2/8/1969, Benjamin Lima foi guindado ao patronato da cadeira nº 37, da qual foi fundador seu filho, e também jurista, Carlos Dagoberto de Araújo Lima (1912-1998).

Coriolano Durand (1878-1937). Fundador da cadeira nº 11, antiga 24, de José Veríssimo (1857-1916). Amazonense de Tabatinga, jurista e jornalista, também dramaturgo e poeta. Além da advocacia, exerceu a Promotoria de Justiça em Manicoré/AM. Colaborou assiduamente na imprensa de Manaus e na do Rio de Janeiro. Em Manaus foi delegado, chefe de Polícia e diretor do Teatro Amazonas. Serviu aos governos estaduais de Antônio Constantino Nery (1904-1908) e Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-1912), e foi secretário da Superintendência municipal da capital (1926-1929).

Coriolano Durand deixou publicados, entre outros, os seguintes trabalhos: *Des alterations phonétiques*, tese de concurso à cátedra de francês no Colégio Pedro II (atual Colégio Estadual do Amazonas); as comédias em três atos *Vende-se* e *A chama*; a opereta para crianças *Marquezinha*; *Rendenção* (poema); e *Sonho de criança, mágoa de velho*.

Francisco Pedro d'Araújo Filho (1870-1931). Fundador da cadeira nº 5, de José Martins Júnior (1860-1904). Natural de Pernambuco graduado pela Faculdade de Direito de Recife. Em Manaus, onde radicou-se em 1906, foi professor universitário, jornalista e deputado estadual. Entre as obras que escreveu, de caráter jurídico e político, destacamos *Filosofia da história* e *Estudo sobre a história*. Em meados de 1920 proferiu conferência à qual deu o título de *A poesia do direito* – peça notável, segundo o confrade Almir Diniz,⁴ e ao mesmo tempo enigmática – dizemos nós.

4. Cf. Almir Diniz – Acadêmicos imortais do Amazonas: Dicionário Biográfico, p. 52, Editora Uirapuru, Manaus, 2002.

Nela, Araújo Filho defendia uma poesia colorida de filosofia e, certamente, influenciada pelo emérito jurista, político e filósofo Sílvio Romero, grande defensor da Escola do Recife, muito querido e admirado pelos intelectuais da época. Não esquecer que Araújo Filho procedia de Recife e lá se formara! Segundo o professor Luiz Antônio Barreto⁵ – mestre Sílvio Romero defendia uma poesia alimentada do espírito filosófico, uma teoria do mestiçamento, o evolucionismo filosófico com base na interpretação social [...] Sílvio Romero [foi] um retratista do Brasil [...] que identifica, na diversidade cultural, o povo brasileiro.

Thaumaturgo Sotero Vaz (1869-1921). Fundador da cadeira nº 7, de Raimundo Corrêa (1860-1911), posteriormente renumerada para 26, sob o patronato de Rui Barbosa. Piauiense, formado em Direito em Recife, Thaumaturgo Vaz (apelidado de Th Vaz) atuou no foro e na imprensa de Manaus, foi secretário da Prefeitura Municipal e chefe do gabinete do governador Jonathas Pedrosa (1848-1922). Obra poética: *Cantigas* (1900) e *Lembranças*, livro póstumo, editado em 1993. Th Vaz escreveu o Hino Oficial de Manaus, musicado pelo maestro paulista Nicolino Milano (1876-1931).

B) Entre os cinco juristas fundadores das cadeiras nºs 31 a 40, destacamos somente dois:

Carlos Dagoberto de Araújo Lima (1912-1998). Fundador da cadeira nº 37, que tem como patrono o seu genitor, Benjamin Lima. Natural de Manaus e diplomado em Direito no Rio de Janeiro, militou na imprensa amazonense e na antiga capital federal. Exerceu o magistério superior, trabalhou no Ministério da Justiça e, por haver se destacado na Tribuna do Júri, figura entre os maiores juristas do País. Escreveu: *Cruzando a ponte*; *Presença de Portugal no direito criminal brasileiro*; *Caminhos do crime*; *Os grandes processos do júri*; *Amazônia*; *Descobrimo Portugal*; e *Com Ferreira de Castro no Minho* – as duas últimas obras memorialísticas.

Sebastião Norões (1913-1971). Fundador da cadeira nº 31, de Raimundo Monteiro (1882-1932). Nasceu em Humaitá/AM, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas e foi professor de nível médio em Manaus – e o primeiro membro do Clube da Madrugada a ingressar na Casa de Adriano Jorge.

5. Cf. Luiz Antônio Barreto – *Biografia de Sílvio Romero em Compêndio de história da literatura brasileira, tomo I, p. 415, Imago Editora, Rio de Janeiro, 2001.*

Deixou publicado *Poesia frequentemente*, livro lançado em abril de 1956, empolgando seu companheiro de Clube, Carlos Farias Ouro de Carvalho (1930-1997),⁶ que, por meio da imprensa, assim se expressou: *O lançamento do livro do poeta Sebastião Norões foi uma festa magnífica. Festa e lição. [...] Poesia só. Poesia sabendo a si mesma. Banhando a todos. Os que creem, combatem e esperam. [...] sonetos e poemas, pujantes de vida e de realidades humanas, [neles] Norões não se deixou ficar pendurado em nenhum balcão pegajoso de limo, com a guitarra a espelhar raios de lua. [...] poeta de carne e osso como outro homem qualquer, falou de infância e de mar, de santuários e estatuetas, tudo com o gosto bom das colinas simples.*

6. Cf. Carlos Farias de Carvalho. *Primeira festa, uma grande lição*. Artigo no *Jornal do Comércio*, Manaus, 26/4/1956.

— MEMBROS SUCESSORES

A) Falecidos:

Aderson Pereira Dutra (1922-2010). Ocupou a cadeira nº 24, antiga nº 14, de Joaquim Nabuco (1849-1910). Natural de Parintins/AM, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas, na qual mais tarde exerceria a cátedra de Direito Administrativo (1958-1992). Prestou revelantes serviços ao Estado do Amazonas, e destacamos os seguintes cargos: procurador da Fazenda Nacional (1949-1958); juiz federal do Estado (1967-1970); secretário estadual de Justiça (1967 e 1987-1988); reitor da Universidade Federal do Amazonas (1970-1976); e procurador-geral de Justiça do Estado (1979-1983).

Perfeccionista da palavra escrita e excelente orador, na área do direito escreveu vários livros, entre eles: *Da jurisdição administrativa* (1956); *Do estágio probatório* (1956); e *Da autonomia municipal* (1956). Aderson Dutra portava grande cultura e estava sempre de bom humor. Faleceu aos 88 anos de idade.

André Vidal de Araújo (1899-1975). Ocupou a cadeira nº 5, antiga nº 12, de Martins Júnior, sucedendo a seu pai, Francisco Pedro d'Araújo Filho, que passou a ser patrono. O confrade Almir Diniz,⁷ resumindo o perfil do pernambucano André Araújo, di-lo *uma figura carismática, misto de educador, sociólogo, pedagogo, escritor e jurista, [...] o maior filantropo que o Amazonas conheceu*. Ainda Lúcia Puga,⁸ em trabalho de caráter acadêmico, refere: *Juiz de menores, desembargador, sociólogo, professor, político, pensador católico, de várias maneiras poderíamos caracterizar este ho-*

7. Cf. Almir Diniz, obra citada, página 120.

8. Cf. Lúcia Puga – A obra de André Araújo, apud Robério Braga – *Academia Amazonense de Letras*, p. 45-46, Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2009.

228 *mem que entre as décadas de 1930 e 1970 teve substancial influência no cenário amazonense.*

Formado pela Faculdade de Direito do Amazonas, André Araújo foi promotor de Justiça, juiz de Direito, procurador-geral do Estado, presidente do Tribunal de Justiça, secretário de Educação, deputado federal e presidente da Cruzada Nacional de Educação. Entre os muitos órgãos que fundou, destacamos a Escola de Serviço Social; o Instituto Melo Matos, para meninos abandonados; o Instituto Maria Madalena, para meninas abandonadas; a Clínica Pedagógica de Conduta Infantil; e a Creche Circulista Menino Jesus.

Presidente da AAL em 1958 e 1974, integrou várias instituições nacionais e internacionais e foi ativo colaborador de jornais e revistas no Estado e em várias partes do País. Deixou dezenas de obras, entre as quais: *Guia para comissários de menores* (1936); *A ociosidade e o furto na predelinquência de menores* (1939); *Estudos de Sociologia* (1947); *Bases sociais da Pedagogia Curativa* (1951); *Ensaio de Teologia Política para transformação do mundo* (1952); *Introdução à Sociologia da Amazônia* (1956); *Estudos de Antropologia e Pedagogia sociais* (1966); *Predelinquência infantil em Manaus* (1966); e *Sociologia de Manaus, aspectos de sua aculturação* (1973).

Armando Andrade de Menezes (1926-2017). Ocupou a cadeira nº 30, de Araripe Júnior (1848-1911), antiga nº 27, de Joaquim França Júnior (1838-1890) e Capistrano de Abreu (1853-1927). Natural de Parintins, concluiu o curso de Direito em Manaus. Advogado, jornalista e professor, exerceu os seguintes cargos públicos: professor de História do Brasil no Instituto de Educação do Amazonas; secretário de Estado de Interior e Justiça; procurador, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado. Na imprensa militou pouco tempo, iniciando no *Jornal do Comércio*, onde ingressou em 1949. Presidiu a Casa de Adriano Jorge no biênio 2014-2015.

Grande memorialista, espírito aberto e muito comunicativo, Armando de Menezes ainda integrou outras instituições culturais, além da AAL. Obras publicadas: *O Tribunal de Contas do Estado* (1977); *Auto-preservação democrática – oposição e contestação políticas* (1980); *Destaques e vidas* (1993); *A família Menezes* (1996); *Aderson de Menezes, o professor* (1997); *O Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas* (2003); *Imponderável silêncio* (2011); *O Chá do Armando em prosa e verso* (2012). Re-

ditou o livro *A primeira universidade brasileira* (2000), de autoria de seu irmão, o acadêmico Aderson Andrade de Menezes (1919-1970), que ocupou a cadeira nº 4, de Sílvio Romero.

Arthur Cézár Ferreira Reis (1906-1993). Ocupou a cadeira nº 13, de Estelita Tapajós (1860-1902), antiga nº 17, de Alfredo d'Escragno Tau-nai (1843-1899) e Tobias Barreto (1839-1889). Bacharel em Direito, professor em Manaus, Belém e Rio de Janeiro. Dentre as relevantes funções exercidas constam as de diretor de Divisão no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; superintendente da SPVEA,⁹ diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa); diretor do Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara; presidente do Conselho Federal de Cultura; vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e governador do Amazonas (1964-1967). Exerceu as cátedras de História da América e de História Social e Política do Brasil, na PUC/RJ; de História da América, na Faculdade Católica de Petrópolis/RJ; e de Governo e Administração do Brasil, na EBAP/FGV.

Escrevemos,¹⁰ há algum tempo atrás: Arthur Cézár Ferreira Reis é (será sempre!) o maior historiador da Amazônia. Sua obra representa um momento privilegiado e rico do pensamento sobre a região. [...] inaugurou os caminhos da moderna pesquisa sobre a Amazônia, além de realizar o mais amplo e completo levantamento das fontes históricas regionais. A verticalidade da sua obra escrita, representada por mais de cem títulos, é toda uma biblioteca para entender-se as prioridades do desenvolvimento da região e um notável contributo de valores ao acervo da erudição nacional.

Constam da vasta bibliografia de Arthur Reis:¹¹ *História do Amazonas; A questão do Acre; O processo histórico da economia amazonense; O seringueiro e o seringueiro; Síntese da história do Pará; A política de Portugal no vale amazônico; A Amazônia e a cobiça internacional; A Amazônia que os portugueses revelaram; A conquista espiritual da Amazônia; Estadistas portugueses na Amazônia; Tempo e vida na Amazônia; A Amazônia e a integridade do Brasil; O impacto amazônico na civilização brasileira; As instituições do Brasil colonial; Épocas e visões regionais do Brasil; As regiões brasileiras: formação, peculiaridades e integração; e Temas de história sul-americana.*

⁹. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

¹⁰. Cf. Francisco Gomes da Silva - Apresentação do livro Lobo d'Almada, um estadista colonial, 3ª edição (2006), editado pela Academia Amazonense de Letras, Livraria Valer e Prefeitura de Manaus; e Arthur Cézár Ferreira Reis, um injustiçado, in Blog www.franciscogomesda.silva.com.br/Arthurcezarferreirareis... parte I (27/8/2015) e parte II (8/9/2015).

¹¹. Para obter-se uma visão mais ampla sobre os escritos e o itinerário social e intelectual do grande historiador amazonense, recomendamos a leitura de Arthur Cézár Ferreira Reis. Trajetória intelec-

José Bernardino Lindoso (1920-1993). Ocupou a cadeira nº 25, de Araújo Lima, antiga nº 5, de Aluísio Azevedo (1857-1913). Jurista, professor e político, nascido em Manicoré/AM. Fez o curso primário em sua terra natal e os de nível médio e universitário em Manaus, onde, além das funções de diretor regional do Sesc/Senac e diretor da Associação Comercial do Amazonas, foi Secretário de Estado de Educação e Cultura e militou na imprensa amazonense. Deputado federal (1967-1971) e senador (1971-1979): nesta função foi líder do governo e vice-presidente do Senado. Governou o Amazonas no período 1979-1982.

Culto, afável e simples, José Lindoso era um fazedor de amigos. Na Escola de Serviço Social de Manaus, lecionou Economia Social; na Faculdade de Direito do Amazonas, Economia Política, Direito Municipal, Direito Civil e Direito Internacional Privado; na Universidade Nacional de Brasília, Introdução à Ciência do Direito. Incluem-se em sua produção bibliográfica: *O Amazonas* (1947); *Valorização econômica da Amazônia* (1947); *O Estado brasileiro e a evolução do Direito Civil* (1960); *Vinte anos de CLT* (1963); e *Estado, Constituinte e Constituição* (1986). Muito da trajetória sóciopolítico e cultural do Mestre Lindoso, consta da obra *José Lindoso, semeador de esperança* (2002), de autoria do ilustre confrade Elson Farias que o assessorou no governo do Estado.

Manoel Anísio Jobim (1877-1971). Ocupou a cadeira nº 22, antiga nº 30, de Raimundo Farias Brito (1862-1917). Alagoano, formado em Direito pela Faculdade de Recife, transferiu-se para o Amazonas no início de 1910. Foi juiz municipal de Manacapuru e Moura e municipal e de Direito de Itacoatiara (1911-1916), depois transferido para Coari e em seguida para a 1ª Vara do Juizado de Manaus. Exerceu ainda a Procuradoria-Geral do Estado, a Chefia de Polícia e o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Na Faculdade de Direito lecionou as matérias Introdução ao Direito, Direito do Trabalho e Direito Mercantil.

Senador em 1951-1955, e assíduo colaborador de jornais em Manaus, o jurista e historiador Anísio Jobim publicou *Manacapuru* (1933), *Codajás* (1933), *A intelectualidade no extremo Norte – Contribuição para a história da literatura do Amazonas* (1934), *Tefé* (1937), *Moura* (1938), *São Paulo de Olivença* (1940), *Benjamin Constant* (1944), *Itacoatiara* (1948), *Monografia geográfica do Estado do Amazonas* (1949), *O Amazonas, sua his-*

tória (1957) e *Três municípios amazonenses* (1967) – obras importantes e subsidiárias da historiografia regional. 231

Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004). Ocupou a cadeira nº 10, antiga nº 15, do Barão do Rio Branco (1845-1912). Natural de Manaus, advogado, historiógrafo, etnólogo, professor e jornalista, iniciou sua vida literária em 1927. Graduado em Direito pela Faculdade do Amazonas, colaborou com jornais de Manaus e escreveu para revistas locais e do Rio de Janeiro. Lecionou Geografia no Colégio Estadual do Amazonas e Literatura na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Membro de várias instituições culturais do Brasil e do exterior, ainda integrou o quadro de pesquisadores do Inpa.

Mário Ypiranga presidiu a Academia em 1974-1980 e 1987-1990. Entre mais de cem títulos de sua autoria destacam-se: *O estado social do índio brasileiro* (1946); *O Aguadeiro* (1947); *Quarta orbis pars* (1951); *Fundação de Manaus* (1952); *A Capitania de São José do Rio Negro* (1955); *O regatão* (1957); *Roteiro do folclore amazônico* (1964/1974); *O sacado* (1964); *Antropogeografia do guaraná* (1965); *Teatro Amazonas* (1965/1997); *Folclore da maçanha* (1966); *História da Literatura amazonense* (1977); *Danças folclóricas e singulares do Amazonas* (1979); *Elogio sentimental dos bichos amazônicos* (1982); *Carros e carroças de bois* (1982); *Cultos de santos e festas profano-religiosas* (1983); *Negritude e modernidade* (1990); *Cobra grande* (1996); e *História da Cultura Amazonense* (1998).

Oyama César Ituassu da Silva (1916-2009). Ocupou a cadeira nº 26, de Rui Barbosa, antiga nº 7, de Raimundo Corrêa. Nasceu em Manaus e formou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas, onde mais tarde exerceria a cátedra de Direito Internacional Público. Foi juiz de Direito no interior e na capital e, depois de elevado a desembargador (1952), presidiu os tribunais de Justiça e Regional Eleitoral.

Figura elegante e cortês, jurista Oyama César Ituassu da Silva presidiu a AAL no largo período de 1990 a 1995. Conferencista e escritor, deixou vasta bibliografia, na qual destacamos as seguintes obras: *Aspectos do Direito*; *A luta pela formação de uma consciência nacional*; *Curso de Direito Internacional Público*; *A guerra e a segurança coletiva*; *Aspectos da Constituição de 1967*; *A família como objetivo do direito social*; *O problema dos rios internacionais*; *A cultura a serviço da comunidade*; *História do Tri-*

B) Acadêmicos em atividade:

Almir Diniz de Carvalho. Ocupante da cadeira nº 5, de Francisco Pedro d'Araújo Filho, antiga nº 12, de José Martins Júnior, nasceu em Cambixe, na Ilha do Careiro em 6/11/1929. Quando a Ilha ganhou status de município, coube-lhe a missão de instalá-lo na condição de seu primeiro prefeito. Fez o curso primário em sua terra natal e em Manaus, o secundário e o superior bacharelando-se pela Faculdade de Direito do Amazonas. Integrou o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas e a secção amazonense da OAB. Exerceu o cargo de diretor do Departamento Estadual de Trânsito e o de procurador do antigo Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, e, ainda, foi membro, vice-presidente e presidente do Conselho Estadual de Trânsito, durante 18 anos.

O jornalista Almir Diniz atuou, durante décadas, na imprensa de Manaus. Notabilizou-se ao receber o prêmio Esso de Reportagem Norte-Nordeste, em 1956, uma das mais cobiçadas honrarias de âmbito nacional, com a matéria “Borracha, dinheiro, sangue e miséria”. O celebrado ensaísta e poeta amazonense pertence a várias entidades socioculturais do País, colabora em jornais do Amazonas e outros Estados e nalgumas revistas de circulação nacional. Agraciado em 5/10/2001 com o diploma do Mérito Cultural, da União Brasileira de Escritores, recebeu a honraria na Academia Brasileira de Letras.

Almir Diniz é um homem de coração largo, generoso e apegado aos amigos. Esteta da prosa e da poesia, tem publicados os seguintes livros: *Encontro com a natureza; Corpo de mulher; Caminhos da alma; Andanças poéticas; O elogio do caboclo; Plumaz humanas; Floradas da alma; Algemas de ternura; O pitoresco e o hilariante na imprensa; Paiol de lembranças; O capineiro* (esboço histórico); *Sob a concha da panacárica* (contos); *Remanso das saudades* (crônicas); *Mulheres* (poemas) e vários outros.

José Bernardo Cabral. Nasceu em Manaus em 27/3/1932). Ocupante da cadeira nº 1, de Péricles Moraes (1882-1956), antiga nº 13, de Luiz Gonzaga Duque (1823-1911). Jurista e professor, colou grau pela Faculdade de Direito do Amazonas e possui especialização em Processo Civil pela

Universidade Católica de Lisboa. Foi secretário de Segurança Pública, de Justiça e chefe da Casa Civil do governo do Amazonas, deputado estadual (1963-1967), deputado federal (1967-1969 e 1987-1991), ministro da Justiça (1990) e senador (1995-2003).

O acadêmico Bernardo Cabral construiu uma biografia dedicada à política e ao direito, e essa trajetória consta de um livro biográfico de autoria do confrade Júlio Antonio Lopes.¹² Ao longo de sua carreira têm recebido homenagens, títulos de mérito e condecorações em todo o País e no exterior. Membro de dezenas de instituições culturais nacionais e estrangeiras, presidiu a OAB nacional (1981-1983), porém o principal marco na vida do celebrado amazonense é ter sido relator-geral da Constituição de 1988, que garantiu direitos individuais e fundamentais para a população brasileira.

Sua produção bibliográfica integra, além de coletâneas de discursos proferidos no Congresso Nacional e na Organização das Nações Unidas (ONU), pareceres em comissões parlamentares e na Assembleia Nacional Constituinte, os seguintes títulos: *Cem anos de Teatro Amazonas; Recursos hídricos; Papel das hidrovias no desenvolvimento sustentável da região amazônica brasileira; Direito Administrativo – tema água; Aposentadoria e estabilidade; A Zona Franca de Manaus*, além de outros.

José dos Santos Pereira Braga. Nasceu em Manaus em 15/2/1937. Ocupante da cadeira nº 9, antiga nº 4, de Machado de Assis. Advogado, magistrado e professor. Graduado em Direito pela Ufam; em Música – Habilitação em Violino, pelo Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro; mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC/RJ; e doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi presidente da AAL nos biênios 2008-2009 e 2010-2011.

Ingressou no Serviço Público Estadual em 1952 e, entre vários cargos e funções exercidos, destacamos: diretor-geral do Daspa¹³ (1964-1966); assessor da Presidência do Banco do Estado (1974-1980); e Secretário de Estado do Planejamento (1980-1982), integrando o Conselho Consultivo da Sudam,¹⁴ o Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam) e o Conselho Deliberativo da CEAG-AM.¹⁵

Exercendo o magistério por mais de 50 anos, lecionou Literatura Portuguesa em vários colégios de nível médio da capital; professor da Faculdade de Direito e do Curso de Mestrado em Ciências do Ambiente,

¹². Cf. Júlio Antônio Lopes. Bernardo Cabral: um estadista da República, Editora Cultural da Amazônia, Manaus, 2013.

¹³. Departamento de Administração e Serviço Público do Amazonas.

¹⁴. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

¹⁵. Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa no Estado do Amazonas.

234 da Ufam; colaborador, durante nove anos, do Mestrado em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás; professor do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pernambuco; orientador de teses, dissertações e monografias, participou de bancas de exames na Ufam, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidades Federais de Goiás e do Pará e Universidade do Porto (Portugal).

Ingressou, por concurso de provas e títulos, na Magistratura Federal em 1984 começando como Juiz do Trabalho Substituto. Culto, operoso, subiu um a um todos os degraus judicantes do Tribunal Regional Federal do Trabalho sediado em Manaus. Dezessete anos depois (2001) era promovido por merecimento ao cargo de desembargador. Na sequência alcançou a vice-presidência da Corte (2002-2004) e a seguir ocupou a sua presidência (2004-2006).

Participa de diversas instituições culturais em Manaus, vários estados do País e no exterior (Milão/Itália e Rosário/Argentina). Contam-se às dezenas os prêmios e honrarias recebidos de órgãos dos três poderes (federais e estaduais), do município de Manaus e de instituições outras, políticas e culturais. Publicou os seguintes trabalhos: *O Instituto do Comodato e sua aplicação no Direito Agrário Brasileiro* (dissertação de mestrado); *Contratos de Arrendamento e Parcerias Rurais no Direito Agrário Brasileiro* (tese de doutorado); *Introdução ao Direito Agrário*; *Direito à terra e os Contratos Agrários no Brasil: contradições e impasses*; *Responsabilidade social do servidor*; *Instruções ortográficas*; *Missão da minha vida*; *Um olhar sobre a Justiça do Trabalho no interior do Amazonas* (organizador) e outros.

Hoje, a despeito de aposentado das lides jurídicas, o ilustre acadêmico não tem se aquietado. José Braga parece imitar Manuel Bandeira (1886-1968):¹⁶ *Quem disse que o sono chegava?* No campo das letras tem escrito textos em prosa e poesia de valor apreciável, a exemplo dos inúmeros artigos, prefácios, resumos, introduções e poemas inseridos nas publicações da Academia e em revistas especializadas.

José Roberto Tadros. Nasceu em Manaus em 28/11/1945. Ocupante da cadeira nº 26, de Rui Barbosa, antiga nº 7, de Raimundo Corrêa. Graduado pela Faculdade de Direito da Ufam, desde jovem destacou-se por sua liderança empresarial. Foi fundador e é o atual presidente do Centro de Comércio do Estado do Amazonas (Ceceam); presiden-

16. Cf. Manuel Bandeira. Estrela da vida inteira. Poesias reunidas, p. 147, José Olympio, Rio de Janeiro, 1966.

te da Federação do Comércio do Amazonas (Fecomércio-AM); do Conselho Deliberativo do Sebrae-AM; e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Também é o dirigente regional do Serviço Social do Comércio (Sesc-AM), instituição privada aberta à comunidade, que atua nas áreas de educação, saúde lazer, cultura e assistência.

Empresário reconhecidamente responsável por conscientizar bem os problemas do Estado do Amazonas, o acadêmico, comendador e historiador José Roberto Tadros é um intelectual de alto quilate que conhece a fundo a História Geral e a da Amazônia. Esteta da palavra e da escrita, à frente do Sesc-AM tem se revelado autêntico Mecenaz – envolvido em defender e proteger os patrimônios material e imaterial e os que reportam a produção artístico-cultural. Entusiasta da interiorização da Cultura e um preservacionista de mão cheia, que pensa e age para garantir a integridade e perenidade dos bens patrimoniais, a exemplo dos projetos culturais do Sesc-AM, em funcionamento nos sete principais municípios do interior, e a restauração em andamento de centenários prédios do centro histórico de Coari, Manacapuru e Itacoatiara.

José Roberto Tadros é coautor de *Incentivos Fiscais para o Progresso do Amazonas* e autor dos livros *Da Razão e das Palavras* e *Marco para Novas Gerações*. Tem sido homenageado com medalhas de mérito em várias cidades do País e do exterior e com títulos honoríficos e de cidadania em dezenas de cidades espalhadas por todo o País. Além de membro da AAL, pertence a vários outros órgãos culturais.

Max Carpentier Luiz da Costa. Nasceu em Manaus em 29/04/1945. Ocupante da cadeira nº 31, de Raimundo Monteiro, é formado em Direito pela Ufam. Servidor aposentado do Banco do Brasil, entre os altos cargos públicos exercidos, destacam-se os de subsecretário de Estado da Cultura do Amazonas (1997-1998), assessor da Reitoria da UEA (2001-2002) e secretário da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho (2006). No âmbito da AAL, foi secretário, vice-presidente e presidente e, neste caso, durante os biênios 2000-2001 e 2002-2003.

Sem dúvida, Max Carpentier é um dos mais destacados escritores do Amazonas. Reconhecido em todo o País, sua obra consta em antologias de escritores brasileiros e de amazônidas. Consagrado romancista e poeta místico, que em suas obras exalta a natureza amazonense,

236 canta a terra e o Paraíso, é referenciado aqui e lá fora, a exemplo do seu antigo companheiro do Clube da Madrugada, o saudoso contista Arthur Engrácio (1929-1997),¹⁷ que o diz um ficcionista amadurecido, [de] estilo impecável [...] e linguagem cuidada e limpa.

São de sua autoria: *Quarta esfera* (poesia); *Vitrais da Busca*; *O sermão da Selva*; *Orfeu do Nazareno*; *Fragmentos de Luz*; *Tiara do verde amor*; *Nosso Senhor das Águas (o Cristo dos igapós)*; *Nossa Senhora de Manaus*; *Contemplação das cidades*; *Teresa de Ávila, o êxtase da Montanha*; *Teresa de Lisieux, o Sorriso da Luz*; *Torres de Ariaú*; *Sagração do Verde*; *Celebração da Vida*; *Catedral dos Sacramentos*; *De Ávila a Lisieux: o encontro das Teresas*; e *A Musa de Jesusalém (romance histórico da vida de Jesus)*.

— CONCLUSÃO

Longa e curiosa é a história do Silogeu Amazonense. Na afirmativa do acadêmico Robério Braga, a Casa de Adriano Jorge é *Academia de Todas as Letras*,¹⁸ e nisto está redondamente certo. Detentor há mais de 35 anos da cadeira nº 22, do patrono Farias Brito, nosso atual presidente também o foi entre 1996 e 1999. O ilustre jurista, historiador e professor, nascido em Manaus a 14/8/1951, além de privilegiar seus coestaduanos com obras de cunho científico, algumas de inegável valor na sua área de atuação profissional específica – Direito Civil e Eleitoral –, navega com indiscutível competência nos campos da História, da Sociologia, da Museologia e também da Literatura. Expedito nas searas da narrativa histórica e da crônica memorialística, vale a pena acompanhar seus escritos na imprensa local e nacional, por onde derivam os encantos da boa prosa e as lições de grande amor que devota ao Amazonas e especialmente à sua cidade natal.

Ao concluir a missão que nos foi encomendada, relevamos as ligações que aqui sempre existiram entre as letras jurídicas e as letras propriamente ditas. Pautando-nos no exemplo de sete membros fundadores e 14 sucessores, procuramos apontar as relações que tiveram com a Academia Amazonense e fixando-nos nas obras jurídicas, com referência aos trabalhos literários. Ora, Literatura e Letras são termos que têm mais de um significado específico, dentro da ideia de cultura produzida, e resultante do labor intelectual de alguém. Letras tem o sen-

17. Cf. Arthur Engrácio.

Poetas e Prosadores do Amazonas, *Manaus*, 1994, apud Robério Braga. Presidentes da Academia Amazonense..., p. 13.

18. Cf. Robério Braga. *Academia Amazonense de Letras*, citada, p. 57.

tido de saber, de conhecimento que se adquire por meio do estudo. Literatura tem o significado corrente de um conjunto de obras ficcionais de reconhecido valor estético, mas também o de somatório de trabalhos científicos, filosóficos, etc. sobre determinado assunto, matéria ou questão. Um jurista pode produzir literatura ficcional esteticamente relevante e um outro pode enriquecer a Literatura sobre determinado tema, ou determinada área do conhecimento. Ambos são homens de letras. 237



— História e Saber

ABRAHIM BAZE

A História no seu conjunto de estudo enquadra-se na busca incessante de documentação, imagens, depoimentos e no contexto da história oral, trazendo o seu contributo para o melhor conhecimento do vasto e riquíssimo património cultural, tornando-se berço da descoberta de fragmentos importantes.

O historiador é conduzido por diversos percursos e interações ilustrativas da matriz identificatória da sua pesquisa que resultam em uma complexa e intensa teia de relações humanas e sociais. Entretanto, ainda não foi dado mais um forte impulso no objetivo de se reconhecer essa ação como profissão regulamentada.

O historiador está sempre atento aos fatos históricos quando se depara com a enorme riqueza do seu objeto de trabalho. A dinamicidade de sua ação e o posicionamento privilegiado das fontes permite esse encantamento do processo da descoberta, exigindo de sua tarefa todas as ações vivas de um contributo assertivo e um compromisso com as verdades das fontes com o principal desafio de ser capaz de trazer a regeneração do fato em questão.

É de fato neste contexto que enquadramos a história e suas ações em novas descobertas especialmente no nível das Universidades com produção de excelentes trabalhos que nem sempre são trazidos ao conhecimento do grande público, seja, em dissertação de mestrado, doutorado ou até mesmo, em produções independentes, ora por falta de recursos ou até mesmo pela grande demanda de produção no seio das Universidades.

A historiografia pode ser definida como um conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade e sua evolução. Também podemos afirmar que é uma ciência que estuda os eventos passados com referência a um povo, a um país, a um período, ou a um indiví-

duo específico, como foi e é bem definido no mundo acadêmico do ensino da história nas Universidades. Dessa forma, fica entendido como um conjunto de saberes tradicionais que atestam a própria evolução histórica e social de um povo.

Os historiadores especialmente aqueles que fizeram parte no passado, ou fazem parte nos dias atuais na Academia Amazonense de Letras, têm procurado desenvolver com suas pesquisas há alguns anos com um conjunto de ações que visam inventariar, valorizar, promover e salvaguardar a memória de um passado, com o objetivo primeiro de garantir o seu caráter de verdade dos fatos e promover o seu conhecimento de tal forma que se transmita as gerações vindouras. História é uma palavra no antigo termo grego “historie” que significa conhecimento por meio da investigação.

... O historiador Nelson Sanjad na sua obra A Coruja de Minerva – O Museu Paraense Entre o Império e a República (1866-1907), nos fala: O argumento que defendo, contudo, não deve ser confundido com um tipo de história positivista das ciências em prejuízo de outras práticas e saberes.¹

1. A Coruja de Minerva: Museu Paraense Entre o Império e a República (1866-1907). Nelson Sanjad – Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010, p. 19.

A pesquisa, os procedimentos metodológicos servem como orientação na condução do trabalho do historiador. No percurso do processo investigativo deve ser compreendido como um conjunto de procedimentos e instrumentos que permitem a aproximação do fato científico, com as realidades concretas que estão em processo de investigação, a partir dos elementos que fazem parte da pauta a serem investigadas.

— A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA

Comprometidos no resgate e desenvolvimento cultural da Amazônia, muitos foram pioneiros com suas contribuições na Academia Amazonense de Letras, estes foram os de ontem e são os de hoje extremamente relevantes em todos os níveis do conhecimento e produção literária. Todos voltados com pesquisa de valor científico, que têm mérito e preenchimento de uma lacuna existente, se não veremos:

Gaspar Vieira Guimarães, foi de fato um homem de talento, nasceu no dia 20 de setembro de 1874, na cidade de Recife, foram seus pais o comandante Gaspar Antônio Vieira Guimarães e a senhora Maria Brígida de Abreu Villar Guimarães, que segundo o autor Agnello Bittencourt, ambos pertenciam a nobreza portuguesa.

... Desde muito jovem mostrou seu pendor para as letras, produzindo pequenos jornais para os estudantes. Aos dezoito anos de idade publicou o livro Primeiros Voos, obra de poesia de apreciável inspiração. Formou-se em Direito, quando ainda não havia completado dezenove anos, na Faculdade de Recife, logo embarcando para Manaus. No dia 14 de janeiro de 1893, Gaspar Guimarães era o segundo promotor Público da capital amazonense, nomeado pelo então governador Eduardo Gonçalves Ribeiro.

[...] Homem brilhante membro da Ordem Maçônica, quando esta no Amazonas atravessava uma crise não de idealismo, mas de sentido administrativo, Gaspar Guimarães, foi eleito Grão-Mestre da Maçonaria Amazonense, então subordinada ao Grande Oriente do Lavradio.

A 13 de agosto de 1921, o então juiz de Direito da capital Gaspar Guimarães é nomeado desembargador do Egrégio Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, na administração de Rêgo Monteiro, tendo presidido esta corte por várias vezes. Participou entre os trinta fundadores da Academia Amazonense de Letras.²

[...] No período de 1910 a 1914, fizeram parte da Congregação da Universidade Livre de Manaós, entre ordinários, extraordinários, repetidores, preparadores, auxiliares do ensino teórico e interinos, Gaspar Antônio Vieira Guimarães, destaca-se como fundador e professor da referida Universidade.³

Além de magistrado era jornalista e historiador, com várias obras publicadas, com destaque para: *A Evolução Histórica da Divisão Judiciária e Administrativa do Estado do Amazonas, História do Lugar da Barra do Rio Negro*, entre outros livros que publicou.

Agnello Bittencourt, nasceu no Estado do Amazonas, no dia 14 de dezembro 1876. Uma das características do acadêmico Agnello Bittencourt foi o fato de ser discreto e reservado nos seus pensamentos, li-

2. Bittencourt, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado. Rio de Janeiro. Editora Conquista, 1973, páginas 236, 237 e 238.

3. Brito, Rosa Mendonça de: Cem Anos Ufam. Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009, p. 46.

ção que aprendera na sua infância, tinha como hábito a preferência por ouvir as pessoas com mais idade. 241

Pertenceu a uma geração que teve importante envolvimento na campanha pela abolição da escravatura, cuja figura exponencial fora seu tio, Francisco Publio Ribeiro Bittencourt, um dos mais devotados e defensor da extinção da escravatura no Amazonas. Na administração pública fez do ensino a razão maior e o labor do seu cotidiano, tendo sido inclusive superintendente municipal de Manaus, com relevantes serviços prestados a sua cidade.

Na Academia Amazonense de Letras, ocupou a cadeira, cujo o patrono é Gonçalves Dias, ao lado de outros grandes vultos, como Adriano Augusto de Araújo Jorge, Alfredo Augusto da Matta, André Vidal de Araújo, João Leda, Huascar de Figueiredo, Péricles de Moraes e outros tantos nomes de destaque do nosso silogeu.

Na maçonaria teve uma participação efetiva, especialmente na Grande Benemerita Loja Simbólica Esperança e Porvir nº 1 e na Grande Benemerita Loja Simbólica Amazonas nº 2, tendo chegado inclusive ao Grão-Mestrado.

Segundo o autor Almir Diniz de Carvalho também membro da Academia Amazonense de Letras, destacou as seguintes obras do professor Agnello Bittencourt:

[...] Agências Municipais Estatísticas, Introdução a Metodologia do Planejamento, Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento Regional de Manaus, Corografia do Estado do Amazonas e Dicionário Amazonense de Biografias.

Eleito para ocupar a cadeira nº 3 de Gonçalves Dias em 30 de outubro de 1993, teve prorrogado o prazo para posse várias vezes. Em 1997, já adoentado remeteu seu discurso de posse ao acadêmico Áderson Dutra, que o receberia. Não chegou a tomar posse falecendo a 19 de novembro de 1997, no Rio de Janeiro. A Academia Amazonense de Letras, como já acontecera com Ormando Sampaio, considerou o ilustre amazonense empossado, post mortem.⁴

Arthur César Ferreira Reis, ouvimos algures que, uma das formas da manutenção do pensamento amazônico é a materialização das obras produzidas pelos acadêmicos. De consagração e reconhecimento da

4. Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 115 e 116.

242 posse, o acadêmico dedica-se ao conhecimento e o fazer literário. A sabedoria popular considera que todo aquele que trabalha, semeia e persevera, colhe os frutos do seu esforço. A Academia Amazonense de Letras, instalada em plena floresta amazônica há um século emerge uma grande quantidade de imagens retidas e imortalizadas pela memória de tantos que por aqui passaram e de outros que permanecem entre nós. Aqui falo do historiador Arthur César Ferreira Reis, excelente exemplo de produção historiográfica.

Arthur César Ferreira Reis, nasceu em Manaus no dia 8 de janeiro 1906, filho do casal Vicente Torres da Silva Reis e Emília Ferreira Reis. Estudou as primeiras letras nos Grupos Escolares Saldanha Marinho e Marechal Hermes, continuou seus estudos no Ginásio Amazonense Pedro II. Em Belém do Pará iniciou-se no mundo acadêmico, tendo concluído na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, bacharelado-se no dia 11 de agosto de 1927.

Retornando a Manaus foi redator-chefe do Jornal do Comércio, professor de História do Brasil no Colégio Dom Bosco, História Universal, Noções de Direito Pátrio na Escola Normal, História da Civilização e do Brasil na Escola de Comércio Solon de Lucena e na Faculdade de Direito Economia Política e Ciências das Finanças, Direito Público e Internacional.

Em 1947, representou o Brasil na Conferência do Comércio e Emprego promovido pela ONU em Havana, Cuba, foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa. Sua vida pública foi longa e com uma participação efetiva à muitas Instituições. Sua contribuição literária com aproximadamente uma centena de títulos, marcou a literatura da Amazônia.

[...] *Entre tantos, destaco:* História do Amazonas, Manaus e outras Vilas, A Política de Portuga no Vale Amazônico, Lobo D'Almada – Um Estadista Colonial, Paulistas na Amazônia, Síntese da História do Pará, A Conquista Espiritual da Amazônia, O Processo Histórico da Economia Amazonense, História de Óbidos, Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira, Estadistas Portugueses na Amazônia, Território do Amapá – Perfil Histórico, O Seringal e o Seringueiro, A Amazônia e a Cobiça Internacional, Súmula de História do Amazonas, A

Questão do Acre, A Amazônia Vista pelo doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, O Índio da Amazônia, Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia.⁵

243

5. Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 126 e 127.

João Mendonça de Souza. Homem de hábitos simples, mas de fina sensibilidade na produção de suas obras e, por que não dizer de uma vasta cultura. Sua passagem entre nós é celebrada com obras importantes na historiografia regional. Amante das letras e da leitura, matinha uma biblioteca em seu apartamento, no Rio de Janeiro e outra em Manaus.

Foram seus pais Augusto Alves de Souza e Adelaide Mendonça de Souza, nasceu no dia 19 de novembro de 1915, em Manaus. Foi aluno das primeiras letras de Julitta Barjona, no Colégio Progresso, tendo concluído no Colégio Dom Bosco, mas tarde, transferiu-se para o Ginásio dom Pedro II, hoje Colégio Estadual. Interessado pela jurisprudência, bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito do Estado Amazonas, a Velha Jaqueira, tendo colado grau, em 1951.

Entre tantos cargos exercidos, foi secretário de Educação do Estado do Amazonas, secretário de Estado da Fazenda, presidente da Fundação Cultural do Amazonas, membro do Conselho Estadual de Educação. Foi atuante na advocacia e no jornalismo, poeta e compositor. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, União Brasileira dos Escritores e Ordem dos Jornalistas do Brasil. Tornou-se sócio-correspondente da Academia de Letras do Pará, do Santos em São Paulo e do Espírito Santos. Tomou posse na Academia Amazonense de Letras, no dia 10 de agosto de 1951, na cadeira nº 15, cujo patrono é Graça Aranha, da qual foi seu presidente. Entre tantas obras editadas, destacamos as seguintes:

[...] Visões do meu Amazonas Caboclo, 1948; O Grande Amazonas – Mitologia e História e Sociologia, 1951; O Poeta e a Forma Exata – Análise Estilística, 1972; Caminhos de Sílvio Romero – Estudos Literários, 1974; Sílvio Romero, o Crítico e o Polemista, 1976; Cassiano Ricardo, Poeta de um Mundo só – Análise Estilística, 1976; A Manaus Boa Vista (Roteiro Histórico), 1977; Camões e a Epopeia de Os Lusíadas – História e Literatura, 1980; Exaltação a Péricles Moraes – Ensaio,

1981; A Amazônia e os Interesses Internacionais, 1996; Pedro Álvares Cabral no Descobrimento Intencional do Brasil, 2. ed., Vozes, 2001.⁶

Antonio José Souto Loureiro, a pelo menos cinquenta anos vem estudando a Amazônia, muito especialmente com destaque em sua obra *A Grande Crise*. Soube tratar a nossa realidade inserida no capitalismo nacional. Como historiador marca sua contribuição como estudioso das coisas regionais, trazendo a lume tudo o que possa retratar a realidade amazônica. Suas obras sempre nos permite uma reflexão especialmente aqueles que abraçam o tema Amazônia. Respeitado no mundo maçônico, com uma larga contribuição ao Grande Oriente do Estado do Amazonas. É sem dúvida um dos maiores conhecedores da doutrina maçônica, com dezenas de obras publicadas neste segmento.

Veio ao mundo no dia 6 de maio de 1940, em Manaus, descendente de família tradicional, forma seus pais, Thales de Menezes Loureiro e Echolé Loureiro. Tomou conhecimento das primeiras letras nos grupos escolares, Princesa Isabel e Euclides da Cunha, continuou os estudos no Instituto de Educação do Amazonas e, mais tarde bacharelou-se em Ciências e Letras no Colégio Pedro II. Transferiu-se para o Rio de Janeiro para cursar Medicina na Escola de Medicina e Cirurgia, em seguida pós-graduou-se em Tisiologia, Medicina do Trabalho e Administração Hospitalar.

[...] *É membro fundador da Academia de Medicina, Instituto Geográfico Histórico do Amazonas, Academia Amazonense Maçônica de Letras. Integra o Conselho Regional de Medicina do Amazonas, Diretor da Associação Comercial do Amazonas, exerceu cargos de chefia do Ipasea, Susemi e aposentou-se como médico do INSS e Petrobras.*

Estudioso da Historiografia Regional, publicou as obras: Síntese da História do Amazonas, Amazônia 10.000 anos, A Gazeta do Purus, A Grande Crise, O Amazonas na Época Imperial, Tempos de Esperanças, Dados para uma História do Grande Oriente do Amazonas.

Foi eleito para Academia Amazonense de Letras, no dia 9 de novembro de 2001, tomou posse no dia 23 de março de 2002, na poltrona nº 34, que têm como patrono o Conde Hermanno Stradelli, sucedendo o professor e cientista Manoel Bastos Lira, nesta ocasião foi recebido com a saudação do aca-

dêmico Francisco Gomes da Silva, na presidência do acadêmico Max Carphentier.⁷

245

7. Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 122-123.

Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto. Descendente de tradicional família que imigraram de Santarém para Manaus, nos primórdios de 1900 e implantaram aqui, a primeira indústria de cerveja. Sua família representou na época um símbolo de grandeza que no nosso passado ainda recente de nossa cidade guarda lá no bairro dos Tocos, hoje bairro de Aparecida, um símbolo dessa grandeza. Foi a família Miranda Corrêa, que implantou o “Gelo Cristal” e, a tradicional Cerveja “XPTO”.

Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, faz parte dessa linhagem que, para cá vieram, trabalhando e acreditando que seria possível viver no Amazonas e ajudar a construir o progresso, longe de todos os grandes centros do país. Nosso acadêmico sempre procurou ter o modo de vida simples e ao mesmo tempo, profundamente europeu, homem de trato fino, educado e generoso, que jamais se prendeu a bens materiais.

Nasceu em Manaus no dia 5 de dezembro de 1934. Produtor cultural nas áreas de cinema e teatro e, pesquisador com a paciência de um beneditino. Prestou relevantes serviços ao nosso Estado que como homem público quer como intelectual. Desde a antiga SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia até a criação e instalação do Depro – Departamento de Turismo e Promoção do Estado, no Governo do Doutor Arthur César Ferreira Reis. Trabalhou ainda na Superintendência Cultural, no Conselho Estadual de Cultura, na Secretaria Geral do Isea – Instituto Superior de Estudo da Amazônia e no Conselho Consultivo do Estado, onde prestou relevantes serviços e realizando trabalhos que engrandeceram seu nome.

[...] Luiz Maximino, que já nos deu uma excelente história de Manaus, nos seus inícios como centro ativo do comércio da borracha, escreveu agora a crônica do papel exercido pela borracha nessa quadra agitada, pelo que nos trouxe, inclusive a renovação dos quadros populacionais com a entrada dos contingentes nordestinos. Trata-se de um ensaio interessantíssimo sobre tema que ainda não havia merecido a atenção serena dos que podiam propô-lo. Ao contrário vinha permitindo uma novela sangrenta, falsa, produto do espírito criador dos que amam o sensacionalismo.

[...] O cinema, paixão maior e constante do novo mortal, domina-o e ele produz *A Selva* – 1970, *Um Edifício Chamado 200* – 1972, *O Anjo da Morte*, *O Sócio da Morte* – 1978, *Como Matar Uma Sogra*, além de *curtas-metragens*, *Sangue e Suor*, *A Saga de Manaus e Região* – 1979, *Tradição e Modernidade* – 1979, este com a participação especial de Gilberto Freyre.

Assim penso eu, Leandro Tocantins, ao arrolar aspectos da vida amazonense Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, vida que desde cedo acompanho em longos anos, lemos, ouvimos, viajamos, trocamos ideia e aprendemos. Escrever em Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, eficaz ruptura com a mudez de situações, em palavras e cores radiantes. Percebido certo humor voltairiano. Afável apóstolo da ação, o que impressionaria Gilberto Freyre. Fluído das essências emanadas de um Curso de Arte no Museu do Louvre e dos olhares sequiosos nos oratórios culturais da Cidade – Luz. Pessoa contrária ao marasmo, superior a materialidade da vida, quer criar, desenvolver valores culturais, construir o que enobrece a nossa alma. Penso que, nele está, verdadeiramente o feitio de seu temperamento, que a educação apenas apurou (Palavras de Leandro Tocantins – Rio de Janeiro, julho de 2003).⁸

8. Informações cedidas pela Academia Amazônica de Letras.

Ocupa a cadeira nº 37 do patrono Benjamin Lima, tendo tomado posse no dia 17 de outubro de 2003, o historiador escritor Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, foi recebido pelo acadêmico Elson Farias na presidência do acadêmico Max Carpentier Luiz da Costa.

Rodolfo Guimarães Valle, marcou seu nome sob a égide da política amazonense, talvez depois de Agnello Bittencourt tenha sido o maior conhecedor dos conhecimentos e ritualístico maçônico. Homem de saber e extremamente intelectual tinha a cultura nos domínios da literatura muito especialmente a maçônica. Homem de vanguarda e tribuno excepcional no contexto do discurso. Enquanto esteve entre nós soube desde sempre, como artífice da palavra conduzir seus pensamentos que verdadeiramente era ouvido em silêncio por meio da beleza de sua fala, tantos nos templos maçônicos, quanto na tribuna como parlamentar, era um homem que defendia a liberdade a igualdade e a fraternidade.

Nasceu em Manaus no dia 11 de março de 1923, advogado formado pela Faculdade de Direito do Amazonas, professor de nobre casta. A

Câmara Municipal de Manaus para homenageá-lo instituiu a Medalha do Mérito Cultural Rodolfo Valle da qual eu tenho orgulho de ter recebido uma das primeiras. Na sua trajetória maçônica tinha como hábito com regularidade frequentar as lojas Grande Benemerita Esperança e Porvir nº 1, Grande Benemerita Amazonas nº 2, da qual foi seu Venerável e a Grande Benemerita Loja Simbólica Rio Negro nº 4. Foi Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Amazonas.

A Grande Benemerita Loja Simbólica Rio Negro número 4 construiu no bairro da Redenção uma Escola que recebe aluno nos três turnos e que leva seu nome. Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras, na qual assumiu a cadeira nº 31, cujo patrono é Raimundo Monteiro, tendo tomado posse no dia 11 de março de 1973 e foi saudado pelo também maçom Waldemar Batista de Salles na presidência de Genesino Braga.

[...] Infelizmente, Rodolfo Guimarães Valle, como outras grandes estruturas mentais do Amazonas, deixou-nos apenas as obras: Discurso Esparsos e Um Opusculo, O Soldado Desconhecido 1972 e o livro Efeméride Maçônica 1975. Faleceu em sua residência no dia 4 de novembro de 1977. Ocupa sua cadeira hoje o poeta Max Carphentier Luiz da Costa.⁹

Francisco Gomes da Silva. Era a hora do crepúsculo. O sol, cansado de brilhar e esplendor calor, decidira recolher-se ao seu leito de sombras para receber a noite que se aproximava no horizonte, recolheu-se ao seu leito de sombras permitindo o brilho das estrelas. No último instante, porém, como arrependido do seu programado mergulho, despiu cintilações douradas, tingindo de cores todas as nuvens encarregadas de permitir a passagem da lua que haveria de brilhar na cidade de Itacoatiara. Pedro Gomes da Silva e dona Olívia Maria Arruda Gomes, acabavam de receber o seu rebento Francisco Gomes da Silva, era o dia 24 de novembro de 1945, em uma casa simples de madeira, mas cercada de muito amor.

Inteligente, estudioso, realizou os primeiros contatos com as letras em sua cidade natal. Os anseios pelo crescimento intelectual o trouxe a Manaus, onde fez o curso de magistério no Instituto de Educação do Amazonas. Ingressou na Universidade cursando Pedagogia, o que

⁹. Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 166.

248 acabou abandonando para cursar Direito, pela qual se diplomou em 1972. Advogado, procurador de Justiça aposentado, professor e historiador. Jamais esqueceu as raízes de sua cidade natal, prova maior é o seu empenho trazendo para Literatura toda historiografia de sua cidade. Aos dezoito anos publicou sua primeira obra com um importante prefácio de Arthur Cézár Ferreira Reis.

O tempo passa e o jovem historiador é guindado a uma cadeira no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, foi recebido como membro na Associação Amazonense do Ministério Público, União Brasileira dos Escritores do Amazonas, Associação Brasileira de Reforma Agrária. Promotor de Justiça na Primeira Instância das Comarcas de Itapiranga, Silves, Maués e Itacoatiara. Promotor de Justiça de Segunda Instância, suplente de deputado estadual, vereador da Câmara Municipal de Itacoatiara, assessor do Gabinete do Governador do Estado, entre 1993-1994, executor do Projeto Fundiário de Manaus-Incra/AM, entre 1997-1998 e outras funções exercidas.

[...] Foi eleito na sessão do dia 24 de setembro de 1999, na Academia Amazonense de Letras, para poltrona nº 20, cujo patrono é João Ribeiro. Entre tantas obras publicadas destaco: Itacoatiara Roteiro Histórico de Uma Cidade, 1965; Itacoatiara Administrações Municipais, 1970, Centenário de São José do Amatarý, 1979; Chronografia de Itacoatiara, 1998; A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara, 1999; Instituto Alfredo da Matta - Uma História de Saúde Pública, 1997.¹⁰

10. Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 136.

Robério dos Santos Pereira Braga. Ouvimos algures que uma das formas da manutenção da imortalidade acadêmica é a produção literária, materialização e consagração do pensamento amazônico. Robério dos Santos Pereira Braga dedica-se ao conhecimento e ao estudo da historiografia regional já um longo período.

A sabedoria popular considera que todo aquele que trabalha, semeia e persevera, colhe os frutos do seu esforço. A Academia Amazonense de Letras nos oferece a oportunidade de publicar, promovendo, assim, a renovação e a busca incessante de novas obras para os nossos leitores. Sua experiência na vida acadêmica permitiu uma caminhada louvável com mais de uma centena de livros publicados.

Nascido em Manaus no dia 14 de agosto de 1951, foram seus pais, Lourenço da Silva Braga e Sebastiana dos Santos Pereira Braga. Ainda na sua adolescência transitava nas tardes de domingo no Teatro do Vovô Branco, participando de peças e declamando poesias. Formou em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Advogado, professor, historiador e museólogo, na vida pública exerceu relevantes cargos em governos diferentes: chefe de gabinete do prefeito de Manaus, secretário de Estado do gabinete do vice-governador do Estado, secretário de Estado de Comunicação Social, diretor da Fundação Cultural do Amazonas, coordenador da Fundação Joaquim Nabuco para a Amazônia, membro e presidente eleito do Conselho Estadual de Cultura e membro do Conselho da Universidade do Amazonas, vereador à Câmara Municipal de Manaus, secretário de Estado chefe da Casa Civil, fundador e ex-presidente da Academia Amazonense Maçônica de Letras. Pertence à União Brasileira de Escritores e ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas tendo sido presidente. Foi secretário de Estado da Cultura, Turismo e Desporto.

Maçom dedicado, fundou a Academia Maçônica de Letras e foi seu primeiro presidente. Foi Sereníssimo Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Brasil. Mestre Instalado e Venerável Mestre. É o atual presidente da Academia Amazonense de Letras no seu segundo mandato. Foi eleito no dia 20 de setembro de 1981 para a cadeira nº 22, do patrono Farias de Brito, tomou posse no dia 25 de setembro de 1982, foi saudado por Ulisses Bittencourt e presidia a Academia na época o acadêmico João Mendonça de Souza.

[...] *O acadêmico Robério dos Santos Pereira Braga, publicou artigos nos jornais de Manaus, O Jornal, Diário da Tarde, A Notícia, Jornal do Comércio, A Crítica, Jornal do Brasil e na Imprensa de Lisboa, Portugal.*¹¹

Armando Andrade de Menezes. Como professor marcou sua memória no Instituto de Educação do Amazonas, como jornalista trabalhou ao lado de grandes nomes como Phelippe Daou e Almir Diniz, advogado nasceu em Parintins no dia 21 de março de 1926, foi seu pai Tude Henriques de Menezes e sua mãe Delfina Andrade de Menezes.

11. Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 165.

Conheceu as primeiras letras no Grupo Escolar em Maués e em Manaus diplomou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas em 1952. Na juventude desempenhou com coragem como líder do qual foi presidente da União dos Estudantes do Amazonas e vice-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Amazonas. Foi na política que representou como vereador a Câmara Municipal de Manaus, cursou a Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro, tendo se aposentado como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

No dia 29 de dezembro de 1997, foi eleito para Academia Amazonense de Letras e tomou posse no dia 12 de maio de 1998, na cadeira nº30, cujo patrono é Araripe Júnior, foi saudado pelo acadêmico Thiago de Mello, presidia a Academia neste período o acadêmico Robério Braga. Pertenceu ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

[...] *Entre vários livros publicados destaca-se: O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas 1997, A Família Menezes, Aderson de Menezes – O Professor 1997.*¹²

12. Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 125.

Mário Ypiranga Monteiro, nasceu no dia 23 de janeiro 1909, foram seus pais Francisco Monteiro e dona Maria de Souza Monteiro. Atuou em vários segmentos da literatura, folclorista de reconhecimento nacional, historiador, geógrafo, etnólogo, advogado, professor e jornalista.

Estudou nos grupos escolares Cônego Azevedo e Saldanha Marinho, mais tarde Colégio Dom Bosco e Ginásio Amazonense Pedro II, neste ginásio teve importante participação como líder da Revolução Ginasiana de 12 de agosto de 1930. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas. Ainda muito jovem passou a escrever, tendo produzido aproximadamente 150 obras, cujas as obras foram traduzidas para o italiano, espanhol, alemão e francês. Foi eleito para Academia Amazonense de Letras no dia 20 de dezembro de 1947, para a cadeira nº 10 cujo patrono é Barão do Rio Branco. Foi recepcionado pelo acadêmico Huascar de Figueiredo, tendo tomado posse no dia 14 de fevereiro de 1948, da qual foi seu presidente.

[...] *Publicou as seguintes obras: O Estado Social do Índio Brasileiro, Manaus, 1946, Fundação de Manaus, 1948/52, Teatro Amazonas (3 volumes) 1965/66, História do Monumento da Praça de São Sebastião, A Catedral Metropolitana de Manaus, Danças Folclóricas Singulares do Amazonas, Negritude e Modernidade, 1990, Roteiro de Manaus, 1998.*¹³

13. *Diniz, Almir. Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Editora Uirapuru, 2002, p. 152.*

— BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1973.
- BRITO, Rosa Mendonça de. *Cem Anos Ufam*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- DINIZ, Almir. *Acadêmicos: Imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico*. Editora Uirapuru, 2002.
- SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: Museu Paraense Entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

{ RESENHA }

— O homem que escreveu sobre o palhaço e a rosa

ARTEMIS SOARES

Aqui não se trata de fazer uma análise psicológica de um homem, autor de uma obra que se chama *O palhaço e a rosa*, mas de uma curiosidade que poderá ser estendida a todos os autores que nos provocam riso e admiração: ler as suas obras, perguntando-nos de onde vem o talento para a escrita; o que os levou a escrever; o que significa, para eles, desenhar sinais numa folha de papel, numa máquina de escrever ou no ecrã de um computador ou pensarmos a relação entre os seus textos e a realidade.

O autor de quem nós retiraremos as respostas que nos interessam ou que refletiremos sobre a sua obra enquanto a lemos chama-se Francisco Vasconcelos, oriundo da cidade de Coari, localizada no rio Solimões, entre os lagos de Mamiá e de Coari, e integrante do Clube da Madrugada. Com o livro *O palhaço e a rosa* fez a sua estreia como autor, no ano de 1963, publicado pela editora Sergio Cardoso & Cia. Ltda. Ele ofereceu-o a sua esposa, Gracy, a sua mãe, aos irmãos, Aida, Alice, Aluísio e José, e à memória de seu pai.

“Aos companheiros do GRUPO MADRUGADA, mensageiros de uma nova hora, a minha primeira colheita”. Dedicou-o, ainda, a Paulina Kaz, João Bosco Evangelista, Antônio Cruz Neto e Carlos Gomes. Vasconcelos, membro do Clube da Madrugada, era, também, mensageiro de uma nova hora. Busquemos entender o que isso significa numa terra em que a literatura era escassa e que, geograficamente, ficava muito distante dos centros em que fervilhavam ideias, transformações e revoluções. Estávamos na década de 1960, quando vivemos a ditadura militar, o Tropicalismo, a Jovem Guarda, movimentos musicais que marcaram a música popular brasileira, a chegada da televisão a cores, dos primeiros computadores, da chegada do homem à lua, da emancipa-

254 ção da mulher. Portanto, vivíamos uma *nova hora*. E cabia aos escritores e artistas, principalmente, dizer por que a hora era nova.

De início, uma pasta de cartolina, amassada e suja de tanto manuseio. Dentro dela, muitos manuscritos, propostas do que poderia ou não ser dado a público. Eram palavras que se enganchavam umas nas outras, gerando pensamentos, tentando formar argumentos, para dizer algo sobre o mundo: a natureza, as cidades e as pessoas. E sobre estas, falar de sentimentos. Depois da pasta de cartolina, a entrada no universo da técnica: a pequena máquina de escrever que tornaria as letras elegantes, que se apresentariam de forma delgada, perfeitas nas folhas de papel e que facilitariam a leitura de quem por elas se interessassem.

Em *O palhaço e a rosa* o autor nos oferece contos, divididos em duas partes. A primeira é como se fossem endereçados para a infância, por exemplo, “O menino e o mundo”, “O menino e a lei”, “Soldadinhos de chumbo”, “O palhaço e a rosa” e “O pierrot”. Neles, em contos curtos, se encontram a infância e a adultez, num embate que dura para sempre em cada um de nós, representado pelo pião, que roda no chão, e na cerveja, que roda na cabeça. Como também marca o encontro com um homem, que foi um menino que não recebeu amor, solto nas ruas; adulto, foi condenado a apodrecer numa cadeia. E os soldadinhos de chumbo, num campo de guerra que não tinha mais do que os dois metros de uma mesa de jantar; depois, numa guerra que tirava vidas, assim como incrustava estrelas no ombro do oficial. Esses são três contos que pontuam o conflito que se instala em cada um de nós, assim como mostra a convivência do autor com um mundo que se desumaniza há muito. Nos três contos, a realidade, o fora; a consciência, o dentro, de cada um de nós. Os dramas são diferentes, mas os sentimentos igualam-se.

O conto “O palhaço e a rosa” nomeia este livro. Ao contrário do que se poderia esperar, talvez um palhaço, ao final do seu espetáculo, oferecendo uma rosa, deparamo-nos com um quadro trágico. Primeiro, um amor que não se concretiza. O palhaço brinca com a rosa, deixando cair uma pétala no chão, que é esmagada. Segundo, o embate que travaremos, mais cedo ou mais tarde, com a morte. Neste momento crucial, saem do palco o amor, a alegria e a felicidade. Tudo se concentra na vontade de viver e na esguia morte, que vem chegando, tirando to-

dos de cena, para elevar-se. É, então, que o palhaço, significante de tristeza e de perda, se manifesta, brincando com uma lágrima.

Os contos de Vasconcelos teimam em chorar o amor perdido, como é o caso de “Pierrot”. É conforme os tempos em que vivíamos: de mudanças, de construção de rumos e de desejos novos. Uma luta constante contra a contingência, e, ao mesmo tempo, a certeza de que ela é absoluta. Nesse sentido, a dúvida impõe-se, pois se sabe que tudo o que se pode ver à volta é passageiro. Então, para o amor, o símbolo é um *pierrot*.

A segunda parte apresenta contos mais extensos. Inicia com “O boleiro”, que traz como personagem principal um menino, Zequinha, o vendedor de bolo de macaxeira. O garoto que não sabia mentir, ao achar uma carteira, ficou em dúvida se pegava o dinheiro correspondente a todas as fatias de bolo, voltava para casa, entregava-o a sua mãe e ia para o futebol, realizar a vocação de criança. Não pegou o dinheiro. Mas foi tachado de ladrão.

A vida é dinâmica. Tantas vezes ouvimos alguém nos dizer isso. O velho Heráclito, desde a Grécia Antiga já nos havia ensinado. Todavia, este é um refrão que não só nos chega pela boca de outros como nos repetimos sempre, principalmente nas horas difíceis. Também ouvimos infinitas vezes se dizer que sem sonho não há jornada. É o que se lê no conto “O ajudante de caminhão”. Macário, o chofer de caminhão da fábrica de bebidas, queria correr mundo, aventurar. Seu ajudante, Estêvão, queria dirigir um caminhão. Este era o seu sonho. Mas a vida ingrata que muitos trazem como destino entrega-o a morte que se antecipa. É esta a lógica dos contos de Vasconcelos. A vida lutando, dentro de nós, contra a morte; o destino, trágico para uns; para outros, chega vestido de sedas e pedras preciosas.

O palhaço e a rosa expressa os tempos de Brasil. Tudo parece desmoronar. Os nossos sonhos de democracia, de fausto esvaem-se, sobra, para todos ou quase todos, a crueza da vida. A pobreza, que nos acompanha desde o início da humanidade, mostra, principalmente em tempos de crises, todo o dano que ela poderá causar. O autor de *O palhaço e a rosa* traduz seu tempo e apresenta-o na sua dureza e no desamparo daqueles para quem o destino esconde a leveza.

O autor sobre o qual intentamos compreender a escrita foi um profundo observador do cotidiano. O seu livro de estreia dá-nos conta dis-

256 so. Também foi um perscrutador da alma ou da consciência, e, ainda, um homem que compreendeu a importância de conhecer a sua terra natal. Pode-se dizer que um dos livros mais interessantes sobre a Amazônia saiu da sua produção. Fala-se do *Regime das águas*. Para se dimensionar a importância do livro, temos que começar a sua leitura dando especial atenção à epígrafe, da autoria de Peregrino Júnior:

Nascem, crescem, vivem e morrem na beira do rio. Quer dizer: dentro d'água, na intimidade da água, na contemplação e no amor físico da água. Nem sabem viver longe dela. A água é o seu mundo e o seu destino. Vivem em função dela, e fora dela nem sabem se mexer. O Bem e o Mal – o prazer, o trabalho, o repouso – tudo eles encontram no rio, no igarapé, no igapó – na água...

Um autor talentoso, que escreve com sangue, como exige Nietzsche, cuida do seu livro: da capa, do conforto do seu leitor, de cada letra, de cada ponto, de cada argumento. Assim, uma epígrafe, quando bem pensada, deverá ser lida juntamente com o texto, pois ela é um norteador; ela antecipa as ideias que fundamentam o texto. Assim sendo, teremos uma leitura, aqui, que não banaliza o ribeirinho, o homem que tem como universo a água. O romance de Vasconcelos escapa ao senso comum que faz do homem dos beiradões um encantado com as luzes da cidade. Ele não generaliza. Não transforma o sonho de uns no sonho de todos. É bem verdade que muitos são seduzidos pelas luzes e notícias falsas das metrópoles. Muitos não emprestaram de Ulisses o ardid para escapar do canto da sereia. Mas outros preferiram, e ainda preferem, o risco de serem encantados pelas botas (botos fêmeas).

O autor, nascido na cidade de Coari, teve a oportunidade de ver lugares diferentes, desde a infância, pois seu pai era militar. Muito cedo, aos 11 anos, com a perda do seu genitor, teve que trabalhar para ajudar a família. Aos 16 anos, ele que retornara para Coari, deixou a terra que lhe permitiu a vida e veio para a capital. Estudou, tornou-se advogado, militou em favor da democracia, da cidadania, da cultura e do conhecimento. A sua obra é resultado da vida que promoveu para si e a que se submeteu, porque há leis e emaranhados que não nos cabe desviar. A sua ficção incorre pelos caminhos da concretude e dramaticidade com que vivemos as nossas vidas. O seu palco é o da contingência.

É o que se encontra no romance *O regime das águas*. Para os ribeirinhos, as águas não são tão misteriosas como para nós, que moramos nas cidades. Para quem vive nos beiradões dos rios da Amazônia, o tempo divide-se em duas fases: a da enchente e a da seca. É sob o movimento dos rios, das águas que sobem e das águas que descem que o caboclo organiza as suas vidas. Pode-se também pensar numa vida expectante, uma vez que é a expectativa que alimenta os seus dias. É nessa expectativa que ele ouve, assiste e especula sobre o ir e vir das águas, sobre as plantações que não terão tempo para oferecer o alimento; sobre os produtos que não poderão gerar outros produtos; sobre os animais que padecerão juntamente com os homens.

São as mesmas águas as que levam o desalento e a miséria; mas que trazem a promessa da vida, a novidade que chega, sempre, como renovação. São as mesmas águas que disfarçam a decadência, vestindo-a de esperança:

Na verdade, àquela altura, outra coisa não se podia esperar. Não fora sempre assim? Bem lembrados e ainda muito sentidos eram os efeitos da última grande enchente, os casebres de palha se espalhando na periferia da cidade, miseráveis palhoças flutuantes se insinuando ao longo dos outrora limpos igarapés e, nas ruas, de forma incontrolável, a mendicância crescendo a cada dia, enorme ferida exposta.

O cenário não poderia ser outro senão Manaus, a capital do Estado do Amazonas, que infla e se retrai, como se fosse um imenso coração. Como as cidades são a representação das pessoas; como elas vivem, crescem, sofrem e morrem como as pessoas, elas juntam-se para dar cores aos mesmos dramas. Então, a literatura, que não tem quaisquer compromissos com a realidade, porém, que sem esta não poderia existir, faz-nos conhecer lugares, sentimentos, matéria e espírito que, de outra forma, seria impossível. É por meio dela que mais poderemos alcançar o sem-fundo que somos. Se é impossível saber quem somos, as aproximações que nos são possíveis são facilitadas pela literatura. Nesse sentido, se queremos nos aproximar dos distantes de nós – os ribeirinhos – o livro de Vasconcelos é uma ótima sugestão.

Não há, na escrita de Vasconcelos, lugar para a pena ou a esmola. Ele não traz o seu ribeirinho para receber os nossos suspiros piedosos ou palavras de conforto para miseráveis, condenados pela natureza e por certos homens, aos quais cabem as decisões para uma sociedade igualitária e cidadã. O ribeirinho que temos o prazer de conhecer é forte, decidido, conhecedor da natureza e amante do próximo. Calado, pensativo, muito mais ouvinte do que falante, assim conhecemos Zé Pedro, um exemplo para todos os que admiram aqueles que escutam os sons que promovem a vida.

O Clube da Madrugada cumpriu em Manaus algumas das aspirações da Semana da Arte Moderna. Vasconcelos traz para a literatura, com uma forma de dizer que demonstra o burilamento da palavra e da ideia, a realidade amazônica. A sua escrita chega tão próxima da realidade que poderíamos dizer que se trata de realismo, pois o que é nuclear para o autor é apreender o homem no seu *habitat*. Mas não é apenas apresentar um cenário e dar-lhe voz. Na sua escrita, tudo é pleno de vida: o homem e a natureza, pois somente assim poderemos respeitar e amar os dois. São palavras encontradas no livro *Casa ameaçada*.

Ao contrário do que geralmente ocorre com relação às obras ditas de ficção, neste livro, lamentavelmente, nem sempre poderá ser vista como mera coincidência qualquer semelhança que possa o leitor identificar com pessoas vivas ou mortas, ou até mesmo com instituições, sejam nacionais ou estrangeiras.

O excerto reporta para o que afirmamos: a realidade que se manifesta na obra de Vasconcelos. Neste sentido, qual o lugar da ficção? Uma pergunta que impõe a leitura atenta de cada parágrafo e que, ao final, nos proporciona uma luz para compreendermos o que se pode chamar de literatura. Entendemos que uma boa compreensão da obra do autor em questão é concluir que ela traz a realidade vestida de fantasia. Pois, se assim não é, trata-se de História. E isto não escreveu Vasconcelos. Jamais buscou o autor a verdade; jamais tentou ele justificar os seus argumentos. A Literatura não busca nenhuma verdade; não justifica o que ela expõe. O seu compromisso é com ela mesma. A verdade é a sua verdade, presente no espaço da obra e nas palavras que se ar-

ticulam. A forma, como as palavras se organizam em um texto, determina qual é o seu discurso, de onde provém a evocação – se do passado, do presente ou do futuro, pois não há espaço delimitado para a criação literária. Para ela, não há tempo, não há espaço. Existe ela, triunfante, livre, coberta de ouro, prata, luz, sangue ou treva.

A leitura e a emoção que sentimos identificam o que temos diante dos nossos olhos, abraçado pelo nosso espírito:

Lembrava-se que, por ocasião do retorno, ao sobrevoar aquela imensidão de água e de floresta, experimentara, com grande intensidade, a revivência dos distantes tempos da infância. Que transformações observaria ao retomar o contato com aquela realidade? Vista do alto, a paisagem em quase nada parecia ter-se alterado. Apenas uma clareira aqui, outra ali, como cicatrizes marcando a densa mataria. Mas não era tanto a paisagem que lhe ocupava a lembrança, causando-lhe apreensão. Que seria daquela gente que um dia ali deixara? Quantos, olhando para trás, teriam a ventura de se sentirem, de alguma forma, vencedores, como a tantos parecia ser o seu caso? Foi exatamente naquele instante que se impregnara da ideia de que algo poderia fazer. Chegara-lhe, finalmente, a oportunidade de atuar em cima daquela realidade e, tanto quanto possível, contribuir para modificá-la.

Ainda que personagens e instituições sejam reais, o revestimento da narrativa retira-a do campo do factual e transporta-a para o da criação fantasiosa, que é o que marca a Arte e, nela, a Literatura. Ainda lhe permitindo o olhar que atravessa a aparência, que não se sabe por quais mistérios lhe permite ver o além-fundo de todas as coisas. É coisa de Deuses. É coisa da Palavra. É o banho da metáfora e a harmonia das palavras que, como o banheiro, geram o ritmo que nos tranquiliza, deixa em suspense ou aterroriza. A Palavra na sua ação, realizando a sua missão. É a busca de si mesmo, a vontade de saber quem somos que, essencialmente, move a Literatura e vivifica a Palavra.

A narrativa de *Casa ameaçada* marca um dos encontros do autor consigo mesmo, com a sua terra e responde a uma pergunta necessária a cada um de nós: Quem sou eu? Na terceira pessoa, o autor põe a si mesmo como personagem. A sua berlinda é vista em tripla dimensão. O seu inquiridor tenta, sob todos os ângulos, dar-lhe uma resposta. São as questões

260 que, vez ou outra, insistem em tomar conta dos nossos pensamentos. A Literatura dá-nos respostas. As ferramentas que nem todos possuem para questionar e compreender são destinadas a alguns que, ao olharem para dentro de si mesmos, oferecem-nos possibilidades. De outro modo, é a palavra que se despreza da história de um e alcança a de todos.

Em acréscimo, muitas das coisas que o cotidiano nos impede de saber ou ouvir falar, um livro pode nos presentear:

Lembrava-se do último conflito que sua geração testemunhara, atônita ante os absurdos crimes nele praticados, estranhamente em nome da liberdade. O Vietnã em chamas e, nos jornais do mundo inteiro, a impassível postura do prisioneiro inimigo na expectativa do certo tiro a dois palmos de sua cabeça. Da mesma época, inevitável era a lembrança daquela menina nua e indefesa, a pele se decompondo sob os terríveis efeitos do napalm. Quanta insensatez! Agora, com requintada estratégia que a evolução tecnológica ensinava, outro conflito se anunciava pressuroso e terrível. O Golfo Pérsico, aquele descomunal bolsão de interesse e de incontidas ganâncias, imitaria o horror do inferno. Um novo satã surgira ameaçador, mais uma vez “comprometendo” a tranquilidade do mundo, e urgia exorcizá-lo. O preço? Não importava o preço. Nos céus de Bagdá, as setas de fogo cruzariam o espaço e transportariam o pavor, divertindo os que se posicionavam à distância com a visão ampliada dos vídeos-games com que diariamente milhões de crianças, em lúdico exercício, punham em prática o nervoso aprendizado da defesa e do ataque, indiscutíveis exigências de um amanhã de incertezas.

A história da geração de Vasconcelos é relemburada. Por meio da literatura, ele presentifica e analisa o momento delicado que atravessava a humanidade. As guerras, cujas motivações permanecem as mesmas, continuam dizimando milhares de pessoas. O mesmo filme se repete nos nossos tempos: outros espaços, outros atores, mas os mesmos sofrimentos. Muitas vezes, nas guerras do cotidiano, não conseguimos alcançar maiores níveis de compreensão, por isso não reunimos as condições para acompanhar e compreender o que acontece a nossa volta. Mesmo com o avanço tecnológico, com as comunicações ao vivo, com as informações em tempo real, por exemplo, a Copa do Mundo que acontece na Rússia.

O autor de *O palhaço e a rosa* tem no cotidiano a matéria da sua escrita. Foi assim no seu primeiro livro, que utilizamos para nomear este texto; com o *Regime das águas*, que nos oferece um retrato da Amazônia e nos faz ver a grandeza do ribeirão; *Casa ameaçada* reúne reminiscências, o trabalho como bancário e a mirada sobre os acontecimentos que marcaram a sua geração. A mesma postura se repete no livro *Meus barcos de papel*.

O nome chama a atenção e desperta as expectativas para o seu conteúdo. O cheiro da infância, da fantasia. Nós, os seus leitores, imaginamos crônicas que remetam para os sonhos. É sabido que a infância a ser falada só poderá se revelar pela palavra de um adulto. Então, extraordinário será aquele que, a exemplo de Miró, deixar-se habitar por uma criança durante toda a sua vida. Mas a surpresa chega: não se verá, aqui, lembranças de uma infância risonha, ao contrário, o sonho que aqui o autor se reporta é o aparentado da utopia. A lembrança que se evidencia é a de tempos de lutas e de esperanças fracassadas, que produzem a apatia e a alienação. É o desejo de escapar do mundo e crer que há mundos melhores. Porém, o mundo de cada um é o que lhe pertence para sempre. Aqui não se facilitam permutas ou empréstimos.

De repente, uma agradável novidade:

Um dia, porém, aconteceu que uma rosa se abriu. Era pequena e sem jeito. Tocando-a de leve, receoso de que lhe caíssem as pétalas mal desabrochadas, detive-me a olhá-la e, por estranho e doce mistério, trazia-me ela, a sugestão de inúmeras presenças, todas responsáveis por aquele estado de espírito que tanto me fazia querer uma rosa e olhá-la em incontido devaneio, como se fosse a primeira namorada ou primeiro filho.

Mas as lembranças, que poderiam expressar apenas o encontro com a infância, fazem outro registro: o da comprovação de que a vida é dura de mais e de que tudo é contingência. Porém, a esperança guardada por Pandora, devolve-nos a crença no amanhã luminoso.

Ah! O sorriso de minha rosa pequenina e sem jeito. Quisera dá-lo a quantos continuam a cumprir a lei do amor, na sempre espera do amanhã que

seu amor constrói; àqueles que, mesmo lutando e sofrendo, jamais abandonaram a esperança da messe prometida.

É para esses que se destina a Rosa de Vasconcelos. Em tempos de ditadura, de perda de amigos e da liberdade, restava aos autores, aos artistas o reencontro consigo mesmos para compreender o que pode ser o enigma que somos. A nossa história é a de guerras, de desencontros, de paz, de reencontros. A corda bamba é onde tentamos nos equilibrar. Alguns poderão ver de outra maneira ou viver de outra maneira, mas não será realmente uma vida vivida. Não poderemos dizer qual o viver mais interessante, pois cada um tem a vida que lhe é possível.

A crônica “Meus barcos de papel” traz lembranças da infância. E nelas a constatação da finitude e a duração, também finita, na memória. Escapam da finitude absoluta aqueles que se tornam universais. E, ao contrário do que se poderia pensar, não temos a lembrança ingênua que almejávamos:

Ah! Como dói, realmente, a gente não mais brincar e não ver, com os mesmos olhos, a brancura de uma flor sob a ponte verde. Secaram-se todas as flores, e a ponte, velha, talvez destruída, retrata, com absoluta precisão, os dias que não voltam mais.

O que o autor nos mostra é que, na verdade, não é possível o encontro com a infância. Para procurá-la, teremos que estar preparados para recebermos os seus destroços. Não há espera. A ampulheta não interrompe a sua passagem, aparentemente imóvel.

A reflexão profunda sobre o que somos, a partir de si, é o tema central da obra de Vasconcelos. Não podemos dizer se ele foi um homem triste, solitário; se não saboreava com prazer ou uma cerveja ou um vinho. O que sabemos é que a dor foi um dos temas centrais da sua obra. Por exemplo, em *O menino e o velho*:

Sofrendo ao pensar que ele também haveria de crescer, como era comum acontecer à maioria dos homens, e não lograsse encontrar a exata medida que lhe ensinasse uma vida sem tristeza, perguntou certa vez a seu pai:

– Por que você é assim?

– Assim como, filho?

– Assim, grande e triste?

O pai do Menino ensaiou um sorriso e, surpreso, devolveu-lhe a pergunta:

– Eu, triste?

Tão ocupado andava o pai do Menino, que jamais percebera a própria tristeza.

A vida que não poupa nenhum de nós: muitos enlouquecem; muitos emudecem; muitos entristecem; muitos antecipam a retirada. Mas temos sempre uma chance de recomeço: nos filhos que chegam, nos netos que nos continuam e que nos mostram um futuro até que a memória nos descarte. É o que nos apresenta *O Menino e o Velho*. Só precisamos aceitar – a velhice e a meninice.

A obra de Vasconcelos tem como tema central o homem. É principalmente em *O Menino e o Velho* que justificamos a nossa afirmativa. Veja-se o excerto:

Ah! Os homens. E quão versáteis eram quase sempre! Entre uma lágrima e um sorriso, nenhuma distância, nenhum esforço a fazer. Entretanto, seria lícito culpá-los por tal procedimento? Quem sabe, não punham em prática nada mais que uma faceta de sua própria condição humana, muitas vezes indispensável à felicidade e ao bem-estar, deles próprios ou de quantos viviam a seu lado? Se assim era, os gestos e as atitudes, por mais falsos que parecessem, desde que ocorressem por inarredável conveniência, corresponderiam, em última análise, a um bem para os homens. As máscaras, assim lhes seriam de grande utilidade e plenamente justificável e válido o gesto de usá-las. A sinceridade, ou, em outras palavras, o exercício de ser com autenticidade, reconhecia o Velho com inevitável amargor, além de constituir pesado fardo para muitos, ofendia e aviltava, na maioria das vezes.

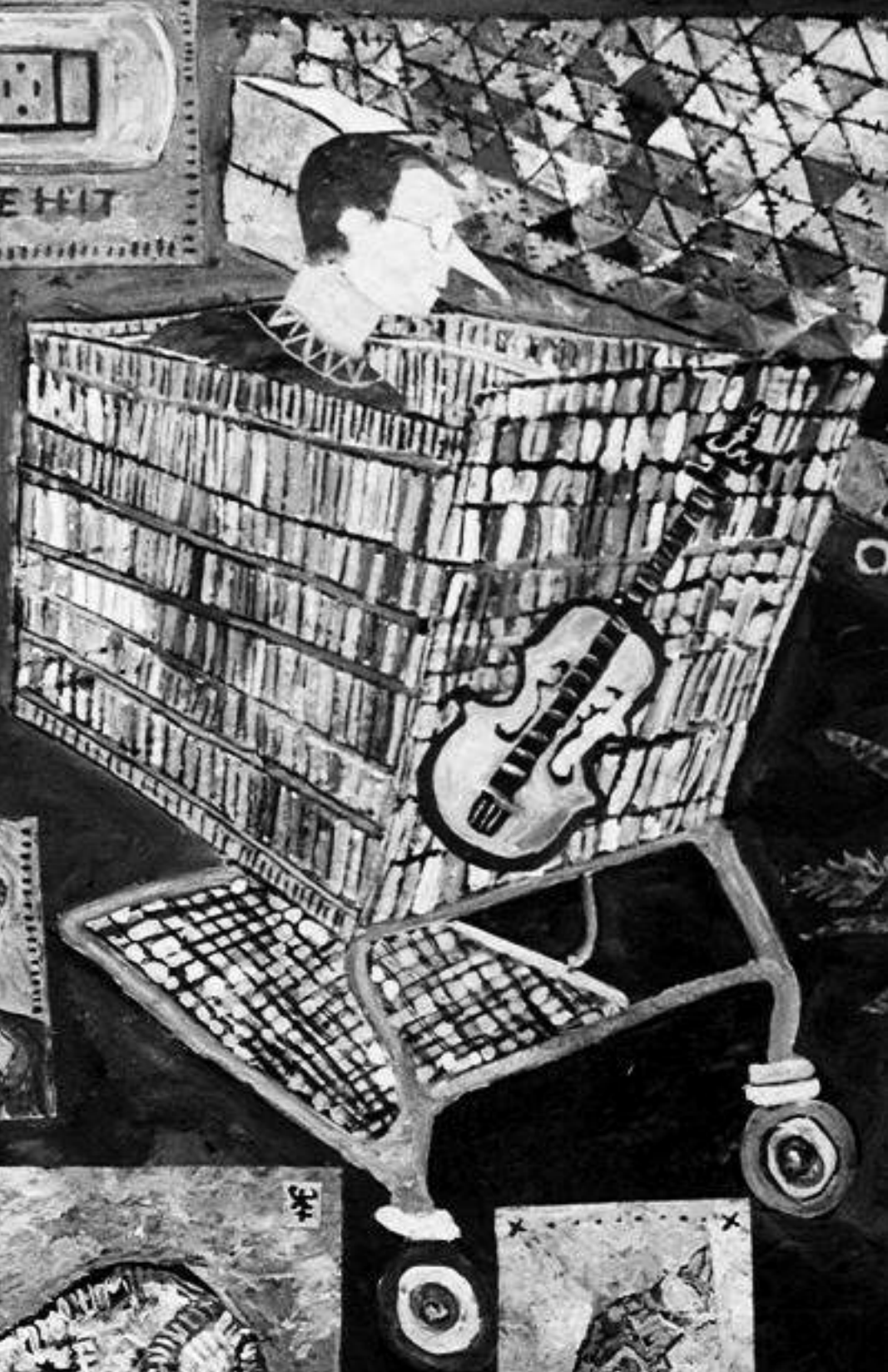
Em cada texto, em cada ideia, é o Velho o personagem principal deste escritor que nos deixou recentemente. É pena que muitos autores não atinjam muitos leitores. Talvez seja lamentável dizer que não conseguimos formar, no nosso Estado, um público leitor capaz de levar a distantes lugares obras relevantes, como a de Vasconcelos. Todos só temos que lamentar, não por que ele trate da Amazônia, a sua paisa-

264 gem de terra firme e várzea; de homens como Zé Pedro, que dialogou com as águas e compreendeu o que elas queriam que ele soubesse ou do Velho, que se valeu da artesanaria para, no seu labor, de paciência e compreensão, escutar a alma dos homens.

É de se lamentar que o seu tempo não tenha escutado a sua voz. Mas esperemos o tempo da História.



© NAWA RYOM 2014





MARRY YOU MUST HAS A LOVER IN THE MARKET
IF YOUR OWN EMPTY LIFE DEAD



SE RIGTA
CARROPS

revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }

Comemoramos com este histórico número da *Revista da Academia Amazonense de Letras*, criada em 1920, o primeiro século de existência desta Casa de Adriano Jorge. Ao longo de todo esse período, a Revista teve sempre como meta ser o principal veículo de divulgação da geração e difusão do conhecimento, do saber, das artes, da beleza e da produção literária da Academia.

Labutamos com muito afincio pela regularidade desta publicação, mas a carência de recursos por vezes, nos limitou. Somente agora nos sentimos seguros de que a produção de nossos membros e demais participantes terá neste veículo, uma publicação regular e esteticamente elaborada, além de sua difusão pelos grandes centros culturais daqui e alhures.

É também muito importante que esta Academia Amazonense de Letras nesses seus 100 anos de vida tão expressivamente produtivos, apresente aos seus leitores, o mais amplamente possível, o que tem realizado. Dessa forma, aprofundaremos o vital diálogo com a sociedade que nos mantém e nos faz crescer frente ao século que se nos apresenta.

— MARCUS BARROS



PREFEITURA DE
MANAUS



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

SCR610 / 07-2006